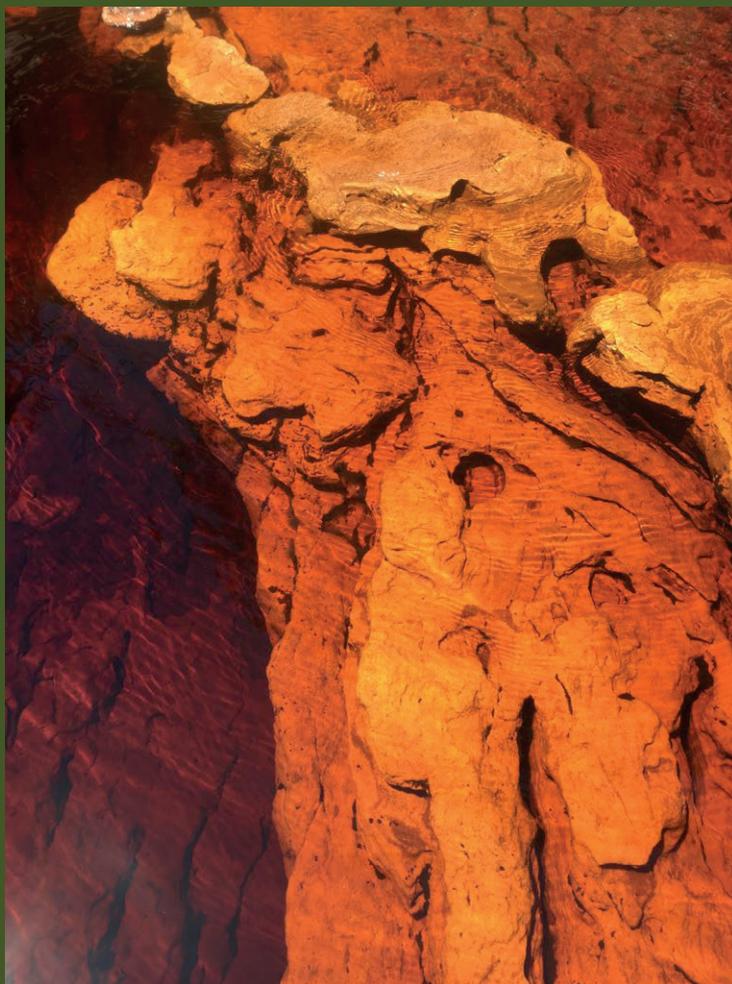




organizações
& sociedade

85





A revista *Organizações & Sociedade (O&S)* é uma publicação trimestral, que tem como principal propósito disseminar pesquisas no campo dos Estudos Organizacionais e trabalhos de outras áreas que dialoguem e possuam claras implicações sobre as organizações. Acolhendo trabalhos de amplo espectro epistemológico, assim como que tangenciem o *mainstream* em Administração, a O&S veicula contribuições com alta consistência teórica e elevado rigor metodológico. São bem-vindos artigos sobre organizações públicas, privadas e do terceiro setor, e que articulam dialeticamente as organizações no contexto da sociedade contemporânea.

Editora Executiva

Ariadne Scalfoni Rigo

Secretária Executiva

Fabiany Feitosa – Secretária /
Tamires Lordelo – Bolsista

Logomarca O&S

Rosa Ribeiro (Cateto Design)

B. F. Maia Neto

Projeto Gráfico

Boaventura F. Maia Neto

Editoração Eletrônica

IBEPES – Flávia Vianna

Revisão e Normalização

IBEPES – Thaisa Socher

Capa

Vale do Capão,
Chapada Diamantina (2017).
Fotografia de Ariadne Scalfoni Rigo.

Indexadores e Diretórios:

Catálogo Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Directorio Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

DOAJ – Directory of Open Access Journals

e-revist@s – Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas

Periódicos CAPES – Portal Brasileiro da Informação Científica

Periódicos Eletrônicos da UFBA

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe

SPELL – Scientific Periodicals Electronic Library

Sumarios.org – Sumários de Revistas Brasileiras

Ulrich's Periodicals Directory

Organizações & Sociedade: O&S / Universidade Federal da Bahia, UFBA :
Núcleo de Pós-graduação em Administração, NPGA/Editora da Universidade
Federal da Bahia, EDUFBA. - vol. 1, n. 1 (1993)- . - Salvador: UFBA: NPGA/
EDUFBA, 1993-
v. il. : 26cm

Trimestral, 2005-
Quadrimestral, (1997 - 2004).
Semestral (1993 - 1996).
ISSN 1413-585x

1. Administração - Periódicos. 2. Organizações - Periódicos.
I. Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Pós-graduação em Administração,
NPGA/Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. II. Título: O&S

CDD 658



A revista O&S está licenciada sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 em todos os trabalhos publicados, exceto quando houver indicação específica de detentores de direitos autorais.

Conselho Editorial

- Alexandre Carrieri – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil
- André Carvalhal – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
- Anielson Barbosa da Silva – Universidade Federal de Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil
- Decio Zylbersztajn – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil
- Eugene Enriquez – Université Paris VII, Paris, França
- Fabio Chaddad – University of Missouri, Missouri, EUA
- Graziela D. Alperstedt – Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis, SC, Brasil
- Jean Louis Laville – Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Paris, França
- José Antonio Gomes de Pinho – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil
- Mozar Brito – Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, MG, Brasil
- Omar Aktouf – École des Hautes Études Commerciales (HEC), Montreal, Canadá
- Osmar Siena – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, RO, Brasil
- Otávio R. Medeiros – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
- Pedro Lincoln Mattos – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil
- Peter Spink – Fundação Getulio Vargas (FGV/EAESP), São Paulo, SP, Brasil
- Reginaldo Souza Santos – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil
- Renato Sproesser – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MT, Brasil
- Ricardo C. Gomes – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
- Roberto Fachin – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil
- Sandro Cabral – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil
- Sérgio G. Lazzarini – Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), São Paulo, SP, Brasil
- Sylvia Constant Vergara – Fundação Getulio Vargas (FGV/EBAPE), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
- Tânia Fischer – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Comitê de Avaliadores 2017

- Adriana Bruscatto Bortoluzzo (Insper)
- Adriana Ventola Marra (UFV)
- Adriano Leal Bruni (UFBA)
- Airton Cardoso Cançado (UFT)
- Aleciane da Silva Moreira Ferreira (UFBA)
- Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio)
- Alessandro Gomes Enoque (UFU)
- Alexandre Carrieri (UFMG)
- Alketa Peci (FGV)
- Allan Claudius Queiroz Barbosa (UFMG)
- Ana Cristina Batista dos Santos (UECE)
- Ana Cristina Muniz Décia (UFBA)
- Ana Paula Moreno Pinho (UFBA)
- Ana Rosa Camillo Aguiar (UFMG)
- Ana Sílvia Rocha Ipiranga (UECE)
- André Luiz Maranhão de Souza Leão (UFPE)
- Andrea Ventura (UFBA)
- Anselmo Ferreira Vasconcelos (PUC-SP)
- Antônio Moreira de Carvalho Neto (UFBA)
- Ariane Agnes Corradi (UFMG)
- Beatriz Quiroz Villardi (UFRRJ)
- Bruno Chaves Correia-Lima (UFBA)
- Bruno Felix von Borell de Araujo (Fucape Business School)
- Carlos Gabriel Eggert Boehs (Universidade Positivo)
- Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão (UFOP)
- César Tureta (UFES)
- Cintia Rodrigues de O. Medeiros (UFU)
- Clarilza Prado de Sousa (PUC-SP)
- Cláudio Bezerra Leopoldino (UFC)
- Cristiane Marques de Mello (Faculdade Integrado de Campo Mourão)
- Cristina Clara Ribeiro Parente (UP)
- Daniela Moscon (UFBA)
- Deborah Moraes Zouain (Unigranrio)
- Deise Barbosa (UFBA)
- Denise Clementino de Souza (UFPE/CAA)
- Denise Ribeiro de Almeida (UFBA)
- Diego César Terra de Andrade (IFSULDEMINAS)
- Diego de Queiroz Machado (UFC)
- Diego Luiz Teixeira Boava (UFOP)
- Diego M. Coraiola (UFPR)
- Diego Mota Vieira (UnB)
- Diógenes de Souza Bido (Universidade Presbiteriana Mackenzie)
- Diva Ester Okazaki Rowe (UFBA)
- Doraliza Monteiro (UFBA)
- Eduardo Paes Barreto Davel (UFBA)
- Elcemir Paço Cunha (UFJF)
- Elielson Oliveira Damascena (UFPE)
- Elizabeth Loiola (UFBA)
- Emília Wanda Rutkowski (Unicamp)
- Fabio Bittencourt Meira (UFRGS)
- Fábio Vizeu (Universidade Positivo)
- Fabricio Santos Moreira (UFOB)
- Fernando Guilherme Tenório (FGV/EBAPE)
- Flávia Luciana Naves Mafra (UFLA)
- Francisco Marton Gleuson Pinheiro (UNEB)
- Gilnei Luiz de Moura (UFMS)
- Grace Kelly Marques Rodrigues (UFAL)
- Guineverre Alvarez (UFBA)

Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto (UEM)
 Gustavo Simão Lima (Embrapa)
 Henrique Muzzio (UFPE)
 Hugo Consciência Silvestre (Unilab)
 Irene Raguenet Troccoli (Universidade Estácio de Sá)
 Isleide Fontenelle (FGV/EAESP)
 Ivone Freire Costa (UFBA)
 Jader Cristino Souza-Silva (UNEB)
 Jair Nascimento Santos (UNEB)
 Jairo Simião Dornelas (UFPE)
 Jorge Carneiro (PUC-Rio)
 José Antonio Gomes de Pinho (UFBA)
 José Célio Silveira Andrade (UFBA)
 José Mauro Hernandez (USP)
 Josiane Silva de Oliveira (UEM)
 Kely César Martins de Paiva (UFMG)
 Laerson Lopes (UFBA)
 Leidimar Cândida dos Santos (UFBA)
 Lélis Balestrin Espartel (UFRGS)
 Letícia M. Casotti (UFRJ)
 Lindomar Pinto da Silva (UNIFACS)
 Luciana de Oliveira Miranda (UnB)
 Luciano Rossoni (Unigranrio e Ibepes)
 Ludmila M. Ribeiro (UFMG)
 Luiz Akutsu (TCU)
 Manoel Joaquim Fernandes de Barros (UNIFACS)
 Marcelo de Rezende Pinto (PUC Minas)
 Marco Antonio Batista da Silva (Uninove)
 Marco Antonio Figueiredo Milani Filho (Unicamp)
 Marco Aurélio Marques Ferreira (UFV)
 Marcos Gilberto Dos-Santos (UFBA)
 Maria Ceci Misoczky (UFRGS)
 Maria Elisabete Pereira dos Santos (UFBA)
 Maria Fernanda Rios Cavalcanti (FGV/EAESP)
 Maria Teresa Franco Ribeiro (UFBA)

Mariana de Lima Caeiro (PUC Minas)
 Maribel Ribeiro (UFBA)
 Mario Sacomano Neto (UFSCar)
 Marlei Pozzebon (HEC Montréal e FGV/EAESP)
 Marlusa Gosling (UFMG)
 Mônica Mota Tassigny (Unifor)
 Pamela Brandão (UFRN)
 Paula Chies Schommer (Udesc)
 Paulo de Arruda Penteado Filho (UFBA)
 Rafael Alcadipani (FGV)
 Rafael Fernandes de Mesquita (IFPI)
 Rebeca da Rocha Grangeiro (UFCA)
 Reed Elliot Nelson (Uninove)
 Ricardo Coutinho Mello (UFBA)
 Roberto Brasileiro (UFBA)
 Rodrigo Ladeira (UFBA)
 Rodrigo Rabello (Unesp)
 Salomão Farias (UFPE)
 Sandro Cabral (UFBA)
 Sérgio Alves (UFPE)
 Sérgio Rodrigues Leal (UFPE)
 Stefânia Ordovás de Almeida (PUCRS)
 Sueli Goulart (UFRGS)
 Tamara Cecilia Karawejczyk (Unilasalle)
 Tania Benevides (UFBA)
 Tatiane Barleto Canizela Guimarães (IGTI)
 Thaís Zerbini (USP)
 Thomaz Teodorovicz (Insper)
 Valcemiro Nossa (Fucape)
 Valeria Rueda Elias Spers (Unimep)
 Viviane Celina Carmona (Uninove)
 Viviane Salazar (UFPE)
 Viviane Torinelli (Bacen)
 Wescley Silva Xavier (UFV)
 Wilquer Silvano de Souza Ferreira (PUC Minas)
 Yákara Vasconcelos Pereira (UFPB)

Editorial



C@ros leitores,

Com entusiasmo, apresentamos o segundo número da *O&S* em 2018. Nosso entusiasmo, neste momento, deve-se ao fato de termos conseguido, com muito esforço, realizar mudanças importantes no nosso novo *website*. Sim, nossa *O&S* está de cara nova! Sem dúvida isso nos anima a continuarmos buscando melhorias para a nossa revista.

Mesmo diante das dificuldades que temos enfrentado para captar recursos públicos fundamentais para a sobrevivência de uma revista pertencente a uma instituição pública como a *O&S*, temos logrado algum êxito. Sendo assim, é salutar agradecer a Capes pelo apoio financeiro para a elaboração dos nossos dois últimos números e para as importantes transformações no nosso *website*.

Essa empreitada durou seis meses. Procuramos dar uma cara nova à *O&S* sem perder de vista sua tradição e seu passado. Nesse intuito, apresentamos a revista sobre a folha de um pergaminho que remete à tradição e à história para registrar conhecimento. Ao mesmo tempo, modernizamos a logomarca mantendo suas cores e suas curvas. Assim, todo o conhecimento produzido em uma plataforma tecnológica moderna é oferecido sobre o pergaminho, representando a importância do registro de teorias, obras e informações que tornou possível conhecermos a história e avançarmos na construção do conhecimento. É assim, reverenciando a origem, que olhamos para o futuro para continuarmos compartilhando debates e resultados de pesquisas atuais com toda a comunidade acadêmica.

Antes de apresentarmos os oito artigos que inauguram nosso novo *website*, agradecemos o apoio incondicional do Ibepes, do NPGA e da Escola de Administração da UFBA.

O primeiro artigo deste novo número é intitulado "Rupturas, continuidades e gradualismo nas políticas de petróleo no Brasil: 1995 a 2010", de Beni Trojbciz e Maria Rita Loureiro. Nele, os autores permitem compreender os determinantes da mudança das regras no setor do petróleo no Brasil, desde o processo que originou a Lei do Petróleo de 1997 até a aprovação do novo marco regulatório estabelecido em 2010. O texto mostra as dinâmicas institucionais ocorridas e contribui para a discussão intitucionalista, mostrando a articulação de vertentes institucionais e enfatizando elementos não institucionais que explicam as mudanças investigadas.

O segundo artigo, publicado por Eduardo Paes Barreto Davel e Cybele Amado de Oliveira, intitula-se "A reflexividade intensiva na aprendizagem organizacional: uma autoetnografia de práticas em uma organização educacional". O intuito dos autores é aprimorar o entendimento da reflexividade no processo de aprendizagem organizacional. Fundamentando a pesquisa na abordagem socioprática da aprendizagem e em uma autoetnografia de práticas em uma organização educacional, os autores mostram como a reflexividade se desvela como forma primordial na atividade de ensinar e refletir sobre métodos, estratégias e práticas de ensino-aprendizagem.

O terceiro texto, publicado por Verônica Macário de Oliveira, Carla Regina Pasa Gómez e Suzanne Érica Nóbrega Correia, é intitulado "Os papéis da sociedade civil como protagonista no processo de promoção do consumo sustentável: uma análise baseada na percepção de especialistas brasileiros". O objetivo das autoras nesse texto foi analisar os papéis da sociedade civil para promover o consumo sustentável no contexto brasileiro. Com base em uma pesquisa realizada com especialistas brasileiros na temática, utilizando o método *Policy Delphi*, as autoras demonstram que os papéis desempenhados pela sociedade civil, como o *buycott*, são importantes no processo de promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro.

O quarto artigo, "A análise etnometodológica do turismo como prática numa orla marítima no Nordeste brasileiro", de autoria de Erica Dayane Chaves Cavalcante e Marcelo de Souza Bispo, analisa etnometodologicamente os processos organizativos do turismo como prática na orla marítima de João Pessoa, na Paraíba. Utilizando uma série de técnicas de coleta de dados qualitativos, os autores observaram que o turismo não ocorre de maneira avulsa e isolada em distintos lugares, mas de forma entrelaçada, e carrega uma série de relações, símbolos, valores e regras sociais que são perpassados pelas gerações, fazendo com que um dado espaço possa ser caracterizado e considerado turístico.

O quinto artigo, de autoria de Fábio Freitas Schilling Marquesan e Marina Dantas de Figueiredo, é intitulado "Do ecoambientalismo à sustentabilidade: notas críticas sobre a relação organização-natureza nos estudos organizacionais". Nesse trabalho, os autores retomam a reflexão acerca dos limites que as perspectivas tradicionais hegemônicas sobre a relação organizações-natureza têm imposto à teoria organizacional. Para tanto, os autores recuperam a discussão de paradigmas e propõem uma possibilidade de mudança de perspectiva sobre essa relação, dos paradigmas antropocêntricos/orgocêntricos para o paradigma ecocêntrico, surgida nos estudos organizacionais (EOs) na década de 1990. Em seguida, os autores propõem a recuperação das discussões sobre a temática da ecologia; mais precisamente, sobre a perspectiva do habitar (*dwelling perspective*) como uma ontologia da relação organizações-natureza.

"Potencial disruptivo? A história de uma biotecnologia" é o sexto artigo deste número. Publicado por Lorena Bezerra de Souza Matos e Ana Silvia Rocha Ipiranga, descreve historicamente o potencial disruptivo de uma biotecnologia vinculada a um laboratório de P&D da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio). Utilizando diferentes métodos de pesquisa com base em uma perspectiva sociológica, as autoras argumentam que a biotecnologia justifica a sua potencialidade de ruptura ao articular construtos relacionados à dimensão do capacitador tecnológico. Entre as contribuições do artigo releva-se o uso da abordagem histórica no contexto da área da ciência & tecnologia.

O sétimo artigo, intitulado "Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão", é de autoria de Nathália de Fátima Joaquim e Alexandre de Pádua Carrieri. O objetivo dos autores foi lançar luz sobre as possibilidades de aproximação entre a história oral e outras formas de se pensar a gestão. O pano de fundo para tais reflexões são as memórias e histórias de colonos do Projeto de Irrigação Bebedouro, situado na zona rural de Petrolina, em Pernambuco. Os autores propõem, nesse artigo, pontos importantes sobre a construção da história oral e apresentam uma proposta de transformação do oral em escrito. O artigo contribui para a reflexão sobre como a gestão se [re]constrói.

O último artigo deste número é de Tarciane Roldão, Danilo Soares Monte-Mor e Neyla Tardin e intitula-se "A influência da recessão econômica na intenção de empreender: uma análise *cross-country* baseada na crise do *subprime*". Nesse texto, os autores verificam se a recessão econômica influencia a intenção de empreender, bem como o efeito de algumas variáveis na intenção empreendedora. A amostra foi composta por 60.234 indivíduos de 37 países no ano de 2009. Os resultados apresentam evidências nas quais, controlando-se por risco, os indivíduos se dizem mais propícios à atividade empreendedora em cenários com maiores recessões econômicas.

Boa leitura!

Ariadne Scalfoni Rigo
Editora-chefe

SUMÁRIO – VOL 25 / N° 85

RUPTURAS, CONTINUIDADES E GRADUALISMO NAS
POLÍTICAS DE PETRÓLEO NO BRASIL: 1995 A 2010

Beni Trojbcz
Maria Rita Loureiro

193

A REFLEXIVIDADE INTENSIVA NA APRENDIZAGEM
ORGANIZACIONAL: UMA AUTOETNOGRAFIA DE PRÁTICAS
EM UMA ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL

Eduardo Paes Barreto Davel
Cybele Amado de Oliveira

211

OS PAPÉIS DA SOCIEDADE CIVIL COMO PROTAGONISTA NO
PROCESSO DE PROMOÇÃO DO CONSUMO SUSTENTÁVEL:
UMA ANÁLISE BASEADA NA PERCEPÇÃO DE ESPECIALISTAS
BRASILEIROS

Verônica Macário de Oliveira
Carla Regina Pasa Gómez
Suzanne Érica Nóbrega Correia

229

A ANÁLISE ETNOMETODOLÓGICA DO TURISMO COMO
PRÁTICA NUMA ORLA MARÍTIMA NO NORDESTE
BRASILEIRO

Erica Dayane Chaves Cavalcante
Marcelo de Souza Bispo

247

DO ECOAMBIENTALISMO À SUSTENTABILIDADE: NOTAS
CRÍTICAS SOBRE A RELAÇÃO ORGANIZAÇÃO-NATUREZA NOS
ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Fábio Freitas Schilling Marquesan
Marina Dantas de Figueiredo

264

POTENCIAL DISRUPTIVO? A HISTÓRIA DE UMA
BIOTECNOLOGIA

Lorena Bezerra de Souza Matos
Ana Silvia Rocha Ipiranga

287

CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE
HISTÓRIA ORAL EM ESTUDOS SOBRE GESTÃO

Nathália de Fátima Joaquim
Alexandre de Pádua Carrieri

303

A INFLUÊNCIA DA RECESSÃO ECONÔMICA NA INTENÇÃO
DE EMPREENDER: UMA ANÁLISE *CROSS-COUNTRY* BASEADA
NA CRISE DO *SUBPRIME*

Tarciane Roldão
Danilo Soares Monte-Mor
Neyla Tardin

320

SUMMARY – VOL 25 / N° 85

DISRUPTION, CONTINUITY AND GRADUALISM IN
BRAZILIAN OIL POLICIES: 1995 TO 2010

Beni Trojbcz
Maria Rita Loureiro

193

INTENSIFYING REFLEXIVITY IN ORGANIZATIONAL
LEARNING: A AUTOETHNOGRAPHY OF PRACTICES IN AN
EDUCATIONAL ORGANIZATION

Eduardo Paes Barreto Davel
Cybele Amado de Oliveira

211

THE ROLES OF CIVIL SOCIETY AS A PROTAGONIST IN THE
PROCESS OF PROMOTING CONSUMPTION SUSTAINABLE: AN
ANALYSIS BASED ON THE PERCEPTION OF
BRAZILIAN EXPERTS

Verônica Macário de Oliveira
Carla Regina Pasa Gómez
Suzanne Érica Nóbrega Correia

229

THE ETHNOMETHODOLOGICAL ANALYSIS OF TOURISM
AS AN ORGANIZING PRACTICE IN A WATERFRONT OF
NORTHEAST BRAZIL

Erica Dayane Chaves Cavalcante
Marcelo de Souza Bispo

247

FROM ECO-ENVIRONMENTALISM TO SUSTAINABILITY:
CRITICAL NOTES ON THE ORGANIZATION-NATURE
RELATION ON ORGANIZATION STUDIES

Fábio Freitas Schilling Marquesan
Marina Dantas de Figueiredo

264

DISRUPTIVE POTENTIAL? THE STORY OF A
BIOTECHNOLOGY

Lorena Bezerra de Souza Matos
Ana Silvia Rocha Ipiranga

287

CONSTRUCTION AND DEVELOPMENT OF AN ORAL
HISTORY PROJECT IN MANAGEMENT STUDIES

Nathália de Fátima Joaquim
Alexandre de Pádua Carrieri

303

THE INFLUENCE OF ECONOMIC RECESSIONS ON THE
ENTREPRENEURIAL INTENT: A CROSS-COUNTRY ANALYSIS
OF THE SUBPRIME CRISES

Tarciane Roldão
Danilo Soares Monte-Mor
Neyla Tardin

320



Artigos

RUPTURAS, CONTINUIDADES E GRADUALISMO NAS POLÍTICAS DE PETRÓLEO NO BRASIL: 1995 A 2010

Beni Trojbciz*
Maria Rita Loureiro**

Resumo

Problematizando o ferramental do institucionalismo histórico, o presente trabalho tem como objetivo entender os determinantes da mudança das regras que pautam o setor de petróleo no Brasil. Assim, analisa o processo que originou a Lei do Petróleo de 1997 até o momento da aprovação do marco regulatório estabelecido em 2010, e mostra que tais mudanças ocorreram pela combinação de diversas dinâmicas institucionais: algumas levaram a rupturas com o *status quo*, outras a movimentos incrementais, associados a processos de continuidade com retornos crescentes. O artigo contribui com a discussão institucionalista em dois pontos: primeiramente mostrando a articulação de vertentes institucionais que costumam ser aplicadas de forma isolada – a da continuidade e a do gradualismo; e, mais importante, atribui ênfase especial a elementos não institucionais que explicam as mudanças institucionais.

Palavras-chave: Institucionalismo histórico. Políticas públicas. Petróleo. Brasil.

DISRUPTION, CONTINUITY AND GRADUALISM IN BRAZILIAN OIL POLICIES: 1995 TO 2010

Abstract

Problematizing the historical institutionalism tools, this paper aims to understand the changes in the Brazilian oil sector rules. Thus, it analyzes the process that originated the 1997 Oil Act until the approval of the 2010 regulatory framework, showing that such changes occurred by the combination of institutional dynamics: processes that led to ruptures with the status quo, incremental ones associated with processes of continuity with increasing returns. The article contributes to the institutionalist discussion in two points: first showing the articulation of institutional strands that are usually applied in isolation - that of continuity and gradualism; and more importantly, it attaches special emphasis to non-institutional elements that explain institutional changes.

Keywords: Historical institutionalism. Public policy. Oil. Brazil.

*Doutor em Administração Pública e Governo pela FGV/SP, com pós-doutorado pela FGV/SP. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFABC. E-mail: btrojbciz@gmail.com

**Doutora em Sociologia pela USP, com pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e pela New York University, US. Professora da Pós-Graduação em Administração Pública e Governo da FGV/SP. E-mail: marita.loureiro@gmail.com

Nos últimos 20 anos, a regulação do setor de petróleo no Brasil sofreu dois pontos de inflexão com características bem distintas: a Lei do Petróleo de 1997, orientada pela lógica de mercado, e a nova regulação de 2010, que emerge com a descoberta de grandes reservas petrolíferas na chamada área do pré-sal¹, mais pautada pela ação estatal. Essas rupturas são a parte mais evidente da trajetória das políticas públicas dessa indústria e definem pontos de inflexão que imprimem certas características à nova política pública. Este trabalho procura mostrar que tais características gerais se compõem com outras dinâmicas, que podem ou não estar relacionadas às rupturas mencionadas, mas que têm naturezas distintas, seja de continuidades, seja de mudanças graduais².

Essa combinação de dinâmicas pode ser compreendida se avaliada pela lente teórica do institucionalismo histórico, e é esse o objeto do presente artigo: mostrar como, no período em análise, a dinâmica do setor de petróleo do Brasil pode ser decodificada por meio da abordagem institucional. No caso em análise, com o objetivo de orientar o leitor quanto à movimentação geral da regulação do setor e também para indicar o escopo temporal do artigo, oferecemos a Figura 1, na qual pode-se caracterizar, de forma estilizada, as mudanças por meio de um gráfico com dois eixos: tempo e orientação ideológica das decisões econômicas. Essa última indica maior predominância do Estado ou do mercado na coordenação do setor, ou seja, maior intervencionismo ou liberalismo.

Na Figura 1, tomamos como ponto de partida a nacionalização das jazidas de petróleo que o Código de Minas de 1938 promoveu, num movimento de aumento da participação estatal no setor. Em 1953, a criação de nova legislação que inclui a criação da Petrobras torna ainda mais acentuada a participação estatal. A Lei do Petróleo de 1997 promove uma reviravolta no setor, ao liberalizá-lo, enquanto o marco regulatório de 2010 dá peso, novamente, à presença do Estado nas jazidas mais vultosas do pré-sal (BERCOVICI, 2011). Finalmente, complementamos com as mudanças de 2016, que representam uma reversão parcial no caráter intervencionista de 2010.

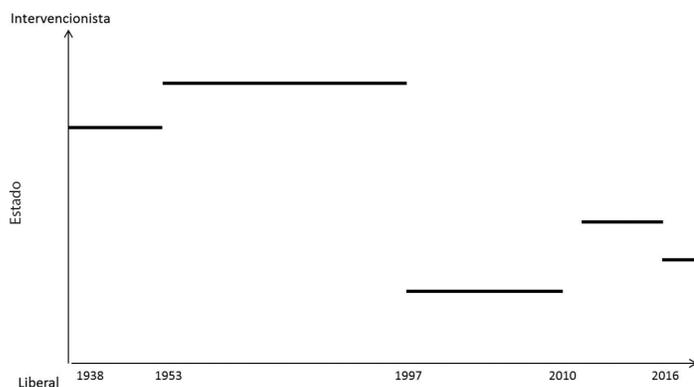


Figura 1 – Trajetória da política de petróleo no Brasil entre 1938 e 2016.

Fonte: Os autores.

1 "Trata-se da localização geológica de rochas e reservatórios petrolíferos sob a crosta terrestre abaixo da camada de sal, com profundidades que variam entre 4.000 a 6.000 metros no subsolo oceânico e lâminas d'água de 1.000 a 2.000 metros" (LUCAS, 2013, p. 126). Em 2006 foram descobertas reservas de petróleo e gás natural que colocaram o Brasil entre os maiores produtores mundiais.

2 A pesquisa que gerou o presente artigo foi realizada antes das denúncias da chamada operação Lava-Jato. Assim, não se mencionam as práticas de corrupção na Petrobras, relacionadas ao sistema político-eleitoral mais amplo. Todavia, as análises aqui efetuadas podem ser tomadas como referencial histórico necessário ao entendimento mais completo da economia política do setor de petróleo no Brasil após a instalação do governo Temer e as transformações ocorridas na Petrobras a partir da gestão de Pedro Parente.

Observe-se que o lapso temporal que este artigo se encarrega de analisar é o que se encontra entre 1997 e 2010, considerados pontos de inflexão fundamentais. Esta pesquisa procura ressaltar que, no interior desse lapso fundamental, ocorrem dinâmicas institucionais diversas, combinando continuidade e gradualismo.

Para isso, baseada no estudo empírico da trajetória da política de petróleo no Brasil, a análise aqui realizada não só utiliza o instrumental do institucionalismo histórico, como também o problematiza. Isso porque, se o institucionalismo histórico oferece instrumentos úteis para estudos concretos, como os conceitos de conjuntura crítica, *path dependence* e incrementalismo, é importante ressaltar também que a gênese das instituições não pode ser explicada sem recorrer a outros determinantes, considerando a lógica econômica, a luta político-ideológica e até a posição internacional em que o país esteja inserido. Do nosso ponto de vista, são esses os elementos que permitem explicar a configuração de uma nova lei com base em uma ruptura, sendo que ela não exprime senão uma situação política de dominância de um grupo ou coalizão que logra plasmar suas preferências nessa nova institucionalidade. Em suma, se concordamos com os institucionalistas que enfatizam ser as instituições configurações de poder com estabilidade, não se pode, por outro lado, esquecer também que elas são expressões de lutas políticas cujo resultado permite ao grupo vencedor plasmar uma nova institucionalidade.

Além desses aspectos teóricos, o artigo contribui de forma empírica com a descrição da evolução dos arranjos institucionais do setor, construídos, por sua vez, com base na análise da trajetória da política pública. Em outras palavras, teoria e empiria interrelacionam-se permitindo entender processos históricos de forma mais precisa, como é o caso da política do petróleo no Brasil.

Assim, na primeira parte o texto destaca os elementos do institucionalismo histórico relevantes para a análise aqui realizada. Na segunda e terceira partes, analisam-se a gênese e os traços característicos das duas políticas, enquanto a quarta parte analisa a ação dos três atores mais relevantes no processo de aprovação das novas regulações: o Executivo Federal, autor das propostas, o Legislativo Federal, que as aprovou, e a Petrobras, principal *player* do setor de petróleo no Brasil.

Cabe ressaltar que a estratégia de análise e apresentação do estudo procura aproximar-se da teoria por etapas. Na primeira etapa – “A Lei do Petróleo de 1997” e “O marco regulatório de 2010” – descreve-se os elementos do caso necessários para a construção do argumento, que articula economia política e instituições. Na segunda etapa – “Atores envolvidos e sua ação política no processo de mudança institucional” – analisa-se a dinâmica institucional do caso e, finalmente, nas conclusões articulam-se caso e teoria para se chegar a melhor compreensão do tema. Em suma, os elementos selecionados no mundo empírico estão filtrados pela teoria e são explicitados em sua articulação na conclusão do artigo.

Com relação à metodologia aqui utilizada, cabe ressaltar que o estudo de caso se justifica na medida em que o que interessa analisar é a dinâmica dos atores políticos que se consolida ao longo da trajetória institucional. Como se sabe bem, o estudo de caso é o método que permite aprofundar a análise para se entender **como** operam determinados processos sociais e inclusive acompanhar a trajetória de sua transformação, como é o objetivo aqui.

Os dados levantados referem-se a fontes predominantemente secundárias – documentos oficiais, estatísticas, material de imprensa, depoimentos publicados, literatura acadêmica e técnica sobre as mudanças no marco regulatório do petróleo no Brasil recente. Também foram realizadas entrevistas em profundidade, com especialistas e tomadores de decisão do setor petróleo que nos possibilitaram compreender os interesses e intenções dos atores envolvidos, seus recursos de poder, seus eventuais erros de estratégias e os conflitos latentes e explícitos entre eles.

A pesquisa se processou em duas etapas. A primeira etapa centrou-se no entendimento das condicionantes da criação e do desenho dos marcos regulatórios de 1997 e 2010, enquanto a segunda aprofundou-se na influência da Petrobras nessas leis. O roteiro de perguntas a cada entrevistado variou de acordo com o estágio de evolução da pesquisa e também com a posição institucional dos entrevistados, visando otimizar a coleta de informações úteis ao avanço do estudo. A lista completa de entrevistados encontra-se no Apêndice 1 deste artigo, que indica a data da entrevista e a posição institucional de cada um.

Correntes do institucionalismo histórico e sua problematização

O institucionalismo histórico apresenta duas ramificações bastante distintas do ponto de vista analítico. A primeira e mais consolidada enfatiza a forma como as instituições repartem poder de forma desigual entre os atores e destaca a continuidade das estruturas institucionais, até que choques exógenos engendrem conjunturas críticas com consequentes mudanças na trajetória anterior. Mudanças disruptivas e não incrementais caracterizam essa primeira ramificação, que oferece recurso analítico especialmente para períodos mais extensos, porque observa não só conjunturas críticas que geram mudanças de trajetórias, mas também mecanismos de dependência de trajetória. A situação de *path dependence* ocorre quando o caminho institucional adotado no passado acaba determinando as escolhas posteriores, já que é difícil reverter-lo completamente porque quanto mais longo o tempo, mais retornos crescentes o modelo anterior apresenta. Nesse sentido, ruptura e continuidade são relacionadas quando se observa o processo na sequência temporal, ou seja, após a ruptura inicia-se uma nova trajetória, que vai ter continuidade no tempo, gerando retornos crescentes e fazendo com que a mudança ou saída dessa trajetória se torne cada vez mais difícil (HALL; TAYLOR, 2003; IMMERGUT, 1998; PIERSON, 2003, 2004).

A segunda linha do institucionalismo histórico, que tem se desenvolvido de forma significativa mais recentemente, destaca as mudanças incrementais realizadas no interior das próprias instituições, e apresenta uma tipologia baseada na forma como mudanças graduais afetam as instituições. São elas: *displacement*; *layering*; *conversion* e *drift*. A mudança por *displacement* implica alterar as velhas regras institucionais por outras, *layering* supõe a inclusão de novas regras institucionais sem remoção das antigas, *conversion* significa mudar a ação de regras existentes por meio de redirecionamento estratégico, e *drift* implica negligenciar antigas regras que se tornam obsoletas pela mudança no ambiente em torno da instituição. Nessa linha teórica, mudanças institucionais estão relacionadas à ambiguidade das regras que permitem a diferentes tipos de atores influir em sua utilização e, assim, redirecionar as instituições de forma a satisfazer seus interesses em relação à distribuição ou redistribuição de poder (MAHONEY; THELEN, 2010).

Pode-se lembrar que mudanças incrementais são por definição distintas das transformações por ruptura, uma vez que a dinâmica incremental baseia-se em variações que ocorrem aos poucos, enquanto as transformações por ruptura são abruptas e configuram uma nova situação em relação à anterior. Os conceitos de reforma e revolução podem ser úteis para ilustrar essas diferenças.

O Quadro 1 resume os principais elementos das linhas neoinstitucionalistas históricas adotadas neste trabalho.

Quadro 1 – Resumo das teorias institucionais empregadas neste trabalho.

Linha	Características	Dinâmicas enfatizadas	Conceitos utilizados	Autores principais
1ª	Mudanças disruptivas e não incrementais	Ruptura Continuidade	Conjunturas críticas Dependência de trajetória Retornos crescentes	Hall e Taylor (2003) Immergut (1998) Pierson (2003, 2004)
2ª	Mudanças endógenas e incrementais	Incrementalismo Ruptura*	<i>Displacement</i> <i>Layering</i> <i>Conversion</i> <i>Drift</i>	Mahoney e Thelen (2010)

*No caso de *displacement*.

Fonte: Os autores.

Nessa trilha teórica, o presente trabalho mobiliza seu referencial para entender o processo de mudança aqui analisado, iluminando em particular o papel dos atores aí envolvidos. Em outras palavras, com base em tais ferramentas analíticas, o estudo de caso permite identificar diferentes mecanismos de ruptura, continuidade e gradualismo, que operam em diferentes esferas e prazos de maturação, e mostra como esses mecanismos se entrelaçam resultando nas mudanças em questão.

A Lei do Petróleo de 1997

Contexto histórico da emergência da lei

Certamente, a ascensão do ideário neoliberal teve grande influência sobre a política pública do petróleo no Brasil, formulada na década de 1990, momento em que a desregulamentação dos mercados e a liberalização econômica tomam forma mais consistente, logrando desobstruir empecilhos constitucionais até então existentes. Todavia, para se entender o contexto mais amplo dentro do qual se desenrola o processo de reformas no Brasil, é preciso relembrar os efeitos predatórios da grande crise da dívida externa de 1982 que atingiu quase toda a América Latina.

Representando um marco na história contemporânea dos países na região (SALLUM JUNIOR, 2004), a crise gerou não só total reversão dos fluxos líquidos de capitais, tornando-os exportadores de capitais para os países desenvolvidos, mas também levou à queda do investimento e das taxas de crescimento econômico que desceram a níveis baixíssimos com relação aos padrões que eles haviam experimentado em décadas anteriores (ALMEIDA, 2001; PORTELLA, 1994).

Também em consequência da crise de 1982, os países devedores tornaram-se vulneráveis às pressões das agências financeiras internacionais. Pautados pelos interesses dos países credores e pelo ideário liberal então dominante, os programas de ajustes emergem nos países latino-americanos, em grande parte, em virtude da influência daquelas agências internacionais³.

Como é bem conhecido, o processo de reformas estruturais no Brasil, alterando padrões vigentes de relações entre Estado e mercado, inicia-se no governo Collor (1990-1992), mas só ganha força no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Segundo analistas, o sucesso da estabilização monetária realizada em 1994 por FHC, ainda como ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco (1992-1994), foi decisivo para seu lançamento como candidato a presidente da República e sua vitória eleitoral. A popularidade adquirida com o controle da inflação, que havia esaurido o país por mais de 15 anos, permitiu ao governo Cardoso construir e manter extensa coalizão no Congresso Nacional, conseguindo aprovar emendas constitucionais necessárias às reformas, sendo a mais polêmica o fim do monopólio estatal do petróleo (ALMEIDA, 1999; COUTO; ABRÚCIO, 2003)⁴.

Dois efeitos da estabilização monetária sobre a política petrolífera podem ser destacados. Em primeiro lugar, o Plano Real teve enorme aprovação da população e da classe política, apoio que foi transferido para FHC, visto como "pai" do plano, garantindo sua eleição e grande apoio no Legislativo. Em segundo, o sucesso da estabilização limitou o campo das políticas econômicas e impediu a introdução de objetivos desenvolvimentistas na agenda governamental. Ou seja, configuraram-se restrições aos *policymakers* econômicos, pois o controle inflacionário passou a ser visto como um bem público a ser preservado e necessário para qualquer estratégia

³ Assim, os organismos internacionais atuaram como "executores" dos programas de ajustamento, já que o FMI demandava pagamento de juros em atraso como condição para aval a programas de ajuste (PORTELLA, 1994, p. 106).

⁴ O quadro institucional antes em vigor no setor do petróleo datava de 1938, remontando ao período da ditadura getulista (1930-45). Apesar de haver sofrido modificações, manteve suas características básicas até a mudança de 1997 (BERCOVICI, 2011).

de avanço do país (KUGELMAS; SOLA, 1999). Em suma, se por um lado o sucesso em debelar a inflação transferiu enorme apoio e legitimidade ao presidente, por outro lado criou restrições a políticas desenvolvimentistas, sempre que estas ameaçassem a estabilidade (COUTO; ABRÚCIO, 2003).

A combinação desses elementos fundamentou as alegações dos formuladores das reformas quanto à necessidade de atração de capital privado: tal necessidade originava-se na impossibilidade de suficiente investimento estatal para maximizar resultados nos setores reformados. No caso específico do petróleo, alegava-se ausência de recursos do governo e da própria Petrobras para investir na área. Segundo um analista:

FHC propôs a “flexibilização” do monopólio da União sobre o petróleo, com o argumento de que haveria carência de recursos para investir na exploração petrolífera. A ampliação das reservas do país seria uma tarefa que não poderia ser exercida mais somente pela Petrobras. O discurso em defesa da proposta de emenda enfatizava a necessidade da Petrobras concorrer com outras empresas e, para tanto, a empresa estatal deveria perder a responsabilidade de prover o abastecimento de petróleo e derivados do mercado interno (BERCOVICI, 2011, p. 251).

Além de enfraquecer a ideia do petróleo como “bem estratégico”, o clima ideológico neoliberal dos anos 1990 influenciou os legisladores brasileiros: a emenda constitucional que gerou a Lei de 1997 foi aprovada na Câmara dos Deputados por 364 votos favoráveis e 141 contra. No Senado, depois do compromisso oficial do presidente da República de excluir a Petrobras do programa de privatizações, a proposta de reforma obteve 60 votos a favor e 15 contra⁵.

Principais alterações introduzidas com a Lei do Petróleo

A Lei do Petróleo aprovada em setembro de 1997 apresenta quatro alterações principais, com diferentes níveis de impacto e importância. A primeira refere-se à desregulamentação dos preços do setor, requisito para criação de ambiente atrativo ao investimento privado. Ela ocorreu no chamado *downstream*⁶, com a desregulamentação dos preços do petróleo, derivados e gás natural. Esse processo foi operado de forma gradativa visando à extinção do tabelamento e da equalização regional dos preços, o fim de subsídios e a diminuição das barreiras à entrada de empresas na distribuição e venda (ZYLBERSZTAJN; AGEL, 2013, p. 56).

A segunda mudança diz respeito à nova dinâmica instaurada no setor, na qual a Petrobras perde a condição de monopólio político da exploração e produção de petróleo e perde também seu papel de promotora e reguladora da política pública do setor para a agência reguladora recém-criada, a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Assim, a ANP passa a ser responsável pela gestão do monopólio, enquanto a Petrobras deixa de ser a executora dele. O objetivo dessa mudança era retirar as condições privilegiadas gozadas pela Petrobras no mercado brasileiro para atrair outros investidores, tornando a estatal uma empresa como outra qualquer aos olhos do ente regulador⁷.

5 Para a formulação da Lei do Petróleo foi necessária a aprovação prévia de duas emendas constitucionais: a EC6, que modificou o conceito de empresa nacional, tornando iguais empresas sediadas no Brasil de capital nacional e estrangeiro; e a EC9, que retirou da Carta a atribuição à Petrobras de ser a única executora do monopólio, mesmo que mantendo o monopólio da União sobre o recurso natural (BERCOVICI, 2011, p. 252) e remetendo a contratação de empresas privadas à lei regulamentar específica (ZYLBERSZTAJN; AGEL, 2013, p. 56).

6 A cadeia produtiva do petróleo é dividida em duas etapas, o *downstream* e o *upstream*. O *downstream* é composto pelo refino, transporte, distribuição e comercialização dos derivados do petróleo, enquanto o *upstream* é composto pela exploração, produção e transporte do petróleo.

7 A posição da ANP no quadro institucional foi exacerbada inclusive por laços familiares: o presidente da agência era genro, na época, do presidente da República. Assim, ele pôde atuar de forma mais agressiva para reduzir o poder da Petrobras. Segundo notícia de jornal: “Zylbersztajn assumiu em dezembro de 1997 batendo no poderio da Petrobras e afirmando que ela teria que se enquadrar a um novo modelo competitivo” (Folha de S.Paulo, 6 mar. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc06039904.htm>>).

Essa ação na exploração e produção baseou-se em duplo compromisso político. De um lado, manter a Petrobras estatal, com atuação em todos os segmentos da cadeia do petróleo (PIRES et al., 2013, p. 84-5), e de outro visava reestruturar a ação do Estado no setor: a ANP assumiria o desafio de substituir a Petrobras enquanto braço estatal, ao mesmo tempo em que a empresa passava a ser regulada por essa agência (ZYLBERSZTAJN; AGEL, 2013, p. 59-60).

A terceira modificação foi a introdução do regime fiscal de concessão na exploração do petróleo no Brasil. Nela o concessionário adquire direito de exploração em área especificada pela ANP por meio de processo licitatório ou "rodadas de licitação", executa investimentos, e no caso de descoberta, paga ao Estado brasileiro *royalties* e participação especial de acordo com a localização e produtividade do campo. O concessionário arca ainda inteiramente com os custos do investimento, não tendo direito a nenhum tipo de reembolso ou indenização caso a exploração não seja bem-sucedida. O regime fiscal de concessão brasileiro também modificou o pagamento de participações governamentais e de terceiros sobre o petróleo⁸.

Por fim, houve a criação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão vinculado à Presidência da República, com o objetivo de utilizar de forma racional os recursos energéticos do Brasil, determinando as metas da política energética nacional (Artigo 1º). No entanto, o CNPE não foi regulamentado até 2000, o que indica sua pouca expressividade durante o governo Cardoso.

No contexto desse novo modelo, observou-se o aumento da participação do setor do petróleo na economia brasileira, que passou de 2,75% do PIB em 1997 para 10,5% do PIB em 2005 (FELIPE, 2010, p. 91). Essa elevação da participação do setor no PIB brasileiro tem a ver não só com a elevação da produção de petróleo no Brasil, que passou de 811 mil barris diários em 1996 para 2.114 mil barris diários em 2013 (ANP, 2001, 2014), mas também com a elevação do preço do barril de petróleo, que saltou de um patamar médio de US\$ 13,56 em 1998 para US\$ 83,46 em 2008 – ainda que tenha recuado para US\$ 49,35 em 2009 pelos efeitos da crise financeira (FELIPE, 2010).

A manutenção do monopólio econômico da Petrobras

Paralelamente às mudanças no desenho institucional do setor de petróleo, é importante destacar um elemento de continuidade fundamental: a manutenção da dominância da Petrobras no setor petrolífero brasileiro, ou, em outras palavras, a continuidade de seu monopólio econômico, mesmo tendo sido quebrado o monopólio político. Essa situação se deve a um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, o marco regulatório de 1997 não alterou a natureza estatal da Petrobras: como foi apontado, a aprovação da Emenda Constitucional n. 9 exigiu compromisso do presidente em não privatizar a empresa (ALMEIDA, 1999). Em segundo lugar, a Petrobras se manteve integrada e verticalizada: diferentemente das demais empresas estatais que se enfraqueceram do ponto de vista econômico e institucional por efeito da crise dos anos 1980, a Petrobras logrou ultrapassar esse período com situação econômica favorável, inclusive conquistando avanços tecnológicos. Isso lhe permitiu inclusive manter autonomia em relação ao governo, seu acionista majoritário e, ainda, significativa capacidade de influência sobre as próprias decisões governamentais em assuntos do setor⁹.

⁸ Antes, a Petrobras pagava os tributos sobre produção e royalties limitados em 5%. A alíquota passou a variar entre 5% e 10%, determinada de acordo com os riscos geológicos, expectativa de produtividade e outros fatores. Foram introduzidos os pagamentos por participação especial, bônus de assinatura e pagamento pela ocupação ou retenção de área. A participação especial incide sobre campos com grande rentabilidade, e tem alíquota variável de acordo com o volume de petróleo produzido, localização da exploração e anos de produção (PIRES et al., 2013, p. 85). Historicamente, os valores arrecadados a título de royalties e participação especial são similares e, juntos, perfazem cerca de 90% do total de participações governamentais.

⁹ Essa autonomia já era evidente no período militar, e decorre da capacidade de autofinanciamento e endividamento externo, reforçada pela ausência de controles eficientes e inferioridade (de recursos financeiros, recursos humanos e informações) dos órgãos governamentais, que deveriam controlar a estatal (MARTINS, 1985, p. 79).

Em terceiro lugar, o peso do conhecimento técnico acumulado na instituição e a alta capacitação técnica de seus profissionais. A empresa sempre investiu na formação de pessoal especializado de forma intensiva, e por ser a única do setor até 1997, detinha o monopólio da formação de pessoal nessa indústria (ALVEAL CONTRERAS, 1994; FELIPE, 2010). Como a mão de obra qualificada é recurso escasso nesse setor no Brasil, deter esses elementos significa deter um ativo diferenciado, que permite colocar em prática o uso de vantagens competitivas. A estratégia de capacitação de mão de obra e de acumulação de competências, então, se torna fundamental para a consolidação da empresa. Especificamente, esses foram elementos que, diferenciando a Petrobras de outras companhias, permitiu-lhe nível maior de segurança e solidez ao mesmo tempo em que ampliava suas possibilidades de expansão (FELIPE, 2010, p. 227).

Cabe destacar especialmente como elemento de continuidade o fato de que a Petrobras é líder na tecnologia de exploração e produção em águas profundas (*deep-water exploration*), o que lhe garantiu manter uma posição preponderante mesmo com a entrada de concorrentes estrangeiras. Nesse sentido, esse conhecimento e capacidades técnicas asseguraram maior sucesso exploratório e influíram na baixa participação dos competidores na produção de petróleo, uma vez que eles adotaram estratégia de associação à Petrobras ou de uso da sinalização de preços da estatal para estabelecer parâmetros nas posições nos leilões (ANTOLIN; CENDRERO, 2013, p. 714-5; PAZ, 2014, p. 503; FELIPE, 2010).

Assim, tais elementos de continuidade fizeram com que os efeitos esperados com a reforma de 1997 não fossem completamente alcançados. A Petrobras permaneceu dominante no mercado petrolífero no Brasil, mesmo com a entrada de novos concorrentes estrangeiros. Os seus lucros nas atividades de *upstream* subiram de um patamar de R\$ 6 bilhões em 2001 para R\$ 37 bilhões em 2008 (FELIPE, 2010). Isso se deu pelo aumento da produção da estatal, que passou de 355 milhões de barris em 1998 para 712 milhões de barris em 2009, pela escalada do preço do petróleo no mercado internacional e também pelo caráter regressivo da regulação¹⁰. Ou seja, esse caráter regressivo, forjado no marco de 1997 para atrair concorrentes e quebrar o monopólio político da Petrobras, acabou paradoxalmente ajudando a manter o econômico, o que reproduziu seu papel central no setor.

○ marco regulatório de 2010

Novo contexto econômico e político

Como já assinalado, um dos principais fatores a influenciar a mudança do regime regulatório de 1997 foi a descoberta de novas jazidas de petróleo na área do pré-sal em 2006, fazendo com que o Brasil passasse da posição de detentor de reservas medianas para detentor de grandes reservas petrolíferas¹¹.

Essa nova situação terá impacto decisivo para explicar a introdução do regime de partilha para as áreas do pré-sal¹². O tamanho das reservas tinha sido importante

10 Esse caráter regressivo se constitui pela seguinte regra: diferentemente de outros países, em que os governos lograram aumentar sua participação na receita crescente auferida com as rendas petrolíferas, no Brasil, a Lei de 1997, para estimular a entrada das empresas petrolíferas internacionais, criou norma que permitia que aumentos de rendimentos advindos da elevação do preço do petróleo fossem atribuídos em maior proporção às empresas exploradoras em detrimento do que é pago ao governo, ou seja, quanto maior o preço, menor o government take (a apropriação estatal sobre os resultados financeiros da exploração do petróleo) (FELIPE, 2010, p. 272).

11 A descoberta do pré-sal em 2006 é vista de diferentes formas. Os defensores do marco regulatório de 1997, como Pires et al. (2013), indicam que a reforma do setor empreendida pelo governo FHC permitiu que a Petrobras se concentrasse em atividades de exploração e produção, o que aumentou a eficiência em encontrar novas jazidas. Outros analistas, que atacam o marco regulatório de 1997, como Bercovici (2011), indicam que essa descoberta foi resultado de longo desenvolvimento tecnológico realizado em décadas anteriores.

12 O regime de concessão manteve-se para outras áreas.

elemento na definição da legislação de 1997, condicionando a maior remuneração oferecida ao concessionário. Além disso, a existência de reservas medianas significava que o petróleo não era visto como um bem estratégico para o país. Nesse sentido, o governo desenhou e conseguiu aprovar regras visando mais rápida extração, em virtude da perspectiva de queda na cotação do preço do petróleo naquele momento, da necessidade de ativação da economia e de ingresso de recursos para o Estado e, ainda, da crescente conscientização mundial sobre a utilização de fontes de energia renováveis. Finalmente, dada a situação fiscal de baixa capacidade de financiamento do Estado brasileiro, esperava-se que o fomento da extração de petróleo trouxesse aumento de arrecadação fiscal no setor e maior ingresso de capitais externos na exploração (BERCOVICI, 2011; SIQUEIRA, 2013, p. 249; TROJBIKZ, 2014, p. 131).

O aumento das reservas de petróleo após a descoberta do pré-sal modifica essa situação, permitindo aumento da apropriação do Estado brasileiro, já que maiores reservas permitem maior retorno ao consórcio exploratório. Além disso, nos anos de tramitação da lei de 2010, o governo apresentava maior capacidade de investimentos, dado o quadro de crescimento econômico e superação de pressões fiscais.

Com relação ao contexto político, o fator decisivo para explicar o marco de 2010 foi a ascensão ao governo de novo partido com outras orientações político-ideológicas e que repudiava a reforma de 1997 (BERCOVICI, 2011; GOBETTI, 2011; ZYLBERSZ-TAJN; AGEL, 2013; LUCAS, 2013; PIRES et al., 2013). Os dois fatores – descoberta do pré-sal e mudança de governo – configuraram um novo cenário institucional. No governo Lula, a Petrobras recupera sua influência no setor, enquanto a ANP continua em processo de enfraquecimento. O CNPE ganha importância, assumindo decisões estratégicas do setor, e também relegando a ANP a ações operacionais. Além disso, em 2004 é criada a EPE (Empresa de Planejamento Energético, com o objetivo de fornecer informações e subsídios relativos à oferta e demanda de insumos energéticos no mercado doméstico), que também absorve atribuições da ANP (ALMEIDA, 2011, p. 126).

Principais traços do marco regulatório de 2010

A partir da descoberta das jazidas do pré-sal, o governo Lula preocupou-se em alterar o marco regulatório de 1997 e, para isso, elaborou quatro projetos de lei, que se converteram posteriormente em três leis. Os principais pontos de mudança trazidos pelo conjunto dessas leis foram os seguintes:

1. Cessão onerosa à Petrobras do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural nas áreas não concedidas do pré-sal, o que teve como consequência o aumento da participação da União no capital da Petrobras, a significativa capitalização dessa empresa e a possibilidade de apropriação de substancial excedente por parte da estatal (Lei n. 12.276, de 3 de junho de 2010).
2. Criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), empresa pública vinculada ao Ministério das Minas e Energia (MME), que tem como atribuições a gestão contratual, fiscalização e representação da União em todos os contratos de partilha assinados pelo MME, sem funções de execução (Lei n. 12.304, de 2 de agosto de 2010).
3. Introdução do regime de partilha da produção para exploração das riquezas do pré-sal (Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010).
4. Criação do Fundo Social do Pré-sal, fundo de investimento para o qual será direcionada parte dos recursos advindos das rendas minerais com a “finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos de combate à pobreza e desenvolvimento, especificamente, nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente e mitigação e adaptação às mudanças climáticas” (Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010).

Em seu conjunto, o novo marco regulatório apresenta claro aumento da participação do Estado no setor do petróleo. Do ponto de vista teórico do institucionalismo, a PPSA exprime processo de dependência de trajetória: sua criação nasceu da necessidade de se ter uma nova empresa estatal no setor para realizar funções que a Petrobras não mais poderia exercer depois que já havia se transformado em empresa mista, e a reversão desse processo teria custos extremamente elevados.

Além da criação da PPSA, com participação obrigatória em todos os consórcios exploratórios, observa-se maior utilização da Petrobras como instrumento de política pública. Passando a ser operadora de todos os consórcios com participação mínima de 30%, ela é capitalizada por meio da operação de cessão onerosa e isenta de pagamento de parte das participações governamentais sobre a produção originada na cessão onerosa¹³ (GOBETTI; SERRA, 2011, p. 21).

A seguir, considerando que as instituições não se movem por si só, mas são expressões de lutas políticas entre diferentes atores individuais ou coletivos, passamos a analisar a dinâmica entre eles nos dois momentos de mudança dos marcos regulatórios do setor.

Atores envolvidos e sua ação política no processo de mudança institucional

Dentre os atores envolvidos com a política petrolífera no Brasil, o primeiro a destacar é a Petrobras. Como é sobejamente conhecido, ela nasceu em 1953 no bojo de amplo movimento popular de inspiração nacionalista, visando desenvolver no país a produção e o refino do petróleo e, assim, evitar a dependência de empresas estrangeiras. Essa origem lhe atribuiu enorme legitimidade política, que se manifestava não só em benefícios de isenção de tributos, mas também de inúmeras fontes de recursos financeiros para executar o monopólio legal¹⁴. Além disso, desde sua criação até a democratização em 1985, a presença significativa de dirigentes da Petrobras de origem militar – que tradicionalmente se interessavam por assuntos de petróleo, visto como recurso estratégico para a “defesa militar do país” e a “segurança nacional” – representou outra condição política privilegiada que a empresa gozou desde sua emergência, em especial durante a ditadura.

Além disso, a Petrobras tem sido o grande celeiro no Brasil de especialistas em petróleo que são chamados a atuar no governo e, até a abertura do mercado, era a única com experiência prática num assunto de grande complexidade e especificidade geográfica. Isso a tornou praticamente detentora do monopólio desse saber, e fez com que decisões sobre o tema não pudessem prescindir de seu conhecimento. É notória a participação de seus funcionários e ex-funcionários nas esferas de decisão técnica do governo, como, por exemplo, a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis no Ministério das Minas e Energia, cargo ocupado desde o início do governo Lula, em 2003, por altos funcionários da Petrobras¹⁵. Também a ANP teve sua composição constituída até muito recentemente por membros, em sua maioria, de técnicos oriundos da Petrobras.

Além da Petrobras, outros órgãos que emergiram posteriormente à reforma de 1997, tais como Agência Nacional do Petróleo (ANP), o Conselho Nacional do Petróleo (CNPE) e a Empresa de Planejamento Energético (EPE), igualmente exercem influência nas políticas do setor.

13 Para produção na área de cessão onerosa, a Petrobras está dispensada do pagamento de participação especial, que é um dos quatro elementos que compõem as participações governamentais, além de royalties, pagamento por retenção de área e bônus de assinatura.

14 Nunca é demais lembrar que a criação da Petrobras foi pautada pelo slogan “o petróleo é nosso”. Como símbolo da luta nacionalista no Brasil, sua criação representou importante baluarte de defesa da ideologia da Segurança Nacional (especialmente por parte dos militares) e dos interesses do país frente à ameaça das grandes empresas estrangeiras, por parte de grupos de esquerda. Dentro da ampla literatura sobre “a luta pelo petróleo”, o significado político representado pela criação da Petrobras e seu papel na industrialização brasileira, podem ser citados alguns títulos como: Cohn (1968); Alveal Contreras (1994); Bercovici (2011).

15 Provavelmente isso ocorreu em outros governos, mas não temos dados disponíveis para confirmação.

Com relação à ANP, cabe indicar que, no início de sua atuação, ela procurou fazer valer o mandato de regulador do setor, com a intenção de submeter a Petrobras à posição de um *player* entre outros no mercado brasileiro. No entanto, a agência não logrou tal intento. Com a saída de seu primeiro presidente, Zylbersztajn, os novos dirigentes não conseguiram submeter a Petrobras à regulação. Ademais, a influência da agência diminuiu no governo Lula que, de modo geral, desestimulou o modelo de agências reguladoras. Em consequência, as funções estratégicas da ANP foram repassadas a outras organizações como o CNPE, EPE e, em 2010, à PPSA.

O maior antagonismo do CNPE, que é órgão colegiado, retirou da ANP decisões estratégicas do setor, como, por exemplo, a de iniciar estudos para desenvolver novo marco regulatório após a descoberta de petróleo no pré-sal brasileiro. Já a EPE, organização que possui corpo técnico, rivaliza com a ANP na provisão de informações para tomada de decisões no setor. Finalmente, a própria existência da PPSA, ainda que com atribuições específicas quanto ao gerenciamento dos consórcios exploratórios do pré-sal, implica redistribuir atividades de inteligência do setor e, nesse sentido, diminuiu a abrangência das atividades da ANP em relação às anteriormente estabelecidas. Em suma, além de sofrer concorrência com os demais órgãos criados no setor, a ANP também perdeu capacidade regulatória sobre a Petrobras que a Lei de 1997 havia estabelecido¹⁶.

O Quadro 2 lista as organizações do setor petróleo ao longo do tempo, com o objetivo de resumir a discussão dos parágrafos anteriores. Não é possível indicar com precisão como variou o poder de cada organização ao longo do tempo, mas, de forma conceitual, pode-se afirmar que a reforma de 1997 retirou poder da Petrobras de forma drástica, ao submetê-la à ANP. Essa transferência de poder manteve-se durante a presidência de Zylbersztajn na agência, até 2001. A partir de então, o poder da ANP foi se reduzindo. Em 2001, pela perda de poder político de seu presidente; a partir de 2003, pela oposição do PT; agora no governo, pelo modelo de agências regulatórias e também pela emergência de poder de regulamentação do CNPE. Também a criação da EPE em 2004 e da PPSA em 2010 igualmente reduziram o poder da ANP. Além do mais, o próprio poder da Petrobras no setor cresce a partir de 2001.

Quadro 2 – Organizações do setor petróleo no Brasil ao longo do tempo.

Período	Pré-1997	1997	2003	2004	2010
Instituições	MME Petrobras	MME Petrobras ANP	MME Petrobras ANP CNPE	MME Petrobras ANP CNPE EPE	MME Petrobras ANP CNPE EPE PPSA

Fonte: Os autores.

A coalizão¹⁷ reformista em 1997 frente à oposição no Congresso Nacional e à resistência sindical dos petroleiros

A reforma da política de petróleo em 1997 originou-se no Executivo Federal e teve como seu grande promotor o próprio presidente da República, que contou com

16 A dificuldade de subordinação da Petrobras à regulação da ANP decorre também do fato de que, detendo o monopólio da exploração do petróleo no país e grande parte dos técnicos do setor, a ANP, como todas as demais instituições do setor, foi composta em seus primeiros anos com quadros da estatal que, de modo geral, se identificam com a empresa e com o que consideram interesses dela. Todavia, hoje, essa situação parece se modificar, ocorrendo a ascensão à diretoria da ANP de quadros já formados na própria agência. Isso poderá, talvez, gerar aumento da capacidade para enfrentar a Petrobras, no futuro. Um episódio ocorrido em 2014 no qual a ANP determinou a uni-tização de poço concedido à Petrobras, em claro conflito com ela, parece ser exemplo significativo. Todavia, só novas pesquisas poderão indicar se tal episódio representa tendência a se confirmar.

17 Utilizamos nesse texto o conceito de coalizão no sentido de conjunto de atores que partilham interesses e valores e coordenam sua ação de forma relativamente durável com vistas a atingir objetivos comuns.

a colaboração de ministros e do presidente da Petrobras. Eis como o presidente FHC relata esse processo:

[...] Redigimos o texto da emenda (Emenda Constitucional n. 9 que rompe o monopólio da Petrobras para a exploração de petróleo no Brasil) na biblioteca do Palácio da Alvorada: eu, o ministro Raimundo Brito (Ministro de Minas e Energia) e o presidente da Petrobras, Joel Rennó, pois a direção da empresa concordava com a flexibilização (CARDOSO, 2006, p. 454).

Mesmo contando com o apoio importante do Congresso ao conjunto de suas políticas reformistas na área econômica, a política do petróleo exigiu muita negociação, pois implicava aprovação de emendas constitucionais. A liberalização do setor com a quebra do monopólio da Petrobras esbarrava em delicada situação política por causa do peso da estatal como símbolo nacionalista. Assim, o presidente teve que assumir o compromisso público de não privatizá-la para que o Congresso aprovasse a Emenda Constitucional n. 9. Com relação ao projeto do Executivo que originou a Lei de 1997, este sofreu modificações pelo Legislativo, sendo a mais relevante a criação do CNPE que, entretanto, só foi implementada três anos depois, em 2000.

Aliada à oposição no Congresso, a coalizão reformista liderada pelo Executivo encontrou forte resistência entre os sindicalistas da Petrobras. Na verdade, cabe indicar que a posição da Petrobras no processo reformista de 1997 teve dupla face. Se os sindicatos resisitiram às reformas, a direção da estatal acabou apoiando-as. O então presidente da Petrobras, Joel Rennó, indicado pelo governo de Itamar Franco, era inicialmente defensor do monopólio estatal, mas teve que aderir à reforma, alinhando-se às orientações do governo FHC, talvez como estratégia de sobrevivência no cargo. Chegou inclusive a negociar a adesão da diretoria da Petrobras, que também se opunha inicialmente às reformas e auxiliou a própria redação da nova legislação, como já mencionado: "Foi Rennó quem obteve a aquiescência da direção da Petrobras para a política de flexibilização do monopólio" (CARDOSO, 2006, p. 326)¹⁸.

Com relação aos sindicatos, tanto a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) quanto a Federação Única dos Petroleiros (FUP) opuseram-se frontalmente às reformas e, em especial, à quebra do monopólio estatal. O presidente FHC relata a resistência sindical e como ele conseguiu vencê-la, debilitando o movimento grevista:

Não terminara a "lua de mel" dos cem primeiros dias de governo e tive pela proa outro problema de monta, uma greve na Petrobras. ... Na questão de fundo, embora os petroleiros estivessem em luta aberta contra a privatização da Petrobras, ela nunca esteve em causa. ... Dada a insistência dos sindicalistas na continuação de uma greve ilegal que afetava o abastecimento da população, podendo paralisar a economia, decretei a intervenção no sindicato dos petroleiros e resisti às tentativas de readmissão dos líderes demitidos por justa causa pela direção da empresa. ... Decidi não negociar. Assim agi porque percebi que se não me mantivesse firme o governo teria dificuldades em discutir e aprovar no Congresso as primeiras propostas de reformas constitucionais que enviei, relativas, precisamente, à flexibilização dos monopólios (CARDOSO, 2006, p. 349)¹⁹.

A ação do presidente FHC para subordinar os funcionários da Petrobras estendeu-se para além do movimento grevista, alcançando também outras frentes, como a previdenciária, cujos benefícios foram reduzidos durante seu mandato:

18 *Reforça ainda a visão de que a adesão de Rennó foi mais estratégia de sobrevivência, a seguinte avaliação da imprensa, logo depois do processo reformista: "Defensor do monopólio estatal do petróleo, extinto em 1995, e da permanência da Petrobras como estatal, Rennó teve seu prestígio no governo ainda mais reduzido após a criação da ANP, comandada por David Zylbersztajn, genro de FHC" (Folha de São Paulo, 6/3/1999). Também as palavras de um entrevistado sobre o assunto são expressivas: "O Rennó nunca deu uma dor de cabeça para o Fernando Henrique porque ele é aquela pessoa que se adapta conforme a música que toca".*

19 *"A greve dos petroleiros que foi a virada: eles perderam ali todo poder de mobilização, tanto que o Fernando Henrique comparava a greve dos petroleiros com a greve dos mineiros da Inglaterra, que foi quando o sindicato perdeu a força lá" (Gilberto Bercovici, informação verbal).*

[...] Lembro-me de que o economista de enorme bagagem Roberto Campos [...] usando dados oficiais, demonstrou naquele mesmo 1993 que a Petrobras – cujo maior acionista é a União – recolhia ao fundo de pensão de seus funcionários, o Petros, *dez vezes mais* do que (ela) repassava ao Tesouro. Isso acabou em meu período como presidente, quando finalmente se estabeleceram limites à contribuição das empresas estatais aos fundos de pensão dos respectivos funcionários: elas podem depositar no máximo o equivalente ao que o servidor recolhe, ele próprio, por mês (CARDOSO, 2006, p. 158, grifo nosso).

Com a vitória frente à oposição no Congresso e aos sindicalistas²⁰, o processo reformista foi levado a cabo e os principais pontos da reforma começam a ser implementados no país. Após a aprovação da nova lei, Joel Rennó é substituído por Philippe Reischstul, que foi contratado para implementar reforma organizacional na Petrobras com o intuito de instrumentalizá-la para atuar em regime concorrencial, com reestruturação da empresa, organização das carreiras profissionais e remuneração salarial competitiva no contexto de mercado privado (FELIPE, 2010). Cabe ressaltar que, na nova regulação, a Petrobras deixa de ser regida por normas do direito administrativo, tais como os procedimentos públicos de licitação (Lei n. 8.666/93). Essa mudança, que permitiu maior agilidade no contexto competitivo, também teve impacto perverso, abrindo mais espaço para práticas de corrupção.

A coalizão reformista em 2010: aliança entre governo e Petrobras

Como já mencionado, as descobertas do pré-sal mobilizaram o Executivo Federal para novo processo reformista na área do petróleo. Nesse momento, o governo contou com aliança significativa da Petrobras e não teve resistências no Congresso, que apenas se envolveu com a temática da distribuição dos *royalties* do petróleo entre os entes federativos.

Em breve síntese, a formulação no Executivo desencadeou-se nos seguintes passos: formaram-se grupos compostos de membros de vários ministérios e da Petrobras para elaborar estudos e embasar as decisões da Comissão Interministerial, grupo composto por ministros de Estado, sob a presidência da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, especialista na área e também ex-ministra de Minas e Energia.

Dois aspectos merecem destaque nas negociações das quais resultaram os projetos de lei formulados pela Comissão Interministerial. Em primeiro lugar, a participação da Petrobras na montagem da proposta foi imprescindível, porque ela foi responsável pelos insumos técnicos, como se enfatizará mais adiante. A cessão onerosa é elemento favorável à Petrobras, pois lhe permitiu apropriar-se de reserva de cinco bilhões de barris, com isenção de pagamento de participação especial e outros impostos. Esse volume de reservas apropriado pela estatal – bastante substantivo por representar um terço das reservas brasileiras atuais, ou quase a totalidade de um importante produtor, como a Noruega, que possui reservas de sete bilhões de barris – traz benefício adicional à ela porque, em geral, as petroleiras são avaliadas pelo mercado com base em suas reservas. Diante disso, é possível entender comentários de entrevistados que assim se expressaram: “O Lula falou, o pré-sal não é da Petrobras, o pré-sal é do povo brasileiro. Não, o pré-sal é da Petrobras e a receita líquida do pré-sal vai ficar com a Petrobras, ... não vai ficar com a União” (Consultor legislativo da Câmara dos Deputados, especialista em petróleo, informação verbal).

Embora esse depoimento se refira a uma situação na qual o marco regulatório foi muito favorável à Petrobras, é importante levar em conta que a cessão onerosa é elemento que também favorece o interesse público. O processo de capitalização, que visava enfrentar as enormes necessidades de investimento para exploração do petróleo do pré-sal, gerou o aumento do capital da estatal e assim permitiu tomar empréstimos

²⁰ Cabe destacar, porém, que a resistência dos opositores à quebra do monopólio se manteve ao longo de anos, evidenciada em seguidas liminares impetradas contra a celebração dos leilões ou licitações de áreas para prospecção de petróleo.

a menores taxas de juros, o que favorece tanto a Petrobras quanto o Estado brasileiro enquanto seu acionista majoritário. Além disso, a cessão onerosa permitiu aumento da participação acionária do Estado na empresa, como indicado anteriormente.

Em segundo lugar, o peso da atuação da então ministra Dilma Rousseff como presidente e líder da Comissão representou contraponto à influência da Petrobras, levando a um resultado mais equilibrado entre as preferências do governo e as da estatal²¹.

É necessário lembrar que Dilma Rousseff foi a principal articuladora dos projetos de lei. Tendo sido ministra de Minas e Energia e com histórico de atuação pública relacionado ao setor energético, a ministra manteve ascendência sobre o Ministério de Minas e Energia, mesmo após sua ida para a Casa Civil. Dada a posição estratégica desse órgão na coordenação intragovernamental, a transferência da então ministra Dilma Rousseff para a Casa Civil aumentou inclusive a importância do tema energético na agenda do governo.

Como resultado dessa influência, existem outros elementos na proposta do Executivo Federal que não são favoráveis à Petrobras, tais como a participação obrigatória da estatal em todas as explorações do pré-sal com participação mínima de 30%, além de ser operadora única de todos os campos exploratórios. Essas regras retiram a alternativa da empresa de escolher apenas as melhores áreas de investimento, possibilitada pelo grande conhecimento da geologia nacional que ela detem. Cabe lembrar que essa compulsoriedade foi defendida por Dilma Rousseff, em oposição ao então presidente da Petrobras Sérgio Gabrielli. Ou seja, há indicações de que Dilma Rousseff tenha atuado de forma a contrabalançar interesses da Petrobras, contribuindo para um marco regulatório mais favorável ao Estado brasileiro. O texto seguinte ajuda a embasar tal suposição:

Haroldo Lima, de certa forma, se sente responsável pelo problema criado com a lei que ajudou a formular. Admitiu que os termos do contrato de partilha causaram um problema para a estatal brasileira difícil de remediar. "Na época, todos os integrantes da comissão [interministerial] criada por Lula, inclusive eu, a Dilma e o Edison Lobão, achávamos que era a melhor saída para o país", disse. Às vezes, a atmosfera das reuniões era tensa por causa de uma única voz discordante. A do então presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. Ele, segundo Lima, argumentou algumas vezes que essa obrigatoriedade poderia trazer transtornos para a Petrobras. Ouvia duras reprimendas da então ministra da Casa Civil. "A Dilma brigava muito com ele. Dizia que ele não podia colocar os interesses da Petrobras na frente dos interesses do Brasil" [...] (DIEGUEZ, 2012).

Em suma, em 2010 observa-se uma dinâmica em que governo e Petrobras atuam em maior sintonia, enquanto o Legislativo Federal concentra-se nas questões redistributivas dos recursos entre jurisdições da Federação.

Cabe destacar por fim que, em contraste com a situação de 1997, quando houve enfrentamento entre governo e sindicatos de petroleiros e uma explícita disposição da Presidência da República de quebrar qualquer oposição dentro da estatal, na reforma de 2010 as relações entre governo, Petrobras e sindicatos foram de alinhamento. Conforme entrevistados, tanto a diretoria como os funcionários da Petrobras estavam sintonizados com os termos da reformulação da política do setor e também com relação à questão do desenvolvimento da indústria nacional²².

²¹ Segundo entrevistado, o Ministério de Minas e Energia não tem uma estrutura capaz de dar suporte às decisões. Até hoje, "o que o MME propõe vem da Petrobras".

²² Segundo alguns analistas, "o uso da Petrobras como instrumento de política industrial fazia parte da campanha eleitoral de Lula em 2002. Apoiado por sindicatos de trabalhadores, Lula reclamava durante a campanha que a Petrobras estava comprando plataformas de petróleo com base no menor preço, independentemente se feito no Brasil ou no exterior" (ALMEIDA; OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2014, p. 323).

Considerações finais

Procurando sistematizar as mudanças observadas no caso aqui analisado, é relevante reafirmar que elas não ocorreram de forma completa, nem com a mesma intensidade em todas as suas dimensões. Alguns aspectos se transformaram totalmente, alguns mudaram gradualmente, enquanto outros não sofreram modificações. Dessa forma, caracterizam-se as três dinâmicas tratadas neste artigo. A primeira – de ruptura – configura uma nova conjuntura crítica, rompe o *status quo* e inicia uma nova trajetória. A segunda – a dinâmica incremental – exprime as transformações no interior de uma nova trajetória, mas que se transforma de forma endógena. A terceira dinâmica – continuidade – representa instituições não impactadas pelo choque e que mantêm a mesma trajetória.

Aqui pode-se indicar a contribuição teórica do artigo de forma mais precisa. Remetendo-nos à Figura 1, a combinação de dinâmicas proposta, bem como a análise baseada em elementos da economia política do setor de petróleo no Brasil das últimas décadas, permitem decupar as trajetórias identificadas na Figura 1, no sentido de aumentar a aderência entre teoria e empiria. Isso porque as trajetórias de continuidade da regulação entre 1997 e 2010 podem ser decompostas em seus componentes, permitindo maior compreensão do caso.

Em termos concretos, a reforma de 1997 é um processo que impacta grande parte do quadro institucional do setor de petróleo no Brasil, mas não sua totalidade. Observando especificamente a Petrobras, pode-se afirmar que a reforma de 1997 atinge a estatal pela quebra de seu monopólio político e a transforma em empresa de capital misto funcionando em regime concorrencial. Isso dispara mudança incremental na própria organização da empresa por *conversion*, que inclui sua reestruturação em 1999, e também maior robustez econômica, financeira e institucional. Mais importante ainda, a reforma não impacta o monopólio econômico da empresa, como pretendido por seus formuladores. Esse aspecto central se mantém inalterado, representando continuidade por mecanismo de *path dependence*.

Tal combinação de robustez e monopólio econômico da Petrobras é reforçada com a ascensão do Partido dos Trabalhadores em 2003. Isso porque, com orientações contrárias ao modelo de agências, não se efetiva o objetivo de submeter a estatal ao controle da ANP. Assim, o choque exógeno representado pela descoberta de petróleo no pré-sal em 2006 encontra uma Petrobras ainda mais fortalecida não só economicamente, mas também em termos de poder político. Isso lhe permitiu participar da formulação do marco de 2010 em posição de maior protagonismo do que em 1997.

Se de um lado a obrigatoriedade de participação mínima de 30% da estatal em todas as explorações do pré-sal pode ser interpretada como desfavorável a ela, por outro lado a cessão onerosa, que lhe dá acesso a cinco bilhões de barris do petróleo do pré-sal, lhe é claramente favorável.

Com relação à ANP, sua gênese é interpretada como ruptura em relação ao modelo vigente antes da reforma de 1997. Enquanto agência reguladora, sua função seria submeter a Petrobras a ela e, para isso, gozou inicialmente de prestígio e de significativa sustentação pelo núcleo político do governo FHC. Todavia, ainda nesse governo, a agência reguladora sofre deslocamento parcial por *drifting* ao perder atribuições com a saída de seu primeiro presidente, ligado por laços familiares ao presidente. Essa trajetória de esvaziamento do poder da ANP se acentua no governo Lula, com a transferência de atribuições ao CNPE, à Petrobras e a novas organizações, como a EPE e a PPSA²³.

23 *Todavia, cabe marcar que mais recentemente a ANP parece se fortalecer frente à Petrobras, como no episódio da unitização do poço do Parque das Baleias. Nesse episódio, a agência mantém decisão que aumenta o valor que a estatal deve recolher à União pela exploração de petróleo offshore localizado no litoral capixaba, mesmo após recursos judiciais da empresa.*

Em suma, o caso empírico aqui apresentado, além de evidenciar o papel decisivo da Petrobras nas mudanças recentes do marco regulatório do petróleo no Brasil, mostra ainda como a combinação de dinâmicas institucionais distintas e combinadas permite entender melhor a mudança de 2010. Ou seja, como fatores exógenos e processos incrementais responderam pelo desenho institucional que os atores políticos dominantes impuseram ou negociaram.

Referências

- ALMEIDA, L. G. de. *As duas faces da Petrobras: a persistente dinâmica da empresa estatal no arranjo institucional brasileiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito do Estado de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.
- ALMEIDA, M. H. T. de. *Negociando a reforma: a privatização de empresas públicas do Brasil*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, 1999.
- ALMEIDA, P. R. de. O Brasil e as crises financeiras internacionais, 1929-2001. *Cena Internacional*, v. 3, n. 2, 2001.
- ALMEIDA, M. F.; OLIVEIRA, R. L. de; SCHNEIDER, B. R. Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras. In: GOMIDE, A. de Á.; PIRES, R. (Ed.). *Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2014.
- ALVEAL CONTRERAS, C. *Os desbravadores: a Petrobras e construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo e do Gás Natural 2001*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=58084&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&1435085370478>>. Acesso em: 23 jun. 2015.
- ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2014*. Rio de Janeiro: ANP, 2014.
- ANTOLIN, M. J. P.; CENDRERO, J. M. R. How important are national companies for oil and gas sector performance? Lessons from the Bolivia and Brazil case studies. *Energy Policy*, v. 61, 2013.
- BERCOVICI, G. *Direito econômico do petróleo e dos recursos minerais*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- CARDOSO, F. H. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CEPAL. *Latin American and the Caribbean: options to reduce the debt burden*. Santiago, Chile: 1990.
- COHN, G. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difel, 1968.
- COUTO, C.; ABRÚCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. *Tempo social*, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.
- DIEGUEZ, C. O petróleo depois da festa. *Piauí*, ed. 72, set. 2012.
- FELIPE, E. S. *Mudanças institucionais e estratégias empresariais: a trajetória e o crescimento da Petrobras a partir da sua atuação no novo ambiente competitivo (1997-2010)*. 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

- GOBETTI, S. W. *Federalismo fiscal e petróleo no Brasil e no mundo*. Texto para discussão 1669. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.
- GOBETTI, S. W.; SERRA, R. V. *Novo marco regulatório do petróleo: desafios na transição do regime de concessão para o regime de partilha*. XVI Prêmio Finanças Públicas do Tesouro Nacional, Tema III – Tópicos Especiais em Finanças Públicas. 2011.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003.
- IMMERGUT, E. The theoretical core of new institutionalism. *Politics and Society*, v. 26, n. 1, p. 5-34, mar. 1998.
- KUGELMAS, E.; SOLA, L. Recentralização/descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. *Tempo Social*, v. 11, n. 2, p. 63-81, out. 1999.
- LUCAS, L. P. V. A derrota de um modelo de sucesso. In: GIAMBIAGI, F.; LUCAS, L. P. V. (Org.). *Petróleo: reforma e contrarreforma do setor petrolífero*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- MAHONEY, J.; THELEN, K. A theory of gradual institutional change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Ed.). *Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.
- MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- PAZ, M. J. Oil and development in Brazil: between an extractive and an industrialization strategy. *Energy Policy*, v. 73, 2014.
- PIERSON, P. Big, Slow-Moving, and... Invisible: Macrosocial processes in the study of Comparative Politics. In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. *Comparative historical analysis in the social sciences*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- PIERSON, P. *Politics in Time*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.
- PIRES, A. et al. Conclusões e propostas para o setor. In: GIAMBIAGI, F.; LUCAS, L. P. V. (Org.). *Petróleo: reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- PORTELLA FILHO, P. Ajustamento na América Latina: críticas ao modelo de Washington. *Lua Nova*, n. 32, 1994.
- SALLUM JUNIOR, B. Crise, democratização e liberalização no Brasil. In: SALLUM JUNIOR, B. (Org.). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru: Edusc, 2004.
- SIQUEIRA, A. O que aconteceu com a Petrobras? In: GIAMBIAGI, F.; LUCAS, L. P. V. (Org.). *Petróleo: reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- TROJBICZ, B. *Formação de agenda e formulação de uma política pública no Brasil: o caso do Fundo Social do Pré-Sal*. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
- ZYLBERSZTAJN, D.; AGEL, S. A reforma do setor de petróleo de 1997: racionalidade, concepção e implementação. In: GIAMBIAGI, F.; LUCAS, L. P. V. (Org.). *Petróleo: reforma e contrarreforma do setor petrolífero*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Apêndice 1 – Lista de entrevistados

- N. 1 – Ex-funcionário da Petrobras, consultor da Câmara dos Deputados para assuntos de Minas e Energia. Entrevista em janeiro de 2012.
- N. 2 – Especialista em pesquisa e planejamento do IPEA e funcionário do Ministério das Finanças; especialista em petróleo. Entrevista em janeiro de 2012.
- N. 3 – Consultor da Câmara dos Deputados para assuntos de Minas e Energia. Entrevista em maio de 2014.
- N. 4 – Consultor da Câmara dos Deputados para assuntos de Minas e Energia. Entrevista em maio de 2014.
- N. 5 – Consultor do Senado Federal para assuntos de Minas e Energia. Entrevista em abril de 2014.
- Adriano Pires – Assessor do diretor-geral da ANP, superintendente de importação e exportação de petróleo da ANP e superintendente de abastecimento da ANP durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Entrevista em janeiro de 2012.
- Felipe Marques – Engenheiro da Petrobras. Entrevista em junho de 2014.
- Gilberto Bercovici – Professor de Direito Econômico e Economia Política, Escola de Direito da Universidade de São Paulo; especialista em petróleo. Entrevista de dezembro de 2011.
- Helio Tollini – Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, responsável pela análise do Projeto de Lei que estabeleceu o Fundo Social do Pré-Sal. Entrevista em janeiro de 2012.
- Ildo Sauer – Ex-diretor de Óleo e Gás da Petrobras. Diretor do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da Universidade de São Paulo. Entrevista em dezembro de 2011.
- José Botelho Neto – Diretor de Exploração e Produção de Petróleo e Gás do Ministério das Minas e Energia. Entrevista em junho de 2014.
- Paulo Springer de Freitas – Consultor Legislativo do Senado Federal; especialista em Minas e Energia. Entrevista em dezembro de 2011.
- Philippe Henri Reischstul – Ex-presidente da Petrobras de março de 1999 a dezembro de 2001; responsável pela reestruturação da empresa. Entrevista em dezembro de 2012.

Submissão: 23/02/2016

Aprovação: 25/01/2017

A REFLEXIVIDADE INTENSIVA NA APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL: UMA AUTOETNOGRAFIA DE PRÁTICAS EM UMA ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL

Eduardo Paes Barreto Davel*
Cybele Amado de Oliveira**

Resumo

Esta pesquisa contribui para aprimorar o entendimento da reflexividade no processo de aprendizagem organizacional. Tem por objetivo examinar a reflexividade intensiva, que é ativada pelos conflitos de tipo identitário. Assume-se que a metarreflexividade é a parte da reflexividade que compreende uma investigação de como estabelecemos, após uma reflexão, as aprendizagens que foram incorporadas na prática. A pesquisa fundamenta-se na abordagem socioprática da aprendizagem e em uma autoetnografia de práticas em uma organização educacional, pois, nesse tipo de organização, a reflexividade se desvela como forma primordial na atividade de ensinar e refletir sobre métodos, estratégias e práticas de ensino-aprendizagem. A autoetnografia enfocou três práticas metarreflexivas e consolidou-se por meio de entrevistas semiestruturadas e documentos organizacionais variados. Os resultados obtidos sugerem que a metarreflexividade é orientada por envolvimento como movimentos (aproximação e distanciamento) e pelo exercício de três tipos de ação gerencial: instigação, cuidado e conciliação.

Palavras-chave: Reflexividade. Aprendizagem organizacional. Conflito. Organização educacional. Autoetnografia.

INTENSIFYING REFLEXIVITY IN ORGANIZATIONAL LEARNING: A AUTOETHNOGRAPHY OF PRACTICES IN AN EDUCATIONAL ORGANIZATION

Abstract

This research seeks to improve the understanding of reflexivity in the organizational learning process. Its goal is to examine the intensive reflexivity that is driven by identity-based conflicts. We assume that the meta-reflexivity is a part of reflexivity including an investigation of how we establish – after a given reflexivity – learning experiences that were incorporated into the practice. The research is based on the socio-practice approach of learning and a autoethnography of practices in an educational organizational because in this type of organization reflexivity is manifested as key in teaching activity and reflexivity on learning methods, strategies and practices. The autoethnography focused on three meta-reflexive practices and relied on semi-directive interviews and organizational documents. The research results suggest that meta-reflexivity is sustained by involvement as movements (approximating and distancing) and by the exercise of three types of managerial action (instigation, caring and conciliation).

Keywords: Reflexivity. Organizational learning. Conflict. Educational organization. Autoethnography.

*Pós-doutor em Administração pela Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa. Professor na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. E-mail: davel.eduardo@gmail.com

**Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Diretora executiva e presidente do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa. E-mail: cybeleamado@terra.com.br

A reflexividade vem chamando a atenção de muitos pesquisadores no campo dos estudos organizacionais (ALVESSON; SKOLDBERG, 2000; CHIA, 1996; DAVEL; MELO, 2005; GORLI; NICOLINI; SCARATTI, 2015; HARDY; PHILLIPS; CLEGG, 2001; HIBBERT; COUPLAND; MACINTOSH, 2010; STEIER, 1991). Quando estudada no contexto da aprendizagem organizacional, é frequentemente considerada como individual (CUNLIFFE, 2002; CUNLIFFE, 2004; CUNLIFFE; EASTERBY-SMITH, 2004; DAUDELIN, 1996; GRAY, 2007; HOLTON; GRANDY, 2016; KEEVERS; TRELEAVEN, 2011; RIGANO; EDWARDS, 1998; SCHÖN, 2007, 1983) ou coletiva (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2007; PASSILA et al., 2013). Os pesquisadores enfocam, sistematicamente, a dimensão reflexiva da aprendizagem na ação (CONKLIN; KYLE; ROBERTSON, 2012; HOLTON; GRANDY, 2016), destacando a reflexão crítica como prática oriunda do estímulo a vozes coletivas (PASSILA; OIKARINEN; HARMAAKORPI, 2013) que conduzem à ação coletiva (GRAY, 2007; RAELIN, 2001, 2009) e ao trabalho autoral (GORLI; NICOLINI; SCARATTI, 2015). A prática reflexiva não tem sido abordada sob o ponto de vista de uma reflexão sobre o que foi feito, mas inclui também o mapeamento reflexivo das consequências do que é praticado (KEEVERS; TRELEAVEN, 2011) e da dimensão relacional da reflexão-na-ação (HOLTON; GRANDY, 2016).

Apesar do avanço considerável nos estudos sobre reflexividade e aprendizagem no contexto das organizações, as pesquisas estão focadas, em sua grande maioria, nos processos de circuitos simples de aprendizagem. Não encontramos nenhum estudo que tenha como preocupação central considerações sobre como o processo de reflexão contribui para pensar a aprendizagem nas organizações. Paradoxalmente, não seria esse um estágio de sofisticação do processo de aprendizagem em organizações profundamente reflexivas de suas práticas? Não seria essa uma prática intensiva da reflexão e aprendizagem nas organizações do futuro?

Nesta pesquisa, contribuímos para entender a reflexividade em circuitos duplos ou triplos, enfocando, sobretudo, a metarreflexividade ou reflexividade intensiva nas organizações. O objetivo da pesquisa torna-se, portanto, explorar e discutir os processos metarreflexivos em práticas de aprendizagem organizacional. Adota-se, para tanto, uma perspectiva socioprática da aprendizagem organizacional e assume-se que a metarreflexividade é a parte da reflexividade que compreende uma investigação do como estabelecemos, após uma reflexão, as aprendizagens que foram incorporadas na prática.

Metodologicamente, realiza-se uma autoetnografia de práticas em uma organização educacional. Nesse tipo de organização, a reflexividade se expressa como prática essencial e regular do processo de trabalho organizacional, que consiste em ensinar e refletir sobre métodos, estratégias e práticas de ensino voltadas para favorecer a aprendizagem. A reflexão torna-se, então, parte recorrente e intrínseca do cotidiano de trabalho, tanto no plano individual (o professor ou instrutor que reflete sobre o que fez, como fez e os resultados do que fez) quanto no plano coletivo (reunião de educadores para refletir sobre princípios e práticas coletivamente partilhadas).

Além desta introdução, este artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, explicamos o enquadramento teórico utilizado na pesquisa: a abordagem da reflexividade em processos de aprendizagem, a abordagem da aprendizagem organizacional e a abordagem do conflito. Nesse ponto, explicita-se o papel do conflito como meio de se estudar a reflexividade em processos de aprendizagem; na terceira seção, apresentamos o caso estudado, precisando a abordagem metodológica adotada, a análise do material empírico (três práticas), a categorização de processos metarreflexivos e das ações de gestão; na quarta seção, discute-se os resultados e as implicações para pesquisas futuras, concluindo-se a pesquisa.

A principal contribuição desta pesquisa é a de detalhar empiricamente o fenômeno de reflexividade em circuitos duplos ou triplos (reflexividade intensiva ou metarreflexividade na aprendizagem organizacional), tão difícil de ser realizado metodologicamente. Se a reflexividade se torna um fenômeno caro para a sociologia

contemporânea, ainda permanece timidamente explorada no campo dos estudos organizacionais sob a ótica da metarreflexividade que acompanha processos de aprendizagem. A presente pesquisa propõe ir além da simples exploração da reflexividade nas organizações, para enriquecer nosso conhecimento sobre como isso acontece de forma intensiva em contextos de aprendizagem. Além disso, formula, propõe e discute modos de gestão que sustentam a metarreflexividade.

Intensificando a reflexividade na aprendizagem organizacional

A reflexividade não é um tema novo, tampouco uma problemática exaurida pelas pesquisas. Alguns falam até mesmo de uma virada “reflexiva” nas ciências sociais e humanas (HOLLAND, 1999), que orienta novos horizontes para a produção atual de conhecimentos. De fato, a temática da reflexividade vem inspirando uma ampla variedade de pesquisas sobre metodologias (STEIER, 1991; ALVESSON; SKOLDBERG, 2000), sobre a produção do conhecimento (HARDY; PHILLIPS; CLEGG, 2001; CHIA, 1996; HIBBERT; COUPLAND; MACINTOSH, 2010), sobre o trabalho gerencial (DAVEL; MELO, 2005) e a sobre aprendizagem organizacional (CUNLIFFE, 2002, 2004; CUNLIFFE; EASTERBY-SMITH, 2004; DAUDELIN, 1996; GRAY, 2007; HOLTON; GRANDY, 2016; KEEVERS; TRELEAVEN, 2011; RIGANO; EDWARDS, 1998; SCHÖN, 2007, 1983; SOUZA-SILVA; DAVEL, 2007).

Na presente pesquisa, nos detemos fundamentalmente na reflexividade em contexto organizacional no que diz respeito a processos de aprendizagem. Tratamos, a seguir, da reflexividade nesse contexto de aprendizagem. Em seguida, situamos os estudos sobre aprendizagem organizacional dentro de três perspectivas teóricas para, em seguida, destacarmos uma perspectiva, a que será privilegiada nesta pesquisa.

De qual reflexividade tratamos?

A reflexividade no campo da aprendizagem foi inicialmente explorada por Argyris e Schön (1996), quando desenvolvem a ideia de circuito simples e duplo de aprendizagem. Trata-se de dois níveis de aprendizagem, que se distinguem especialmente pela forma distinta como as teorias da ação são mobilizadas. Com efeito, existem dois tipos de teorias da ação: a teoria adotada (*espoused theory*) e a teoria em uso (*theory in use*), mobilizada pelas pessoas no processo de detecção e correção de erros. A primeira corresponde ao conjunto de valores, crenças e atitudes que sustentam a produção de discursos pelas pessoas. A teoria em uso corresponde às estratégias de ação efetivas, bem como ao conjunto de regras e procedimentos ou modos operacionais postos em prática pelas pessoas.

A aprendizagem em circuito simples é o processo de detecção e de correção das disfunções, que consiste em modificar as práticas para corrigir os problemas constatados, sem que seja necessário questionar os princípios subjacentes a essas práticas na organização. Assim, nesse nível de aprendizagem, novas informações podem produzir um questionamento sobre as ações comuns e ensaios para gerar novas ações. Nesse sentido, a aprendizagem em circuito simples se parece com o que habitualmente pensamos como um processo de ensaio e erro. Passamos agora da utilização de respostas habituais (aprendizagem em circuito simples) para a reflexão sobre a natureza e os efeitos das respostas encontradas (aprendizagem em circuito duplo).

Embora a aprendizagem em circuito simples modifique as estratégias de ação, ela não altera os valores subjacentes às teorias da ação. Ela não atinge os valores fundamentais da organização. Esse tipo de aprendizagem é essencialmente centrado na obtenção de resultados: trata-se de alcançar da melhor forma os objetivos existentes, mantendo o desempenho organizacional nos limites fixados pelos valores e as normas em vigor (ARGYRIS; SCHÖN, 1996).

A aprendizagem em circuito duplo ocorre quando a disfunção não pode ser reduzida sem colocar em xeque ou, pelo menos, sem questionar os princípios e objetivos que sustentam as práticas. Para resolver esse tipo de disfunção, é preciso fazer mais que um simples ajuste das práticas. Desse modo, em contexto de circuito duplo de aprendizagem, devemos aprender o suficiente a propósito do contexto, a fim de questionar as significações convencionais que são atribuídas habitualmente às nossas respostas. Isso possibilita transferir nossos saberes de um contexto para outro. A aprendizagem em circuito duplo induz a uma mudança de valores na teoria em uso, mas também das estratégias. Após a experiência, a organização pode ser levada a questionar seus valores fundamentais, mesmo aqueles nos quais está sedimentada.

Dito de modo metafórico, a aprendizagem em circuito simples compreende a aprendizagem das competências necessárias para participar de um jogo com sucesso, enquanto que a aprendizagem em circuito duplo exige uma reflexão e uma aprendizagem sobre qual o jogo mais adequado a ser jogado. A aprendizagem em circuito simples consiste em agir de acordo com as regras do jogo, enquanto que a aprendizagem em circuito duplo consiste em compreender a natureza das regras do jogo atual e como elas podem ser modificadas para melhor jogar outra partida.

A aprendizagem em circuito simples busca otimizar comportamentos de resolução de problemas em um contexto dado, enquanto que a aprendizagem em circuito duplo questiona os pressupostos, crenças e valores que compõem o contexto. Enquanto a aprendizagem em circuito simples é importante para melhorar progressivamente o desempenho, a aprendizagem em circuito duplo questiona a situação na qual a organização se encontra, sua cultura e sua visão estratégica. Em outras palavras, a aprendizagem em circuito duplo representa a capacidade de refletir sobre os processos de aprendizagem em circuito simples e de compreender quando uma mudança fundamental se torna necessária.

Isaacs (1993) propõe outro nível de aprendizagem: o circuito triplo de aprendizagem. Esse circuito refere-se à forma com a qual se aprende e o paradigma subjacente à aprendizagem. Trata-se de um nível correspondente ao que Bateson (1973) define como aprendizagem voltada para refletir sobre os contextos nos quais as regras foram elaboradas. Esse nível conduz ao diálogo (ISAACS, 1993), ao questionamento e a uma disposição de exploração de nossas dimensões subjetivas (razões de nossa existência, do que somos, nossas percepções do mundo e como atuamos). Diálogo, questionamento e exploração encontram-se no coração da reflexividade.

A reflexão ocorre no contraste entre experiências presentes e passadas (DAUDELIN, 1996) em um fluxo contínuo, à medida que as pessoas apreciam suas ações, agem e as reapreciam (SCHÖN, 1983). Souza-Silva e Davel (2007) assinalam que os estudos sobre reflexividade na aprendizagem organizacional enfocam, sobretudo, a dimensão individual, quando elegem o conceito de ação reflexiva (SCHÖN, 1983). Com base nessa constatação, Souza-Silva e Davel (2007) desenvolvem o conceito de colaboração reflexiva, baseados em um estudo empírico em comunidades de prática para pensar a reflexividade no plano coletivo. Para os autores, na colaboração reflexiva, os indivíduos "não só resgatam seus repertórios pessoais de experiências, mas também ativam o repertório de competências sociais, favorecendo contextos fecundos para a geração de conhecimentos inovadores sobre uma determinada prática" (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2007, p. 62).

Apesar da dimensão coletiva da reflexividade ser explorada por esta pesquisa recente, a reflexividade que acontece em circuitos duplos ou triplos de aprendizagem ainda é pouco explorada pelas pesquisas. No presente estudo, buscamos explorar a reflexividade nesses circuitos, enriquecendo o conceito de colaboração reflexiva e explorando com maior detalhe a intensificação do processo reflexivo, que alguns chamam de metarreflexividade. Adotamos a ideia de metarreflexividade como sendo o processo de organização da reflexão com base em experiências refletidas de processos de aprendizagem.

De qual aprendizagem tratamos?

A aprendizagem organizacional é campo com certa tradição de estudo. Aparece desde a década de 1960, sobretudo com Simon (1969) e Argyris e Schön (1974), e evolui ao tratar fundamentalmente de questões sobre a capacidade de aprender na (ou da) organização (ARAUJO; EASTERBY-SMITH, 2001). Pode-se dividir as pesquisas em duas perspectivas: a da aprendizagem organizacional e a das organizações que aprendem. A perspectiva da aprendizagem organizacional privilegia o estudo da forma e de como as organizações aprendem. Já a outra perspectiva enfoca experiências práticas bem-sucedidas e prescreve condutas sobre o que as organizações devem fazer para aprender (ARAUJO; EASTERBY-SMITH, 2001). Essas duas perspectivas são consideradas como cognitivistas, apesar de evoluírem com o tempo e considerarem a aprendizagem organizacional como um campo de prática (PERRITON; HODGSON, 2012).

Uma terceira perspectiva refere-se à aprendizagem baseada na prática ou aprendizagem socioprática (GHERARDI, 2000; GHERARDI; STRATI, 2014; DAVEL; TREMBLAY, 2011; ANTONELLO; AZEVEDO, 2011), que adotaremos nesta pesquisa. Essa perspectiva se opõe às perspectivas cognitivas ao tentar atenuar as dicotomias mente-corpo, sujeito-objeto, objetivismo-subjetivismo (AZEVEDO, 2010; ANTONELLO; AZEVEDO, 2011; GHERARDI; STRATI, 2014; GHERARDI, 2013). Nessa perspectiva, o foco recai sobre o que se é praticado e como a prática gera aprendizagem das interações situadas na prática e institucionalizadas pelos saberes profissionais (GHERARDI, 2006). A prática é entendida e estudada do ponto de vista da situação, por isso ela é situada, contextualizada (GHERARDI, 2000; AZEVEDO, 2010). Nessa perspectiva, integra dimensões individuais, coletivas e organizacionais do conhecimento (BOUTY; GOMEZ, 2010), enfocando uma variedade de conceitos, como os de comunidade de prática, coparticipação, diálogo reflexivo e significativo (CUNLIFFE, 2002; FENWICK, 2008; HONG; O, 2009; WENGER, 1998, 2000).

Dentro da perspectiva socioprática, o conhecimento acontece no próprio ato de fazer algo, no momento da ação. Quem aprende são pessoas e a organização é o palco, historicamente situado, em que a prática da aprendizagem é realizada e socialmente construída. A aprendizagem, assim, refere-se tanto ao coletivo quanto à organização e ao indivíduo. É relacionada tanto a conhecimentos tácitos quanto explícitos, envolvendo inovações, adaptações e/ou rupturas. No decorrer da prática, os indivíduos estão constantemente refletindo sobre efeitos de suas práticas. Refletem, também, coletivamente (SOUZA-SILVA; DAVEL, 2007), ao colaborarem no decorrer de uma prática.

Apesar de o conceito de prática ser polissêmico (GEIGER, 2009), a epistemologia da prática tem suas forças oriundas de uma visão da prática social na qual as pessoas e situações são construídas e reconstruídas por meio de processos experimentais e reflexivos de engajamento social (ELKJAER; SIMPSON, 2011). Praticar requer um engajamento ativo e reflexivo das pessoas nas transações que constituem a experiência (SIMPSON, 2009). A perspectiva da prática também é reconhecida como uma perspectiva crítica, pelo poder crítico que o conceito de prática nesse contexto pode carregar (FOX, 2009; GHERARDI, 2009).

○ conflito como meio de estudar a intensificação reflexiva

Além de abordar a reflexividade pelo seu caráter intensivo (metarreflexivo) e coletivo (colaboração reflexiva), destaca-se o conflito como meio fecundo de apreender tais caracteres. Os conflitos entre os membros de um grupo ou entre grupos constituem um aspecto essencial da aprendizagem organizacional (ARGYRIS; SCHÖN, 1996; ROTHMAN; FRIEDMAN, 2001; SENGE, 1991), pois o conflito é um processo mediante o qual essa aprendizagem pode ser gerada. Longe de um obstáculo para a aprendizagem, o conflito oferece oportunidades para engajar-se nela. As pessoas são ativas

dentro do processo recorrente e regular de negociação da identidade que pressupõe a aprendizagem organizacional (HARMAN, 2011). Para Rothman e Friedman (2001), a aprendizagem em circuito duplo é um processo de resolução de conflitos, segundo a qual as pessoas questionam os modos de raciocínio e sustentam as tomadas de posição e o significado destas. Por outro lado, quando as tensões sociais oriundas de conflitos de identidade e de desigualdades de poder são significativas, se não forem consideradas adequadamente, podem solapar as bases mínimas necessárias para a aprendizagem em comunidades de prática (HONG; O, 2009).

Quando considerado no processo reflexivo, o conflito é parte integrante da aprendizagem em equipe e da negociação de uma visão compartilhada (SENGE, 1991). O conflito de ideias entre os membros de um coletivo diz respeito à discordância entre diferentes visões pessoais a propósito dos objetivos, valores e meios do coletivo. Assim, o conflito decorrente de ideias diferentes está na base da aprendizagem do coletivo, do pensamento criativo e dos processos inovadores de resolução de problemas. O conflito não leva apenas a um pensamento criativo e à inovação, mas, também, a uma melhor consciência de si e a uma melhor compreensão do outro (ROTHMAN; FRIEDMAN, 2001).

Rothman e Friedman (2001) propõem três abordagens conceituais dos conflitos (recursos, interesses e identidade), quando o impacto destes produz aprendizagem. Segundo a abordagem dos recursos, o conflito decorre de uma disputa entre os diferentes valores dos adversários, mas também de uma ação constante dos adversários com o objetivo de obter poder, um *status* melhor e recursos. A fim de obtê-los, os adversários procuram neutralizar, ferir ou eliminar os rivais. Segundo a abordagem dos interesses, o conflito ocorre no processo de partilha funcional do poder e de alinhamento dos interesses múltiplos, de modo que as pessoas achem interessante se conformar e obedecer voluntariamente ao sistema vigente. Na abordagem da identidade, o conflito não é percebido como um problema a ser solucionado, mas como uma oportunidade para se desenvolver, se adaptar e aprender, na medida em que pode conduzir as pessoas a esclarecer para elas mesmas seus valores e necessidades, a reconhecer o que lhes causa satisfação e insatisfação.

As abordagens dos recursos e dos interesses explicam apenas as aprendizagens em circuito simples. Por exemplo, os conflitos ligados à obtenção de recursos ou à manutenção de interesses específicos permitem que membros de um grupo funcionem em conjunto, mas isso não leva a uma busca comum ou à criatividade (ROTHMAN; FRIEDMAN, 2001). Já a abordagem da identidade pensa o conflito como uma oportunidade de aprendizagem em circuito duplo. Quando o conflito se situa no nível identitário, as pessoas envolvidas devem interagir e dialogar sobre seus valores, seus modos de pensar e agir, levando a uma reflexão profunda e, portanto, a uma aprendizagem em circuito duplo. Nesse nível, o conflito pode ser visto como produtivo, pois sustenta a coesão social e socialização necessária em sistemas democráticos (GAUCHET, 1989; HIRSCHMAN, 1995). Enfocamos, nesta pesquisa, essa abordagem do conflito no nível identitário.

Reflexividade intensiva em uma organização educacional: uma autoetnografia de práticas

No intuito de explorar a reflexividade intensiva em contexto organizacional, optou-se por uma autoetnografia de práticas em uma organização educacional. Nesse tipo de organização, a reflexividade aparece como forma central na atividade de base, que consiste em ensinar e refletir sobre métodos, estratégias e práticas voltadas para favorecer a aprendizagem. A reflexão torna-se, então, parte intrínseca do cotidiano de trabalho, tanto no plano individual (o professor ou instrutor que reflete sobre o que fez, como fez e os resultados do que fez) quanto no plano coletivo (reunião de educadores para refletir sobre princípios e práticas coletivamente compartilhadas). Isso

foi o que nos motivou a escolher um tipo de organização educacional para se estudar a metarreflexividade.

A organização estudada foi fundada depois de 10 anos de realização de um projeto coletivo de formação de diretores escolares e professores do ensino fundamental em uma região da Bahia. Depois de muito diálogo e reflexão entre seus participantes, em 2010, a organização atendia mais de 500 escolas, de 70 mil estudantes, de 2.800 professores, de 230 coordenadores pedagógicos e de 260 diretores escolares. As principais atividades da organização são (a) conferir formação continuada a educadores, (b) colaborar para a formulação de políticas públicas educacionais de qualidade (por meio da discussão de temas relacionados ao ensino formal) e (c) promover pesquisas sobre a qualidade da educação básica, erradicação do analfabetismo e fortalecimento do ensino formal.

Metodologia de pesquisa

A abordagem autoetnográfica (ALVESSON, 2003; BOYLE; PARRY, 2007; DENZIN, 2014; ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011; MUNCEY, 2010) permite melhor acesso à prática, à intimidade do fenômeno reflexivo e a suas sutilezas metarreflexivas. A autoetnografia tem o potencial de fornecer informações com alto grau de reflexividade, significação e sutileza, na medida em que se enraíza profundamente em um contexto vivido de trabalho (ALVESSON, 2003; BOYLE; PARRY, 2007; ANDERSON, 2006). Se, na abordagem etnográfica, o pesquisador se posiciona como observador-participante (observa e inclui sua participação perante o objeto de estudo), na autoetnografia, o pesquisador se torna participante-observador (participante ativo do objeto de estudo). Se, na etnografia, o material empírico é limitado (tendo em vista que o pesquisador não vivenciou os processos inter-relacionais, não teve acesso à complexa teia de relações), na autoetnografia, as informações são contextualizadas, pois as situações foram vividas pelo pesquisador, mas analisadas após a sua vivência.

Um dos autores deste artigo atuou como gestor da organização estudada. Essa pesquisadora-participante-observadora aciona o processo autoetnográfico para o estudo da reflexividade. Cria estratégias de estranhamento ao confrontar suas percepções com as dos outros pesquisadores e por meio de variadas entrevistas com diversas pessoas envolvidas direta e indiretamente no processo. A autoetnografia foi realizada por meio de um procedimento rigoroso e sistemático estruturado em várias etapas.

Na primeira etapa, selecionou-se e definiu-se três práticas como sendo as mais emblemáticas em termos de aprendizagem e metarreflexividade. A caracterização dessas práticas é apresentada no Quadro 1. Na segunda etapa, a participante-observadora recompõe tais práticas com o máximo de detalhamento possível, baseada em sua memória, na forma de narrativa. Descreve para cada prática a narrativa do conflito na base da aprendizagem, a reflexão e a metarreflexão ligada a cada prática. Na terceira etapa, documenta-se a descrição de cada prática com base em informações oriundas de documentos da organização (relatórios, registros de reuniões, atas de assembleias, relatórios técnicos, etc.). Na quarta etapa, entrevista-se cinco pessoas envolvidas diretamente nas três práticas, para se contrastar visões do processo de aprendizagem e de seus resultados reflexivos. Cada entrevista semiestruturada durou de duas a três horas, sendo, depois de gravada, transcrita integralmente e, em seguida, analisada. Na quinta etapa, foram entrevistadas nove pessoas não envolvidas diretamente nas três práticas para provocar ainda mais estranhamento com base em percepções contrastadas sob o entendimento de uma mesma situação. Cada entrevista durou de duas a três horas, sendo, depois de gravada, transcrita integralmente e, em seguida, analisada.

Quadro 1 – Caracterização das práticas estudadas.

Prática	Tematização do ensino	Planejamento participativo	Fóruns de educação
Descrição	Atividade de análise conjunta do plano de ensino no contexto de um programa de alfabetização.	Atividade de planejamento de metas, ações e reavaliações para a organização educacional.	Atividade de escrita conjunta de um documento, no qual os cidadãos e candidatos ao cargo de prefeito se comprometem com a educação.
Envolvidos	Gestores educacionais Coordenadores pedagógicos Professores	Diretores da organização Educadores Sócios-fundadores Secretária executiva Assistentes financeiros	Professores Coordenadores pedagógicos Diretores escolares Pais de alunos Representantes das associações locais Candidatos ao cargo de prefeito Diretores da organização
Conflitos	Concepções diferentes sobre como os estudantes aprendem.	Visões diferentes sobre o processo de profissionalização da gestão da organização.	Engajamentos diferentes sobre a continuidade ou descontinuidade de projetos educacionais em função de promoção partidária.
Reflexões	Distinção de dois tipos de práticas: uma que mantém os estudantes reproduzindo e outra que os ajuda a avançarem.	Distinção dos interesses individuais e coletivos, bem como de suas relações com a identidade da organização e de como cada um se relaciona com essa identidade.	Distinção entre os interesses partidários e os comunitários no que se refere à educação, conduzindo a um processo de envolvimento da comunidade e dos políticos com um projeto educacional compartilhado.
Metarreflexões	Reflexão (questionamento) recorrente dos educadores sobre como aprendem sobre as atividades que geram aprendizagem em sala de aula.	Reflexão sobre a importância da escuta ativa para construir um fazer cotidiano no qual todos se reconheçam enquanto indivíduos e organização, simultaneamente.	Reflexão sobre a capacidade mobilizadora da coletividade em construir conjuntamente um projeto político-educacional para a região.
Ação do gestor	Instigador dos diferentes sentidos, que permite ao grupo questionar, rever e construir o sentido mais adequado para suas práticas cotidianas.	Cuidador das diversas visões, a despertar a importância da escuta do outro e garantir a voz ativa na participação de todas as partes.	Conciliador pela busca de formas de catalisar interesses divergentes para fins de benefício coletivo.

Fonte: Os autores.

Durante o processo de análise de narrativas (CORTAZZI, 2001; CZARNIAWSKA, 2004; GUBRIUM; HOLSTEIN, 2009; RIESSMAN, 1993), as três práticas selecionadas passaram por múltiplos processos de composição, contextualização, ativação, vinculação, estruturação, interpretação, reescrita e ressignificação. O embate com o estranhamento cultural – que gera a análise de narrativas etnográficas (CORTAZZI, 2001) – foi provocado pelo olhar dos entrevistados, que foram convidados a estranhar a narrativa inicial, produzida pelos pesquisadores. Foi desse aproximar-distanciar da narrativa original (OLIVEIRA, 2000) que a análise de narrativa aconteceu, dentro de um processo interpretativo recursivo e dinâmico. A cada entrevista, foram agregados dimensões e elementos narrativos não observados pelos pesquisadores, bem como novos elementos de discussão, contextualização, reflexão e interpretação. Portanto, poderíamos considerar que as práticas são “metaescritas” em coparticipação com todos os agentes colaboradores da pesquisa.

Os processos de aprendizagem metarreflexivos

A **primeira prática** de tematização do ensino trata de conflitos referentes às concepções de ensinar e de aprender, que estão por trás das práticas vivenciadas na sala de aula e que geram confrontos e posições diferentes diante de como os estudantes aprendem. A organização educacional realiza oficinas pedagógicas, tendo como público de formação os coordenadores pedagógicos e os professores de municípios da região, com o intuito de alcançar o principal objetivo do projeto, que é a alfabetização plena: os estudantes conseguindo ler e escrever de modo a entender o que leram (mesmo textos complexos) e escrever de modo a serem entendidos. Os avanços no sentido de alcançar tal objetivo são medidos por avaliações internas, avaliações externas, resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e da Prova Brasil.

O papel do gestor educacional nessa prática é ajudar o grupo de coordenadores pedagógicos a analisarem as práticas, tanto dos conhecimentos didáticos quanto dos aspectos que devem ser desenvolvidos durante os momentos de formação dos coordenadores pedagógicos com os professores. O objetivo é analisar e identificar a melhor maneira de ajudar os professores para que eles ajudem as crianças a aprenderem. O programa de formação tem como princípio garantir, no processo da formação, a análise da prática.

Muitos programas de formação de educadores trabalham com princípios de formação baseados em “passar” conteúdos e de informar acerca deles. Nessa organização educacional, trabalha-se com a autonomia para a construção de conhecimentos didáticos e conhecimentos da formação, que apóiem as aprendizagens dos alunos e dos educadores por meio da análise teórica da prática. Não é uma análise espontânea do senso comum. Pretende-se, nas práticas de formação, consolidar – nos seus conteúdos programáticos – as múltiplas relações e conhecimentos referentes ao que ensinar e como ensinar.

Um instrumento utilizado nesses encontros é a tematização da prática, em que os coordenadores pedagógicos e professores documentam, com imagens de vídeos e relatórios de observação da sala de aula, as práticas docentes, para, posteriormente, realizarem uma análise e reflexão sobre as práticas planejadas e as realizadas. Procedimentos como esses subsidiam e direcionam o planejamento da formação e do acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes, graças à análise crítica da prática do professor em sala de aula, o que desentranha a teoria educacional, que está embutida na prática desse professor, questionando-a, levando-o à elaboração de novas hipóteses, promovendo o desenvolvimento de competências, que o auxiliam em seu replanejamento. É nesse procedimento que aprendem sobre as atividades que geraram aprendizagens qualitativas na prática regular da sala de aula.

Entretanto, a sistematização da prática não ocorre sem conflitos, que podem ser definidos como os embates de concepções, de crenças e valores acerca de como os estudantes aprendem e como se ensina. Em última instância, a atividade, que é um espaço em que se reflete o como e o porquê das práticas do professor em sala de

aula, é o momento em que o conhecimento didático emerge como tema de estudo e como um forte fomentador da aprendizagem.

A **segunda prática** é um planejamento participativo que nasceu no segundo ano de fundação da organização educacional em parceria com outra organização universitária, por meio do projeto de extensão intitulado "Apoio ao fortalecimento institucional".

Vale destacar que a organização educacional conta com mais de 10 anos de existência e foi criada por um grupo de professores, secretários de educação, representantes de associações locais, que atuam de maneira conjunta e igualitária durante 11 meses. Transformar um projeto em uma instituição gerou inúmeros conflitos de entendimentos com relação a contratos de trabalho, planos de carreira, questões salariais e apoio ao deslocamento de formadores e colaboradores. A diretora presidente tinha pouco conhecimento na área de gestão, na área jurídica, contábil e dos processos de governança institucional.

Nesse processo, enfrentou-se o desafio de desvelar o desconhecido, de compreender o sentido e o significado de processos burocráticos e jurídicos, o que são contratos de profissionais autônomos, das muitas interfaces das relações trabalhistas e dos impostos tributados a uma instituição sem fins lucrativos. Nessa prática, a metarreflexão aconteceu na medida em que a escuta ativa permeou todo o processo. Isso conduziu o grupo a perceber a necessidade da escuta assim como a necessidade de aprofundar a questão do por que das opiniões, das falas da própria reflexão como instrumento de geração de conhecimento produtivo e mudanças percucientes.

A **terceira prática** refere-se a um aspecto singular da organização no que concerne às formas de atuação. Com efeito, há uma crença inabalável nos espaços de diálogo e de discussão de conflitos, que estão tanto nos espaços internos de trabalho, redes de colaboradores, áreas de produção, comunicação, financeira, pedagógica, como nas redes de parceiros, municípios, educadores, doadores. A prática circunscreve-se no âmbito das políticas públicas, da participação da comunidade escolar e da sociedade de um modo geral. A atuação das organizações aqui em questão – que são as escolas públicas, as secretarias de educação dos municípios e as prefeituras municipais e associações locais – é o foco de análise no campo amplo das políticas públicas e da participação da comunidade escolar e da sociedade como um todo.

O cenário em que se desenvolve essa prática é interorganizacional dentro de um contexto intramunicipal, envolvendo a sociedade de modo geral. Entre os muitos conflitos que ocorrem em situações de debates públicos, como é o caso de um fórum de educação, escolhemos registrar aqueles que costumam surgir em momentos em que a comunidade escolar precisa tomar decisões, as quais tendem a beneficiar um coletivo e não apenas interesses individuais. No âmbito da atuação da organização educacional, criou-se uma linha de ação que recebeu o nome de "Campanha pela educação", a qual fomenta o encontro de pessoas ligadas à escola (pais, professores, merendeiras, entre outros) para discutir agendas comuns, e culmina com um fórum em que a população, os educadores, representantes de entidades públicas, associações, políticos, entre outros, se reúnem para discutir a educação local. Costumam participar aproximadamente mil pessoas e, como uma orquestra em movimento, os muitos acordes encontram o desafio da sinfonia, nos ajustes da afinação e tons.

O evento inicia com o estabelecimento de contratos ou regras, a serem respeitados enquanto ele ocorre, construídos coletivamente, nos quais se explicita o respeito à fala do outro, o impedimento de qualquer tipo de manifestação eleitoral (já que o evento sempre ocorre em um período anterior às eleições municipais), não estando os candidatos presentes autorizados a falar do que pretendem fazer se eleitos ou a criticar seus oponentes. Todo o processo do fórum é propositivo, já que está focado na elaboração de propostas para a área da educação no município. Além disso, é discutida a ordem de quem falará, quanto tempo cada um terá direito para sua fala, o tempo para refutações e de que forma acontecerá a votação. Testemunhamos aqui não apenas a participação, mas uma metacapacidade: a de construir as próprias regras para acontecer. Finalmente, em um longo dia de trabalho, em torno de

9 a 10 horas, elabora-se um documento público, com uma média de 80 a 90 propostas, que são analisadas uma a uma.

A experiência tem acontecido há 10 anos, em 20 municípios da região e tem contado com ampla presença da população em geral e dos políticos em particular. O interesse que desperta é grande. A participação é intensa em alguns lugares, enquanto em outros a população manifesta-se mais timidamente. Sempre há tensão em alguma intensidade na dependência da virulência dos embates partidários locais. Sendo uma experiência única na região, tendo em vista a afirmativa dos participantes de nunca terem participado de um fórum com a presença de candidatos dispostos a ouvir a população, as dificuldades são muitas. Entre elas, destacamos uma que é traço comum nas relações existentes nos contextos sociais: a ausência de exposição do conflito. Coisa que dificulta muito a participação.

Outrossim, a discussão democrática tende a ser personalizada quando o hábito é o conflito na hora de explicitar um desacordo. Então, ou o conflito é um confronto, ou não se manifesta. Em alguns municípios essa situação está muito clara, principalmente porque o Estado é o mantenedor de numerosas benesses. O prefeito confunde-se com o Estado e confrontá-lo é perder o que se convencionou chamar de "direitos", mas que na região assume implícita, ou explicitamente, a forma do clientelismo.

No fórum, são apresentadas propostas previamente discutidas pelos professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares, pais dos estudantes, estudantes e associações locais. Impressiona constatar a qualidade das propostas colocadas nesses fóruns, pelos professores, pelas merendeiras e pelos pais. As propostas não são apenas calcadas na rotina da vida escolar e chegam a lidar com necessidades menos imediatas e imediatistas. Com o desejo de resolver as carências imediatas, emergem solicitações mais sofisticadas, como a insistência pela formação continuada para professores e demais funcionários da escola, ou a reivindicação de acesso à informática para comunidades rurais.

Todas as propostas são anotadas em um documento que os candidatos assinam, em sinal de que farão o possível para realizá-las. Em seguida, uma comissão é estabelecida para acompanhar a realização das propostas e a população assume corresponsabilidade no processo. Em alguns municípios, os prefeitos eleitos e seus secretários periodicamente prestam contas quanto ao que já se fez e quando e como realizarão as próximas propostas. Em outros, os municípios pressionam e não permitem que as propostas fiquem no esquecimento.

A metarreflexividade em movimentos de envolvimento

Nas três práticas analisadas, os processos metarreflexivos são regidos por movimentos dentro de um ciclo de envolvimento. Ou seja, podem ser explicados por meio de fluxos contínuos de distanciamento e de aproximação. Por exemplo, na prática da tematização do ensino, os professores se aproximam quando surge o problema das demandas da aprendizagem dos estudantes, se aproximam enviando ao grupo de coordenadores suas atividades. Apresentam o que consideram que são as melhores práticas desenvolvidas e se envolvem quando a gestão educacional se compromete com uma escuta ativa do que têm a dizer e quais são os seus problemas.

No entanto, os educadores se distanciam quando percebem que suas atividades consideradas "boas" não ajudaram os estudantes a terem maiores desafios e a avançarem em suas aprendizagens. Nota-se que o distanciamento aqui não tem uma conotação de "não quero saber" ou "isso não é comigo". A distância é o caminho que ocasiona a possibilidade da reaproximação. E, nessa interface, a gestão dialógica retoma o envolvimento. As aproximações são retomadas e acontecem no momento em que o gestor educacional pergunta: o que aprendem os estudantes nas atividades propostas na sala de aula? Em outras palavras, se os estudantes apresentam o que já sabem, que desafios devem ser apresentados para eles de forma a ajudá-los a prosseguirem no nível maior de conhecimento? A retomada da aproximação oferece pistas

para alimentar a continuidade do ciclo do envolvimento. A etapa do distanciamento pode ser confundida com um aparente “não quero aprender”.

Na segunda prática, partimos do ponto do distanciamento: os membros da organização diziam, por meio da não realização das tarefas acordadas, algo que os aproximava de conflitos permanentes. Como os membros dessa organização se aproximaram das questões emergentes? O espaço para a disponibilização de uma efetiva escuta do grupo e a pergunta referente ao quanto cada um contribui ou não com as mudanças na organização geraram envolvimento. Aqui, as condições de colocar na roda o que é de cada um e o que é do interesse coletivo parecem indicar que a zona de atrito deveria ultrapassar a sua forma, se pretende manter-se viva.

Que condições (aproximações) foram necessárias para que o envolvimento retomasse seu ciclo ativo de produtividade? O chamado ao que não queremos manter e que gera uma situação destrutiva precisa “esticar” o campo dos interesses individuais na direção da meta coletiva. Rememorar as histórias de vida e o que traz cada membro da organização àquele lugar que ocupa no momento possibilita e ajuda a descobrir como nos reaproximamos dos processos reflexivos.

Na terceira prática, o envolvimento de toda uma comunidade educacional nasce no aquecimento dos debates e nos minifóruns, que ocorreram em cada escola da comunidade. Também, a crença dos atores que mobilizaram os fóruns de educação na certeza de que é possível transformar impossibilidades em possibilidades foi um catalizador das aproximações. A escuta da necessidade transformada em propostas disparou um chamado à transformação. O interesse coletivo em de fato ter melhorias na sua comunidade foi despertado quando o interesse político partidário estava no seu ponto de fragilidade e necessidade. Em outras palavras, sem a aprovação da comunidade não seriam eleitos, sem o desejo manifesto do povo e a concretização desse desejo, materializado na assinatura dos compromissos, não haveria participação interessada de uma comunidade. As etapas de fomento à participação, que nasceram da escuta de cada escola e de sua comunidade, gerou aproximações e envolvimento.

A gestão subjacente aos processos e movimentos metarreflexivos

Dentro de cada prática, a atividade de gestão foi exercida com contornos específicos. Destacam-se três tipos de ações gerenciais, que sustentam o processo reflexivo: as ações de instigação, de cuidado e de conciliação.

Na primeira prática, observa-se como o gestor não oferece respostas prontas nem busca acomodar entendimentos sobre a situação vivida. Pelo contrário, instiga-se a busca coletiva de respostas e procedimentos para alcançá-las. A metarreflexão ocorreu por meio dessa ação instigadora, que busca explorar nesse espaço conflituoso de concepções diferentes novas formas de se pensar (e de se pensar como pensar) a realidade social. Esse processo conduziu os coordenadores a analisarem as práticas dos professores, partindo de um ponto de maior assimetria. Essa reflexão favoreceu a possibilidade de trazer para a prática da formação com os professores, intensivamente e intencionalmente, a questão: o que aprendem os estudantes nessa atividade? A escolha da questão implica em transportar o ato reflexivo ao ato metarreflexivo por meio de uma instigante clareza (com esforço e foco) do que desejam alcançar como objetivo final, que nesse caso é a aprendizagem dos estudantes. A gestão pela instigação como forma de atuação pressupõe que temos a intenção de estar com o outro e não para o outro.

O segundo tipo de ação gerencial refere-se ao cuidado que se demonstra com as diversas visões em conflito. Diante dessa situação, desenvolver a escuta do outro se torna fundamental para incluir novos elementos e para rever os caminhos da organização. É preciso evidenciar as experiências cotidianas para que a aprendizagem aconteça nas organizações. O ato de tornar algo evidente implica em criar as condições para o compartilhamento. Dentro do processo metarreflexivo, essa forma atua em dois âmbitos: um no sentido de estar disponível, ou seja, fazer-se presente,

gerando a possibilidade do diálogo e integração dos interesses e necessidades. Fazer-se também presente no sentido de ter a competência para dispor, isto é, distribuir tarefas, ações e responsabilidades. Outro aspecto é o quanto essa forma de gestão estará disposta a escutar o outro. Na segunda prática, essa forma se evidencia quando o grupo avança de uma situação de interesses para outra em que se evidencia a possibilidade da cooperação.

Nos espaços organizacionais, em muitos momentos de confronto, quando os conflitos emergem, podemos ter a sensação de que a identidade pessoal se aproxima tanto do conflito que o mesmo toma corpo e se personifica. Aqui, sabemos que no conjunto das questões relacionais temos um constructo de fatores que estão no campo das percepções, emoções e respostas, que cotidianamente damos e que se relacionam diretamente com nossas histórias de vida. O desafio organizacional e da gestão será incluir a história de vida transitando (gerando uma escuta integrativa) e ajudando a diferenciar quais aspectos estão sendo postos como uma questão a se resolver e que questões precisam de cuidados particulares, personalizados.

Algumas perguntas são importantes nesse principiar do processo metarreflexivo numa gestão compartilhada: estamos dispostos a resolver as questões que se apresentam? Por que as questões que trago são tão importantes para mim? O que tem de fato impedido e/ou não favorecido o crescimento em determinada situação conflitante? Queremos realizar uma mudança? Muitas dessas questões, nos espaços organizacionais, parecem ameaçar algo de que, mesmo não sendo propositivo, não queremos abrir mão. Estamos muitas vezes tão identificados com a situação que mudá-la se torna um risco. É nesse cenário que argumentamos o quanto a metarreflexão, vivenciada por meio de uma forma de gestão que cultive o cuidado e que tenha uma escuta ativa, poderá contribuir. Perguntarmo-nos e compartilharmos como estamos pensando acerca dos pontos que consideramos relevantes ou como chegamos até aqui, e o que e como conseguimos assimilar de mudanças (ou não conseguimos assimilar), nos permite escutar algo que é ao mesmo tempo de dentro, de fora e do entorno e, portanto, integral.

A terceira forma de gestão denominamos conciliadora, pois fomenta a catalisação de interesses divergentes pela capacidade de gerar no coletivo o desejo da mudança. Na terceira prática, o convite para os gestores educacionais e a comunidade escolar perante o desafio de assumirem coletivamente a corresponsabilidade com as mudanças da educação nos municípios é impulsionada pela ação de uma gestão que tenta conciliar interesses e canalizar todos em prol da transformação. A força mobilizadora de que podemos fazer a diferença somada ao que efetivamente estamos consolidando como mudança que depende de nós altera a inércia. O espelhamento dos atores da própria localidade envolvidos e comprometidos com a transformação gera um reflexo positivo.

Discussão e conclusões

O enfoque em uma organização voltada para a educação e em práticas organizacionais nos permitiu analisar como os conflitos geram reflexões e metarreflexões, sustentando processos significativos de aprendizagem. Nesse sentido, a principal contribuição desta pesquisa para o avanço do conhecimento consiste no detalhamento empírico conferido ao fenômeno de reflexividade em circuitos duplos ou triplos, tão difícil de ser realizado na pesquisa de campo por suas dificuldades metodológicas. Se a reflexividade se torna um fenômeno caro para a sociologia contemporânea, ainda permanece timidamente explorada no campo dos estudos organizacionais. A presente pesquisa conseguiu ir além da simples exploração da reflexividade nas organizações, para enriquecer nosso conhecimento sobre como isso acontece de forma intensiva, metarreflexiva e na prática.

Além disso, a pesquisa permitiu formular, sugerir e discutir modos de gestão que sustentam a metarreflexividade. Ou seja, a análise permitiu desenvolver três tipos de ações gerenciais, que favorecem e estimulam a prática metarreflexiva dentro do processo de aprendizagem organizacional. Esses modos servem para orientar a

prática de gestores que buscam suscitar a metarreflexividade no âmbito do ambiente organizacional, tanto de indivíduos quanto de equipes, departamentos e parceiros interorganizacionais.

Se por um lado esses tipos de ações gerenciais foram identificados e categorizados, por outro, são limitados à figura da gestora-líder da organização. Os outros indivíduos demonstram menor disposição para exercer tais ações. Nesse sentido, pesquisas futuras sobre metarreflexividade no processo de aprendizagem têm um campo fértil de investigação: como ações favoráveis à metarreflexão são difundidas e partilhadas em todos os setores e âmbitos da organização? A própria participação em situações práticas já demonstra um dispositivo de socialização de tais ações. No entanto, nas fronteiras das relações com os componentes da área meio (setor financeiro, administração, secretaria executiva e setor logístico), a ação gerencial apresenta dificuldades em manter o que Schön (2007) denominou de triplo movimento: conhecimento na ação; reflexão na ação; e reflexão sobre a ação e sobre a reflexão na ação. Que fatores contribuíram para essas dificuldades? A ruptura existente nessa dimensão, quanto à forma de atuar, é originária de que formas de pensar ou atuar?

Novas pesquisas sobre a metarreflexividade podem ampliar a tipologia de ações gerenciais e aplicá-las em outros contextos para avaliar seu poder de generalização. Outros estudos futuros podem também melhor revelar as sutilezas de cada uma das ações propostas por esta pesquisa: instigação, cuidado e conciliação. Trata-se de conceitos que podem ser associados a pesquisas passadas sobre negociação, mediação, cuidado na aprendizagem e gestão da inovação. Mas, quando pensados no contexto de metarreflexividade, necessitam de um tratamento próprio. Pesquisas futuras podem se valer desses campos conceituais para aprofundar as ações gerenciais, que favorecem a aprendizagem organizacional e a metarreflexividade.

A definição cultural do conflito também pode orientar pesquisas futuras. Em muitos ambientes, o conflito pode ser percebido como algo a ser evitado. Nesses contextos, o conflito se manifesta de formas diferentes, algumas vezes mais veladas e pouco construtivas. Nossa pesquisa demonstra, todavia, que o conflito pode gerar aprendizagem, ao ser mediado pelo discurso dialógico no âmbito da prática da gestão. A conquista de espaços de diálogos transformadores e da reflexão intensiva na rotina da organização são momentos fundamentais para que se “abram os corpos” perante as demandas que estão em ebulição na organização. É também no transcórrer dos processos metarreflexivos que vão se acomodando as mudanças, portanto, é necessário um tempo para que se incluam inovações e mudanças nas identidades organizacionais.

A organização em estudo é uma instituição educacional que traz em seu bojo processos reflexivos que são em certa medida princípios que alicerçam o ato educativo. Trata-se de uma organização que vivencia o processo metarreflexivo de forma intensiva e regular, pois faz parte de sua atividade e vocação profissional. No entanto, como a metarreflexividade se manifestaria em ambientes organizacionais que tenderiam a ser menos orientados para esse tipo de atividade? Pesquisas futuras em outros setores de atividades ou tipos de organização poderiam revelar novas facetas do fenômeno metarreflexivo da aprendizagem organizacional.

Por fim, a pesquisa sobre processos metarreflexivos nas organizações e em suas práticas de gestão exige uma abordagem metodológica adequada para captar um fenômeno tão sutil. Para um pesquisador externo que não vivencia as práticas regulares de trabalho de um grupo ou organização é muito difícil obter informações sobre os processos metarreflexivos, já que em muitos casos o grupo não tem consciência deles. Entrevistas semiestruturadas e observações sistemáticas, nesse sentido, talvez não consigam captar a riqueza de detalhes e percursos reflexivos subjacentes a determinadas práticas profissionais. Por isso, a etnografia e a autoetnografia devem ser consideradas como abordagens metodológicas preciosas para a construção desse tipo de conhecimento. Pesquisas futuras podem explorar as vantagens e desvantagens no uso de uma ou outra abordagem metodológica no estudo de processos metarreflexivos da aprendizagem organizacional.

Apesar de suas limitações, quando extrapolados para o contexto das sociedades contemporâneas, os resultados desta pesquisa contribuem para rever os modelos vigentes de aprendizagem e processos reflexivos nas organizações. Descortinam, dessa forma, práticas gerenciais que favorecem a metarreflexividade e instigam uma visão de sociedade na qual as organizações podem ser meios fecundos de sofisticar as práticas reflexivas, sem necessariamente descartar o papel do conflito em tais processos. Por isso, espera-se que esta pesquisa estimule outras que aprofundem essa implicação societal dos processos organizacionais pautados pela metarreflexividade.

Referências

- ALVESSON, M. Methodology for close up studies: struggling with closeness and closure. *Higher Education*, v. 46, n. 2, p. 167-193, 2003.
- ALVESSON, M.; SKOLDBERG, K. *Reflexive methodology: new vistas for qualitative research*. London: Sage Publications, 2000.
- ANDERSON, L. Analytic autoethnography. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 35, n. 4, p. 373-395, 2006.
- ANTONELLO, C. S.; AZEVEDO, D. Aprendizagem organizacional: explorando o terreno das teorias culturais e das teorias baseadas em práticas. In: ANTONELLO, C. S.; GODY, A. S. (Org.). *Aprendizagem organizacional no Brasil*. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- ARAUJO, L.; EASTERBY-SMITH, M. Aprendizagem organizacional: oportunidades e debates atuais. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAÚJO, L. (Coord.). *Aprendizagem organizacional e organização de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática*. São Paulo: Atlas, 2001.
- ARGYRIS, C. *Enfrentando defesas empresariais: facilitando o aprendizado organizacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. A. *Organizational learning: theory, method and practice*. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1996.
- ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. A. *Theory in practice: increasing professional effectiveness*. San Francisco: Jossey-Bass, 1974.
- AZEVEDO, D. C. Possíveis contribuições das abordagens baseadas em prática para a aprendizagem organizacional. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPA (ENEO), 6., 2010, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis, 2010.
- BASTOS, A. V. B.; SCIDEL, T. T. O conflito nas organizações: a trajetória de sua abordagem pelas teorias organizacionais. *Revista de Administração*, v. 27, n. 3, p. 48-60, 1992.
- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution and epistemology*. London: Paladin; Granada, 1973.
- BOUTY, I.; GOMEZ, M.-L. Dishing up individual and collective dimensions in organizational knowing. *Management Learning*, v. 41, n. 5, p. 545-559, 2010.
- BOYLE, M.; PARRY, K. Telling the whole story: the case for organizational autoethnography. *Culture and Organization*, v. 13, n. 3, p. 185-190, 2007.
- CHIA, R. The problem of reflexivity in organizational research: towards a postmodern science of organization. *Organization*, v. 3, n. 1, p. 31-59, 1996.
- CONKLIN, J.; KYLE, T.; ROBERTSON, C. The essential transformation: how masters students make sense and learn through transformative change. *Management Learning*, v. 44, n. 2, p. 161-178, 2012.

- CORTAZZI, M. Narrative analysis in ethnography. In: ATKINSON, P.; COFFEY, A. et al. (Ed.). *Handbook of ethnography*. London: Sage Publications, 2001.
- CUNLIFFE, A. L. On becoming a critically reflexive practitioner. *Journal of Management Education*, v. 28, n. 4, p. 407-426, 2004.
- CUNLIFFE, A. L. Reflexive dialogical practice in management learning. *Management Learning*, v. 33, n. 1, p. 35-61, 2002.
- CUNLIFFE, A. L.; EASTERBY-SMITH, M. From reflection to practical reflexivity: experiential learning as lived experience. In: REYNOLDS, M.; VINCE, R. (Ed.). *Organizing reflection*. Aldershot: Ashgate Publishing, 2004.
- CZARNIAWSKA, B. *Narratives in social science research*. London: Sage Publications, 2004.
- DAUDELIN, M. W. Learning from experience through reflection. *Organizational Dynamics*, v. 24, n. 3, p. 36-48, 1996.
- DAVEL, E.; MELO, M. C. de O. Reflexividade e a dinâmica da ação gerencial. In: DAVEL, E.; MELO, M. C. de O. (Ed.). *Gerência em ação: singularidades e dilemas do trabalho gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- DAVEL, E.; TREMBLAY, D. G. *Formation et apprentissage organisationnel: la vitalité de la pratique*. Québec: Télé-université; Presses de l'Université du Québec, 2011.
- DENZIN, N. K. *Interpretive autoethnography*. Los Angeles: Sage Publications, 2014.
- DIERKES, M. et al. *Handbook of organizational learning and knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DORNELLES, G. *Metagestão: a arte do diálogo nas organizações*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ELKJAER, B. Em busca de uma teoria de aprendizagem social. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAÚJO, L. (Coord.). *Aprendizagem organizacional e organização de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática*. São Paulo: Atlas, 2001.
- ELKJAER, B.; SIMPSON, B. Pragmatism: a lived and living philosophy: what can it offer to contemporary organization theory? *Research in the Sociology of Organizations*, v. 32, p. 55-84, 2011.
- ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. *Forum: Qualitative Social Research*, v. 12, n. 1, p. 1-18, 2011.
- FENWICK, T. Understanding relations of individual colle. *Management Learning*, v. 39, n. 3, p. 227-243, 2008.
- FOX, S. This interpreted world: two turns to the social in management learning. *Management Learning*, v. 40, n. 4, p. 371-378, 2009.
- GAUCHET, M. *La révolution des droits de l'homme*. Paris: Gallimard, 1989.
- GEIGER, D. Revisiting the concept of practice: toward an argumentative understanding of practicing. *Management Learning*, v. 40, n. 2, p. 129-144, 2009.
- GHERARDI, S. *Organizational knowledge: the texture of workplace learning*. London: Blackwell, 2006.
- GHERARDI, S. Prática? É uma questão de gosto! *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 2, n. 1, p. 107-124, 2013.
- GHERARDI, S. Practice-based theorizing on learning and knowing in organizations. *Organization*, v. 7, n. 2, p. 211-223, 2000.

- GHERARDI, S. The critical power of the 'practice lens'. *Management Learning*, v. 40, n. 2, p. 115-128, 2009.
- GHERARDI, S.; STRATI, A. *Administração e aprendizagem na prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- GORLI, M.; NICOLINI, D.; SCARATTI, G. Reflexivity in practice: tools and conditions for developing organizational authorship. *Human Relations*, v. 68, n. 8, p. 1.347-1.375, 2015.
- GRAY, D. E. Facilitating management learning: developing critical reflection through reflective tools. *Management Learning*, v. 38, n. 5, p. 495-517, 2007.
- GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. *Analyzing narrative reality*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2009.
- HARDY, C.; PHILLIPS, N.; CLEGG, S. Reflexivity in organization and management theory: a study of the production of the research subject. *Human Relations*, v. 54, n. 5, p. 531-560, 2001.
- HARMAN, K. Everyday learning in a public sector workplace: the embodiment of managerial discourses. *Management Learning*, v. 43, n. 3, p. 275-289, 2011.
- HIBBERT, P.; COUPLAND, C.; MACINTOSH, R. Reflexivity: recursion and relationality in organizational research processes. *Qualitative Research in Organizations and Management*, v. 5, n. 1, p. 47-62, 2010.
- HIRSCHMAN, A. O. Conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrática. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 42, p. 33-44, jul. 1995.
- HOLLAND, R. Reflexivity. *Human Relations*, v. 52, n. 4, p. 463-484, 1999.
- HOLTON, J. A.; GRANDY, G. Voiced inner dialogue as relational reflection-on-action: the case of middle managers in health care. *Management Learning*, v. 47, n. 4, p. 369-390, 2016.
- HONG, J. F. L.; O, F. K. H. Conflicting identities and power between communities of practice: the case of IT outsourcing. *Management Learning*, v. 40, n. 3, p. 311-326, 2009.
- ISAACS, W. N. Taking flight: dialogue, collective thinking, and organizational learning. *Organization Dynamics*, v. 22, n. 2, p. 24-39, 1993.
- KEEVERS, L.; TRELEAVEN, L. Organizing practices of reflection: a practice-based study. *Management Learning*, v. 42, n. 5, p. 505-552, 2011.
- MUNCEY, T. *Creating autoethnographies*. Los Angeles: 2010.
- NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. (Ed.). *Knowing in organizations: a practice-based approach*. Armonk: M. E. Sharpe, 2003.
- OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- PASSILA, A. H.; OIKARINEN, R.; HARMAAKORPI, V. Collective voicing as a reflexive practice. *Management Learning*, v. 46, n. 1, p. 67-86, 2013.
- PERRITON, L.; HODGSON, V. Positioning theory and practice question(s) within the field of management learning. *Management Learning*, v. 44, n. 2, p. 144-160, 2012.
- PRANGE, C. Aprendizagem organizacional: desesperadamente em busca de teorias? In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAÚJO, L. (Coord.). *Aprendizagem organizacional e organização de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática*. São Paulo: Atlas, 2001.
- RAELIN, J. A. Public reflection as the basis of learning. *Management Learning*, v. 32, n. 1, p. 11-30, 2001.

- RAELIN, J. A. The practice turn-away: forty years of spoon-feeding in management learning. *Management Learning*, v. 40, n. 4, p. 401-410, 2009.
- RIESSMAN, C. K. *Narrative analysis*. Newbury Park: Sage, 1993.
- RIGANO, D.; EDWARDS, J. Incorporating reflection into work practice: a case study. *Management Learning*, v. 29, n. 4, p. 431-446, 1998.
- ROTHMAN, J.; FRIEDMAN, V. J. Identity, conflict, and organizational learning. In: DIERKES, M. et al. *Handbook of organizational learning and knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SCHÖN, D. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- SCHÖN, D. A. *The reflective practitioner: how professionals think in action*. New York: Basic Books, 1983.
- SENGE, P. M. *La cinquième discipline: l'art et la manière des organisations qui apprennent*. Paris: First, 1991.
- SENGE, P. M. et al. *Presença: propósito humano e o campo do futuro*. São Paulo: Cultrix, 2007.
- SHOMMER, P. C.; SANTOS, I. G. *Aprender se aprende aprendendo: construção de saberes a relação universidade e sociedade*. Salvador: CIAGS; UFBA; Fapesb; SECTI; CNPq, 2010.
- SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. S. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- SIMON, H. A. *The sciences of the artificial*. Cambridge: MIT Press, 1969.
- SIMPSON, B. Pragmatism, mead and the practice turn. *Organization Studies*, v. 30, n. 12, p. 1.329-1.347, 2009.
- SOUZA-SILVA, J. C.; DAVEL, E. Da ação à colaboração reflexiva em comunidades de práticas. *Revista de Administração de Empresa*, v. 47, n. 3, p. 53-65, 2007.
- STEIER, F. *Research and reflexivity*. London: Sage Publications, 1991.
- WENGER, E. *Communities of practice: learning, meaning and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- WENGER, E. Communities of practice and social learning systems. *Organization*, v. 7, n. 2, p. 225-246, 2000.

Submissão: 24/02/2016
Aprovação: 10/08/2017

OS PAPEIS DA SOCIEDADE CIVIL COMO PROTAGONISTA
NO PROCESSO DE PROMOÇÃO DO CONSUMO
SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE BASEADA NA PERCEPÇÃO
DE ESPECIALISTAS BRASILEIROS

Verônica Macário de Oliveira*
Carla Regina Pasa Gómez**
Suzanne Érica Nóbrega Correia***

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os papéis da sociedade civil para promover o consumo sustentável no contexto brasileiro. Considera-se que a promoção do consumo sustentável necessita da atuação da sociedade civil por meio de um processo emancipatório (SACHS, 2007), com o aprofundamento da democracia participativa e amplo exercício da cidadania (COSTA; TEODÓSIO, 2011; MICHELETTI; STOLLE, 2012). Isso porque consumo sustentável depende de mudanças estruturais associadas a fatores políticos, institucionais e de mercado, o que requer o desenvolvimento de propostas mais colaborativas, nas quais a sociedade civil exerça papéis de protagonista ao lado de governos e empresas. Assim, em termos de procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa com especialistas brasileiros na temática, usando o método *Policy Delphi*. Os resultados demonstram que dos papéis da sociedade civil analisados, apenas o *carrotmob*, no nível meso, não foi validado como relevante. Quanto aos demais papéis avaliados, apenas a prática do *buycott* foi classificado como "muito importante", no nível micro, enquanto os outros foram classificados como "criticamente importante" no processo de promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Consumo sustentável. Sociedade civil. Cidadania.

THE ROLES OF CIVIL SOCIETY AS A PROTAGONIST
IN THE PROCESS OF PROMOTING CONSUMPTION
SUSTAINABLE: AN ANALYSIS BASED ON THE
PERCEPTION OF BRAZILIAN EXPERTS

Abstract

This article aims to analyze the roles of civil society to promote sustainable consumption in the Brazilian context. It is considered that the sustainable consumption promotion requires the action of civil society through an emancipatory process (SACHS, 2007), from the deepening of participatory democracy and broad exercise of citizenship (COSTA; TEODÓSIO, 2011; MICHELETTI; STOLLE, 2012). The sustainable consumption depends on structural changes associated with political, institutional and market factors, which requires the development of more collaborative proposals, in which civil society has starring roles alongside governments and businesses. Thus, in terms of methodological procedures, a survey was conducted with Brazilian experts in the subject, from the use of the *Policy Delphi*. The results

*Doutora em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: veronicamacario@gmail.com

**Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: carlapasagomez@gmail.com

***Doutora em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: suzanne.enc@gmail.com

demonstrate that the roles of civil society analyzed, only carromob, at the meso level, has not been verified as relevant. As for the other evaluated roles, only the boycott practice was rated as "very important", at the micro level, while others were classified as "critically important" in the process of the sustainable consumption promotion in the Brazilian context.

Keywords: Sustainable consumption. Civil society. Citizenship.

Introdução

A inserção do consumo, na década de 1990, no mapa político das discussões sobre a crise ambiental e a necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável trouxe a possibilidade de fortalecer o interesse e a participação da sociedade civil nos dilemas e decisões políticas do cotidiano. Isso se torna possível em virtude de uma perspectiva de democracia participativa e exercício de cidadania que reconhece a capacidade que a sociedade civil tem para contribuir no desenvolvimento de soluções para os problemas sociais que afligem os contextos nos quais se insere.

Considera-se que há um espaço de manobra considerável para mudanças nos atuais padrões de consumo e de estilos de vida por meio de um processo emancipatório, mesmo que eles estejam profundamente enraizados em determinadas condições socioeconômicas e sejam culturalmente específicos (SACHS, 2007). Isso porque a noção de cidadania contemporânea significa um processo de aprendizado social e de construção de novas práticas políticas concretas que permitam avançar em direção a um novo quadro de referência das práticas de consumo (COSTA; TEODÓSIO, 2011).

Entretanto, a efetivação desse novo quadro de referência em prol do consumo sustentável depende de mudanças estruturais associadas a fatores políticos, institucionais e de mercado. São frequentes as críticas à ideia que considera o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Questiona-se até que ponto a expansão da produção e consumo de bens e serviços reflete na obtenção real de bem-estar para as pessoas, as comunidades e seus territórios (ABRAMOVAY, 2012).

Essa problemática se agrava quando se constata o baixo nível de informação da sociedade sobre as questões socioambientais e suas relações com as práticas de consumo, o que interfere notadamente no comprometimento de ações e estratégias eficazes que visem enfrentar tais questões. No Brasil, especificamente, em pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2012), que apresenta uma série histórica comparativa entre os anos de 1992, 1997, 2001, 2006 e 2012 para identificar a percepção sobre "o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável", observa-se que o nível de informação dos brasileiros sobre os problemas ambientais pouco evoluiu, tanto em termos dos problemas locais quanto mundiais. O resultado dessa pesquisa aponta para a necessidade de se avançar em estudos sobre o processo de promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro. Isso porque emergem questões mais amplas que permeiam as propostas de mudanças nas práticas de consumo da população sobre os problemas socioambientais que o país precisa enfrentar, principalmente em termos culturais e estruturais. É importante encontrar meios de ultrapassar o *lock-in* ideológico encontrado em mercados insustentáveis.

Nesse contexto, a sociedade civil pode se mobilizar e uniformizar sua ação política diante de políticas públicas voltadas para temas específicos (ACSELRAD, 2001), como o consumo sustentável, envolvendo-se em iniciativas de colaboração e de parcerias com outros atores sociais e institucionais para desenvolver mecanismos de enfrentamento das suas demandas, que possuam sensibilidade às especificidades locais do Brasil. As redes sociais exercem influências no funcionamento dos mercados, o que abre possibilidades férteis para que a ética e o respeito ao ecossistema possam ocupar o centro das discussões dos agentes públicos e privados (RIFKIN, 2011), o que inclui a atuação da sociedade civil no processo de promoção do consumo sustentável.

Desse modo, a realização deste estudo emergiu da percepção de que a sociedade civil desempenha papéis relevantes no processo de promoção do consumo sustentável,

atuando como protagonista, ao lado de governos e empresas, para promover as mudanças necessárias, considerando as características dos contextos locais em que ações e estratégias serão implantadas. Assim, o objetivo deste artigo é analisar os papéis da sociedade civil para promover o consumo sustentável no contexto brasileiro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com especialistas brasileiros na temática, usando o método *Policy Delphi*, que é adequado para se explorar um tópico complexo, com pouco contexto histórico e que exige parecer de especialistas.

Em termos estruturais, este artigo se organiza em cinco seções. Além desta parte introdutória, apresenta-se na segunda o referencial que deu sustentação teórica para este estudo; na terceira seção são delineados os procedimentos metodológicos utilizados; os resultados obtidos são apresentados e discutidos na quarta seção; e, por fim, tem-se as considerações finais dos autores.

Consumo sustentável

Para que a pressão exercida pelas sociedades humanas sobre os ecossistemas seja revertida, de modo a garantir condições de sobrevivência para as futuras gerações, é importante alterar de maneira significativa os atuais padrões de consumo (ABRAMOVAY, 2012), considerados insustentáveis, porque há uma exploração excessiva dos recursos naturais que não considera os limites dos ecossistemas e a capacidade de assimilação dos rejeitos pelo meio ambiente, além de que o acesso às riquezas produzidas é injusto e desigual (JACKSON, 2006; BROWN; VERGRAGT, 2016; DUBEY et al., 2016). Promover o consumo sustentável é, portanto, um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável, que visa alcançar eficiência energética e de recursos, acesso a serviços básicos, desenvolver infraestruturas sustentáveis e melhorar a qualidade de vida para todos (DUBEY et al., 2016).

Nesse contexto, constatou-se que o consumo sustentável é apresentado na literatura sob duas perspectivas amplamente distintas (SCHAEFER; CRANE, 2005): primeiro, o consumo visto como um processamento de informações e escolha racional, seguindo uma visão individualizada da responsabilidade sobre as decisões de consumo; e, segundo, a visão antropológica e sociológica do consumo que o estuda sob uma perspectiva social e cultural, que inclui três vertentes – o consumo hedonista, a construção de identidades com base no consumo e o consumo como um processo de comunicação (JACKSON; MICHAELIS, 2003; SCHAEFER; CRANE, 2005; JACKSON, 2006).

Ao tentar estabelecer a relação entre consumo e sustentabilidade nessas diferentes abordagens, constata-se que o foco da primeira abordagem tem uma relação forte com a sustentabilidade na literatura do tema, com estudos voltados para o comportamento do consumidor e os seus valores e atitudes em relação às questões ambientais e às questões tecnológicas que envolvem os processos produtivos e os produtos. Nesse contexto, as ações voltadas para o consumo sustentável, portanto, tem como espaço fundamental o comportamento individual do consumidor e são orientadas para a produção de bens e serviços ecologicamente corretos, educação para a sustentabilidade e remoção de barreiras ao comportamento ecologicamente correto (SCHAEFER; CRANE, 2005; JACKSON, 2006; BROWN; VERGRAGT, 2016).

Por outro lado, na abordagem sociológica e antropológica do consumo o foco está nos aspectos sociais e culturais que o envolvem. Torna-se cada vez mais evidente que a tecnologia e estratégias voltadas ao comportamento do consumidor sozinhas não são susceptíveis de neutralizar totalmente os impactos ecológicos da sociedade de consumo, o debate se foca cada vez mais na necessidade de se deslocar para além da economia e da cultura consumista (JACKSON, 2006; TUKKER et al., 2008; BROWN; VERGRAGT, 2016), o que inclui fatores estruturais, institucionais e de mercado. Assim, essa abordagem tem potencial para atrair os ambientalistas e estudiosos críticos de consumo, buscando uma rica conceituação de consumo sustentável (SCHAEFER; CRANE, 2005). Considera-se que os atores sociais são resistentes às mudanças (GONÇALVES-DIAS, 2009), de modo que maiores transições sociais, econômicas e políticas são necessárias para promover a sustentabilidade (JACKSON, 2006), o que torna essa abordagem mais adequada para os propósitos inseridos nos discursos sobre

o desenvolvimento e consumo sustentável. Há uma necessidade de se promover um esforço coletivo de cidadãos em busca de uma transformação social que almeje a sustentabilidade das práticas de consumo (JOHN; JAEGER-ERBEN; RÜCKERT-JOHN, 2016), o que perpassa necessariamente por um processo de emancipação cidadã e aprofundamento da democracia.

Em um levantamento bibliográfico das pesquisas que estão sendo realizadas sobre consumo sustentável, observou-se que elas despontam no escopo dessas duas abordagens em campos disciplinares distintos e envolvem os seguintes aspectos da temática: a) a necessidade de avaliar as implicações da mudança cultural e de valores sobre a percepção, atitudes e comportamentos do consumidor sobre as questões ambientais (ESTER; SIMÕES; VINKEN, 2004; KILBOURNE; CARLSON, 2008; FUCHS et al., 2016); b) a necessidade de desenvolver um novo modelo de consumo com ampliação das responsabilidades do consumidor sobre o seu ato de consumo (PORTILHO, 2005; HOFFMANN; HUTTER, 2012; GRABS et al., 2016); c) a necessidade de adotar uma abordagem interdisciplinar do consumo que inclua, além dos aspectos culturais, os aspectos estruturais (DOLAN, 2002; SCHAEFER; CRANE, 2005; THOGERSEN; 2010; ASSADOURIAN, 2010; COSTA; TEODÓSIO, 2011; BROWN; VERGRAGT, 2016); d) a influência da governança na concepção de instrumentos políticos para o consumo sustentável (JACKSON; MICHAELIS, 2003; THOGERSEN, 2005; COHEN, 2005; BARBER, 2007; PAPE; HEISSERER, 2011; LOREK; FUCHS, 2013); e) e aquelas que examinam o papel das empresas na promoção do consumo sustentável (MICHAELIS, 2003; VAN NES; CRAMER, 2006; MUSTER, 2011; SILVA; CORRÊA; GÓMEZ, 2012; DUBEY et al., 2016).

No contexto brasileiro, o desafio a ser enfrentado é que as iniciativas que abordam as questões ambientais e de consumo sustentável precisam ter bases lógicas menos estadocêntricas e se envolver com propostas mais colaborativas, nas quais a sociedade civil exerça papéis de protagonista ao lado de governos e empresas.

Papéis da sociedade civil na promoção do consumo sustentável

O deslocamento da questão ambiental para a esfera do consumo surge como uma possibilidade agregadora e emancipatória que poderá fortalecer o interesse da participação individual e coletiva nos dilemas e decisões políticas cotidianos, trazendo a questão socioambiental para a agenda privada e para as políticas públicas (PORTILHO, 2005; ECHEGARAY, 2010). Neste estudo, considera-se que os padrões e níveis de consumo são determinados por um conjunto de fatores contextuais e estruturais que muitas vezes fogem ao controle dos consumidores. Porém, estes poderiam atuar de forma ativa na busca por promover as mudanças necessárias para atingir a sustentabilidade do consumo. Dessa maneira, o consumo inclui a concepção de cidadania (COSTA; TEODÓSIO, 2011). O engajamento cívico da sociedade civil estimula a ação coletiva e a aprendizagem social em prol da mudança social para se promover o consumo sustentável (GRABS et al., 2016).

O fundamento político do desenvolvimento sustentável está vinculado ao processo de aprofundamento da democracia e da construção da cidadania, a partir da democratização da sociedade e do Estado. Isso pressupõe o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de ativos e de informação aos setores subordinados, o incremento da capacidade de análise das organizações e a capacitação para a tomada de decisão, além da abertura do aparato estatal ao controle do cidadão, incorporando o conceito de responsabilidade política na atividade pública (GUIMARÃES, 2001).

A participação da sociedade civil ocupa bastante espaço nos discursos sobre desenvolvimento, mas a realidade é muitas vezes manifestada por imposições de estratégias elaboradas no escalão central dos governos. Entretanto, deve-se ressaltar que a identificação das necessidades reais da população e a hierarquização das urgências dependem de iniciativas vindas da base (SACHS, 2007).

Os comportamentos dos indivíduos que compõem a sociedade são importantes para o desenvolvimento sustentável, os quais devem ser traduzidos em um conjunto

de práticas sociais que transformem as estruturas de poder associadas à ordem econômica estabelecida em uma racionalidade social alternativa (LEFF, 2001), o que inclui as atividades de consumo.

Assim, o consumo, como um exercício da ação individual na esfera do mercado, torna-se imbuído de valores públicos e coletivos, configurando-se em uma atuação política não convencional que envolve as entidades de mercado (consumidores e empresas) como interlocutores políticos (ECHEGARAY, 2010). O autor esclarece que, dessa forma, as relações de consumo estão além de um contrato comercial que envolve direitos e deveres sobre o objeto de compra/venda e inclui as consequências de produzir e vender (para empresas) e de consumir e descartar (para consumidores).

O processo de emergência do consumidor cidadão revela-se pela crescente demonstração de interesse em saber o mundo que está por trás daquilo que compra e consome. Além do preço e da qualidade, se interessa em saber como, onde e por quem o produto foi produzido (FUCHS; LOREK, 2005). Essa nova consciência se associa a um engajamento da sociedade civil nas questões socioambientais atreladas ao consumo. Nesse sentido, os consumidores exercem seus papéis de cidadãos, atuando na busca de formas de enfrentamento e soluções para as mudanças nos padrões e níveis de consumo (PORTILHO, 2005; ECHEGARAY, 2010; COSTA; TEODÓSIO, 2011). Esse engajamento é uma ampliação do potencial de participação social na vida pública e nos negócios (ABRAMOVAY, 2012) e se constitui em complementação da atuação política desempenhada pelos atores do governo. Essa atuação pode ocorrer de forma individual e coletiva, como, por exemplo, por intermédio de organizações da sociedade civil (OSC), que possuem legitimidade para atuar como mediadoras entre as pressões institucionais e promoção do consumo sustentável (DUBEY et al., 2016). Assim, práticas individuais e coletivas da sociedade civil fazem parte de várias tentativas de promover o desenvolvimento sustentável e também são centrais nas noções emergentes de cidadania (MICHELETTI; STOLLE, 2012).

Os papéis que a sociedade civil pode desempenhar na promoção do consumo sustentável são organizados em níveis macro, meso e micro, com base no escopo das suas ações e estratégias decorrentes, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Papéis da sociedade civil para promover o consumo sustentável.

Nível de atuação	Papéis	Autores que sustentam a base teórica
Macro	Participar na formulação de políticas públicas	Fuchs e Lorek (2005) Costa e Teodósio (2011) Rattis Teixeira (2011) Micheletti e Stolle (2012)
	Formular métodos de educação para o consumo sustentável	Barber (2007) Rattis Teixeira (2011)
Meso	Exercer pressões sobre os governos e empresas	Barber (2007) Echegaray (2010) Rattis Teixeira (2011) Lorek e Spangenberg (2014) Dubey et al. (2016)
	Promover discussão sobre o tema	Barber (2007) Rattis Teixeira (2011) Costa e Teodósio (2011)
	Criar redes de comércio justo	Portilho (2005) Barber (2007) Costa e Teodósio (2011) Rattis Teixeira (2011)
	Promover o <i>carrotmob</i>	Hoffmann e Hutter (2012)

continua

continuação

Nível de atuação	Papéis	Autores que sustentam a base teórica
Micro	Promover boicotes	Portilho (2005) Barber (2007) Echegaray (2010) Hoffmann e Hutter (2012) Rattis Teixeira (2011)
	Promover <i>buycotts</i>	Echegaray (2010) Micheletti e Stolle (2012)

Fonte: Elaborado com base na revisão teórica.

No nível macro, a sociedade civil pode se engajar ativamente no processo de formulação de políticas públicas que visem à promoção do consumo sustentável, buscando intervenções que tenham o intuito de proteger os interesses coletivos, assim como atuando na formulação de métodos de educação para o consumo sustentável que visem à criação de um contexto favorável para as mudanças culturais necessárias e a disseminação de estilos de vida mais sustentáveis.

No nível meso, considerando que os consumidores são também eleitores, estes podem pressionar os governos a adotarem medidas políticas mais fortes em direção ao consumo sustentável e influenciar o processo de formulação de políticas públicas (FUCHS; LOREK, 2005; MICHELETTI; STOLLE, 2012). E, na relação de poder que exercem enquanto consumidores, podem pressionar as empresas e governos para adequarem suas práticas aos preceitos do desenvolvimento sustentável. Parte-se do pressuposto de que a participação social na vida pública, decorrente do fortalecimento da sociedade civil, tem um imenso e pouco explorado potencial de interferir em importantes decisões empresariais (ABRAMOVAY, 2012) e governamentais sobre questões socioambientais.

Ademais, as discussões sobre o tema consumo e meio ambiente, geralmente realizadas por ONGs, são importantes por causa da legitimidade social que elas possuem (LOREK; SPANGENBERG, 2014), o que reflete na sua potencial influência sobre os valores da sociedade para promoverem a difusão de estilos de vida alternativos (FUCHS; LOREK, 2005). Além disso, outro papel que a sociedade civil pode desempenhar para promover o consumo sustentável consiste em aumentar a proporção do consumo realizado fora do mercado convencional, adotando mecanismos de compras coletivas e aproximação com produtores, o que pode ocorrer em associações ou com a formação de redes de comércio justo (PORTILHO, 2005; BARBER, 2007; RATTIS TEIXEIRA, 2011).

O último papel inserido no nível meso é o *carrotmob*, que consiste em uma estratégia na qual um grupo de consumidores incentiva uma espécie de financiamento coletivo, geralmente com um alto volume de compras, como forma de recompensar uma empresa por aceitar adotar uma medida de responsabilidade socioambiental (HOFFMANN; HUTTER, 2012).

No nível micro são incluídos comportamentos que envolvem a prática do consumo privado, como uma ação política e exercício da cidadania, e que podem provocar mudanças nas relações de produção e consumo em busca da sustentabilidade. Nesse sentido, a sociedade civil pode utilizar ações de protestos ou boicotes (PORTILHO, 2005; ECHEGARAY, 2010) para punir empresas que apresentam comportamentos inaceitáveis. Os boicotes de consumidores são uma manifestação amplamente reconhecida de consumo ético (HOFFMANN; HUTTER, 2012) e exercício de cidadania (MICHELETTI; STOLLE, 2012). A estratégia inversa que pode ser adotada é o *buycott*, em que empresas são recompensadas com o aumento nas compras no ponto de venda

ou no boca a boca (MICHELETTI; STOLLE, 2012) por apresentarem comportamentos desejáveis (HOFFMANN; HUTTER, 2012).

Essas ações são consideradas um processo de politização do consumo, com o qual os consumidores podem se manifestar através de um discurso favorável ou desfavorável sobre uma empresa e/ou setor no ato da compra (que premia ou pune produtos e serviços de uma marca ou empresa) (PORTILHO, 2005; ECHEGARAY, 2010). Na prática, possibilita um modo alternativo de participação perante assuntos públicos fora da esfera convencional e além das fronteiras de interlocução política tradicional com o governo, os partidos políticos ou o próprio Estado. Como um resultado crucial, essas novas práticas tornam menos nítido o limiar entre o interesse privado e o público, e entre o mundo do consumo e o mundo da cidadania (ECHEGARAY, 2010).

No âmbito dessas discussões, destaca-se o papel das organizações da sociedade civil que se envolvem em ativismo com base no mercado, chamando os consumidores para realizar boicotes e *buycotts* por razões de sustentabilidade, o que contribui não só para pressionar as empresas a se tornarem mais responsáveis, mas também para estimular os consumidores a fazê-lo também. Além disso, praticar o boicote e o *buycott* é comumente uma forma de organização política do consumo (MICHELETTI; STOLLE, 2012), envolvendo práticas individualizadas de cidadania que permitem aos consumidores avaliar por si próprios o seu nível de envolvimento em promover melhorias na sociedade.

Procedimentos metodológicos

O objetivo desta pesquisa foi analisar os papéis da sociedade civil que visam promover o consumo sustentável no contexto brasileiro. A natureza desta pesquisa foi exploratória, buscando gerar novas ideias sobre a atuação da sociedade civil no processo de mudanças que busquem contribuir para a sustentabilidade associada à atividade de consumo.

A técnica utilizada para a realização deste estudo foi o *Policy Delphi*. Na sua formulação original, o *Delphi* é uma técnica para buscar o consenso de opiniões de um grupo de especialistas a respeito de eventos futuros. A técnica se baseia no uso estruturado do conhecimento, da experiência e da criatividade de um painel de especialistas, pressupondo que o julgamento coletivo, quando organizado adequadamente, é melhor que a opinião individualizada. Essa técnica foi estendida da sua forma original para incorporar a busca de ideias e estratégias para a proposição de políticas organizacionais mais gerais e passou a ser conhecida como *Policy Delphi* (WRIGHT; GIOVINAZZO, 2000).

O *Policy Delphi* é um método utilizado para explorar um tópico complexo, com pouco contexto histórico e que exige parecer de especialistas para compreender as questões subjacentes (RAYENS; HAHN, 2000; FRANKLIN; HART, 2007), como é o caso do consumo sustentável. A finalidade é garantir que todas as opções possíveis sejam consideradas, estimando o impacto e a consequência de qualquer ação particular, além de examinar e avaliar a aceitabilidade de qualquer opção específica (TUROFF, 1997).

A amostra utilizada foi a não probabilística intencional, composta por um conjunto de especialistas na temática, o que incluiu: técnicos e pesquisadores que atuam em órgãos e entidades públicas na área de meio ambiente e de proteção ao consumidor, responsáveis pela atuação do governo; acadêmicos envolvidos com pesquisas ligadas ao tema em estudo; profissionais com experiências em empresas que promovam ações voltadas para promoção do consumo sustentável; e pessoas atuantes em ONGs diretamente ligadas à área investigada, totalizando 40 especialistas investigados (Tabela 1)

Tabela 1 – Quantidade X participação de especialistas no *Policy Delphi*.

Grupo de especialistas	Quantidade convidada	Quantidade de participantes	% de respondentes
Academia (G1)	67	16	40,0%
Governo (G2)	18	08	20,0%
Empresas (G3)	13	08	20,0%
ONGs (G4)	37	08	20,0%
Total	135	40	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A coleta de dados ocorreu no período de outubro de 2013 a maio de 2014, por meio da documentação direta do tipo intensiva, com a aplicação de questionários semiestruturados para conhecer o grau de relevância atribuído pelos especialistas ao conjunto de papéis da sociedade civil na promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro.

Na primeira rodada, para cada afirmação, os respondentes expressaram suas respostas assinalando em uma escala do tipo *Likert*, em cinco pontos distribuídos de acordo com os níveis de relevância (5 – criticamente importante; 1 – não tem importância), e havia espaços para que os especialistas apresentassem comentários adicionais sobre as variáveis. O questionário foi disponibilizado em plataforma *online* (Google Docs). Após o retorno dos questionários, na primeira rodada, foram feitos cálculos estatísticos de medida central (média (μ)) e de medida de dispersão (coeficiente de variação (CV)) para cada variável, segundo cada grupo de especialistas e o grupo total, com o propósito de verificar os níveis de convergência e divergência nas respostas dos especialistas, além de reunir os comentários adicionais de cada especialista sobre cada variável analisada.

Na segunda rodada os especialistas receberam um novo questionário com o sumário dos resultados obtidos na primeira rodada, tantos os quantitativos quanto os qualitativos, e o comparativo com as suas respostas, solicitando-lhes se posicionar novamente em relação às questões apresentadas. Como, nessa etapa, os questionários possuíam características individuais específicas para cada especialista, eles foram desenvolvidos em arquivo do tipo *.doc e enviados por *e-mail*. Todos os especialistas que participaram da primeira rodada também participaram da segunda.

Para determinar quais os papéis que foram considerados relevantes, comparou-se a média da pontuação de todos os fatores investigados usando um ponto de corte da média de 3,8 na escala de 5 pontos utilizada. Isso porque foram consideradas as médias das respostas próximas ao valor 4 ("muito importante") até o 5 ("criticamente importante"). Para identificar se haviam papéis que apresentavam uma distribuição de opiniões controversas, foram avaliados aqueles que apresentaram média inferior a 3,8 e que possuíam um alto coeficiente de variação (CV), convencionalmente atribuído ao valor acima de 40% no resultado geral. A avaliação da relevância dos papéis foi baseada nas médias gerais obtidas nas duas rodadas, com base nos seguintes parâmetros:

$$\begin{aligned} \mu > 4,50 &= \text{"criticamente importante"} \\ \leq 3,8 \mu \leq 4,50 &= \text{"muito importante"} \\ 3,8 < \mu &= \text{"não tem importância"} \end{aligned}$$

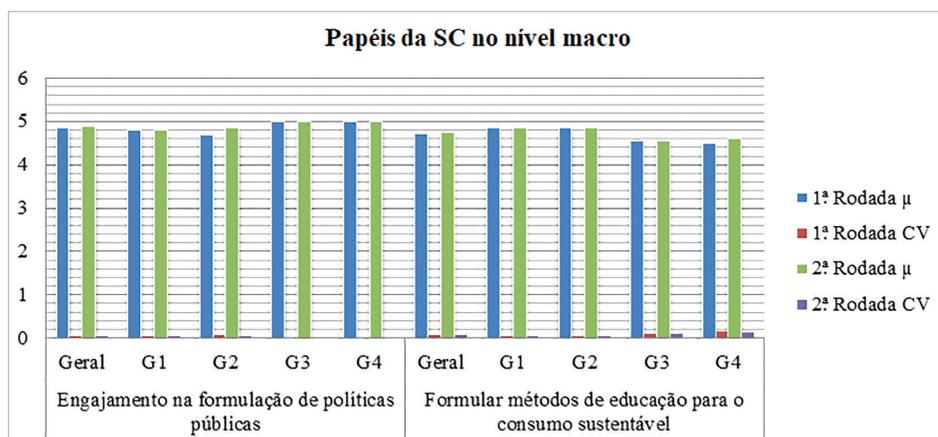
A aplicação da técnica *Policy Delphi* foi encerrada na segunda rodada, considerando que os resultados obtidos nessa etapa confirmaram o nível de relevância atribuído pelos especialistas investigados, na primeira rodada. Os resultados obtidos são apresentados e discutidos na seção a seguir.

Nesta seção, são analisados e discutidos os resultados sobre a atuação da sociedade civil no processo de promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro, com base na percepção de especialistas brasileiros na temática com atuação na Academia (G1), no Governo (G2), nas Empresas (G3) e em ONGs (G4). Foram consideradas as respostas obtidas nas duas etapas do *Policy Delphi*.

Papéis da sociedade civil no nível macro

No nível macro foram avaliados dois papéis da sociedade civil – engajamento na formulação de políticas públicas e formulação de métodos de educação para o consumo sustentável. Os resultados obtidos são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Relevância atribuída pelos especialistas nas duas rodadas do *Policy Delphi* sobre os papéis da sociedade civil no nível macro para promover o consumo sustentável.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O primeiro papel avaliado foi o engajamento na formulação de políticas públicas para promover o consumo sustentável, que foi classificado pelos especialistas investigados como “criticamente importante”, com média geral de 4,87 e 4,90 e 7% e 6% de dispersão das respostas em torno da média, nas duas rodadas respectivamente, como pode ser observado no Gráfico 1.

Os especialistas com experiência em empresas (G3) e os especialistas com atuação em ONGs (G4) foram unânimes em atribuir nível de relevância 5 a esse papel da sociedade civil, o que é confirmado por seus coeficientes de variação de 0%. Os grupos G1 e G2 também mantiveram respostas uniformes com relação à relevância desse papel, o que pode ser observado nas baixas medidas de dispersão observadas nas suas respostas, com os respectivos coeficientes de variação de 8% e 10% na primeira rodada e 8% para os dois grupos na segunda rodada.

Como as mudanças para promover o consumo sustentável dependem de um esforço coletivo, a sociedade civil tem um importante papel a desempenhar para isso. Os comentários adicionais dos especialistas investigados ressaltam a importância da sua atuação como propulsora na formulação de políticas públicas voltadas ao consumo sustentável, mas enfatizam que esse engajamento deve ser isento de partidatismo e com foco em proteger os interesses coletivos. Destacam também o poder que os indivíduos que compõem a sociedade civil exercem enquanto consumidores.

"A sociedade civil tem papel fundamental na condução/formulação do tripé entre os interesses das empresas, a responsabilidade do Estado na regulação de processos sustentáveis e na conscientização da sociedade, enquanto grupo consumidor" (EMP2).

"Falta apenas que sejam criados mecanismos (fóruns abertos) para que sejam discutidas de forma mais rápida e eficiente estes temas, longe de ideologias partidárias e sim com foco técnico e comercial" (EMP7).

A relevância da participação da sociedade civil nesse processo é enfatizada por Margulis (1996), quando afirma que só os indivíduos que são afetados pelas políticas públicas ambientais podem conhecer os efeitos dos diversos problemas sobre a qualidade de sua vida. Isso porque suas preferências só podem ser conhecidas pelo seu engajamento direto no processo de formulação de políticas públicas voltadas à promoção do consumo sustentável. Porém, é necessário ter cautela quando a participação da sociedade civil ocorre por intermédio de ONGs, uma vez que estas podem ser cooptadas por setores hegemônicos para promover o desmonte das políticas públicas (SANTOS; AVRITZER, 2005), sem criticar tais setores e, pelo contrário, aproveitando para realizar uma operação de "marketing social".

Quanto a formular métodos de educação para o consumo sustentável, os especialistas investigados também o classificaram como "criticamente importante", apresentando média geral de 4,74 e 4,77 e coeficiente de variação de 11% e 10%, nas duas rodadas, conforme os dados. Nos comentários adicionais, verifica-se que os especialistas acreditam que a sociedade civil é capaz de desenvolver modelos concretos de educação que possibilitem mudanças nas práticas de consumo em busca da sustentabilidade.

"Aqui está de novo o ponto original. Se a sociedade não apresentar modelos concretos, o governo vai ficar correndo atrás do rabo, sem avançar efetivamente, mesmo que se engaje sinceramente nas discussões. Já cansei de ver isso... Isso fica rodando em círculos durante anos, até que se desista da ideia, ou que o dinheiro do projeto acabe, ou que se mudem os gestores. Então, de fato, a sociedade não só pode, como deve, desenvolver e testar os métodos. O Governo deve ser procurado depois, para promovê-los, potencializá-los, regulamentá-los" (EMP3).

"As associações e comunidades podem definir quais ações sejam necessárias para sensibilizar a população local a consumir menos e com qualidade, principalmente quando se pensa em energia e água, tão escasso ultimamente" (EMP7).

"A sociedade civil já faz isso, é uma pena que nem sempre o Estado olha para tais iniciativas" (ONG7).

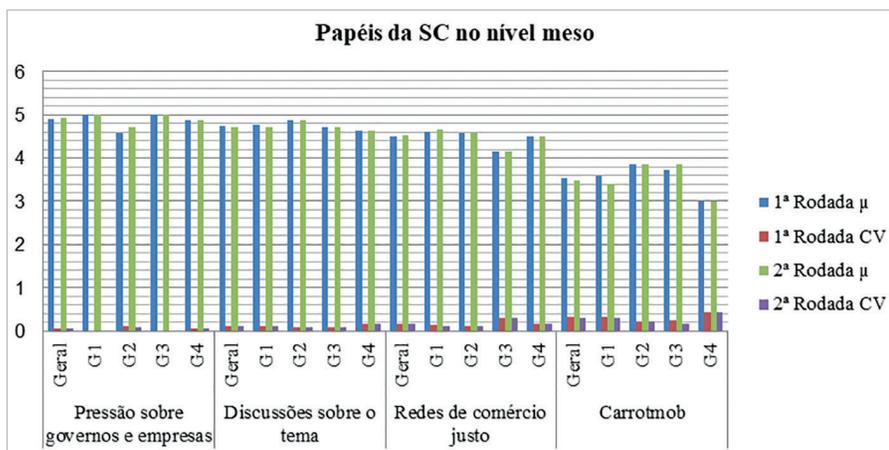
Os modelos desenvolvidos devem possuir foco em uma educação libertadora e emancipatória que desperte nos indivíduos a ideia de cidadania ativa. Isso pode ocorrer a partir de um processo de reflexão continuada sobre experiências e conhecimentos que promova a aprendizagem coletiva dos atores e no qual se reflita sobre novas práticas sociais e crenças voltadas à sustentabilidade.

Na sequência, são apresentados os resultados obtidos sobre os papéis da sociedade civil no nível meso, o que inclui aspectos relacionados à influência que a sociedade civil exerce sobre o desempenho das ações dos outros atores.

Papéis da sociedade civil no nível meso

No nível meso, foram avaliados quatro papéis da sociedade civil para promover o consumo sustentável, conforme se apresenta no Gráfico 2 – exercer pressão sobre governos e empresa, promover discussões sobre o tema, formar redes de comércio justo e promover o *carrotmob*.

Gráfico 2 – Relevância atribuída pelos especialistas nas duas rodadas do Policy Delphi sobre os papéis da sociedade civil no nível meso para promover o consumo sustentável.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Exercer pressões sobre os governos e as empresas foi classificado como “criticamente importante”, com média geral de 4,90 e 4,92 e coeficiente de variação de 6% e 5% de dispersão das respostas em torno da média, nas duas rodadas respectivamente, como pode ser observado no Gráfico 2. Os grupos de especialistas da academia (G1) e das empresas (G3) foram unânimes em atribuir a relevância de nível 5 a esse papel.

Esses resultados corroboram a afirmação de Holt (2012), de que a adoção nos mercados de princípios éticos fortes depende, em grande parte, dos esforços dos movimentos sociais e subculturais que neles estão imersos para desafiar eticamente os atores institucionais e de mercado. Isso se estende para as questões socioambientais que permeiam as suas ações e estratégias voltadas à promoção do consumo sustentável. Os comentários adicionais dos especialistas expressam a importância da pressão que a sociedade civil exerce sobre os governos e as empresas para adotarem medidas políticas e práticas mais fortes em direção ao consumo sustentável.

“Não há outro caminho. Políticas públicas direcionadas à sustentabilidade são movidas e acionadas pela sociedade civil” (ACAD5).

“Sem cobranças, exigências, pressões e ativismo, governos e empresas tendem a colocar em segundo plano as questões ambientais” (ACAD11).

“Aqui está o ponto de partida: a sociedade, o consumidor, o usuário, o eleitor, o trabalhador, esse *stakeholder* fundamental (as pessoas), é o ponto de partida para a transformação. Pessoas responsáveis criam empresas responsáveis e elegem governos responsáveis. A sociedade civil organizada estimula a transformação nas empresas e esses dois atores geram transformação no Estado. É claro que isso não é linear. Talvez avance-se em espiral...” (EMP3).

Além disso, a sociedade civil tem o poder, por intermédio das ONGs, de legitimar e ampliar as discussões sobre a problemática ambiental que envolve as atividades de consumo. Desse modo, solicitou-se aos especialistas que avaliassem a relevância da sociedade civil brasileira promover discussões sobre o tema – consumo sustentável. Lorek e Spangenberg (2014) destacam que as ONGs podem usar sua credibilidade para induzir debates sociais e conscientizar sobre a necessidade e a promessa inerente de dar os passos necessários para alcançar o consumo sustentável. Elas devem avançar nas discussões sobre as necessidades de mudanças nas estruturas socioculturais e

institucionais e não apenas em aspectos específicos que envolvem questões como produção mais limpa ou a prática do consumo consciente por parte dos consumidores.

Os resultados apresentados no Gráfico 2 apontam que esse papel foi classificado como “criticamente importante”, com a média geral de 4,74 e 4,72, e o coeficiente de variação de 12% em ambas as rodadas. A variação das respostas em torno das médias manteve uniformidade tanto no geral como dentro de cada grupo de especialistas investigados.

Os atores mais ativos, atualmente, nos debates sobre a sustentabilidade do consumo são as ONGs. Mont e Plepys (2008) enfatizam o seu papel de contestar as premissas econômicas que consideram as intervenções no consumo em termos de sustentabilidade e desafiam os objetivos do crescimento econômico, da inovação tecnológica e da competitividade internacional. Considera-se, portanto, que o debate sobre a temática realizado pela sociedade civil pode aproximar o planejamento das ações de promoção do consumo sustentável das reais necessidades dos consumidores, além dos interesses econômicos, como se colocou nos seguintes comentários adicionais.

“A sociedade civil precisa cobrar os governos para que o debate e a prática do consumo sustentável seja uma pauta permanente do poder público” (ACAD14).

“Ninguém melhor para dizer como e quanto consumir do que o usuário, mas também quais necessidades e disponibilidade de infraestruturas para que os consumos sejam sustentáveis. Muitas vezes a infraestrutura dada pelo estado não atende nem o básico previsto pela constituição do país” (EMP7).

Por outro lado, ressalta-se que os consumidores são fortemente impulsionados por hábitos (GONÇALVES-DIAS, 2009; SCHOLL et al., 2010; HOLT, 2012). A conveniência nas suas práticas de consumo muitas vezes tem precedência sobre as considerações ambientais nas rotinas diárias e, como consequência, muitos consumidores superestimam os custos da mudança nas suas práticas cotidianas de consumo. Segundo Scholl et al. (2010), essa barreira motivacional pode ser superada pela organização real ou virtual de grupos da sociedade civil que promovam discussões sobre a temática e relatem algumas experiências de mudanças positivas nos hábitos de consumo como meio de sensibilizar e mobilizar a sociedade nas iniciativas de promoção do consumo sustentável.

Outro papel avaliado foi a formação de redes de comércio justo para aumentar a proporção de consumo realizado fora do mercado convencional. Os resultados apontam esse papel como “muito importante” na primeira rodada, com média geral de 4,49 e “criticamente importante” na segunda rodada, com média de 4,51. Os coeficientes de variação foram de 17% e 16% de dispersão das respostas em torno da média, nas duas rodadas respectivamente. A maior dispersão das respostas encontrada foi no grupo de especialistas com experiência em empresas (G3), com CV de 29%, o que é justificável dada a sua relação profissional com o mercado convencional.

Alguns incentivos para promoção do consumo sustentável são decorrentes de inovações sociais, a exemplo de iniciativas de formação de redes de comércio justo como cooperativas de alimentos, plataformas de negociação e permuta, bem como a criação de moedas locais. Apesar de ser evidente que essas iniciativas de experimentos sociais locais não são adequadas para a adoção na escala global na sociedade, considera-se que elas podem funcionar como valiosos laboratórios sociais (LOREK; SPANGENBERG, 2014; MONT; NEUVONEN; LÄHTEENOJA, 2014). Essas inovações sociais buscam atender às necessidades sociais de forma mais eficaz do que as soluções existentes, envolvendo o poder dos atores sociais, estimulando a interação entre eles, sendo muitas vezes vista como uma contribuição importante para uma vida sustentável a nível local (MONT; NEUVONEN; LÄHTEENOJA, 2014). Assim, contribuem para mudanças fundamentais nas estruturas sociais e se tornam um elemento constitutivo de uma transição para uma sociedade sustentável (GRABS et al., 2016). Porém, o potencial para tais abordagens ainda permanece pouco explorado tanto em nível mundial como no Brasil, os esforços de ampliação ainda são limitados e as macroestruturas políticas para fomentar essas iniciativas são pouco desenvolvidas (LOREK;

SPANGENBERG, 2014; MONT; NEUVONEN; LÄHTEENOJA, 2014). Isso corrobora o comentário adicional do especialista (EMP7) quando enfatiza que “essas iniciativas são esbarradas em grandes dificuldades”.

O último papel avaliado pelos especialistas, no nível meso, foi o *carrotmob*, que busca incentivar as empresas a adotarem práticas de responsabilidade socioambiental com uma espécie de financiamento coletivo realizado por um alto volume de compras. Os especialistas se mostraram indecisos/neutros quanto à relevância desse papel, com média de 3,54 e coeficiente de variação de 32% de dispersão das respostas em torno da média. Os comentários adicionais reforçam o resultado de avaliação de relevância atribuído ao *carrotmob* como mecanismo de promoção do consumo sustentável.

“Apesar de importantes, os efeitos são episódicos e passageiros” (ACAD5).

“Importante, mas vejo com temeridade, pois as empresas podem buscar este caminho apenas para aumentar lucros e não apenas por ter isto como premissa da empresa, e num futuro estourar uma grande mentira” (EMP7).

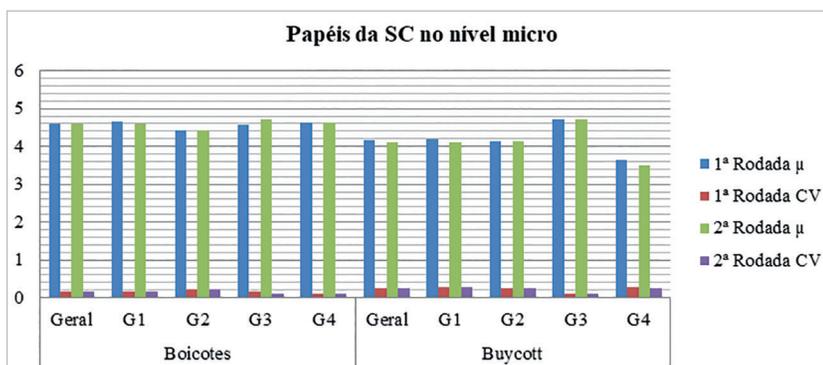
A não validação desse papel para o contexto brasileiro pode ser decorrente da desconfiança dos especialistas quanto ao efetivo compromisso ético das empresas com as medidas de responsabilidade socioambiental para as quais podem obter o financiamento de um grupo de consumidores. Além disto, Hutter e Hoffmann (2013) destacam que o *carrotmob* é uma nova forma de ativismo do consumidor, acionado por preocupações ecológicas, mas sem se sacrificar de seus padrões de consumo preferenciais, o que pode não estar relacionado à proposta de consumo sustentável.

Para finalizar a primeira rodada do *Policy Delphi*, são apresentados a seguir os papéis da sociedade civil para promover o consumo sustentável no nível micro, o que se refere as suas práticas privadas de consumo como um exercício de cidadania.

Papéis da sociedade civil no nível micro

A sociedade civil é o fundamento dos mercados, da oferta dos bens comuns e do próprio governo. Nesse contexto, “é necessário superar a rígida separação entre mercado, governo e sociedade civil, que faz do mercado uma instância inevitavelmente cega e incapaz de prover a sociedade com bens e serviços que melhorem a vida das pessoas” (ABRAMOVAY, 2012, p. 24). Os indivíduos que compõem a sociedade civil podem romper as suas fronteiras entre consumidores e cidadãos (BARBOSA et al., 2014) e exercer, por meio de suas práticas individuais de consumo, ações políticas para auxiliar nas mudanças necessárias para a promoção do consumo sustentável. Assim, no nível micro da atuação da sociedade civil foram avaliados dois papéis – o boicote e o *buycott*. Os resultados obtidos nas duas rodadas do *Policy Delphi* são apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Relevância atribuída pelos especialistas nas duas rodadas do *Policy Delphi* sobre os papéis da sociedade civil no nível micro para promover o consumo sustentável.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O primeiro papel se refere à implementação de ações de protestos e boicotes que foi avaliado como “criticamente importante” pelos especialistas, conforme mostra o Gráfico 3. A média geral foi de 4,59 nas duas rodadas e o coeficiente de variação de 16% e 15%. Algumas questões sobre a aplicabilidade e os efeitos desse papel foram colocadas pelos especialistas nos comentários adicionais.

“Os boicotes funcionam em sociedades com um grau de educação alto, e que não estejam apenas preocupadas com o menor preço. Não sei o quão efetivo são” (ACAD16).

“A pressão é uma forma importante de promover mudanças que, de outra forma, não serão realizadas” (EMP2).

“Práticas abusivas de produção, que não tratam as questões socioambientais em suas atividades produtivas devem ser barradas e o consumidor tem papel importante neste sentido, sinto apenas a falta do interlocutor do estado, ficando restrito a uma ONG ou ajuntamento de consumidores que são mais atingidos pelo abuso” (EMP7).

A realização de *buycott* também é uma forma de consumo politizado (PORTILHO, 2005; ECHEGARAY, 2010) que funciona como uma forma de recompensar as empresas por adotarem comportamentos desejáveis em termos de sustentabilidade. A avaliação da relevância desse papel foi classificada como “muito importante” pelos especialistas, com média geral de 4,15 e 4,10 e coeficiente de variação de 25% nas duas rodadas.

Os especialistas das empresas (G3) foram os que apresentaram a melhor média de avaliação desse papel, 4,71 e 10% de coeficiente de variação em ambas as rodadas, apontando a relevância desse papel para o nível “criticamente importante”. Por outro lado, as médias do grupo de especialistas de ONGs (G4) divergiu da avaliação geral, nas duas rodadas (3,63 e 3,50), apontando para a indiferença e os coeficientes de variação foram de 29% na primeira e 26% na segunda rodada.

Algumas ressalvas ao desempenho desse papel foram colocadas nos comentários adicionais realizados pelos especialistas investigados. Assim como no caso do boicote, cita-se que os efeitos dessa ação são passageiros e episódicos. Além disso, há uma preocupação de que esse tipo de ação não termine por se caracterizar como uma ampliação da prática do “consumo verde” quando estiver associada apenas ao consumo de produtos sustentáveis, que tem sua eficácia questionada por Portilho (2005) e Costa e Teodósio (2011), ao não considerar os processos de produção e distribuição, além da cultura de consumo propriamente dita, enfatizando produtos elitizados destinados a uma parcela da população que pode arcar com o custo do produto verde com “valor agregado”.

Os resultados apresentados nesta subseção demonstram a importância do engajamento da sociedade civil na busca de soluções para problemas sociais e que envolvam mudanças estruturais, como a questão do consumo sustentável.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar os papéis da sociedade civil para promover o consumo sustentável no contexto brasileiro. Desse modo, constatou-se que os níveis de relevância atribuídos pelos especialistas aos papéis da sociedade civil na promoção do consumo sustentável seguem o fundamento político do desenvolvimento sustentável apresentados por Guimarães (2001), Leff (2001) e Sachs (2007), ao defenderem que as discussões sobre desenvolvimento estão vinculadas ao processo de aprofundamento da democracia e ao amplo exercício da cidadania, o que contribui para a articulação de propostas mais colaborativas.

Acselrad (2001) enfatiza a precarização do processo de enfrentamento da questão ambiental no Brasil que tem sido insuficientemente vista como a expressão de uma luta social e política. Porém, os desafios ambientais a serem enfrentados não se referem apenas a uma crise da natureza, mas também do social, eis que envolve as relações humanas e o meio ambiente. Desse modo, eles se configuram como uma

questão de caráter potencialmente democrático que necessita promover a emergência de um novo sujeito social que se organiza coletivamente para enfrentar as lutas socioambientais, dentre as quais se inserem as questões de acesso ao consumo e enfrentamento dos problemas e impactos decorrentes dessa atividade. Esse engajamento social é caracterizado como a participação ativa da sociedade civil nos problemas dos seus contextos sociais, principalmente no que se refere a sua participação efetiva nos processos de formulação de políticas públicas e no desenvolvimento de alternativas que estejam fora do mercado convencional.

Considerando o desafio de promover mudanças sociais e estruturais associadas a fatores políticos, institucionais e de mercado que sejam capazes de renovar as práticas cotidianas de consumo em ordem a torná-las sustentáveis, questiona-se: como encontrar soluções adequadas às demandas de cada território de acordo com as suas especificidades? Santos e Avritzer (2005) destacam a importância do conhecimento detido pelos atores sociais, no que se refere às suas demandas locais, como elemento central na busca por soluções para os problemas de gestão que envolvem políticas complexas, como nas áreas social, ambiental e cultural, o que inclui o consumo. Assim, torna-se essencial o fortalecimento da sociedade civil que era tradicionalmente vista como um setor subordinado às imposições políticas do Estado e estratégias mercadológicas. Para tanto, é necessário superar as históricas restrições impostas pela tradicional lógica de funcionamento do Estado e valorizar a participação social na formulação, implementação e gestão das ações e estratégias referentes aos desafios socioambientais do consumo no contexto brasileiro.

Deve-se ressaltar, ainda, que o papel político da sociedade civil não está diretamente relacionado à conquista e controle do poder, mas à geração de influência na esfera pública e cultural. Esse papel político reflete nos papéis analisados neste estudo, e é por intermédio dele que se pode ajudar a promover mudanças nas formas de atuação dos governos e das empresas e na própria estrutura de funcionamento da sociedade civil para buscar formas de enfrentamento das suas demandas econômicas, sociais e ambientais.

Porém, deve-se atentar para o risco de cooptação das organizações da sociedade civil, envolvidas no processo de promoção do consumo sustentável, por setores hegemônicos com o propósito de promover o desmonte das políticas públicas, a acomodação de conflitos e a imposição de interesses decorrentes de relações de poder nas quais os critérios econômicos prevaleçam sobre os ambientais e sociais. Isso poderia comprometer a efetividade das ações e estratégias e resultar em um “esverdeamento” das relações de produção e consumo equivocadamente enquadradas como consumo sustentável.

Destarte, os papéis da sociedade civil analisados neste estudo são relevantes pelas interações envolvidas com os outros atores, como um meio de construção social de alternativas para a promoção do consumo sustentável, impulsionando-os também a desempenhar os seus papéis em contextos específicos, como no caso brasileiro. Isso remete a uma mudança cultural em que a lógica de colaboração para buscar soluções para os problemas socioambientais que afetam os interesses públicos e coletivos ganha ênfase na esfera pública.

O desafio é enfrentar as dificuldades que persistem quanto ao engajamento político da sociedade civil brasileira na busca de soluções para problemas sociais cotidianos, como a questão do consumo. É preciso superar a incompletude que permeia a esfera pública brasileira, a partir de um amplo processo de modernização da sua gestão pública, que de fato promova uma democracia participativa. Sugere-se, portanto, que estudos futuros nessa direção sejam realizados, para que se possa mapear tais dificuldades e propor ações e estratégias para enfrentá-las.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Abril, 2012.
- ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- ASSADOURIAN, E. Transforming cultures: from consumerism to sustainability. *Journal of Macromarketing*, 2010.
- BARBER, J. Mapping the movement to achieve sustainable production and consumption in North America. *Journal of Cleaner Production*, n. 15, p. 499-512, 2007.
- BARBOSA, L. et al. Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. *Journal of Cleaner Production*, n. 63, p. 93-101, 2014.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: pesquisa nacional de opinião/ principais resultados*. Rio de Janeiro: Overview, 2012.
- BROWN, H. S.; VERGRAGT, P. J. From consumerism to wellbeing: toward a cultural transition?. *Journal of Cleaner Production*, v. 132, p. 308-317, 2016.
- COHEN, M. J. Sustainable consumption in national context: an introduction to the special issue. *Sustainability: Science, Practice & Policy*, v. 1, n. 1, p. 22-28, 2005.
- COSTA, D. V. da; TEODOSIO, A. dos S. de S. Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. *Revista de Administração da Mackenzie*, v. 12, n. 3, p. 114-145, 2011.
- DOLAN, P. The sustainability of "sustainable consumption". *Journal of Macromarketing*, v. 22, n. 2, p. 170-181, 2002.
- DUBEY, R. et al. Towards a theory of sustainable consumption and production: constructs and measurement. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 106, p. 78-89, 2016.
- ECHEGARAY, F. Votando com o "carrinho": a politização do consumo na América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO – ENEC, 5., *Anais...* Rio de Janeiro, 2010.
- ESTER, P.; SIMÕES, S.; VINKEN, H. Cultural change and environmentalism: a cross-national approach of mass publics and decision makers. *Ambiente e Sociedade*, v. 7, n. 2, p. 45-66, 2004.
- FRANKLIN, K. K.; HART, J. K. Idea generation an exploration: benefits and limitations of the Policy Delphi Research Method. *Innovative Higher Education*, v. 31, n. 4, p. 237-246, 2007.
- FUCHS, D. et al. Power: the missing element in sustainable consumption and absolute reductions research and action. *Journal of Cleaner Production*, v. 132, p. 298-307, 2016.
- FUCHS, D.; LOREK, S. Sustainable consumption governance – a history of promises and failures. *Journal of Consumer Policy*, n. 28, p. 261-288, 2005.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F. *Consumo e meio ambiente: uma modelagem do comportamento para reciclagem a partir de teorias cognitivo-comportamentais*. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2009.

- GRABS, J. et al. Understanding role models for change: a multilevel analysis of success factors of grassroots initiatives for sustainable consumption. *Journal of Cleaner Production*, v. 134, p. 98-111, 2016.
- GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- HOFFMANN, S.; HUTTER, K. Carrotmob as a new form of ethical consumption. The nature of the concept and avenues for future research. *Journal of Consumer Policy*, v. 35, n. 2, p. 215-236, 2012.
- HOLT, D. B. Constructing sustainable consumption: from the ethical values to the cultural transformation of unsustainable markets. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 644, n. 1, p. 236-255, 2012.
- HUTTER, K.; HOFFMANN, S. Carrotmob and anti-consumption same motives but different willingness to make sacrifices?. *Journal of Macromarketing*, v. 33, n. 3, p. 217-231, 2013.
- JACKSON, T. Sustainable consumption. In: ATKINSON, G.; DIETZ, S.; NEUMAYER, E. (Ed.). *Handbook of sustainable development*. USA; UK: Edward Elgar Publishing, 2006.
- JACKSON, T.; MICHAELIS, L. *Policies for sustainable consumption*. A report to the sustainable development commission. London, 2003.
- JOHN, R.; JAEGER-ERBEN, M.; RÜCKERT-JOHN, J. Elusive practices: considerations on limits and possibilities of environmental policy for sustainable consumption. *Environmental Policy and Governance*, v. 26, n. 2, p. 129-140, 2016.
- KILBOURNE, W. E.; CARLSON, L. The dominant social paradigm, consumption, and environmental attitudes: can macromarketing education help? *Journal of Macromarketing*, v. 28, n. 2, p. 106-121, 2008.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LOREK, S.; FUCHS, D. Strong sustainable consumption governance – precondition for a degrowth path? *Journal of Cleaner Production*, v. 38, p. 36-43, 2013.
- LOREK, S.; SPANGENBERG, J. H. Sustainable consumption within a sustainable economy e beyond green grow thand green economies. *Journal of Cleaner Production*, n. 63, p. 33-44, 2014.
- MARGULIS, S. *A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação*. São Paulo: IPEA, 1996.
- MICHAELIS, L. The role of business in sustainable consumption. *Journal of Cleaner Production*, v. 11, n. 8, p. 915-921, 2003.
- MICHELETTI, M.; STOLLE, D. Sustainable citizenship and the new politics of consumption. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 644, n. 1, p. 88-120, 2012.
- MONT, O.; NEUVONEN, A.; LÄHTEENOJA, S. Sustainable lifestyles 2050: stakeholder visions, emerging practices and future research. *Journal of Cleaner Production*, n. 63, p. 24-32, 2014.
- MONT, O.; PLEPYS, A. Sustainable consumption progress: should we be proud or alarmed. *Journal of Cleaner Production*, n. 16, p. 531-537, 2008.
- MUSTER, V. Companies promoting sustainable consumption of employees. *Journal of Consumer Policy*, v. 34, n. 1, p. 161-174, 2011.

PAPE, J.; HEISSERER, B. *Towards sustainable consumption: a conceptualization and evaluation of measurement tools*. 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/1897312/Towards_Sustainable_Consumption_A_Conceptualisation_and_Evaluation_of_Measurement_Tools>. Acesso em: 13 abr. 2015.

PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

RATTIS TEIXEIRA, P. M. *Empreendimentos em consumo sustentável: um estudo da atuação pública e política da sociedade civil organizada*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

RAYENS, M. K.; HAHN, E. J. Building consensus using the Policy Delphi Method. *Policy, Politics, & Nursing Practice*, v. 1, n. 4, p. 308-315, 2000.

RIFKIN, J. *The third industrial revolution: how lateral power is transforming energy, the economy, and the world*. New York: Macmillan, 2011.

SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. *Democratizar a democracia: os caminhos da democratização participativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHAEFER, A.; CRANE, A. Addressing sustainability and consumption. *Journal of Macromarketing*, v. 25, n. 1, p. 76-92, 2005.

SCHOLL, G. et al. Policies to promote sustainable consumption: innovative approaches in Europe. *Natural Resources Forum*, n. 34, p. 39-50, 2010.

SILVA, M. E. da; CORRÊA, A. P. M.; GÓMEZ, C. R. P. Inovando para o consumo sustentável: o desafio na construção de um novo paradigma organizacional. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 17, n. 2, p. 21-40, abr./jun. 2012.

THOGERSEN, J. Country differences in sustainable consumption: the case of organic food. *Journal of Macromarketing*, v. 30, n. 2, p. 171-185, 2010.

THOGERSEN, J. How may consumer policy empower consumers for sustainable lifestyles? *Journal of Consumer Policy*, v. 28, n. 2, p. 143-177, 2005.

TUKKER, A. et al. Fostering change to sustainable consumption and production: an evidence based view. *Journal of cleaner production*, v. 16, n. 11, p. 1.218-1.225, 2008.

TUROFF, M. *Alternative futures for distance learning: the force and the darkside*. 1997. Disponível em: <<http://web.njit.edu/~turoff/Papers/darkaln.html>>. Acesso em: 21 maio 2016.

VAN NES, N.; CRAMER, J. Product lifetime optimization: a challenging strategy towards more sustainable consumption patterns. *Journal of Cleaner Production*, n. 14, p. 1.307-1.318, 2006.

WRIGHT, J. T. J.; GIOVINAZZO, R. A. Delphi – uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 12, 2º trim. 2000.

Submissão: 28/02/2016

Aprovação: 10/01/2017

A ANÁLISE ETNOMETODOLÓGICA DO TURISMO
COMO PRÁTICA NUMA ORLA MARÍTIMA NO
NORDESTE BRASILEIRO

Erica Dayane Chaves Cavalcante*
Marcelo de Souza Bispo**

Resumo

Este artigo objetivou analisar etnometodologicamente os processos organizativos do turismo como prática na orla marítima de João Pessoa/PB (Brasil). A etnometodologia foi o método utilizado para a pesquisa empírica, com a realização de visitas à orla marítima, com base nas quais ocorreram observações, conversas informais, entrevistas e foram tomadas notas de campo. Os dados foram analisados com base no referencial teórico, assim como nos questionamentos norteadores dos cinco conceitos-chave da etnometodologia garfinkiliana. Como resultados, observou-se que o turismo não ocorre de maneira avulsa e isolada em distintos lugares, mas de forma entrelaçada, carrega uma série de relações, símbolos, valores e regras sociais que são perpassados pelas gerações, fazendo com que um dado espaço possa ser caracterizado e considerado turístico. O turismo passa a ser um elemento central na organização do espaço turístico, ou seja, é ele que justifica e alicerça os processos organizativos realizados por grupos sociais na orla marítima. Conclui-se que, como campo de práticas, a orla marítima se trata de um espaço complexo em virtude de sua importância social, econômica e ambiental, em que múltiplos interesses e usos, pautados pelo turismo, estão presentes cotidianamente e evidenciam a importância desse espaço.

Palavras-chave: Turismo como prática. Práticas sociais. Processos organizativos. Orla marítima. Etnometodologia.

THE ETHNOMETHODOLOGICAL ANALYSIS OF TOURISM
AS AN ORGANIZING PRACTICE IN A WATERFRONT OF
NORTHEAST BRAZIL

Abstract

This article aims to analyze the organizational processes of tourism as a practice in the João Pessoa/PB (Brazil) waterfront from an ethnomethodological point of view. The ethnomethodology was also the method used for empirical research. Indeed, there were visits to the waterfront, from which observations, informal conversations, field notes and interviews were made. Data were analyzed based on the theoretical framework as well as the guiding questions of the five key concepts of Garfinkilian ethnomethodology. As a result, there are several events that make up the tourism such as an expression of the waterfront. Tourism does not occur in isolation in different places, but imbricated and carries a series of relationships, symbols, values and social rules that are uttered through generations causing a given space can be considered touristic. Tourism becomes a central element in the organization of tourist space, i.e, it is that justifies and underpins the organizational processes carried out by social groups in waterfront. In conclusion, as field practices, the waterfront is

*Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ericaccx@gmail.com

**Doutor em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: marcelodesouzabispo@gmail.com

a complex space due to its social, economic and environmental importance, where multiple interests and uses, guided by tourism, are daily present and demonstrate the complexity and importance of this space.

Keywords: Tourism as practice. Social practice. Organizing. Waterfront. Ethnomethodology.

Introdução

É possível analisar o turismo sob diferentes lentes, a exemplo da geografia e as noções de lugar, deslocamento, meio ambiente e paisagem (CASTROGIOVANNI, 2003; LE SANN, 2006; MARUJO; CRAVIDÃO, 2012); da economia, enquanto indústria do setor de serviços e sua cadeia produtiva (BARRETO, 2003; BENI, 2004a, 2004b; COSTA, 2005); da sociologia, a qual reflete a ação humana como relações sociais e de múltiplos interesses (COHEN, 1979, 1984; URRY, 2001, 2007); entre outras.

Assim, o turismo também pode ser considerado como um tema de interesse dos estudos organizacionais, em seu sentido *lato sensu*, que possui um caráter de conhecimento interdisciplinar que não se restringe apenas à área de administração como muitos imaginam. Os conceitos de organizar (*organizing*) e de organização (*organization*) vão além da ideia de administração ou empresa, abrindo espaço para uma compreensão mais ampla em que os processos organizativos e a múltiplas formas de organizar ganham espaço (TSOUKAS; KNUDSEN, 2003; CZARNIAWSKA, 2013).

Neste artigo, pensa-se as organizações com base em uma perspectiva sociológica processual, *organizing* (WEICK, 1979; GHERARDI, 2006; CZARNIAWSKA, 2008, 2013), que é sustentada pela epistemologia das práticas sociais (NICOLINI, 2013), as quais assumem os seguintes pressupostos: a) significados próprios e situados; b) o preestabelecimento do período temporal de uma ação; c) o reconhecimento social de onde ela acontece; d) que a organização é um organismo dinâmico e processual derivado das práticas.

Weick (1979) assegura que a utilização do substantivo organização imprime a ele uma noção de rigidez e estrutura estática. Para o autor, assim como para Cooper e Law (1995), os fenômenos organizacionais poderiam ser mais bem captados se adotada uma noção de organização como verbo (*organizing*), evidenciando sua natureza ativa e processual e, ainda, se os estudiosos focassem mais no processo de organizar, ao invés da estrutura organizacional fruto desse processo.

Ao se recuperar a ideia de processos organizativos, oferece-se às organizações – aqui representadas pelo turismo como um processo organizativo – um novo olhar, buscando compreender outras realidades organizacionais baseando-se em uma perspectiva processual e como o turismo enquanto prática produz uma organização social.

Essa opção teórico-epistemológica favorece estudar o turismo como uma atividade performática, dinâmica, complexa e que busca romper com a ideia de que se trata de um fenômeno resumido à ideia de *home and away* já criticada por alguns autores da área (COHEN; COHEN, 2012).

Essa nova perspectiva reforça o que autores como Enzensberger (1996), Jóhannesson (2005), Van der Duim (2007), Ren (2011), assim como Cohen e Cohen (2012), defendem sobre a necessidade de que o turismo seja estudado a partir de novos olhares e pressupostos. Portanto, alinhada à epistemologia das práticas, a etnometodologia foi o método de investigação utilizado no estudo dos processos organizativos do turismo como prática na orla marítima de João Pessoa/PB (Brasil), considerada uma organização resultante de uma textura de práticas (GHERARDI, 2006, 2012).

A escolha da orla como objeto de estudo está alinhada à importância que esse tipo de espaço possui para as cidades, especialmente naquelas onde há turismo, e a orla marítima assume papel de protagonista, o que é o caso da cidade de João Pessoa/PB. Trata-se de um espaço complexo em virtude de sua importância social, econômica e ambiental, em que múltiplos interesses e usos estão presentes cotidianamente e evidenciam a complexidade e a importância desse espaço.

Com efeito, este estudo partiu do seguinte questionamento: como ocorrem os processos organizativos do turismo como prática (TuP) na orla marítima de João Pessoa/PB (Brasil)? Com base nesse questionamento, objetivou-se analisar etnometodologicamente os processos organizativos do TuP na orla marítima de João Pessoa/PB.

Após esta introdução, o artigo segue com a apresentação de um breve referencial teórico sobre os Estudos Baseados em Prática (EBP) e o turismo, no qual o conceito de prática é apresentado e relacionado à atividade turística. Em seguida, é apresentada a estratégia de investigação desta pesquisa, incluindo sua operacionalização. Na sequência, é exposta a análise etnometodológica do turismo como prática e seus processos organizativos na orla. Por fim, são tecidas algumas considerações finais que visam refletir sobre os resultados da pesquisa.

Turismo e os Estudos Baseados em Prática (EBP)

Ao fazer um levante histórico do que é o turismo, é possível perceber que ele é comumente associado à história da humanidade, com seu engendrar nas sociedades primitivas, no ato de viajar ou na busca pelo prazer (TORKILDSEN, 1992).

Em seu estudo, intitulado "Teoria do turismo", Enzensberger (1996) faz um resgate do turismo, apresentando a sua evolução e alguns marcos, baseado na visão de críticos e historiadores, apontando ainda resquícios da negligência que o tema vem sofrendo desde a sua criação em 1800. Nas palavras do autor (1996, p. 120): "Temos uma história dos povos – mas a história de pessoas ainda tem de ser escrita. É por isso que o turismo, como algo das pessoas, ainda carece de autocompreensão histórica".

Sabendo dos elementos históricos a partir dos quais o turismo foi construído, percebe-se que ainda não existe uma consolidação enquanto unidade teórica a respeito do campo, este se encontra em construção e possui diferentes nuances. Edensor (2001, p. 61) sugere que, independentemente da perspectiva emprestada ao estudo do turismo, é necessário analisá-lo sem desconectá-lo do cotidiano, dado que ele acontece de forma entrelaçada ao quadro sociocultural do destino, tanto que é algo corriqueiro, comum a todos aqueles que integram esse quadro. Além disso, o turismo não é um campo de estudo isolado, ele encontra pontos de convergências com muitos campos de estudo, dentre os quais o de estudos organizacionais (FREITAG; TISCOSQUI; MORETTO NETO, 2011).

Neste estudo, o turismo é compreendido como um fenômeno organizacional, portanto, sendo uma das possibilidades de tema dos estudos organizacionais. Tal opção ocorre por considerarmos o potencial das teorias organizacionais para contribuir na compreensão do turismo, além de ser uma possibilidade de superar a fragilidade da plataforma teórica do turismo enquanto campo isolado de estudo (JÓHANNESSON, 2005; REN, 2011).

Desse modo, neste estudo, os processos organizativos do turismo são observados com base na epistemologia da prática, sob o guarda-chuva dos chamados Estudos Baseados em Prática – EBP (GHERARDI, 2006, 2012; NICOLINI, 2013), cuja ênfase se encontra nos fenômenos do cotidiano organizacional. Mas, afinal, o que são os EBP? O que é prática? Assim, torna-se necessário conhecer esses termos e, ainda, a noção de processos organizativos como um conceito integrante à prática.

Os EBP tratam de uma abordagem que permite compreender a ordem social e os fenômenos coletivos que ocorrem nos processos organizativos (GHERARDI, 2006; BISPO; GODOY, 2012), tendo por processos organizativos, ainda na concepção dos autores, o conjunto de ações realizadas continuamente num movimento dinâmico de organizar. Nesse sentido, para Cooper e Law (1995), trata-se de uma forma de organização em torno da prática que assume um caráter ativo e contínuo, visto que seus processos geram resultados inacabados ou parciais e, ainda, fenômenos de diversas naturezas.

No contexto das práticas, ao se utilizar o termo prática, este passa a ter um significado mais amplo que o entendimento comum de rotina e atividades, o que na concepção de Gherardi (2006) torna difícil conceituá-lo sem limitar seu significado.

Contudo, a autora afirma que as práticas podem ser entendidas baseando-se em princípios, dentre os quais estão a criação de significados no contexto social mediante a recursividade da prática e o seu reconhecimento perante os atores sociais. Além disso, as práticas ocorrem ao longo do tempo, podendo renovar-se, são realizadas de modo não reflexivo e refletem como o mundo se organiza, constrói, reconstrói, portanto, o mundo e os fenômenos sociais como produtos inacabados. Com efeito, a prática se trata de “um modo relativamente estável no tempo e socialmente reconhecido de ordenar elementos heterogêneos em um conjunto coeso” (GHERARDI, 2006, p. 34).

Ainda conforme a autora, o mundo social se estrutura e se reconstrói baseado na ação dos atores sociais e na sua interação, estes podendo ser humanos e não humanos. O curso dessas ações faz com que as organizações se perpetuem ou se transformem em novas configurações ao longo do tempo. Isso reflete o modo como o turismo é visto neste trabalho, como uma prática sustentada por processos organizativos, ou ainda, um conjunto de atividades que juntas foram uma prática – o turismo.

Alinhados a essa visão sobre o turismo, os estudiosos da área (p. ex. JÓHANNESSON, 2005; PAGET; DIMANCHE; MOUNET, 2010; VAN DER DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2012) já começam a despertar para a relevância de adotar estratégias de investigação para além das tradicionalmente utilizadas nas ciências sociais, no intuito de debater e compreender questões filosóficas do turismo, ou seja, o que esse fenômeno realmente é. Essas questões implicam um redirecionamento epistemológico e metodológico para novas formas de se fazer pesquisa em turismo (JÓHANNESSON, 2005; BOTTERILL; PLATERNKAMP, 2012). Com efeito, é apresentada a etnometodologia que, alinhada à noção de prática, pode possibilitar a compreensão do TuP e seus processos organizativos.

A etnometodologia no estudo das práticas

A etnometodologia pode ser compreendida enquanto teoria *per se*, assim como um método de pesquisa. Ambos tendo como critério os fenômenos do cotidiano, por isso ela é considerada uma teoria da prática (GHERARDI, 2006). O significado do termo é “metodologia de todo dia, em que *ethno* significa membro de um grupo ou do próprio grupo em si e metodologia se refere aos métodos dos membros” (BISPO; GODOY, 2012, p. 694).

Como caminho teórico, seu movimento se originou nos Estados Unidos, especificamente na Califórnia na década de 1960 (GUESSER, 2003), e tem como o seu predecessor o sociólogo Harold Garfinkel, que se fundamentou em elementos de outras abordagens, tais como os estudos de Talcot Parsons que culminaram na teoria da ação social; as contribuições de Edmund Husserl e de Alfred Schütz sobre a fenomenologia; o interacionismo simbólico de George Mead e Herbert Blumer; assim como o legado de Ludwig Wittgenstein e sua contribuição no tocante aos jogos de linguagem (BISPO; GODOY, 2012, 2014; BISPO, 2013). As contribuições de Garfinkel foram seladas em um livro publicado em 1967 com o título *Studies in ethnomethodology*, que, por seu caráter inovador, gerou uma infinidade de debates a respeito da real compreensão dos estudos sociológicos, tanto no campo teórico como no metodológico (GUESSER, 2003).

Enquanto um caminho metodológico (OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012; BISPO; GODOY, 2012, 2014), sabe-se que a etnometodologia representa um meio de suma importância para a renovação do conhecimento empírico no estudo das práticas e do cotidiano. Ela é definida por Coulon (2005) como a compreensão do comportamento coletivo socialmente organizado e por meio do esforço empírico das formas que os indivíduos empregam suas crenças para dar sentido às suas ações, ou seja, diz respeito aos métodos que sustentam as ações cotidianas de uma coletividade nas suas formas de falar, pensar e interagir. Nas palavras do autor:

No lugar de formular a hipótese de que os atores seguem as regras, o interesse da Etnometodologia consiste em colocar em dia os métodos empregados pelos atores para “atualizar” ditas regras. Isso as faz observáveis e descritivas. As atividades práticas dos membros, em suas atividades concretas, revelam as regras e os procedimentos. Dito isso de outra forma, a atenta observação e análise dos processos levados a cabo nas ações permitiriam colocar em dia os procedimentos empregados pelos atores para interpretar constantemente a realidade social para inventar a vida em uma bricolagem permanente (COULON, 2005, p. 34).

Quando se realiza a etnometodologia, o pesquisador, denominado por Rawls (2008) como etnometodólogo, não deve exprimir juízo de valor, opiniões, quadros de referência, para que sua observação do campo não seja comprometida e retrate de fato como a realidade se apresenta. Trata-se de algo já pontuado em outros tipos de pesquisa qualitativa, como a fenomenologia, uma das principais influenciadoras da etnometodologia, que preconiza a necessidade da suspensão fenomenológica.

Nesse sentido, Garfinkel (2006) preconiza sobre a necessidade de que ao pesquisar determinado espaço, o pesquisador se alinhe ao requisito único de adequação, ou seja, tenha certo domínio ou proximidade com o campo para ter a capacidade de captar os menores detalhes que podem ser substanciais na análise da prática. Como a linguagem focada na etnometodologia não é aquela formal, culta, cravada de apropriações eruditas, e sim a linguagem simples, falada de forma espontânea pelas pessoas no seu cotidiano (GUESSER, 2003), para acessar os sentidos atribuídos à linguagem falada pelos membros em suas ações práticas e cotidianas é necessário se tornar um *insider*, ou seja, membro real do grupo, legitimado por ele.

No que se refere às técnicas a serem adotadas para auxiliar a coleta de dados, embora o foco da pesquisa etnometodológica seja na compreensão da prática, dos elementos que a influenciam e seus desdobramentos no cotidiano, Oliveira e Montenegro (2012) esclarecem que o pesquisador pode utilizar o leque de técnicas da pesquisa qualitativa.

É importante enfatizar, nesse sentido, que cinco conceitos-chave sustentam a etnometodologia de Garfinkel (2006) para nortear o estudo da prática, são eles: realização, indicialidade, reflexividade, relatabilidade e noção de membro, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Os cinco conceitos-chave da etnometodologia.

Conceito	Conteúdo
Realização	Indica a experiência e a realização da prática dos membros de um grupo em seu contexto cotidiano, ou seja, é preciso compartilhar desse cotidiano e do contexto para que seja possível a compreensão das práticas do grupo.
Indicialidade	Refere-se a todas as circunstâncias que uma palavra carrega em uma situação. Tal termo é adotado da linguística e denota que, ao mesmo tempo em que uma palavra tem um significado de algum modo genérico, esta mesma palavra possui significação distinta em situações particulares, assim, para sua compreensão, é necessário, em alguns casos, que as pessoas busquem informações adicionais que vão além do simples entendimento genérico da palavra.
Reflexividade	Está relacionada aos efeitos das práticas de um grupo, trata-se de um processo em que ocorre uma ação e, ao mesmo tempo, produz uma reação sobre os seus criadores.
Relatabilidade	É como o grupo estudado descreve as atividades práticas com base em referências de sentido e significado que o próprio grupo possui, pode ser considerada como uma justificativa do grupo para determinada atividade e conduta.
Noção de membro	O membro é aquele que compartilha da linguagem de um grupo, induz a uma condição de ser do e no grupo e não apenas de estar.

Fonte: Bispo e Godoy (2014, p. 116).

O primeiro conceito apresentado é a realização, no sentido de que o conjunto que abarca o cotidiano, as atividades práticas e a forma com que os indivíduos se organizam é o foco de análise da etnometodologia. Considera-se o raciocínio sociológico prático por trás das ações dos atores sociais (GUESSER, 2003). Os métodos e comportamentos comuns desenvolvidos pelos indivíduos para desempenharem dada atividade, seja esta erudita ou trivial, ordinária ou extraordinária, profissional ou não, é que permite a constante criação e recriação da realidade social (GUESSER, 2003; BISPO; GODOY, 2014).

A indicialidade é o conceito que remete aos vários sentidos que a linguagem pode receber, a depender da forma que ela é empregada. Nesse conceito, é possível compreender que a linguagem é adaptável na medida em que novos sentidos são atribuídos à ela por um grupo de indivíduos que partilham uma prática social; e assume novos significados a depender de fatores como a intenção de quem fala, sua biografia, localização espacial e a relação estabelecida entre os interlocutores, por exemplo.

A linguagem se trata de uma produção coletiva (ROMERO, 1991; BISPO; GODOY, 2014). Portanto, a linguagem não é radicalmente fixa, ela se transforma durante a ação cotidiana, podendo ser única e particular, ao passo que também possui um significado generalizável (HERITAGE, 1987; COULON, 2005). A linguagem pode resultar de palavras que se somam formando novos significados transmissíveis e compreensíveis aos praticantes, nas chamadas expressões indiciais presentes na linguagem ordinária e corriqueira (GUESSER, 2003).

No conceito de reflexividade, é realçada a característica que dá o grau da construção e da transformação social (COULON, 2005). O conceito de reflexividade se refere ao modo como uma determinada realidade guia a interação humana, esta sendo uma interação reflexiva, colocada por Romero (1991) como predominante nas relações humanas, pela interpretação de sinais, gestos, palavras e outras informações de diferentes seres humanos. Bispo e Godoy (2014) acrescentam que a teoria da ação e reação da física se aplica nesse conceito, na medida em que os indivíduos agem de acordo com a influência que sofrem da ação de outros indivíduos ou dos resultados da própria ação. Em outras palavras, trata-se de uma influência mútua e recursiva.

A relatibilidade é o conceito utilizado para designar o caráter descritivo de uma prática, uma vez que a capacidade de comunicá-la, ou falar sobre ela, dentro das referências de significados construídas pelo indivíduo, é o que permite que ela seja compartilhada e racionalizada pelos atores sociais, estando intrínseca ao processo de reflexividade (GUESSER, 2003; COULON, 2005; BISPO; GODOY, 2014). A relatibilidade ocorre simultaneamente à produção social, traz à tona aspectos que estão sendo experienciados pelos atores sociais, tornando-os inteligíveis e transmissíveis. Guesser (2003, p. 162) esclarece que "ao passo que são dotadas de significado e sentido através dos processos pelos quais são relatadas, as ações sociais exprimem o mundo social na sua mais pura essência". Desse modo, é um dos papéis do pesquisador ir além da compreensão de relatos captados na pesquisa, compreendê-los profundamente como um fator determinante na ordem social frágil e precária.

Por fim, o quinto conceito da etnometodologia, a noção de membro, se refere ao fato de que para que uma prática exista são necessários os praticantes, aqueles que de fato integram o processo contínuo e inacabado da construção social por meio dos seus métodos de fazer e agir, assim como pelo domínio da linguagem compartilhada por determinado grupo, do qual fazem parte e que os qualifica a serem membros sociais (GUESSER, 2003; COULON, 2005; BISPO; GODOY, 2014).

Procedimentos metodológicos

Este estudo se trata de uma pesquisa qualitativa, no qual foi utilizada a etnometodologia como estratégia de investigação e análise do turismo como prática. A estratégia utilizada parte da investigação do cotidiano, em que o pesquisador observa os fatos como acontecem na prática e como os membros produzem os acontecimentos

realizados (TEN HAVE, 2004; RAWLS, 2008). Pela natureza do campo e sua relação com o turismo, este foi se revelando como uma prática social presente no campo de pesquisa na medida em que os conceitos-chave da etnometodologia foram se aplicando.

A orla marítima da cidade de João Pessoa/PB representou o campo de pesquisa. Esta é em sua maior parte urbanizada e se estende por 24 quilômetros. A pesquisa foi realizada nas praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco, por serem destacadas como as mais visitadas pelos turistas nas pesquisas anuais realizadas pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas e Sociais da Paraíba – IFEP (2014). Além disso, essas praias são próximas (seguem em continuidade numa linha côncava) e o acesso entre elas ocorre de maneira fluida.

Houve a imersão dos pesquisadores (a partir do mês de fevereiro até o mês de setembro de 2014) na orla marítima de João Pessoa/PB. Ocorreu um total de 109 visitas ao local, as quais aconteceram nos turnos da manhã, tarde e noite. O detalhamento das técnicas utilizadas se encontra disponível no Quadro 2.

Quadro 2 – Técnicas de coleta de dados.

Técnica	Duração	Participantes	Objetivo	Realização
Conversas informais	20 a 30 minutos	62 pessoas (dentre elas visitantes estrangeiros e locais)	Conhecer a relação de sentido de um dado indivíduo com o contexto observado; necessidade de alguma informação/explicação sobre alguma atividade realizada na orla marítima, ou o motivo que levava à realização de uma dada atividade.	1. Contato espontâneo e pessoal, a partir do qual se questionava o motivo da pessoa estar na praia, de onde era, onde residia. 2. Revelação da pesquisa empreendida.
Entrevistas	Média de 40 minutos	3 pessoas (atores-chave)	Conhecer a percepção de agentes que possuem um papel na prática estudada: 2 – gestores públicos; 1 – agente turístico.	Não se usou questões fixas, mas com base no próprio campo foi elaborado e utilizado um pequeno roteiro para nortear o processo, não permitindo que nenhum dos elementos pontuados a partir das observações fosse deixado de lado.
Observação direta e notas de campo	-	-	Observar as atividades constituintes do turismo e registrar os dados obtidos na pesquisa.	Observações registradas imediatamente em cadernos (foram utilizados dois), o que possibilitou um material de análise e consulta. As páginas dos cadernos de campo foram enumeradas e foram registrados data, dia da semana e horário de cada visita à orla marítima.

Fonte: Os autores (2014).

As notas tomadas em campo por meio dos cadernos foram digitadas em um documento do editor de texto Word, tornando-se um arquivo digital com 36 páginas, ao final do processo de coleta de dados. Esse procedimento visou organizar os dados, assim como revisar e refletir sobre todas as informações dispostas nos cadernos, as quais foram úteis na composição do quadro de resultados alcançados nesta pesquisa. Ressalta-se que o número reduzido de entrevistas não atendeu a nenhum requisito prévio de saturação. Isso se justifica pela crença de que não seriam necessárias muitas entrevistas em virtude de que as conversas informais (algumas realizadas nos moldes de entrevistas) e a observação direta supriram o conteúdo que seria possível acessar nas entrevistas.

Aponta-se ainda a praticidade das conversas informais como técnica para a coleta de dados frente à formalidade da entrevista e o tempo necessário a ser disponibilizado pelos entrevistados. É importante esclarecer que algumas das conversas informais, como também todas as entrevistas realizadas na orla marítima, foram gravadas em áudio para não correr o risco de perder informações. No tratamento desses áudios não foram necessárias transcrições integrais, mas transcrições dos fragmentos específicos que foram utilizados para realçar determinado aspecto na apresentação dos resultados, identificados por meio de um processo repetido de escuta do conteúdo das gravações (TEN HAVE, 2004).

Para a análise dos dados, pautou-se o referencial teórico deste estudo com base nos questionamentos norteadores dos cinco conceitos-chave da etnometodologia garfinkiliana, disponíveis no Quadro 3.

Quadro 3 – Análise e interpretação de dados etnometodológicos.

Conceito	Pergunta de orientação analítica e interpretativa
Realização	As atividades identificadas representam o cotidiano da organização/grupo investigado e são reconhecidas pelos seus membros como próprias e características da organização/grupo ao qual pertencem?
Indicialidade	O conjunto de atividades identificadas apresenta uma linguagem própria da organização/grupo investigado em que todos os membros compartilham dela e do(s) sentido(s) que ela representa na vida cotidiana dessa organização/grupo? É possível identificar jargões e/ou palavras próprias?
Reflexividade	O conjunto de atividades identificadas cria ao longo do tempo na organização/grupo condições de perpetuação, modificação ou, até mesmo, gera novas atividades que são reconhecidas pelos membros como resultado do seu cotidiano?
Relatibilidade	É possível identificar nas falas e ações dos membros da organização/grupo justificativa comum para orientar a razão pela qual o conjunto de atividades é realizado daquela forma e não de outra?
Noção de membro	O conjunto de atividades mapeadas permite ao pesquisador identificar claramente quem são os indivíduos que são efetivamente da organização/grupo e não apenas estão nele? A indicialidade e a relatibilidade são fundamentais para tal reconhecimento.

Fonte: Adaptado de Bispo e Godoy (2014, p. 129).

Resultados

Neste capítulo, será apresentada a análise do TuP, o qual foi o objeto de análise sem determinação de categorias prévias, mas foram observados seus elementos constituintes que indicam o modo como ele é construído e organizado coletivamente, mantido ou transformado ao longo do tempo.

Turismo como prática na orla marítima de João Pessoa/PB

É possível observar na orla marítima diversos acontecimentos que integram a expressão de turismo nesse contexto. O turismo não ocorre de maneira avulsa e isolada em distintos lugares, mas de forma entrelaçada, carrega uma série de símbolos, valores, regras sociais que são perpassados pelas gerações, fazendo com que um dado espaço possa ser considerado turístico. É possível haver espaços com belezas naturais e potencial turístico sem ser necessariamente considerado turístico, em virtude de não haver uma organização social que sustente o turismo, ou seja, os processos organizativos são fundamentais para que esta prática exista (CZARNIAWSKA, 2013).

Para a análise da realização do turismo, baseou-se em dois pressupostos: a) sua continuidade ao longo do tempo, ou seja, a prática é resultado de ações que ocorrem de forma repetida (CZARNIAWSKA, 2006, 2013); b) a significação e o reconhecimento social para que assim ela seja caracterizada no seu contexto de ação, a reprodução por uma coletividade e o modo como os elementos heterogêneos são organizados (GHERARDI, 2006).

Desse modo, o turismo é reconhecido como uma prática social e local na medida em que sua produção na orla marítima ocorre de forma complexa e situada. Durante as visitas ao campo, foi possível observar a singularidade do trecho da intersecção das praias de Tambaú e Cabo Branco, o chamado Busto de Tamandaré – um espaço onde ocorrem os principais eventos esportivos, religiosos, comemorativos e mobilizações da cidade. Esse espaço é o trecho mais movimentado de todo o perímetro estudado, por se localizar próximo à principal avenida, que o liga ao centro da cidade. Na concepção dos frequentadores da orla marítima, os eventos e sua agitação são um atrativo a mais para os visitantes, principalmente aqueles que normalmente se hospedam nos equipamentos de hospedagens que se localizam ao longo da orla no trecho pesquisado.

Na percepção dos atores sociais, fazer turismo é realizar uma caminhada, tomar uma água de coco, espreguiçar-se na areia ou mergulhar, adquirir um *souvenir*¹, sendo este um artesanato ali exposto, seja pelos ambulantes que oferecem de lado a lado os seus produtos, seja em lojas específicas do outro lado da avenida, seja nas exposições de produtos na própria calçada da praia, ou até mesmo um registro em foto ou vídeo. Entre os atores é considerado produzir turismo o ato ou efeito de simplesmente explorar o diferente disposto na orla marítima, os traços culturais, interagir com os locais (pessoas e atrativos) e aproveitar o momento (Notas de campo, 2014).

Todos os elementos apontados relacionam-se a sensações, emoções que refletem a relevância dos componentes do turismo, ou seja, o relato dos atores pesquisados não trata do turismo em si enquanto uma prática, mas as atividades que realizadas em conjunto formam a prática. Quando se fala em *souvenir*, menciona-se um dos aspectos que faz com que o turismo se perpetue na chamada indústria de recordações (SCHLÜTER, 1998). Zezensberger (1996) referencia o papel da foto tirada pelos turistas e dividida com parentes e amigos, com o conjunto de emoções vivenciadas por este turista, como um modo de ativar o desejo dos não turistas (ou turistas potenciais) em vivenciar experiências similares, contribuindo desse modo com o fomento do turismo.

Além disso, outros aspectos organizacionais que apontam o TuP na orla marítima se reportam ainda ao fato de que, toda a orla, no trecho pesquisado, é rodeada por construções que abrigam distintos equipamentos turísticos, sejam estes meios de hospedagens (hotéis, flats, apartamentos, pousadas, albergues), restaurantes, bares, lojas de conveniência ou artesanato, pontos de comércio, ou a infraestrutura de suporte aos visitantes, como as placas com sinalizações diversas, a calçada plana para favorecer a caminhada, a ciclovia para possibilitar que ciclistas, motoristas e pedestres tenham seus espaços próprios, o estacionamento, entre outros. Todos eles evidenciam que a realização do turismo, enquanto prática, é também fruto de uma interação entre humanos (turistas, moradores e profissionais do *trade* turístico) e não humanos (CZARNIAWSKA, 2006; VAN DER DUIM, 2007; VAN DER DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2012).

¹ Souvenir refere-se a "produtos consumidos pelas pessoas durante as suas experiências turísticas em lojas e outros espaços destinados a este fim, ou adquiridos/coletados no local, sem necessariamente uma relação comercial" (HORODYSKI; MANOSSO; GÂNDARA, 2013, p. 131).

Somado a esse quadro, na própria calçada da orla marítima, é possível observar um leque de manifestações econômicas, culturais e sociais atreladas à noção de turismo que reforçam a imagem do local como um espaço turístico. Os bares e quiosques que se situam na área da calçada da praia são importantes meios em que atividades relacionadas ao turismo acontecem, como, por exemplo, o oferecimento de um cardápio próprio da região.

Seja o uso para lazer pelos atores sociais locais, seja a realização de eventos desportivos de competição que atraem atores sociais locais e não locais, o uso da praia com esse intuito reflete o modo como a orla marítima é utilizada, mais um dos elementos que se somam ao processo organizativo do TuP (CZARNIAWSKA, 2006, 2013; VAN DER DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2012). É válido esclarecer que, ao se falar dos atores sociais locais e não locais, considera-se o turismo como uma realização conjunta. O TuP vai além de definir quem é ou não turista, uma vez que quando o turismo acontece uma série de atividades constituintes da prática são realizadas por turistas, excursionistas, moradores locais, etc.

É importante mencionar que, para que o espaço da orla marítima seja um lugar tranquilo e agradável em que as atividades que sustentam o turismo ocorram, são necessárias condições de limpeza e segurança (Notas de campo, 2014). As atividades referentes à limpeza da orla marítima são realizadas por duas empresas, pelos chamados agentes de limpeza urbana (Entrevista com agente turístico, 2014), e a segurança é realizada pela Guarda Civil Municipal, que faz rondas no local durante o dia (Observação direta, 2014).

Quanto ao conceito indicialidade, a identificação de termos que refletem sua existência na orla marítima é desafiadora na medida em que a realização do TuP ocorre de forma complexa. É necessário ser membro ou ter a proximidade que a etnometodologia, por meio do requisito único de adequação (GARFINKEL, 2006), possibilita para se entender o que Guesser (2003) denomina expressões indiciais, linguagem particularizada a partir do uso de um termo genérico (que possui outro sentido em outro contexto) por indivíduos em um determinado grupo. Outro aspecto que mereceu atenção no processo de identificação das expressões indiciais foi o fato de que, mesmo existindo uma grande quantidade de grupos de praticantes e de utilizadores da orla marítima referentes à prática, foi possível observar termos de uso comum utilizados pelos próprios atores sociais locais. O conjunto de expressões indiciais identificadas se encontra disposto no Quadro 4.

Quadro 4 – Síntese das expressões indiciais apresentadas.

Termos	Significados literais	Significados particulares
Orla	A margem, beira ou borda de algo, este algo sendo normalmente rios, lagos, lagoas ou mar.	Designa as praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco.
Calçadinha	Calçada curta e pequena.	Borda das praias de Manaíra, Tambaú e Cabo Branco direcionada aos pedestres.
Passarela	Tipo de palco comprido e estreito; ponte estreita; e espaço de trânsito para pedestres.	Parede baixa de proteção à vegetação e à areia, utilizada para o assento dos utilizadores da orla.
Busto	Monumento em homenagem ao Almirante Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa, militar e patrono da marinha do Brasil.	Área de intersecção das praias de Tambaú e Cabo Branco.
Bombadões	Estatura física avantajada.	Guardas municipais.
Môfi	Meu filho, meu querido.	Grupo de marginais que cometem furtos e assaltos.

Fonte: Os autores (2014).

É importante esclarecer que as expressões dispostas no Quadro 4 podem representar uma barreira para o entendimento dos não membros desse contexto, uma vez que a mesma palavra pode oferecer sentidos distintos e antagônicos fora do contexto cultural em questão (BISPO; GODOY, 2014; GHERARDI, 2006).

No conceito reflexividade, observa-se que o modo como o TuP acontece na orla marítima, e todos os seus elementos essenciais, é parte de um quadro resultante da ação e interação reflexiva. Em vários momentos da pesquisa foi possível observar aspectos referentes à reflexividade. A forma de organização dos quiosques, bares e restaurantes à beira-mar nas chamadas barracas é resultado de uma ação de ordenamento planejado (gestão pública), em virtude de o espaço ser constitucionalmente coletivo, um bem da União.

Em outra época, por ter havido uma crescente implantação de empreendimentos desse tipo por toda a faixa da orla, foi percebido que o acúmulo de quiosques prejudicava a vegetação nativa e o acesso do visitante à praia, assim como obstruía parte de trechos da calçadinha, principalmente onde ela era mais estreita, no caso de Manaíra. Houve a ação, pela gestão pública, de desapropriação e demolição dos quiosques e revitalização da calçadinha da praia de Manaíra. Novos quiosques foram construídos respeitando determinações da União. No entanto, na calçadinha de Manaíra não foi possibilitada a construção de quiosques, o que refletiu na ação empreendedora da iniciativa privada de construção de equipamentos de alimentação e hospedagem no outro lado da avenida beira-mar que atendessem à necessidade dos usuários da praia de Manaíra (Entrevistas; Notas de campo, 2014).

Ainda no que concerne à ação da gestão pública, os muitos problemas relacionados à criminalidade, assim como questões sanitárias relativas ao trabalho dos pescadores, demandaram ações de organização do espaço chamado de Largo da Gameleira, na praia de Tambaú. Houve, portanto, melhorias na iluminação, fixou-se um ponto de policiamento, foi realizada a limpeza e a organização estética do ambiente, assim como o espaço dos pescadores foi organizado e mantido, culminando com a construção do Mercado de Peixes no local. É importante reforçar a informação de que no Largo da Gameleira houve a construção de um monumento de saudação ao sol, um incremento ao turismo, por ser um atrativo que na concepção dos visitantes da orla marítima identifica a passagem pela cidade de João Pessoa/PB, como no excerto a seguir:

[Por que vocês estão tirando foto aí? Foi questionado um casal, o homem respondeu com sotaque de um interior paulistano] Porque é bonito, a paisagem desse trecho da orla é uma das mais bonitas, porque também lá em cima [apontando em direção à praia de Cabo Branco], onde tem uma Iemanjá também é lindo, o ponto mais oriental das Américas ali, né? Tiramos muitas fotos ali também. E aqui tem esses barquinhos no fundo da imagem, também já tiramos fotos com os barquinhos. Aqui é tudo lindo! (Conversa informal, Notas de campo, 2014).

Durante as visitas ao campo, observou-se que esse trecho da praia e o Busto de Tamandaré são as áreas mais frequentadas pelos visitantes, é comum avistar uma grande quantidade de pessoas nesses pontos e em suas adjacências. Os motivos colocados refletem a ação reflexiva desses atores sociais na medida em que os investimentos realizados, no caso do Largo da Gameleira, amenizaram a sensação de insegurança e a aversão relativa aos elementos estéticos do local, que justificaram por sua vez as ações empreendidas (Notas de campo, 2014).

Já para apreender o conceito da relatabilidade a partir do campo, buscou-se conhecer por meio dos atores sociais o que se entendia por turismo e quais elementos apontavam a existência do TuP na orla marítima, como uma forma de acessar a percepção dos atores sociais por meio da descrição (crítica ou romântica) sobre o turismo. As respostas não apontavam uma definição imediata, mas conceitos abstratos que de certo modo reforçam a maneira como o turismo é enxergado nesta pesquisa – uma importante prática social.

Alguns respondentes, como no caso dos garçons que atuam nos quiosques, ou até outros exemplos de prestadores informais de serviços de apoio, pareciam não compreender as indagações: Pra você, o que é turismo? Como ele acontece aqui na

orla? Nesse caso, o turismo remetia à ideia de interação com visitantes, sejam estes estrangeiros, de outras regiões ou locais: “turismo é falar outro idioma, tipo, eu conseguir me comunicar com os outros, as pessoas de fora” (Garçom em um bar/quiosque, Notas de campo, 2014), “turismo é estar preparado para receber as pessoas [...], é isso, receber bem as pessoas de fora” (Prestador de serviços de aluguel de guarda-sol e cadeiras na praia de Tambaú, Notas de campo, 2014). Este outro excerto ilustra essa percepção:

É visível como o turismo movimenta o lugar [a orla], por isso as pessoas estão lá trabalhando em suas barracões para atender a uma demanda criada pelo turismo. [...] Os turistas vão à praia, podem fazer uma infinidade de coisas, como ir a picãozinho numa embarcação, nadar com os peixes, tirar foto, tomar banho de mar na água quente [...] porque nossa orla é única, não tem lugar igual (Conversa informal, 2014).

Quando se fala em Picãozinho, refere-se a uma pequena ilha de corais que aparece nos períodos de maré baixa e que se situa na praia de Tambaú, a qual é visitada diariamente por embarcações turísticas.

A partir do campo, percebeu-se que o uso da orla atribuído pelos atores influencia na forma como o turismo é percebido. De um modo geral, por um lado, o turismo é percebido como uma relação de comércio com turistas e visitantes, estes que possuem condições financeiras de pagar pelos serviços turísticos, portanto, essa noção por si só age como um estímulo para o constante incremento da orla como espaço turístico (organizativo) e das inúmeras expressões de serviços ali dispostos.

Por outro lado, o turismo é relatado como uma vivência única, em que é possível a interação entre pessoas de lugares distintos num lugar diferente, este que possui algum atrativo (gastronomia, cultura, arte, natureza, etc.) como motivação humana de visitar o lugar, bem como ocorre com outras práticas sociais, o que contribui para que se perpetue ao longo dos anos. Essa ideia fica evidente no que Gherardi (2006) explica sobre práticas, estas como sendo o conjunto de elementos de natureza heterogênea – tais como cultura, lugares, pessoas, objetos que se associam ao turismo – que se integram, interagem-se e desenvolvem-se de modo ativo e dinâmico ao longo do tempo e do espaço, permitindo que sejam parte de organizações cotidianas (COOPER; LAW, 1995), reconhecidas socialmente pela totalidade dos elementos heterogêneos em constante interação e refinamento.

Como se observa no decorrer desta seção, o engajamento e a participação dos atores sociais são fundamentais para que o turismo se estabeleça como uma prática social. Portanto, a noção de membro é um conceito fundamental para a prática estudada. Pela natureza da prática analisada, assim como a amplitude do campo, reconhecer os seus membros requer foco nas atividades que sustentam o TuP para distinguir aqueles que praticam – os praticantes.

A noção de membro referente ao TuP na orla marítima ocorre na medida em que se constata no cotidiano local a existência de grupos de praticantes. O TuP é produzido de diferentes formas nos vários quilômetros que compreendem as praias da orla marítima. A cada uma dessas formas é demandado um tipo de conhecimento, uma forma distinta de legitimação dos membros, um ponto de referência para se comunicar e agir. Os atores sociais que agem no espaço orla marítima compartilham um conjunto de elementos influenciadores advindos das bases construídas pelos grupos aos quais pertencem.

Os membros adotam comportamentos diferentes quando dentro ou fora dos domínios da comunidade. No caso de estarem entre si (na comunidade), eles falam gírias, palavrões, regionalismos (expressões indiciais), isso no exemplo dos jogadores de futebol de areia que representam uma comunidade formada por garçons que atuam nos bares e quiosques da orla marítima. O trabalho e o lazer no espaço fazem sobressair conhecimentos próprios do local, legitimando-os a serem membros do espaço. Desse modo, nem todos os garçons são parte da comunidade, apenas aqueles que possuem conhecimento prático capaz de fazer com que sejam reconhecidos como membros (Observação, Notas de campo, 2014).

Os processos organizativos do turismo como prática

Os processos organizativos sustentadores da prática estudada, o turismo, apresentados por meio da análise etnometodológica, originaram um quadro de análise que permite visualizar os componentes da prática. Todavia, os componentes foram apresentados sem sua devida articulação e compreensão ampliada, dado que cada conceito etnometodológico foi exposto de forma separada. Como no cotidiano eles acontecem de uma forma conjunta e complementar, envoltos pela conjuntura organizacional resultante dos processos organizativos, o esquema disposto na Figura 1 foi desenvolvido para indicar como ocorre de forma progressiva o TuP na orla marítima.

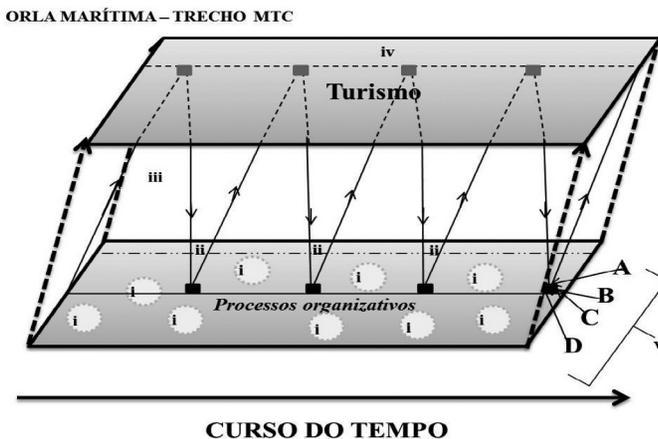


Figura 1 – Esquema dos elementos etnometodológicos com base no TuP.

Legenda: M = Manaíra; T = Tambaú; C = Cabo Branco. As setas escuras tracejadas se referem ao espelhamento; as setas simples indicam a direção do reflexo; as linhas tracejadas indicam a inconstância da linguagem e sua variação no campo; os quadrados cor cinza indicam a base das transformações; enquanto os escuros se tratam da concretização das transformações ao longo do tempo.

Fonte: Os autores (2014).

Na Figura 1, são ilustrados os conceitos etnometodológicos em movimento. A i) realização é um aspecto presente em todo o campo, indica o quanto a prática está espalhada por meio da sua diversidade de atividades. Esse espalhamento permite que o turismo seja caracterizado, percebido, compreendido, dando sinais para que novas atividades surjam e passem a compor o cenário orla marítima num processo de iii) reflexividade, ou seja, a criação de novas atividades inspiradas na prática, fazendo com que a mesma prática que inspirou passe a ser incrementada, desse modo, o turismo é uma prática inacabada.

É importante esclarecer que a realização do TuP ocorre pela cultura que rege o comportamento dos indivíduos. Os v) membros são os atores sociais A, B, C, D (entre uma infinidade de outros), os quais atuam intimamente na orla marítima, ao ponto de possuírem um corpo de conhecimentos práticos próprios da interação que ocorre nesse espaço; um exemplo desse corpo de conhecimento é a linguagem, as expressões indiciais – ii) indicialidade partilhada pelos membros da prática, que incluem as gírias locais e os bordões.

Todo esse conjunto de elementos faz parte do turismo e permite que essa prática seja argumentada como justificativa para a utilização do espaço, seja apreendida por meio de um conceito próprio formulado a partir das interações estabelecidas no espaço, de modo que o turismo passe a ser considerado uma forma de se comunicar com as pessoas, interações culturais, ou até mesmo como uma expressão do comércio (em linhas mercadológicas). O conceito ilustrado é o da iv) relatibilidade, cujo símbolo está posicionado acima dos outros no esquema disposto na Figura 1, por representar uma lente a partir da qual a prática se torna inteligível.

Considerações finais

Neste estudo, analisou-se etnometodologicamente os processos organizativos do turismo como prática (TuP) na orla marítima de João Pessoa/PB, por meio da construção de um quadro teórico alicerçado pela epistemologia da prática para compreender o turismo, considerado uma importante prática social, em oposição à visão da prática do turismo (unilateral) com vistas à compreensão desse fenômeno como um dos elementos a partir do qual se alcança a ordem social. Nesse sentido, indicou-se que a visão de organização supera a visão hegemônica de estrutura, fronteiras, objetivos e estratégias formais (CZARNIAWSKA, 2013), vista apenas como uma metanarrativa ou metadiscorso (CALÁS; SMIRCICH, 1999) e, ainda, que o turismo pode ser incluído no campo dos estudos organizacionais tanto como tema de estudo quanto como representação de organização.

Identificou-se etnometodologicamente o conjunto de atividades que constituem o TuP na orla marítima de João Pessoa/PB, na medida em que os conceitos da etnometodologia foram explorados, com a exposição do conjunto de atividades realizadas para que o TuP ocorra nesse espaço, como o trabalho realizado por comerciantes, tanto os dispostos em pontos fixos como os ambulantes. A estrutura formal composta pela ação dos agentes do setor de hotelaria, restauração e entretenimento, a exemplo do Hotel Tambaú, que foi construído na areia da praia de Tambaú e representa um dos marcos da realização do TuP na orla marítima local (PROJETO ORLA, 2014), ou o trabalho realizado pelos agentes turísticos, os passeios a barco ou de *buggy*, por exemplo.

Foram citados ainda elementos da cultura local que podem ser evidenciados, como o trabalho dos pescadores ou a própria comida regional. A realização de eventos para diversos fins, a prática dos esportes, brincadeiras, o uso da orla pelos moradores da cidade permitindo a interação sociocultural, a limpeza e a segurança do local, entre outros, são componentes do TuP da forma como sua existência é reconhecida pelos seus atores sociais.

Além disso, evidenciou-se os caminhos que indicam os processos organizativos presentes em todos os conceitos-chave da etnometodologia, a partir dos quais foi levantado o questionamento: como saldo deste trabalho, o que se passa a entender por orla marítima? Acredita-se que o esforço tido neste estudo de descaracterizar o senso comum da concepção desse espaço como praia, mar e lugar de lazer tenha sido válido para reforçar a ideia de orla como um campo organizacional no qual é possível acessar fenômenos multidisciplinares e transversais. Embora seja um domínio que não foi explorado neste estudo, menciona-se ainda que a existência de um Comitê Gestor Orla reforça esse espaço como campo organizativo.

Portanto, a fim de responder ao questionamento deste estudo: como ocorrem os processos organizativos do TuP na orla marítima de João Pessoa/PB? Desenhou-se um percurso no qual despontou que os processos organizativos do TuP ocorrem por meio da realização de atividades constituintes do turismo, pela interação social, participação e engajamento dos membros, pelas percepções de oportunidades de se estabelecer profissionalmente ou a lazer, estes que são elementos sustentadores do TuP.

Aponta-se neste estudo algumas fragilidades, como a não inclusão do Comitê Gestor da Orla Marítima no quadro analítico, o que abre frente a possíveis lacunas. Ademais, o método adotado ainda necessita de adaptações para explicar elementos que até então não são cobertos por ele como, por exemplo, os conflitos e jogos de poderes que podem vir a existir no espaço orla marítima, em virtude dos seus muitos interessados e interesses.

Todavia, espera-se que este estudo inicial possa contribuir para reflexões acerca do turismo e da formação e desenvolvimento dos espaços turísticos com base na noção de processos organizativos. Acredita-se que, pela orla marítima representar um campo de práticas, há inúmeros caminhos para a realização de estudos, assim sendo, apontam-se algumas sugestões nesse sentido. A primeira delas se trata de um aspecto que não pôde ser apreendido neste estudo – a aprendizagem social. Acredita-se que a compreensão sobre a aprendizagem informal e social existente nesse espaço possa acrescentar na formação e atuação conscientes dos múltiplos atores sociais interessados

na orla marítima. Com efeito, outros temas dentro dos estudos baseados em prática podem ser caminhos de compreensão do turismo e dos espaços turísticos, tais como sociomaterialidade, teoria ator-rede e a estética organizacional.

Referências

- BARRETO, M. *Manual de iniciação do estudo do turismo*. 13. ed. Rev. e atual. Campinas: Papirus, 2003.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 10. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004a.
- BENI, M. C. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. *Turismo – Visão e Ação*, v. 6, n. 3, set./dez, 2004b.
- BISPO, M. S. A aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 14, n. 6, ed. especial, p. 132-161, nov./dez. 2013.
- BISPO, M. S.; GODOY, A. S. A etnometodologia enquanto caminho teórico-metodológico para investigação da aprendizagem nas organizações. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 16, p. 684-704, 2012.
- BISPO, M. S.; GODOY, A. S. Etnometodologia: uma proposta para pesquisa em estudos organizacionais. *Revista de Administração da UNIMEP*, v. 12, n. 2, maio/ago. 2014.
- BOTTERILL, D.; PLATERNKAMP, V. *Key concepts in tourism research*. Sage, 2012.
- CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Past postmodernism? Reflections and tentative directions. *The Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 649-671, Oct. 1999.
- CASTROGIOVANNI, A. Turismo e espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S; CASTROGIOVANNI, A. (Org.). *Turismo na pós-modernidade (des) inquietações*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- COHEN, E. Rethinking the sociology of tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 6, n. 1, p. 18-35, jan./mar. 1979.
- COHEN, E. The sociology of tourism: approaches, issues, and findings. *Annual Review of Sociology*, v. 10, p. 373-392, 1984.
- COHEN, E.; COHEN, S. A. Current sociological theories and issues in tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 39, n. 4, p. 2.177-2.202, 2012.
- COOPER, R.; LAW, J. Organization: distal and proximal views. *Research in the Sociology of Organizations*, Greenwich, CT: JAI Press, v. 13, p. 237-74, 1995.
- COSTA, C. Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, v. XL, n. 175, p. 279-295, 2005.
- COULON, A. *La etnometodologia*. 3. ed. Madrid: Cátedra, 2005.
- CZARNIAWSKA, B. Bruno Latour: reassembling the social: an introduction to actor-network theory. *Organization Studies*, v. 27, n. 10, p. 1.553-1.557, 2006.
- CZARNIAWSKA, B. Organizing: how to study it and how to write about it. *Qualitative Research in Organizations and Management: an International Journal*, v. 3, n. 1, p. 4-20, 2008.
- CZARNIAWSKA, B. Organizations as obstacles to organizing. In: ROBICHAUD, D.; COOREN, F. (Ed.). *Organizations and organizing*. Materiality, agency, and discourse. New York: Routledge, 2013. p. 3-22.

- EDENSOR, T. Performing tourism, staging tourism. *Tourist Studies*, v. 1, n. 1, p. 59-81, 2001.
- ENZENSBERGER, H. M. A theory of tourism. *New German Critique*, n. 68, Special Issue on Literature, Spring/Summer, p. 117-135, 1996.
- FREITAG, B. B.; TISCOSQUI, G. P.; MORETTO NETO, L. A produção acadêmica em turismo no campo da administração. *Revista Turismo Visão e Ação – eletrônica*, v. 13, n. 2, p. 260-273, maio/ago. 2011.
- GARFINKEL, H. *Studios en etnometodologia*. Barcelona: Anthropos, 2006.
- GHERARDI, S. *How to conduct a practice-based study: problems and methods*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.
- GHERARDI, S. *Organizational knowledge: the texture of workplace learning*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
- GUESSER, A. H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. *Em Tese*, v. 1, n. 1, p. 149-168, 2003.
- HERITAGE, J. C. Ethnomethodology. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Ed.). *Social theory today*. Cambridge: Polity Press, 1987. p. 224-272.
- HORODYSKI, G. S.; MANOSSO, F. C.; GÂNDARA, J. M. Conceitos e abrangência do souvenir na dinâmica do espaço turístico: o caso de Curitiba-PR. *Revista Turismo Visão e Ação – eletrônica*, v. 15, n. 1, p. 130-143, jan./abr. 2013.
- IFEP. Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas. *Pesquisa anual do comportamento do turismo na região metropolitana de João Pessoa*. Paraíba, 2013.
- JÓHANNESSON, G. Tourism translations: actor-network theory and tourism research. *Tourism studies*, v. 3, p. 21-48, 2005.
- LE SANN, J. G. A importância da geografia para o turismo: uma análise do conceito de risco. *Turismo – Visão e Ação*, v. 8, n. 1, p. 121-127, jan./abr. 2006.
- MARUJO, M. N.; CRAVIDÃO, F. Turismo e lugares: uma visão geográfica. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 10, n. 3, p. 281-288, 2012.
- NICOLINI, D. *Practice theory, work, & organization: an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- OLIVEIRA, S. A.; MONTENEGRO, L. M. Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana. *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, n. 1, p. 129-145, 2012.
- PAGET, E.; DIMANCHE, F.; MOUNET, J. P. A tourism innovation case an actor-network approach. *Annals of Tourism Research*, v. 37, n. 3, p. 828-847, 2010.
- PROJETO ORLA. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. *Plano de intervenção na orla do município de João Pessoa*. Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/055cd422dc2cf559bf2dfe5641f18972.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2014.
- RAWLS, A. W. Harold Garfinkel, ethnomethodology and workplace studies. *Organization Studies*, v. 29, n. 5, p. 701-732, 2008.
- REN, C. Non-human agency, radical ontology and tourism realities. *Annals of Tourism Research*, v. 38, n. 3, p. 858-881, 2011.
- ROMERO, J. J. C. Etnometodología: una explicación de la construcción social de la realidad. *Reis – Revista Espanhola de Investigações Sociais*, v. 56, n. 91, p. 83-114, Oct./Dic. 1991.
- SCHLÜTER, R. G. The role of t-shirts in the creation of tourist destination images. *Studies and Perspectives in Tourism – Electronic Journal*, n. 1, v. 7, Buenos Aires, 1998.

- TEN HAVE, P. *Understanding qualitative research and ethnomethodology*. London: Sage, 2004.
- TORKILDSEN, G. *Leisure and recreation management*. Londres: E & F Spon, 1992.
- TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Org.). *The oxford handbook of organization theory*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- URRY, J. *Mobilities*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001.
- VAN DER DUIM, R. V. Tourismscapes: an actor-network perspective. *Annals of Tourism Research*, v. 34, n. 4, p. 961-976, 2007.
- VAN DER DUIM, R.; REN, C.; JÓHANNESSON, G. *Actor-network theory and tourism: ordering, materiality and multiplicity*. Routledge: 2012. 182 p.
- WEICK, K. E. *The social psychology of organizing*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

Submissão: 03/03/2016

Aprovação: 02/05/2017

DO ECOAMBIENTALISMO À SUSTENTABILIDADE:
NOTAS CRÍTICAS SOBRE A RELAÇÃO ORGANIZAÇÃO-NATUREZA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS¹

Fábio Freitas Schilling Marquesan*
Marina Dantas de Figueiredo**

Resumo

O propósito deste trabalho é retomar uma reflexão acerca dos limites que as perspectivas tradicionais hegemônicas sobre a relação organização-natureza têm imposto à Teoria Organizacional (TO). Para realizá-lo, cumprimos dois objetivos: primeiro, resgatamos uma possibilidade de mudança de perspectiva sobre essa relação, dos paradigmas antropocêntricos/orgocêntricos para o paradigma ecocêntrico, surgida nos Estudos Organizacionais (EOs) na década de 1990. Abordando a forma como o ecocentrismo foi assimilado, na esteira das reflexões então nascentes sobre sustentabilidade, evidenciamos como a perspectiva ecocêntrica foi relegada a uma condição marginal. No segundo objetivo, propomos a recuperação das discussões sobre a temática da ecologia; mais precisamente, sobre a perspectiva do habitar (*dwelling perspective*) como uma ontologia da relação organização-natureza. A contribuição do ensaio está no resgate do momento em que a noção de sustentabilidade tornou-se hegemônica nos EOs e na proposição de uma perspectiva ecológica, alinhada à retomada do ecocentrismo nesse campo.

Palavras-chave: Antropocentrismo. Orgocentrismo. Ecocentrismo. Ecologia. Sustentabilidade.

FROM ECO-ENVIRONMENTALISM TO SUSTAINABILITY:
CRITICAL NOTES ON THE ORGANIZATION-NATURE
RELATION ON ORGANIZATION STUDIES

Abstract

The purpose of this paper is to reclaim a reflection on the limits that the traditional hegemonic perceptions on organization-nature relationship have imposed to Organizational Theory (OT). In order to accomplish it we follow two aims: first, we recover a possibility of perspective change on such relation, from the anthropocentric/orgocentric paradigm to the ecocentric paradigm, raised within Organization Studies (OSs) in the 1990s. Approaching how ecocentrism has been assimilated, in the wake of the then nascent reflections on sustainability, we show how the ecocentric perspective was relegated to a marginal condition. In the second objective, we propose the recovery of the discussions on the theme of ecology; more precisely, on the dwelling perspective as an ontology of the relation organization-nature. The contribution of the essay is in getting back the moment when the notion of sustainability became hegemonic in the OSs and in the proposition of an ecological perspective, aligned with the resumption of ecocentrism in this field.

Keywords: Anthropocentrism. Orgocentrism. Ecocentrism. Ecology. Sustainability.

¹ Gostaríamos de manifestar nosso agradecimento aos editores que apostaram no potencial do ensaio, bem como aos avaliadores que nos instigaram a ampliar as discussões contidas neste trabalho.

*Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor adjunto nível 6 do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza. E-mail: marquesan@unifor.br

**Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza. E-mail: marina.dantas@gmail.com

No decorrer das duas últimas décadas do século XX, o ecoambientalismo ganhou força tanto nos termos de um ativismo popular propriamente dito quanto no que diz respeito a discursos proferidos por políticos e empresários (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2014). Na época, estavam no auge discussões globais que sucederam a realização de grandes eventos de mobilização social e política, como as reuniões do Clube de Roma (a partir do final dos anos 1960), a Conferência de Estocolmo (1972), o trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (cujo ápice ocorreu em 1987) e, principalmente, a Eco-92. Essas discussões proporcionaram um momento único de reflexão a respeito da relação organização-natureza, que ficou registrado em um conjunto de trabalhos acadêmicos que pareciam dar o tom de uma tendência forte para o campo dos Estudos Organizacionais (EOs) (EGRI; PINFIELD, 2006; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HANNA, 1995; PURSER; PARK; MONTUORI, 1995; SHRIVASTAVA, 1994, 1995a).

Fato surpreendente, que constitui uma espécie de *gap* teórico e que justifica o esforço empreendido neste trabalho, é que, apesar do alerta dado em meados dos anos 1990, pouco foi feito em termos de inserção de uma agenda genuinamente ecológica nos EOs (CUNHA; REGO; CUNHA, 2008; HEIKKURINEN et al., 2016; JERMIER; FORBES, 2016; KALLIO; NORDBERG, 2006; MARTÍNEZ-ALIER, 2015). No esforço de propor uma atualização da discussão, Cunha, Rego e Cunha (2008, p. 311) reconheceram que, a despeito da proliferação de *international journals* “explicitamente dedicados à relação entre organizações e ambiente natural [...], o tópico continua periférico às publicações *mainstream*”. Mais recentemente, esse entendimento foi compartilhado por Heikkurinen et al. (2016, p. 705), para quem “as questões ecológicas têm permanecido na periferia da Teoria Organizacional (TO) contemporânea”. Jermier e Forbes (2016, p. 1.003) também argumentam que “o ambiente natural ainda não é um tópico totalmente integrado nos EOs”, ao passo que Kallio e Nordberg (2006, p. 441) apontaram que “reflexões mais profundas, explícitas e analíticas” em relação à inserção do ambiente (natural) nos EOs ainda são “raras”. Por fim, mas não menos importante, Martínez-Alier (2015) sustenta que a questão ambiental ainda é um ponto intocável.

À luz dos mais de 20 anos que se passaram desde que o auge das discussões envolvendo o movimento ecoambientalista foi atingido nos EOs, argumentamos que a ideia de ecologia, mesmo com variações mais ou menos radicais, era bastante revolucionária para o contexto do capitalismo vivido naquele momento. A tentativa de orientar a TO para uma mudança paradigmática esboçada em alguns desses artigos certamente foi mais arrojada que a própria capacidade de mudança das práticas organizacionais em relação à natureza. O que ocorreu, de fato, tanto no meio acadêmico quanto no discurso político em geral e das grandes corporações, foi que as ideias de ecologia e ambientalismo acabaram sendo suplantadas pela ideia da sustentabilidade – mais ambígua e, portanto, maleável, não representando “nenhum desafio fundamental” ao *status quo* (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005, p. 40).

Nesse quadro, o propósito deste trabalho é retomar uma reflexão acerca dos limites que as perspectivas tradicionais hegemônicas sobre a relação organização-natureza têm imposto à Teoria Organizacional (TO). Para realizá-lo, cumprimos dois objetivos: primeiro, resgatamos uma possibilidade de mudança de perspectiva sobre a relação organização-natureza, do paradigma antropocêntrico/orgocêntrico para o paradigma ecocêntrico, surgida nos Estudos Organizacionais (EOs) na década de 1990. Esse percurso começa com a revisão do contexto em que o ecoambientalismo ganhou corpo nos anos 1990 e de seus desdobramentos no discurso da sustentabilidade enquanto tema que foi alçado à condição dominante. Para retomar uma reflexão crítica sobre os limites que as visões hegemônicas sobre a relação das organizações com o ambiente têm imposto aos EOs, foi necessário identificar quais eram essas visões e sua origem em termos teóricos, além de resgatar seus pressupostos ontológicos.

Abordando a forma como o ecocentrismo foi assimilado, na esteira das reflexões então nascentes sobre sustentabilidade, apontamos a perda do potencial crítico daquela perspectiva – no cenário estadunidense tanto quanto no cenário brasileiro.

Como alternativa, no segundo objetivo propomos a recuperação das discussões sobre a temática da ecologia; mais precisamente, sobre a perspectiva do habitar (*dwelling perspective*) – como uma ontologia da relação organização-natureza. Para isso, propomos a retomada de um debate latente sobre a temática da ecologia com base em uma abordagem fenomenológica sobre a relação organização-ambiente. Nossa contribuição está no resgate do momento em que a noção de sustentabilidade tornou-se hegemônica nos EOs e na proposição de uma perspectiva ecológica, alinhada à retomada do ecocentrismo.

Um resgate das relações organização-ambiente na TO dos anos 1990

Uma análise do percurso da temática que remete ao ecoambientalismo nos EOs expõe que teorias e modos de pensamento alternativos ao *mainstream* da relação das organizações com o ambiente terão que ser particularmente robustos se quiserem modificar ou substituir modelos estabelecidos de organização baseados em perspectivas antropocêntricas (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995) ou orgocêntricas (*orgocentrics*) (EGRI; PINFIELD, 2006). Foi baseado nesse tipo de constatação que Shrivastava (1990, 1994) abriu o caminho nos EOs para a discussão de ideias que criticassem o conceito de ambiente geralmente estudado na TO tradicional e vissem as organizações operando em uma biosfera (SHRIVASTAVA, 1994).

O tema do ambientalismo nos EOs ganhou um tom mais crítico com a publicação do artigo “CASTRATED Environment: GREENING Organization Studies” (maiúsculas no original), no periódico *Organization Studies*. Nele, Shrivastava (1994) apontou que, embora as organizações fossem o principal instrumento por meio do qual os seres humanos exerciam impactos sobre o ambiente natural, os EOs hesitavam em se engajar em diálogos sérios sobre a problemática da exploração e degradação contínua do meio ambiente. Para Shrivastava (1994, p. 705), a razão para essa falta de engajamento era que os EOs usavam “conceitos de ‘ambiente organizacional’ que [eram] desnaturalizados, limitados e paroquiais”. A própria expressão *ambiente organizacional*, segundo o autor, impedia, ao mesmo tempo em que desvalorizava, a incorporação do ambiente natural à TO.

Segundo Shrivastava (1994), a preocupação com a problemática da exploração e degradação contínua do meio ambiente – a que o autor denomina “ambientalismo” – estava então emergindo como uma influente corrente intelectual e também como um movimento de massa (em certa medida, global). Shrivastava (1994) argumentou que os EOs dos idos dos anos 1990 eram ainda incipientes ou falhavam ao abordar a questão do ecoambientalismo. Sua grande crítica era que as TOs não podiam compreender adequadamente o meio ambiente por causa da predominância de ideias preconcebidas e limitadas do que seria o ambiente organizacional. Para ele, organizações são instrumentos que impactam, constantemente, o ambiente natural. Por conseguinte, seria preciso que a TO começasse a incorporar discursos e práticas ambientalistas (PARKER, 2006; EGRI; PINFIELD, 2006). Na primeira parte do artigo, Shrivastava (1994) elaborou uma crítica aos conceitos de ambiente trabalhados nos EOs, delimitados em três perspectivas: a TO, a Gestão Estratégica e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Essas perspectivas evocavam ideias “limitadas, economicistas e antinaturalistas” que ressaltavam que “os conceitos e a linguagem dos ambientes organizacionais [estavam] CASTRADOS” (SHRIVASTAVA, 1994, p. 711, maiúsculas no original).

A metáfora da castração, possivelmente a ideia mais radical do texto, expunha que o ambiente nos EOs não tinha nem vitalidade, nem potência, nem eficácia (*effect*, no original). Para Shrivastava (1994), a palavra CASTRATED, da forma como foi colocada, servia como um mnemônico; uma técnica para memorizar os fundamentos da crítica que ele fez às ideias de ambiente organizacional que dominavam a TO da época: competição (por recursos naturais); abstração (do ambiente como entidade social, não ecofísica); superficialidade (na definição dos limites entre organização e

ambiente); imaturidade teórica – no original: *theoretical immaturity* (pela falta de engajamento com a teoria social); reificação/reducionismo² (as forças do ambiente são reduzidas, basicamente, à economia, à sociedade e à tecnologia e a análise recai sobre a forma como essas forças afetam o desempenho financeiro, basicamente); antropocentrismo (a ideia de que o ambiente existe para suprir as necessidades humanas e organizacionais); a independência em relação ao tempo – no original: *time independent* (que ressalta que o ambiente organizacional se refere a uma ideia ahistórica, caracterizada por dimensões isentas de temporalidade, como a incerteza, a heterogeneidade e a estabilidade); exploração (a ideia de que o ambiente é um recurso que pode ser explorado eternamente para o benefício organizacional); e desnaturalização (o ambiente organizacional como sendo um produto inteiramente das ações e instituições humanas).

Vale lembrar que, afora o título (*castrated environment*) e mais dois subtítulos (*From CASTRATED to GRENNING*, p. 707; e *CASTRATED organizational environment*, p. 711), Shrivastava (1994) utiliza a palavra “castrado” apenas outras duas vezes no corpo do trabalho, além da nota de fim de texto (p. 723), em que explica qual foi o significado da palavra em que se apoiou. Shrivastava (1994) sustenta que tanto os conceitos quanto a linguagem utilizada nos EOs estavam castrados e esclarece, nessa nota, que foi levado pelo significado literal da palavra (tirada de um dicionário Webster), que significa incapacidade, e que “gostaria de evitar possíveis interpretações freudianas não intencionais” (SHRIVASTAVA, 1994, p. 723).

Apenas três meses depois da publicação desse texto na *Organization Studies*, Shrivastava publicou outro trabalho (SHRIVASTAVA, 1995a – na edição de janeiro da *Academy of Management Review* – AMR), que dava direcionamento e um formato mais bem acabado às ideias desenvolvidas anteriormente. Ele reuniu as proposições feitas nos três últimos parágrafos do artigo de 1994, a respeito de um “movimento em direção à gestão eco-cêntrica (*eco-centric*)” e dos desafios para os pesquisadores dos EOs para “expandir e desenvolver teorias organizacionais ecocêntricas (*ecocentric*)” (SHRIVASTAVA, 1994, p. 722), na proposta de um “paradigma ecocêntrico” (SHRIVASTAVA, 1995a).

No artigo “*Ecocentric management for a risk society*”, Shrivastava (1995a) afirmou que as sociedades pós-industriais estavam centradas nos riscos que acompanham a criação e distribuição de riquezas. No contexto das “sociedades do risco”, as corporações teriam que lidar com a degradação ambiental e gerenciar variáveis de risco tais como “danos causados por produtos, poluição, lixo [...], ameaças tecnológicas e a segurança dos trabalhadores e do público” (SHRIVASTAVA, 1995a, p. 123). Para tanto, o paradigma tradicional da gestão – desenvolvido para as chamadas sociedades industriais e que não focava o risco – seria inerentemente limitado para cumprir os desafios da gestão no século XXI. Após examinar as quatro limitações do chamado “paradigma tradicional” (a visão desnaturalizada do ambiente; o viés da produção/consumo; o viés do risco financeiro e o antropocentrismo), Shrivastava (1995a, p. 127) explicitamente propôs a transição paradigmática da TO em direção à gestão ecocêntrica.

Essa proposta de transição paradigmática foi incorporada a outros dois textos publicados no mesmo ano (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Esses trabalhos merecem ser mencionados aqui por exemplificarem, com surpreendente paralelismo, como a ideia do ecocentrismo nos EOs emergiu com potencial disruptivo (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995) e rapidamente se tornou um tema relegado à condição secundária ao ser encampado por outros discursos e

² Trazemos os elementos reificação/reducionismo como sobrepostos porque há uma indefinição por parte do autor em relação à distinção deles na redação do artigo original de 1994. Na enumeração dos nove elementos que perfazem o mnemônico, Shrivastava (1994, p. 711) menciona a palavra reificação (reification) na sexta posição. Contudo, ao expor a sexta subseção, descreve o elemento reducionismo (reductionism). As duas palavras não são sinônimos e parecem se referir a elementos diferentes na crítica arrolada por Shrivastava (1994). Mas não há, naquele artigo, qualquer explicação a respeito da mudança das palavras, nem menção a esse fato em outras publicações. Para obter esclarecimentos, tentamos estabelecer comunicação com o autor (por e-mail), mas não recebemos resposta até o fechamento da versão final deste texto.

perspectivas (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). São eles: "Limits to antropocentrism: toward an ecocentric organization paradigm?" (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995) e "Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research" (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Analisaremos ambos em relação à sua ligação com outros textos nas duas próximas seções, a seguir.

A possibilidade de "transição paradigmática"(?): do antropocentrismo/orgocentrismo ao ecocentrismo

No artigo "Limits to antropocentrism: toward an ecocentric organization paradigm?", Purser, Park e Montuori (1995) buscam compreender as causas da falta de um maior comprometimento por parte dos EOs no que diz respeito à relação organização-natureza. Para esses autores (1995, p. 1.054), "uma das principais razões para a falta de artigos [sobre essa relação] pode ser atribuída a um viés antropocêntrico no campo da ciência organizacional" tradicional. Assumindo a gravidade dessa limitação, eles buscaram remontar as raízes históricas do antropocentrismo moderno, suas manifestações na ciência organizacional e as possibilidades de criação de um paradigma organizacional ecocêntrico em meio à diversidade de dimensões da ecologia.

Purser, Park e Montuori (1995) argumentam sobre a importância, para os pesquisadores dos EOs, de refletirem sobre as raízes históricas do antropocentrismo – o que evidencia como uma forma alienada de produção do conhecimento se tornou dominante e legitimada (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995). Para eles, reconhecer e erradicar o antropocentrismo era o princípio para que qualquer mudança pudesse acontecer na relação organização-natureza. Todavia, a transição para um paradigma ecocêntrico dependeria da compreensão dos estudiosos das TOs sobre as formas como modelos ecológicos particulares são usados para sustentar certos ideais sociais ou filosofias políticas.

Conforme Egri e Pinfield (2006, p. 365), "o advento de antigas civilizações urbanas marcou a emergência do antropocentrismo no pensamento espiritual e filosófico sobre o relacionamento da humanidade com a natureza". Desde Platão e Aristóteles, a visão de mundo ocidental tem tomado o mundo natural como uma multiplicidade de coisas, cada qual com sua integridade de propriedades essenciais. Essas coisas podem ser agrupadas em classes conhecidas como animadas ou inanimadas, sendo a primeira delas povoada pelas coisas que detêm a propriedade da vida, ao passo que a segunda é povoada por aquelas que não a detêm. A partir da herança cartesiana que separou o mundo em categorias opostas, a exemplo da divisão da unidade do ser em corpo e mente e da unidade do mundo em natureza e sociedade, a ciência encontra dificuldades para aproximar-se dos não humanos para além dos limites de suas evidências físicas. O antropocentrismo, baseado na ideia renascentista da separação entre cultura e natureza, evoluiu para o entendimento moderno do ambiente (BANERJEE, 2003), que deveria ser tratado com o devido distanciamento científico.

Para Purser, Park e Montuori (1995), a consolidação de uma visão de mundo antropocêntrica ofereceu as bases para que a natureza fosse conhecida e gerenciada *vis-à-vis* o método científico. De acordo com essa visão, "a natureza é um agregado (*assemblage*) de coisas que obedecem a leis matemáticas e a ciência ajuda a descobrir e a usar essas leis para a vantagem humana" (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995, p. 1.058). Para os autores, duas manifestações contemporâneas do antropocentrismo evoluíram da ciência positivista e se reproduziram na ciência organizacional moderna e nas práticas de gestão: o conhecimento tecnológico e uma orientação egocêntrica. Esses dois pilares do antropocentrismo contemporâneo fundamentam a noção de que natureza e seres humanos estão ligados por princípios funcionalistas semelhantes: a natureza sendo regida pelas leis imutáveis das ciências materialistas e os seres humanos por seu caráter de indivíduos econômicos.

Em linhas gerais, os aspectos mais problemáticos do antropocentrismo para a TO, com base nesses dois pilares, são: 1) o fato de que a razão instrumental do conhecimento tecnológico se desenvolveu como se fosse uma força autônoma, isentando a

necessidade de tornar públicas as premissas de valor que guiam os objetivos e escolhas subjacentes a esse conhecimento; e 2) o fato de que a orientação das organizações para satisfazer o interesse individual de agentes racionais (*rational, self-interested agents*) se tornou legítima. Essa explicação, mais do que a referência genérica ao antropocentrismo, ajuda a entender as implicações desse paradigma na TO.

Por isso, os desdobramentos práticos do antropocentrismo são mais fáceis de serem identificados na TO do que a referência ao paradigma em si, o que acontece quando alguns trabalhos fazem menção às sociedades pós-industriais (SHRIVASTAVA, 1995a), ao paradigma tecnocêntrico (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995) ou à perspectiva orgocêntrica (EGRI; PINFIELD, 2006). A crítica à divisão do trabalho no mundo a partir da globalização é necessária, visto que a existência de sociedades pós-industriais implica a industrialização de países mais pobres, onde a biodiversidade do mundo está mais concentrada. Sem nos delongarmos nessa questão, enfatizamos que a perspectiva orgocêntrica nos parece importante para explicar a relação organização-natureza na TO tradicional, uma vez que assume a centralidade das organizações (e não apenas dos seres humanos) e dos aparatos tecnológicos que as constituem na estruturação dos modos de vida hodiernos.

O termo antropocentrismo é amplamente usado para indicar a causa central da destruição ambiental (KIDNER, 2014). As razões para isso estão muito possivelmente ligadas ao chamado novo ambientalismo dos anos 1960, que culpabilizou a visão de mundo antropocêntrica pela crise ecológica moderna (MINTER; MANNING, 2003). Todavia, a ênfase no humano parece obscurecer justamente os dois fatos ressaltados por Purser, Park e Montuori (1995). Conforme Kidner (2014, p. 476), “mesmo sendo verdade que os humanos são os agentes visíveis da destruição ambiental, referir-se ao nosso comportamento como ‘antropocêntrico’ é ignorar as raízes desse comportamento no contexto do sistema industrial no qual nós somos socializados”. Kidner (2014) defende o argumento de que a noção de antropocentrismo pode ser útil para descrever, de forma resumida, certo tipo de pensamento, mas se torna uma ideologia quando obscurece o fato de que o comportamento destrutivo das pessoas é resultado de uma forma de colonização do mundo orientada pela dinâmica industrialista e corporativa. Tal comportamento é potencializado pela atuação organizacional. É por isso que ressaltamos a noção de orgocentrismo como particularmente relevante nesta discussão.

Por orgocêntrico entende-se aquilo que está relacionado ao curso de operações contínuas das organizações; isto é, no orgocentrismo, a organização é o foco das preocupações. Por conseguinte, por conta de uma visão orgocêntrica do mundo, a preocupação da sociedade pode ser entendida como a própria manutenção das organizações (BARTER; RUSSELL, 2013). Aparentemente³, foram Egri e Pinfield (2006, p. 365) os primeiros a se utilizarem da noção de orgocentrismo para se referirem ao fato de que vivemos em “uma sociedade predominantemente urbana, industrial e baseada em organizações”. Pela perspectiva orgocêntrica, se reconhece que as organizações representam os fundamentos das sociedades contemporâneas. Nelas, “as organizações são os meios fundamentais para realizar a ação coletiva” (EGRI; PINFIELD, 2006, p. 384), isto é, “vivemos em um mundo organizacional onde as organizações são os meios pelos quais os interesses são realizados” (p. 385).

No entanto, a despeito de terem ou não sido os primeiros a empregarem a palavra “orgocentrismo” e termos correlatos para compreender o fenômeno, o fato é que a preocupação com uma *sociedade organizacional* não constitui algo novo nos EOs. No correr dos anos 1970, Prestes Motta (1970, 1978) buscou inspiração em dois trabalhos escritos por autores norte-americanos – “The organization man” (William Whyte Junior, 1956) e “The organizational society: an analysis and a theory” (Robert Prestus, 1965) – para discutir com o público brasileiro a ideia de que “uma sociedade

³ *Optamos pela ressalva porque, mesmo que tenhamos buscado alguns dos textos mencionados como fonte do conceito, dentre os quais Aldrich e Pfeffer (1976), não encontramos neles referência nem à palavra orgocêntrico, nem à palavra orgocentrismo. Além do texto de Egri e Pinfield (2006), só encontramos menção ao orgocentrismo em Barter e Russell (2013) – que, aliás, se apoiam em Egri e Pinfield (1999) e Tinker (1986) quando mencionam o conceito. No trabalho de Tinker (1986), entretanto, não há menção à palavra.*

moderna, industrializada, é caracterizada pela existência de um número muito grande de organizações, a ponto de se poder afirmar que o homem passa a delas depender para nascer, viver e morrer” (PRESTES MOTTA, 1970, p. 29). Ou seja, estava latente na ideia de sociedade organizacional trazida por Prestes Motta (1970, 1978) ao contexto de análise organizacional brasileira uma perspectiva que, se ainda não usava a expressão propriamente dita, já dava o tom do que depois veio a se chamar orgocentrismo.

O que é comum aos trabalhos tanto de Egri e Pinfield (2006) quanto de Barter e Russell (2013) é uma espécie de consenso acerca de que o ambiente no qual as organizações atuam não seria algo como a biosfera, mas “consistiria, primordialmente, de outras organizações” (BOISOT, 1998, p. 158). Ou seja, em oposição à ideia de Shrivastava (1992, p. 186) acerca de que “organizações são instituições econômicas que operam em um mundo físico”, a perspectiva orgocêntrica, além de concentrar-se na organização em si, a vê envolvida em um ambiente que é formado por outras organizações e tão somente, sem considerar o ambiente natural de onde elas extraem os recursos utilizados em seus processos produtivos. Tampouco vê o ambiente, a natureza, a biosfera como o depósito de seus resíduos industriais.

Conforme Egri e Pinfield (2006, p. 383), os conceitos orgocêntricos de ambiente organizacional possuem pouca superposição com as preocupações dos ambientalistas. Na perspectiva orgocêntrica, os chamados membros da organização (*organizational members*) são tidos como partes componentes (de uma engrenagem ou organismo), “cuja função é servir aos requisitos da organização” (BARTER; RUSSELL, 2013, p. 146). Isso contrasta com perspectivas que os veem como “seres humanos plenos, cujo valor é maior que a utilidade deles para a organização” (BARTER; RUSSELL, 2013, p. 146). Justamente por isso, não se pode ignorar o fato de que as pessoas também são recursos naturais consumidos nesse processo. Eis aí o motivo pelo qual a ideologia antropocêntrica é, na melhor das hipóteses, mitigadora do problema que busca combater (KIDNER, 2014). O antropocentrismo obscurece o fato de que o comportamento dos seres humanos em relação à natureza é menos parte do problema do que parece. Por isso o conceito de orgocentrismo expressa com bastante clareza a responsabilidade das organizações na degradação ambiental em curso.

Com a instituição e dominância do paradigma antropocêntrico em detrimento de um paradigma ecocêntrico, o mundo passou a ser visto como “um espetáculo distante” e as pessoas como “imóveis espectadores” envolvidos por uma “curiosidade desengajada (*detached*)” (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995, p. 1.056). Na perspectiva de Purser, Park e Montuori (1995), a mudança paradigmática seria necessária, mas não inevitável nem facilmente realizável – o que justifica o ponto de interrogação no título do artigo deles. Isso porque os teóricos das organizações estavam, naquele momento, se apoiando em “diferentes correntes do ambientalismo, teorias ecológicas competidoras e rivais e filosofias ambientais diversas” (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995, p. 1.065). Para exemplificar, Purser, Park e Montuori (1995, p. 1.074) compararam duas perspectivas concorrentes (a gestão ambiental e a responsabilidade ecocêntrica), e expuseram que o ambientalismo corporativo então em voga era, de fato, uma tentativa de “inserir a preocupação com a crise ecológica no âmbito da ‘gestão ambiental’ ou no paradigma ‘normal da ciência organizacional’”. Essa tentativa veio a ser realizada por Gladwin, Kennelly e Krause (1995), que procuraram elaborar alternativas ao antropocentrismo tanto quanto ao ecocentrismo, na proposição do que foi denominado paradigma sustenocêntrico – ao qual nos dedicaremos na próxima seção.

A visão sustenocêntrica

Gladwin, Kennelly e Krause (1995, p. 880) realizaram a proposta de um exame dialético de três visões de mundo ou paradigmas: “a visão de mundo convencional tecnocêntrica (tese) *versus* seu oposto, a visão de mundo ecocêntrica alternativa (antítese), *versus* uma potencial nova emergência ou união elevada no sentido de uma visão de mundo integrada sustenocêntrica (*sustaincentric*) (síntese)”. Os autores iniciam o artigo elaborando um significado de desenvolvimento sustentável com base

na ideia central definida pela Comissão Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (ou seja, Comissão Brundtland) e relacionando-a a outras concepções representativas formuladas no ambiente acadêmico e em fóruns especiais sobre a temática. Baseados em diferentes definições, Gladwin, Kennelly e Krause (1995, p. 878-879) identificam cinco componentes para um desenvolvimento tido como sustentável, quais sejam: inclusividade (de sistemas ambientais e humanos, indo além da natureza para incluir também sociedade e economia); conectividade (de esforços de preservação ecológica, redução da pobreza e estabilização de populações); equidade (uma distribuição justa de recursos e direitos de propriedade, dentro da mesma e entre gerações); prudência (manter ecossistemas de suporte à vida e sistemas socioeconômicos inter-relacionados resilientes); e segurança (para garantir uma alta qualidade de vida tanto para a presente quanto para as futuras gerações).

A respeito do paradigma tecnocêntrico, as discussões que empreendemos na seção anterior sobre antropocentrismo e orgocentrismo ajudam a melhor situar essa posição. Pelo fato de ser hegemônica, há mais convergências do que fragmentação em torno do entendimento de que essa visão de mundo coloca "a humanidade separada e [em posição] superior à natureza". Todavia, em relação à visão ecocêntrica, convém posicionar algumas correntes e discursos que organizam as múltiplas possibilidades do movimento ecoambientalista da maneira como foram entendidas por estudiosos dos EOs nos anos 1990. Retomando a ideia do ecocentrismo, é notório que uma definição usualmente utilizada nos EOs (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; JERMIER; FORBES, 2016; PURSER; PARK; MONTUORI, 1995; SHRIVASTAVA, 1996) vem do trabalho de Eckersley (1992, p. 49), o qual diz que se trata de "uma teia de relações intrinsecamente dinâmica e inter-relacionada, sem entidades absolutamente discretas e sem linhas absolutas entre o vivo e o não vivo, o animado e o inanimado, o humano e o não humano". Para além dessa definição, alguns autores (EGRI; PINFIELD, 2006; PURSER; PARK; MONTUORI, 1995; SHRIVASTAVA, 1994) tentaram explicar o ecocentrismo nos EOs recorrendo ao alinhamento de certas formas de pensamento e de certas relações com o ambiente em diferentes correntes de pensamento.

Shrivastava (1994, p. 715) apontou que quando sugeriu a proposta de esverdeamento dos EOs (*GREENING Organizational Studies*), havia "diversos discursos ambientais diferenciados por suas suposições básicas e seus interesses práticos e cognitivos". E que, por conta do propósito limitado de tão somente introduzir tais discursos em seu texto, havia optado por simplificá-los em apenas quatro categorias, quais sejam: naturalismo e ecologia, ambientalismo reformador, ecologia profunda e ecofeminismo. Já Purser, Park e Montuori (1995) falam de duas dimensões concorrentes de ecologia: o paradigma da gestão ambiental e o paradigma da responsabilidade ecocêntrica. Por seu turno, Egri e Pinfield (2006), ao organizarem as perspectivas ambientalistas e a ecologia, falam de três perspectivas: o paradigma social dominante; a perspectiva do ambientalismo radical (subdividida em ecologia profunda (*deep ecology*), ecologia espiritual, ecologia social e ecofeminismo) e a perspectiva do ambientalismo renovado (no original, *reform environmentalism*, conforme nota dos tradutores).

Quando Gladwin, Kennelly e Krause (1995) propuseram o paradigma sustenocêntrico, eles não estavam buscando um caminho do meio, mas a mudança num novo sentido. Para os autores, tanto a visão tecnocêntrica quanto a visão ecocêntrica seriam deficientes de acordo com os requisitos do desenvolvimento sustentável. O paradigma sustenocêntrico representaria, então, "uma síntese emergente, uma tentativa de promover uma integração mais elevada e profunda" (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995, p. 890) das prerrogativas do desenvolvimento e da conservação da natureza. Os autores reconhecem que o paradigma sustenocêntrico era apenas "embrionário" em comparação com o tecnocentrismo e o ecocentrismo e, como empreendimento científico, demandaria grande esforço. Todavia, esse esforço se tornava justificável diante do imperativo de "transformar a teoria e a prática da gestão de modo que elas [pudessem] *contribuir positivamente* para o desenvolvimento sustentável" (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995, p. 900, grifo nosso).

O ecocentrismo, para Gladwin, Kennelly e Krause (1995, p. 886), se evidenciava em "sistemas de crenças sobre o ativismo do direito dos animais, ecofeminismo

espiritual, ecologistas da restauração, fazendeiros orgânicos, biorregionalistas, economistas defensores do curso estável (*steady-state economists*), seguidores da hipótese de Gaia e ativistas ambientais mais radicais". Essas posturas, embora confusas e difusas, tendem mais para uma perspectiva que pode ser resumida no emblema dos movimentos "eco-" mais radicais, originários dos movimentos sociais *grassroots* (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2014). Elas não seriam um caminho viável para o desenvolvimento sustentável, conforme ponderam Gladwin, Kennelly e Krause (1995), provavelmente por trazerem à tona questões concernentes à justiça ambiental ou à crítica ao conservacionismo que não poderiam caber na ideia de sustentabilidade proposta no Relatório Brundtland. Para o *mainstream* da TO, algumas dessas perspectivas tinham um potencial desestabilizador, já que tendiam a problematizar a relação organização-natureza baseadas em um questionamento do próprio conceito de organização, em suas bases epistemológicas e ontológicas.

Vide o caso do ecofeminismo, entendido como uma orientação baseada na ecologia profunda (*deep ecology*) (COLBY, 1990; SHRIVASTAVA, 1994) ou "transformacionista", que se opõe às visões reformistas e de manutenção do *status quo* (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005, p. 46). Nos movimentos sociais e na academia, o ecofeminismo desempenha um papel de crítica aos discursos dominantes que relegam a mulher ou o feminino à periferia das relações de poder. Na TO, isso representa questionar o trabalho gerencial e o *modus operandi* das organizações ao mesmo tempo em que se questiona a relação organização-ambiente. Conforme Holmer-Nadesan (1996), as fontes legitimadoras dos discursos organizacionais são a burocracia, o patriarcado e a classe (capitalismo). Essa autora não faz menção à ecologia (eco, ecofeminismo, etc.) em seu texto, mas ressalta que os discursos de poder instituídos são antagonicos e situam a mulher como objeto. Nesse caso, o antropocentrismo ganha uma nuance de gênero, já que a mulher, na condição de objeto, se junta às coisas do mundo. A aproximação entre os EOs e o movimento ecofeminista eventualmente levou a TO a esse tipo de questionamento (ou seja, o percurso de desdobramentos dessa perspectiva, de Bullis e Glasser (1992) a Phillips (2014)).

A aproximação entre a TO e o ecoambientalismo nos anos 1990, que começou com a perspectiva verde (SHRIVASTAVA, 1992), tornou-se mais crítica (SHRIVASTAVA, 1994) e disruptiva (PURSER; PARK; MONTUORI, 1995) na metade daquela década. Apesar disso, duas questões parecem ter contribuído para mudar a direção da tentativa justificada de aproximação entre TO e ecologia. Uma delas foi a fragmentação da perspectiva ecocêntrica. Afinal, havia (e ainda há) uma pluralidade de correntes científicas e políticas reunidas sob o guarda-chuva do ecocentrismo, que abrigava múltiplas orientações – quanto a gênero, etnicidade e classe, por exemplo – envolvendo a temática da justiça ambiental (GOTTLIEB, 2005). A outra foi a força da perspectiva antropocêntrica (e suas variações: tecnocêntrica e orgocêntrica) na TO. Conforme ressaltaram Egri e Pinfield (2006), as perspectivas organizacional e ambientalista radical seriam incompatíveis e a possibilidade de uma síntese das duas seria mínima. Mesmo assim, a proposta em prol da sustentabilidade expressada num paradigma sustentocêntrico (*sustaincentric paradigm*) (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995) e na ideia de organizações ecologicamente sustentáveis (JENNINGS; ZANDBERGEN, 1995) emergiu como retórica para a conciliação desses polos. Nesse quadro, a ideia de sustentabilidade tomou conta dos discursos, sufocando a perspectiva mais ampla, mais profunda, de ecologia.

Por volta da metade da década de 1990, a ideia persuasiva de desenvolvimento sustentável (EDEN, 1994) passou a se impor sobre o movimento ecoambientalista (COSTANZA; GRAUMILCH; STEFFEN, 2007; WERBACH, 2009; WHITEMAN; WALKER; PEREGO, 2013). Já nos anos 2000, a tripartição do conceito de sustentabilidade nas dimensões econômica, ambiental e social (ELKINGTON, 2001) e a aproximação cada vez maior entre os conceitos de RSC e sustentabilidade (MONTIEL, 2008) evidenciaram como o desenvolvimento sustentável "é um conceito desavergonhadamente antropocêntrico" (LEE, 2000, p. 32) e como "o discurso do desenvolvimento sustentável atual é dominado pela perspectiva gerencialista" (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005, p. 48). Se é que podemos nos referir à ideia de desenvolvimento sustentável como

um conceito. Para Banerjee (2003, p. 152), o que foi trazido pelo Relatório Brundtland “não é realmente uma definição, é um *slogan*, e *slogans*, embora atraentes, não fazem teoria”.

O que ocorreu ao longo dos anos que se passaram desde as primeiras tentativas de inserir a ideia de ecologia nos EOs foi uma bem-sucedida resignificação da atividade capitalista, que por obra de manobras ideológicas se manteve legítima ao amparar-se em premissas ambíguas como as da sustentabilidade e da economia verde (MISOCZKY; BÖHM, 2012; PSKOWSKI, 2013). Nesse quadro, temas como “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, entre outros, ganharam centralidade na teoria e na prática administrativa e se tornaram lugar-comum no jargão gerencialista das grandes empresas, ainda que muitos deles tenham origem nas ruas, nas lutas dos movimentos sociais ao redor do mundo (MARTÍNEZ-ALIER et al., 2014).

Embora a orientação para a destruição que rege muitas organizações capitalistas (BANERJEE, 2008; SHRIVASTAVA, 1994) estivesse sendo então desafiada, os movimentos surgidos na esteira dessas questões não foram suficientes para instaurar uma crise profunda de legitimidade no sistema econômico vigente. Ademais, conforme crítica levantada por Banerjee (2008, p. 67), “são os negócios (*business*), e não os interesses societários ou ecológicos, que definem os parâmetros da sustentabilidade”. Embora o ecocentrismo continue sendo mencionado em trabalhos orientados por visões alternativas (GOSLIN; CASE, 2013; JERMIER; FORBES, 2016; WHITEMAN; COOPER, 2011; WRIGHT; NYBERG, 2012), é notória a forma como o tema se tornou pouco relevante e, porque não dizer, novamente relegado às margens da TO.

Paralelamente às discussões travadas internacionalmente, no Brasil diversos pesquisadores se dedicavam à questão. E é isso que abordaremos na próxima seção.

A Torre de Babel dos trabalhos que flertam com a questão ecoambiental nos EOs brasileiros

O exercício de reconstituição da trajetória percorrida pela temática ecoambiental nos EOs brasileiros nos leva a retomar a fragmentada, dispersa e descontínua produção sobre a perspectiva ecológica e as organizações no período compreendido entre a metade da década de 1980 e o correr dos anos 2000. À época, o projeto difuso e controverso de constituição e legitimação do campo das *ciências sociais do meio ambiente* (VIEIRA, 1992, grifo do autor) colocou diante dos pesquisadores de alguma maneira ligados à temática ecoambiental dificuldades para identificar vinculações paradigmáticas, sistematizar teorias de base e alinhar posicionamentos metodológicos que permitissem o avanço cumulativo de conhecimentos.

Como na história da Torre de Babel, as falas sobre a questão ecoambiental no Brasil se sobrepuseram e se confundiram entre diferentes tradições de investigação, o que impôs certas restrições para que os pesquisadores prosseguissem a empreitada (simultaneamente acadêmica e política) de assumir uma agenda mais efetiva. Na diáspora dos construtores dessa Torre, muita energia foi despendida tentando-se produzir conhecimento em um campo desarticulado. As consequências disso foram sentidas nos anos seguintes e repercutem até hoje no volume, na densidade e na relevância das publicações de autores brasileiros no âmbito nacional tanto quanto no cenário acadêmico internacional. Essas consequências também se fazem sentir no quadro sociopolítico no que diz respeito à perda do papel vanguardista e de liderança que o Brasil poderia ter ocupado.

Para começar este trabalho de revisão, é necessário remontar a condição de estruturação dessas ideias no âmbito da Administração. Isso, particularmente, em relação a caminhos paralelos que poderiam ter sido seguidos em outros domínios acadêmicos, inclusive o campo então nascente das, já mencionadas, *ciências sociais do meio ambiente* (VIEIRA, 1992). Entendemos que os EOs são “uma confluência de diversas disciplinas, suportadas por paradigmas distintos, para a qual contribuem, especialmente, as disciplinas de Ciências Sociais como Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Psicologia, História e Economia” (FISCHER, 2003, p. 50). Para não

sermos exaustivos nessa enumeração, aceitamos que “o estudo da administração e das organizações, como todos sabem, se baseia nas tradições das ciências sociais” (MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 195).

Assumindo essa posição, os EOs podem ser tidos como eixos estruturadores dos cursos de Administração (FISCHER, 2003), embora não sejam domínio exclusivo dessa disciplina. Na academia brasileira, temas pertinentes aos EOs eram trabalhados de forma assistemática no contexto mais amplo das Ciências Sociais. No entanto, em nenhuma das disciplinas que compõem essas ciências a emergência do campo dos EOs se deu de maneira tão evidente quanto na Administração. Mesmo assim, a primeira meta-análise sobre a “área dos Estudos Organizacionais em Administração” (MACHADO; CUNHA; AMBONI, 1990, p. 11), que abrangeu o intervalo entre 1985 e 1989, concluiu que essa produção acadêmica era modesta em volume de publicações e duvidosa em termos de qualidade.

Na revisão de levantamentos realizados posteriormente, identificamos que a questão ecoambiental não figurava como tópico relevante de interesse por parte dos pesquisadores (BERTERO; CALDAS; WOOD JUNIOR, 1999; VERGARA, 2001; RODRIGUES; CARRIERI, 2001; SOUZA; REINERT; SPROESSER, 2009; FACHIN, 2014). Ausente em praticamente todos eles estão ideias que remontam à ecologia, ao meio ambiente biofísico e às relações organização-natureza⁴. Em destaque nesse conjunto de textos, apenas Rodrigues e Carrieri (2001) mencionaram a existência de cinco trabalhos publicados nos anais da Enanpad na primeira metade dos anos 1990 sob a rubrica “Ecologia nas organizações”. Essas insólitas referências à temática nos levam a reconhecer que no Brasil, assim como na academia estadunidense, não houve um movimento genuíno de esverdeamento nos EOs (SHRIVASTAVA, 1994). Mas essa constatação poderia nos levar à conclusão apressada e simplista de que os EOs brasileiros desconsideraram sumariamente a questão ecológica.

Todavia, é preciso olhar mais de perto quais foram as limitações que levaram a temática a não se desenvolver plenamente – ou melhor, a talvez se subdesenvolver (VIOLA; FRANCHINI, 2012) – em um cenário geopolítico no qual o Brasil figurava em lugar de destaque. Referimo-nos ao momento histórico que teve como marco a Eco-92: evento que representa a culminância de uma preocupação ecológica espreada pelo senso comum, gerando uma suposta pauta para a sociedade e que poderia muito bem ter sido assumida como o estopim de um projeto científico original. “O Brasil foi o país da América Latina em que os movimentos ecológicos nasce[ram] mais cedo”, ainda nos anos 1970, e “adquiri[ram] uma importância maior” no cenário político dos anos 1980 (VIOLA, 1987). Tanto que essa orientação já havia sido incorporada às deliberações da Assembleia Constituinte de 1987/88, que colocou a proteção ambiental como uma dimensão importante da nova Constituição, fazendo da carta brasileira “uma das mais avançadas do mundo em termos de proteção ambiental” (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 98).

Diante desse contexto, a academia brasileira estava em posição senão privilegiada, pelo menos favorável para encampar as preocupações ambientais nas agendas de pesquisa de diferentes grupos. Mas o que se observou foi um recuo, parcialmente justificado pela fragmentação do campo dos EOs. Por mais que essas limitações sejam evidentes, não podemos deixar de reconhecer que temas pertinentes aos EOs estavam sendo trabalhados por autores como Viola (1987, 1998), Viola e colaboradores (VIOLA; VIEIRA, 1992, por exemplo) e Rattner (1991, 1999), pois isso seria o tipo de “injustiça ao trabalho árduo e sacrificado dos pioneiros”, que Caldas (2003, p. 65) recomendou que não fosse feita na Administração.

4 Em nossa busca por materiais de referência, encontramos artigos dos EOs publicados em periódicos relevantes para esse campo (p. ex. Revista de Administração Pública (RAP), Revista de Administração de Empresas (RAE) e RAE Ambiental, que teve periodicidade de publicação efêmera, entre os anos de 1993 e 1994 – ver <http://rae.fgv.br/taxonomy/term/143>), mas que não figuram entre os textos incluídos nas meta-análises realizadas por Bertero, Caldas e Wood Junior (1999); Vergara (2001); Rodrigues e Carrieri (2001); Souza, Reinert e Sproesser (2009) e Fachin (2014). Convém mencionar que não cabia ao escopo do presente ensaio fazer a revisão dos métodos de coleta e análise de artigos incluídos nessas meta-análises. Mas é cabível a esforços futuros de pesquisa problematizar quais foram os critérios de busca, seleção e sistematização que orientaram os procedimentos de pesquisa desses trabalhos.

A Torre de Babel dos estudos ecoambientais brasileiros ficou perfeitamente representada pela descrição de Azambuja (2012, p. 1) sobre a Eco-92: "se Woodstock, a Conferência de Yalta e o Festival de Cinema de Cannes estivessem acontecendo ao mesmo tempo, o conjunto se assemelharia à Rio-92". O evento foi uma espécie de culminância do pensamento ecoambiental no Brasil. Ele refletiu esforços anteriores, ao mesmo tempo em que foi também uma plataforma de negócios, no momento em que o radicalismo de muitas dessas propostas arrefecia por conta de acordos corporativos que lá tiveram lugar (MISOCZKY; BÖHM, 2012). A academia brasileira vivenciou a Eco-92 em primeira mão, não ouviu de ninguém como se fosse um conto ou uma história que se escuta, mas que não se sabe ao certo como, de fato, tudo aconteceu. Talvez isso tenha feito com que não tivéssemos o devido afastamento, além de pouca capacidade de canalizar a experiência para desdobramentos práticos no que diz respeito à proposição de caminhos teóricos a seguir e uma orientação para a ação. A insinuação de um "novo paradigma", apontando para a "esverdeação" das práticas empresariais (MASON, 1992, p. 79), e as iniciativas "verdes" no Brasil em grande medida reproduziam de maneira acrítica o pensamento estrangeiro mesmo antes da ocorrência da Eco-1992. Convém agora tentarmos compreender melhor as possíveis causas disso.

Em análise sobre o ecoambientalismo no Brasil entre os anos de 1974 e 1986, Viola (1987, p. 4) constatou que "o movimento social ecologista" surgiu com "um conjunto de pensadores de diversas procedências teóricas (marxismo, teoria dos sistemas, liberalismo)". A título ilustrativo, mencionou numerosos autores pertencentes a uma lista de disciplinas que vai além das Ciências Sociais e inclui também as Ciências da Natureza. São nomeadas, nesta ordem: Filosofia, Biologia, Ecologia, Geografia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História, Economia, Agronomia, Demografia, Arquitetura, Astronomia, Química, Psicologia e Educação. Na interpretação de Viola (1987, p. 4), autores de tão variadas formações disciplinares podiam ser reconhecidos como um grupo porque "tematizavam a crise mundial em termos de ecologia política". Cabe enfatizar que Viola (1987, p. 4) se referiu à ideia difusa de "mundo como sistema complexo", como base ontológica transversal ao pensamento de todos os autores que mencionou (a maioria dos quais identificados com as ditas ciências da complexidade). Nesse sentido, a abordagem da complexidade foi evidenciada na tentativa de Viola (1987) de organização de um campo científico baseado em um campo de práticas, particularmente porque servia muito bem ao pensamento do momento histórico vivido em 1987 no Brasil. No período imediatamente anterior à Assembleia Constituinte, a insatisfação com "o modelo sistêmico-estrutural-funcionalista predominante na abordagem de políticas públicas" (MISOCZKY, 2013, p. 419), por exemplo, posicionava o amálgama científico da complexidade como um novo pensamento, então popular por seu "caráter antirreducionista" (p. 424).

Portanto, no esforço de descrever a formação do que chamamos de pensamento ecoambientalista brasileiro, Viola (1987) primeiro definiu os fundamentos teórico-práticos da ecologia política. Ao discorrer sobre posições existentes no movimento ecologista mundial e na teoria política ecologista, o autor tentou situar e organizar teoricamente o movimento social que eclodiu da crise ecológica no Brasil nos anos 1970. Isso significa que Viola (1987) tentou dar contornos de campo acadêmico a um domínio prático que repercutia o contexto da redemocratização do Brasil em meados dos anos 1980. No esforço pioneiro de aproximar a problemática ecológica do meio acadêmico das Ciências Sociais, Viola (1987) deu à Torre de Babel do ecoambientalismo nos EOs muitos caminhos, mas também trilhas que favoreceram a dispersão.

Em meio a uma profusão de disciplinas que, por força do recurso às abordagens da complexidade, ganhava ares de multidisciplinaridade, a fragilidade de recursos lógico-teóricos dos EOs poderia ser mitigada por argumentos de autoridade vindos de outros campos. Em relação à proximidade entre a prática de movimentos sociais ecoambientalistas, o análogo também pode ser observado: a política por vezes anteciparia e substituiria uma reflexão científica mais profunda. As consequências disso estão expressas pelos numerosos termos para a relação organização-ambiente usados no campo dos EOs (e, por tabela, da Administração), nem sempre ancorados em conceitos:

ecologia, natureza, meio ambiente, “verdes”, gestão ambiental (empresarial), sustentabilidade (ambiental), etc. São muitas palavras, muitos termos não necessariamente sinônimos, que conferem um falso rigor ao campo e confundem antes de esclarecer.

Em outro esforço de organização do campo, Vieira (1992) mapeou e analisou criticamente a produção sobre a problemática ambiental no Brasil entre 1980 e 1990 nas áreas de Sociologia, Demografia, Antropologia, Geografia Humana, Economia e Ciência Política. A conclusão desse levantamento foi que a elite intelectual brasileira nas Ciências Sociais da época concentrava esforços de pesquisa na “avaliação de impactos socioambientais da dinâmica de desenvolvimento socioeconômico em várias regiões do país” e que “a análise dos custos socioambientais da acumulação capitalista perme[ava] o trabalho desenvolvido em todas as disciplinas no período considerado” (VIEIRA, 1992, p. 16). Assim como Viola (1987), Vieira (1992) apontou para que a discussão ao redor da temática ecoambiental seguisse os caminhos para uma abordagem baseada em uma postura difusa e vaga sobre a complexidade, ainda que tenha restrito o campo dos estudos ecoambientais às Ciências Sociais.

Ao escreverem juntos, Viola e Vieira (1992) discutiram os desafios ideológicos e organizacionais ao movimento ambientalista no Brasil. Na parte final desse texto, em seção intitulada “Desenvolvimento sustentado: ponto-chave para a evolução do movimento ambientalista brasileiro”, Viola e Vieira (1992, p. 101-102) afirmaram que o movimento ambientalista dos anos 1980, “modelado pela luta contra a comunidade empresarial e o Estado” tinha como deficiência clara “uma visão distorcida em relação à necessidade de serem construídas pontes realistas na direção de campos governamentais e empresariado”. Concluindo, os autores indicaram que o pensamento ecoambiental brasileiro deveria “avançar na direção de uma sociedade sustentável” (VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 102) e abrir mão de uma postura mais radical em favor de “uma compreensão mais clara dos mecanismos vitais de barganha política e dos meios de aquisição de poder e influência na sociedade”. A ideia de sustentabilidade parecia um caminho promissor para que a academia brasileira desse sua contribuição ao impasse político entre as reivindicações dos movimentos ambientalistas e os interesses do empresariado e do governo. Viola e Vieira (1992) lançaram a ideia de sustentabilidade sem criticá-la, como uma solução para a conciliação de polos inconciliáveis. Vinda de dois acadêmicos pioneiros, tal solução apressou a disseminação da ideia ainda bastante imatura da sustentabilidade na academia brasileira.

Isso poderia ter sido causado pela falta de distanciamento de Viola e Vieira (1992) em relação à proposição da ideia de sustentabilidade, mas tal justificativa não explica tudo. Afinal, pouco tempo antes da publicação do texto desses autores, outro expoente brasileiro no estudo das questões ecoambientais, Rattner (1991), havia realizado uma avaliação crítica do desenvolvimento sustentável e indicado políticas alternativas de desenvolvimento, bem como caminhos para a mudança de paradigma na relação entre a Administração e o meio ambiente. Essa avaliação crítica foi encampada por Baroni (1992, p. 14), que, quase simultaneamente a Viola e Vieira (1992), foi capaz de escrever sobre “as ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável”. Anos mais tarde, a crítica à falta de precisão do conceito foi retomada por Rattner (1999), mas no ínterim entre 1992 e 1994 surgiram publicações que legitimaram no meio acadêmico da Administração a relação superficial entre gestão ambiental e práticas empresariais pautadas pela ideologia do desenvolvimento sustentável (NEDER, 1992; SOUZA, 1993; DONAIRE, 1994). A menção a esse intervalo temporal é importante, posto que a onda de reflexão crítica sobre a questão ecoambiental era mais provável no período entre a Constituinte de 1988 e a Eco-1992 do que nos anos seguintes (VIOLA, 1998). E a partir do Plano Collor, em 1990, as preocupações com a ecologia e o meio ambiente cederam espaço para outras questões no cenário econômico e social da época, quais sejam: a continuidade da inflação e a abertura do mercado brasileiro para o comércio global (RATTNER, 1991).

Talvez por falta de recursos acadêmicos ou quiçá pela perda da força ideológica, a temática ecoambiental não vigorou nos EOs, assim como a temática da sustentabilidade tampouco ensejou produção acadêmica relevante no campo mais amplo da Administração. Em termos práticos, as duas posições significam que o pensamento brasileiro sobre a relação organização-natureza não se desenvolveu a contento.

Para ilustrar essa afirmação, podemos citar os trabalhos de Jabbour, Santos e Barbieri (2008) e Souza e Ribeiro (2013), que analisaram o desenvolvimento das temáticas de orientação verde no período mais amplo entre as décadas de 1990 e 2010 e concluíram que a produção científica nacional sobre o tema era irrelevante. O primeiro deles traz um apanhado do tratamento que a chamada "gestão ambiental empresarial" ganhou nos periódicos de administração entre 1996 e 2005 (JABBOUR; SANTOS; BARBIERI, 2008). Já o segundo propõe uma meta-análise da produção brasileira sobre "sustentabilidade ambiental" em periódicos de administração entre 1992 e 2011. Jabbour, Santos e Barbieri (2008, p. 691) ponderam que a gestão ambiental empresarial seria uma "subárea do campo de administração que se tornou expressiva durante a década de 1990, tanto no Brasil quanto internacionalmente". Apesar disso, concluem que a temática "corresponde a apenas 2,3% do total da área" (p. 705) e que "ainda encontra pouco eco nos periódicos de grande prestígio" (p. 705-706). Souza e Ribeiro (2013, p. 389) apontam que "o tema da sustentabilidade ambiental é novo e emergente no campo da área de administração, no Brasil" e que "ainda são poucos os autores nacionais com histórico de pesquisa relevante" (p. 369). Outro trabalho (SOUZA; REINERT; SPROESSER, 2009) menos consagrado, nem por isso menos importante, identificou que a expressão "gestão ambiental" era por vezes empregada na pesquisa brasileira em Administração, mas de maneira quase que irrisória, dado o período de abrangência do estudo.

Digna de nota é a reflexão sobre os discursos ambientais, a TO e o caso brasileiro proposta por Carrieri (2000) e revista e ampliada em 2003. Nela, o autor traz ao Brasil a ideia original de Shrivastava (1994), segundo a qual "os discursos sobre o ambiente organizacional são, ou estão, castrados" (CARRIERI, 2003, p. 1.212). Carrieri (2003) também realiza (ainda que de modo assistemático) uma revisão do desenvolvimento da temática ambiental nacional, ao citar ao longo das diversas seções dos textos a maneira como a questão da relação organização-ambiente foi tratada na teoria e na prática empresarial no Brasil entre os anos de 1993 e 2001. O autor conclui que, no contexto nacional tanto quanto internacionalmente, os discursos ambientais se constituem em uma espécie de amálgama que congrega diferentes posturas sobre a temática, mas que expressam uma lógica desigual de poder. Tal lógica, que se sobressai no discurso sobre desenvolvimento sustentável, serve para regular/desregular a criação material e simbólica das organizações. Nas bases do poder que se articula discursivamente, a TO brasileira sobre a relação organização-natureza é "resultado de práticas organizacionais e disciplinas acadêmicas, êxito de uma hegemonia antropocêntrica que prevalece nas ciências" (CARRIERI, 2003, p. 1.228).

Ainda que os textos de Carrieri (2000, 2003) tenham esboçado uma necessária reflexão sobre questões de fundo relacionadas ao *status* epistemológico da relação organização-natureza, é quase certo que faltaram aos EOs brasileiros dos anos 2000 os alicerces teórico-metodológicos e conceituais que não foram propriamente erigidos nos anos anteriores. Além desse autor, parece não ter havido à época quem liderasse o caminho para uma produção acadêmica original que desse conta da problemática. Isso ficou evidente na publicação da versão brasileira do *Handbook de Estudos Organizacionais*. A proposta dos editores brasileiros de trazer uma nota explicativa dos capítulos originais em inglês que contextualizasse a discussão internacional em relação ao pensamento local não pôde ser seguida no capítulo de Egri e Pinfield (2006). O motivo disso permanece incerto, ainda que o texto sobre as organizações e a biosfera seja um dos poucos em que o padrão das notas técnicas não foi seguido.

Outro sinal da falta de liderança e produção consistente nos EOs brasileiros sobre a questão ambiental advém da análise dos textos publicados na edição especial de 2012 dos *Cadernos Ebape*, sobre a Rio+20. O número, aberto de maneira não fortuita com artigo convidado de Viola e colaborador (VIOLA; FRANCHINI, 2012), contou com artigos de acadêmicos expoentes no campo, ainda que alguns entre esses jamais voltassem a problematizar a questão ambiental em outros trabalhos de sua autoria. Como salientou Crubellate (2005, p. 2), "produzindo esparsa e não sistematicamente, parece pouco provável que consigamos desenvolver conhecimento relevante".

Pois bem, mais de 20 anos depois da proposição das correntes que acabamos de mencionar, acreditamos que ainda sejam grandes os desafios de integrar os EOs a perspectivas que privilegiem a realidade sensível e que abram caminho para uma abordagem menos limitada da relação organização-natureza. Nesse sentido, a retomada de uma perspectiva ecológica (BATESON, 1972; INGOLD, 2000), ao que parece, ajuda a preencher uma lacuna que permanece aberta.

Uma proposta de retorno à ecologia

Anunciamos desde o princípio que o segundo objetivo deste trabalho é recuperar a temática da ecologia no intuito de aprofundar a compreensão da relação organização-natureza na TO. Contudo, já ressaltamos ao longo da nossa argumentação que essa temática e a perspectiva que ela enseja – o paradigma ecocêntrico – são multifacetadas e, em certa medida, controversas em razão dos diferentes discursos que eventualmente representam. Por isso, é necessário que iniciemos esta seção com o esclarecimento daquilo que queremos dizer ao nos referirmos à necessidade de retorno à ecologia nos EOs, para compreender a relação organização-natureza para além dos limites já evidenciados das visões antropocêntrica e orgocêntrica.

A proposta de retorno à ecologia aqui apresentada segue o movimento iniciado nas ciências sociais, notadamente no campo da antropologia dos anos 1990, reunido em grande medida na coletânea de ensaios editada por Descola e Pálsson (1996). Nessa coletânea, um grupo de antropólogos buscou abordar “o lugar da natureza e do ambiente na teoria antropológica e no discurso social” a partir da necessidade de recuperar “a questão da ecologia, no sentido amplo do termo, que havia sido relegada à margem das discussões antropológicas à medida que as perspectivas pós-modernas e culturalistas passaram a dominar a cena das ciências sociais” (DESCOLA; PÁLSSON, 1996, p. 1). Nesse retorno à ecologia, ganharam ênfase os problemas propostos pelo dualismo natureza-cultura e suas implicações e necessidades de superação para formar o cenário de uma possível nova forma de antropologia ecológica.

A ecologia que trazemos dos aportes da antropologia é uma proposta para se compreender a experiência humana situada no ambiente, a partir de uma perspectiva relacional (INGOLD, 2000) ou fenomenológica (MERLEAU-PONTY, 2012). Para melhor entendê-la, precisamos voltar as atenções para a questão da experiência do corpo no contato com o ambiente e na formação do pensamento. Numa perspectiva não relacional, entende-se que a pessoa é uma entidade formada por mente e corpo. O corpo seria então o elemento objetificado que serve como veículo para a construção da mente em contato com o ambiente. Bateson (1972), que é uma referência fundamental para a perspectiva ecológica de Ingold (2000), propõe que a mente surge a partir da interação da pessoa, entendida como a totalidade mente-corpo, com o mundo. A mente não está “na cabeça”, e nem está “no mundo”, mas é imanente ao engajamento ativo e perceptual do organismo e seu entorno. Essa mente pode não estar consciente de sua função, mas funciona direcionando informações dos sistemas vivos, que existem desde as escalas microscópicas até os grandes ecossistemas e englobam todas as formas de existência.

Na perspectiva (ontológica) relacional, entende-se que processos como pensar, perceber, lembrar e aprender, que decorrem do trabalho da mente, não são formados antes dos indivíduos entrarem no mundo social, mas se constituem ao longo da vida, nos relacionamentos com os semelhantes e com o ambiente (INGOLD, 2000). Mesmo assim, é na experiência do corpo dotado de mente (ou da mente dotada de corpo) que as relações sociais surgem. Ao invés de tentar reconstruir o ser humano a partir de dois componentes complementares, mas separados, é preciso encontrar uma maneira de falar sobre a vida humana sem a necessidade de separá-la em camadas ou estratos. O pensamento relacional, longe de ficar restrito ao domínio do social, deve ser aplicado pelo *continuum* da vida orgânica. Se cada organismo é menos uma entidade discreta que um nó em um campo de relações, então devemos

pensar na interdependência dos elementos constitutivos do ambiente, sejam eles animados ou inanimados, e em sua evolução conjunta. Portanto, as relações entre os seres humanos, que costumamos chamar sociais, não são senão um subconjunto de relações ecológicas.

A perspectiva do habitar (*dwelling perspective*) proposta por Ingold (2000) se apoia na premissa de que os seres humanos e os meios que elaboram para sua sobrevivência surgem no fluxo da atividade do viver, no contexto relacional específico de seu envolvimento prático com o entorno. A perspectiva do habitar talvez possa ser esclarecida por sua oposição em relação à perspectiva do construir, consagrada no familiar modelo do fazer, conforme ressalta o próprio autor (INGOLD, 2000, 2011). Nesse modelo, o trabalho produtivo serve meramente para transferir uma ideia preexistente a um substrato material sem forma inicial (INGOLD, 2000). E a natureza fornece os substratos materiais que serão transformados em coisas úteis com base nas ideias concebidas pelos humanos para suprir suas necessidades de sobrevivência. Na perspectiva do habitar também se entende que os seres humanos fazem coisas. Mas uma ontologia relacional clama por um entendimento alternativo do processo de construir, como trabalhar com os materiais e não apenas fazer algo com eles; ou trazer a forma à existência, ao invés de meramente traduzir a forma do virtual para o real. Uma maneira de visualizar isso é pensar em construir, ou fazer, de forma mais geral, como uma modalidade de tecelagem. Conforme Ingold (2011, p. 10), “assim como construir é habitar (*as building is to dwelling*), fazer é tecer: destacando que o primeiro termo de cada par permite ver os processos de produção consumidos pelos seus produtos finais”.

Nesse entendimento, o que costumamos chamar de ambiente seria um imenso emaranhado de linhas. Essas linhas expressam que cada elemento constituinte do ambiente – “humanos, animais, plantas, pedras, prédios” – tem uma trajetória contínua de devir; “à medida em que (sic) eles se movem através do tempo e se encontram, as trajetórias desses diversos elementos são enfeixadas em combinações diversas” (INGOLD, 2012, p. 39). O emaranhado dessas trajetórias constitui a textura do mundo: algo que Ingold (2012) vai definir como a “grande tapeçaria da Natureza tecida pela história”, citando Hägerstrand (1976). Ao ponderar que a tapeçaria “é um campo não de pontos interconectados mas de linhas entrelaçadas”, Ingold (2012, p. 39) ressalta que essa forma tecida não seria uma rede (*network*), mas o que ele gostaria de chamar de malha (*meshwork*). Para Ingold (2012, p. 40), “essa distinção entre as linhas de fluxo da malha e as linhas de conexão da rede é crucial”.

Em adesão às correntes pós-humanistas que vêm ganhando espaço nos EOs, essa perspectiva ecológica parte da dissolução das separações entre natureza e cultura para conceber o conhecimento como o produto do ininterrupto processo de criação, (trans)formação, devir (DELEUZE; GUATTARI, 2007) que caracteriza a vida. Superada a dicotomia entre humanos e não humanos e esvaziada a supremacia dos primeiros no contexto das relações no ambiente, estamos em posição de pensar na formação das malhas, ou tessitura das coisas, para além dos limites da supremacia da racionalidade humana. É preciso abandonar a racionalidade no engajamento ativo com o entorno e construir uma cognição baseada na experiência perceptiva: temos que nos colocar, literalmente, em contato com o mundo (INGOLD, 2000).

Convém mencionar que o retorno à perspectiva ecológica, tal como propomos aqui, acontece em um momento no campo dos EOs em que a ideia de ecologia parece estar voltando à cena, seja de maneira direta ou indireta. No trabalho de Whiteman e Cooper (2011) sobre *ecological sensemaking*, por exemplo, conclui-se que a integração/intrincação ecológica (*ecological embeddedness*) produz sentidos que não poderiam ser ignorados pelas organizações, particularmente no contexto crescente de catástrofes ambientais que se tem experimentado nos últimos anos. Conforme os autores, a incapacidade de produzir sentido (*sensemaking*) de pistas ecológicas tornaria as organizações mais vulneráveis às “condições de mudança ecológicas” (WHITEMAN; COOPER, 2011, p. 893). Os autores defendem que as ecologias locais dos atores que

participam do contexto ambiental da organização são importantes para deflagrar o processo de sentido (*sensegiving*). O *sensemaking* ecológico, que nessa ideia é parte de um processo de aprendizagem organizacional, viria a permitir que os membros das organizações se tornassem mais resilientes, ou seja, mais capazes ou mais precisos no processo de dar sentido e responder (*feedback*) ao ambiente natural.

Reconhecemos a validade da proposta de Whiteman e Cooper (2011) – principalmente por trazer de volta a palavra ecologia ao título de um artigo publicado em um dos mais importantes periódicos da área de administração e estudos organizacionais, o *Academy of Management Journal* (AMJ). Todavia, ressaltamos que o entendimento a respeito da integração/incorporação ecológica (*ecological embeddedness*) elaborada pelos autores parte de uma base materialista, na qual a separação natureza e sociedade subsiste na tentativa de ser superada. Isso transparece, por exemplo, quando os autores afirmam que:

[...] nosso ponto não é afastar a pesquisa sobre *sensemaking* do exame de processos sociais; em vez disso, desejamos estender a investigação sobre *sensemaking* a fim de compreender como processos sociais podem estar intrincados (*embedded*) em contextos ecológicos que são materiais e, em alguns casos, voláteis (WHITEMAN; COOPER, 2011, p. 892).

Acrescentamos ao nosso argumento o fato de que o *sensemaking* (WEICK, 1979) é um processo cognitivo e não propriamente fenomenológico, o que reitera o dualismo corpo e mente que a perspectiva ecológica que clamamos ser necessária busca erodir. É importante ressaltar, mas como um adendo, que a abordagem materialista com base na qual se elabora o entendimento bipartido de uma ordem socioecológica subsiste em trabalhos mais recentes que citam Whiteman e Cooper (2011) e/ou nos próprios trabalhos desses autores (WRIGHT et al., 2013; WRIGHT; NYBERG, 2014).

Entendemos que abordagens mais parecidas com a que buscamos apresentar brevemente aqui aparecem de modo indireto em trabalhos recentes que abordaram o questionamento da relação de dominação dos animais pelas organizações (LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016) e a geração de novas imagens para a sustentabilidade ambiental, a partir da metáfora das organizações como instrumentos de dominação na relação humanos-água (JERMIER; FORBES, 2016). No primeiro artigo mencionado, os autores (LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016, p. 326) se referem à relação específica das organizações com os animais a maior parte do tempo, mas defendem “a adoção de uma perspectiva ‘ecocêntrica’” nas últimas linhas do texto, ressaltando que a questão dos animais precisa estar inserida em uma reflexão por parte dos acadêmicos em Administração e nos EOs, para que as organizações humanas sejam entendidas como parte de “uma comunidade envolvendo animais, plantas e o ambiente”.

Já no segundo artigo mencionado (JERMIER; FORBES, 2016), a reivindicação em prol do ecocentrismo ganha mais destaque na seção de discussão, intitulada “Metaphors beyond domination: reclaiming ecocentrism and extending the social”. Em relação aos pontos que se aproximam da perspectiva ecológica que apresentamos, Jermier e Forbes (2016, p. 1.019) apresentam a noção de ambiente apoiada na ideia de esferas de convivialidade (*spheres of conviviality*), que “surgem ao inverter-se a estrutura profunda atual, de modo que pessoas e natureza não sejam dominadas pelas ferramentas do produtivismo e do consumismo”. Os autores também apresentam a ideia da água como um parceiro verdadeiro (*true partner*), o que coloca em xeque o entendimento de que as coisas animadas têm poder de agência por meio da ideia muito mais profunda de que as coisas, como a água, são “uma parte integrante da comunidade”, que precisam ser “tratada[s] como verdadeiros parceiros” (JERMIER; FORBES, 2016, p. 1.020).

Considerações finais

O nosso primeiro propósito neste trabalho foi recuperar o momento crítico da mudança de mentalidade, desde uma visão mais voltada para a relação organização-natureza com base em uma perspectiva ecológica, para outra visão que privilegia a disjunção e a hierarquização das partes dessa relação a partir do recurso à ideia de sustentabilidade. Para isso, buscamos reconstituir e analisar fatos ocorridos no cenário intelectual da academia estadunidense e que ficaram registrados em uma sequência de artigos científicos publicados no âmbito dos EOs entre os anos 1992 e 1996. Paralelamente, também investigamos como a temática do ecoambientalismo se desenvolveu na academia brasileira, entre os anos 1980 e 1990, tendo como ápice a Eco-92.

Não buscamos analogia ou pontos de comparação entre os desdobramentos da referida temática nos dois países, posto que isso não seria possível dadas as diferenças nos contextos de teorização e prática das elites intelectuais nos EOs em ambos. Todavia, concluímos que, por um momento, a academia brasileira teve em mãos as condições para propor um debate mais profundamente ecocentrado, visto que os movimentos ecoambientalistas e as articulações sociais dirigidas à ecologia no país, naquele período, eram arrojados. A fragmentação do pensamento ecoambientalista dos anos 1980 e sua institucionalização no discurso de empresas e do Governo nos anos 1990, contudo, alçaram a ideia de sustentabilidade a uma condição hegemônica que impediu que o ecoambientalismo brasileiro ganhasse contornos mais radicais.

Já o nosso segundo propósito foi trazer à tona elementos do que chamamos de perspectiva ecológica. Ressaltamos que não tínhamos o objetivo de contribuir diretamente com a ecologia política, mas, sim, de recuperar o potencial da perspectiva ecológica como paradigma para pensar outra forma de relação organização-natureza. Com isso, buscamos ressaltar os aspectos epistemológicos de uma perspectiva ecológica que descreve a relação organização-natureza como forma de habitar, a partir de uma base fenomenológica. Contribuições à ecologia política podem surgir a partir deste trabalho, à medida que questões sociais, econômicas e políticas matizarem o entendimento de diferentes formas de habitar o mundo.

A proposta de retorno à perspectiva ecológica é muito mais complexa do que foi possível apresentar aqui, e é certo que ainda será necessário que outros trabalhos completem o esforço de recuperação dessa temática nos EOs. É necessário que as ideias que apresentamos sejam aprofundadas em outros trabalhos, bem como contrastadas com outras possibilidades fronteiriças.

O ponto que buscamos ressaltar é que o potencial crítico e disruptivo da ideia de ecologia, que já havia sido elaborado no campo acadêmico dos EOs na década de 1990, precisa ser comparado e confrontado com o discurso da sustentabilidade, que se tornou o novo *mainstream*. A perspectiva sustenocêntrica não tem potencial para abalar a tradição antropocêntrica/orgocêntrica sobre a relação organização-natureza na TO. Tais propostas, centradas em modos de vida viabilizados por organizações e justificadas pela necessidade de sua permanência, não parecem ter potência para resolver a crise ambiental que afeta a todos, sejam eles humanos ou não humanos. Afinal, os discursos sobre a relação organização-natureza ainda permanecem castrados (SHRIVASTAVA, 1994). Mas entendemos que uma frente de trabalho nesse sentido é o retorno ao ecocentrismo em oposição radical ao antropocentrismo/orgocentrismo.

As possibilidades de análise e compreensão que foram propostas com base em uma perspectiva ecológica lançam um olhar não antropocêntrico sobre os EOs. A aproximação ecológica pode propiciar, portanto, o entendimento dos modos de ser e de viver nas organizações enquanto contexto relacional, em que práticas e conhecimentos são incorporados e situados em uma ideia mais ampla de ambiente organizacional. Interessa, portanto, a ideia de habitar (*dwelling*) o mundo ao fazer dele moradia ou se incorporar a ele de modo que pessoa e mundo se (trans)formem no processo compartilhado do viver.

Referências

- ALDRICH, H. E.; PFEFFER, J. Environments of organizations. *Annual Review of Psychology*, v. 2, p. 79-105, 1976.
- AZAMBUJA, M. de. Recordações alucinatórias. *Piauí*, Memórias pouco diplomáticas, ed. 68, maio 2012.
- BANERJEE, S. B. Necrocapitalism. *Organization Studies*, v. 29, n. 12, p. 1.541-1.563, 2008.
- BANERJEE, S. B. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. *Organization Studies*, v. 24, n. 1, p. 143-180, 2003.
- BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *RAE*, v. 32, n. 2, p. 14-24, 1992.
- BARTER, N.; RUSSELL, S. Organisational metaphors and sustainable development: enabling or inhibiting?. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 4, n. 2, p. 145-162, 2013.
- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind: collected essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution and Epistemology*. São Francisco; Scranton; Londres; Toronto: Chandler, 1972.
- BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JUNIOR, T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *RAC*, v. 3, n. 1, p. 147-178, 1999.
- BOISOT, M. Book review: handbook of organization studies. *Organization Studies*, v. 19, n. 1, p. 155-162, 1998.
- BULLIS, C.; GLASER, H. Bureaucratic discourse and the goddess: towards an ecofeminist critique and rearticulation. *Journal of Organizational Change Management*, v. 5, n. 2, p. 50-60, 1992.
- CALDAS, M. P. "Contribuição teórica": como assim, cara pálida? *RAE*, Fórum desenvolvimento de teoria, Apresentação, v. 43, n. 3, p. 65-68, 2003.
- CARRIERI, A. de P. O meio ambiente: discurso consistente ou retórica? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. In: ENANPAD, 24., 2000. *Anais...* Florianópolis/SC, 2000.
- CARRIERI, A. de P. O meio ambiente: discurso consistente ou prática vazia? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. *RAP*, v. 37, n. 6, p. 1.209-31, 2003.
- COLBY, M. E. Environmental management in development: the evolution of paradigms. *World Bank discussion paper 80*. Washington, DC: World Bank, 1990.
- COSTANZA, R.; GRAUMILCH, L.; STEFFEN, W. Sustainability or collapse: what can we learn from integrating the history of humans and the rest of nature?. *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, v. 36, n. 7, p. 522-527, 2007.
- CRUBELLATE, J. M. Estudos organizacionais no Brasil: do futuro que queremos e do futuro que teremos. *Cadernos EBAPE*, v. 3, n. 4, 2005.
- CUNHA, M. P. e; REGO, A.; CUNHA, J. V. da. Ecocentric management: an update. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 15, p. 311-321, 2008.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34, 2007. v. 1.

- DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. (Ed.). *Nature and society: anthropological perspectives*. New York: Taylor & Francis, 1996.
- DONAIRE, D. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. *RAE Ambiental*, v. 34, n. 2, p. 68-77, 1994.
- ECKERSLEY, R. *Environmentalism and political theory: toward an ecocentric approach*. Albany, NY: Suny Press, 1992.
- EDEN, S. Using sustainable development: the business case. *Global Environmental Change*, v. 4, n. 2, p. 160-167, 1994.
- EGRI, C. P.; PINFIELD, L. T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1. p. 361-397.
- EGRI, C. P.; PINFIELD, L. T. Organizations and the biosphere: ecologies and environments. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). *Handbook of organizational studies: current issues*. London: Sage, 1999. p. 209-233.
- ELKINGTON, J. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FACHIN, R. Memórias e posicionamentos em estudos organizacionais. *RBEO*, v. 1, n. 1, 2014.
- FISCHER, T. Alice através do espelho ou Macunaíma em campus papagalli? Mapeando rotas de ensino dos estudos organizacionais no Brasil. *O&S*, v. 10, n. 28, p. 47-62, 2003.
- GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T-S. Shifting paradigms for sustainable development. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.
- GOSLIN, J.; CASE, P. Social dreaming and ecocentric ethics: sources of nonrational insight in the face of climate change catastrophe. *Organization*, v. 20, p. 705-721, 2013.
- GOTTLIEB, R. *Forcing the spring: the transformation of the American environmental movement*. Washington: Island Press, 2005.
- HÄGERSTRAND, T. Geography and the study of the interaction between nature and society. *Geoforum*, v. 7, n. 5-6, p. 329-334, 1976.
- HANNA, M. D. Environmentally responsible managerial behavior: is ecocentrism a prerequisite? *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 796-799, 1995.
- HEIKKURINEN, P. et al. Organising in the anthropocene: an ontological outline for ecocentric theorising. *Journal of Cleaner Production*, v. 113, p. 705-714, 2016.
- HOLMER-NADESAN, M. Organizational identity and space of action. *Organization Studies*, v. 17, n. 1, p. 49-81, 1996.
- HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*, v. 13, p. 38-52, 2005.
- INGOLD, T. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. New York: Taylor & Francis, 2011.
- INGOLD, T. *Perceptions of environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2000.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A.; BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: um levantamento da produção científica brasileira divulgada em periódicos da área de administração entre 1996 e 2005. *RAC*, v. 12, n. 3, p. 689-715, 2008.

- JENNINGS, P.; ZANDBERGEN, A. Ecologically sustainable organizations: an institutional approach. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 1.015-1.052, 1995.
- JERMIER, J. M.; FORBES, L. C. Metaphors, organizations and water: generating new images for environmental sustainability. *Human Relations*, v. 69, n. 4, p. 1.001-1.027, 2016.
- KALLIO, T. J.; NORDBERG, P. The evolution of organizations and natural environment discourse: some critical remarks. *Organization & Environment*, v. 19, n. 4, p. 439-457, 2006.
- KIDNER, D. W. Why 'anthropocentrism' is not anthropocentric. *Dialectical Anthropology*, v. 38, p. 465-480, 2014.
- LABATUT, J.; MUNRO, I.; DESMOND, J. Animals and organizations. *Organization*, v. 23, n. 3, p. 315-329, 2016.
- LEE, K. Global sustainable development: its intellectual and historical roots. In: LEE, K.; HOLLAND, A.; MCNEILL, D. (Ed.). *Global sustainable development in the 21st century*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000. p. 31-47. Disponível em: <<https://www.amazon.co.uk/Global-Sustainable-Development-21st-Century/dp/185331241X>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- MACHADO, C.; CUNHA, V. C. da; AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: ENANPAD, 14., 1990. *Anais...* Realizado em Florianópolis/SC, editado em Belo Horizonte/MG, 1990. p. 11-28.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. Desarrollo sostenible es una contradicción. *El Espectador*. 2015. Disponível em: <<http://www.elespectador.com/noticias/medio-ambiente/desarrollo-sostenible-una-contradiccion-joan-martinez-a-articulo-599613>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. et al. Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by environmental justice organizations. *Journal of Political Ecology*, v. 21, 2014.
- MASON, R. Em direção a um novo paradigma de gestão ambiental – tecnologias limpas ou prevenção de poluição. *RAE (Pesquisa Bibliográfica)*, v. 32, n. 2, p. 78-98, 1992.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MINTER, B.; MANNING, R. (Ed.). *Reconstructing conservation: finding common ground*. Washington: Island Press, 2003.
- MISOCZKY, M. C. A. Da abordagem de sistemas abertos à complexidade: uma atualização. *Cadernos EBAPE*, v. 11, n. 3, p. 419-442, 2013.
- MISOCZKY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *RAC*, v. 9, n. 1, p. 192-215, 2005.
- MISOCZKY, M. C. A.; BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 3, p. 546-568, 2012.
- MONTIEL, I. Corporate social responsibility and corporate sustainability: separate pasts, common futures. *Organization & Environment*, v. 21, n. 3, p. 245-269, 2008.
- NEDER, R. T. Há política ambiental para a indústria brasileira? *RAE*, v. 32, n. 2, p. 6-13, 1992.
- PARKER, B. Evolução e revolução: da internacionalização à globalização. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (Ed.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2006. v. 1. p. 398-431.

- PHILLIPS, M. Re-writing corporate environmentalism: ecofeminism, corporeality and the language of feeling. *Gender, Work & Organization*, v. 21, n. 5, p. 443-458, 2014.
- PRESTES MOTTA, F. C. A propósito da "sociedade organizacional". *RAP*, v. 18, n. 4, p. 71-75, 1978.
- PRESTES MOTTA, F. C. O estruturalismo na teoria das organizações. *RAE*, v. 10, n. 4, p. 23-41, 1970.
- PSKOWSKI, M. Is this the future we want? The green economy vs. climate justice. *DiferenTakes*, n. 79, 2013.
- PURSER, R.; PARK, C.; MONTOURI, A. Limits to anthropocentrism: toward an ecocentric organization paradigm? *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 1.053-1.089, 1995.
- RATTNER, H. Sustentabilidade – uma visão humanista. *Ambiente & Sociedade*, Pontos de vista, ano II, n. 5, 1999.
- RATTNER, H. Tecnologia e desenvolvimento sustentável: uma avaliação crítica. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 5-11, 1991.
- RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. de P. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. *RAC*, edição especial, p. 81-102, 2001.
- SHRIVASTAVA, P. *Castrated environment: greening organizational science*. Paper apresentado na conferência "Greening the Business Curriculum". Leicester Business School, mar. 1990.
- SHRIVASTAVA, P. Castrated environment: greening organizational studies. *Organization Studies*, v. 15, n. 5, 1994, p. 705-726.
- SHRIVASTAVA, P. Corporate self-greening: strategic responses to environmentalism. *Business Strategy and the Environment*, v. 1, n. 3, p. 9-21, 1992.
- SHRIVASTAVA, P. Ecocentric management for a risk society. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 118-137, 1995a.
- SHRIVASTAVA, P. Ecocentric versus traditional management: some hints to Hanna. *Academy of Management Review*, v. 21, n. 1, p. 9-11, 1996.
- SHRIVASTAVA, P. The role of corporations in achieving ecological sustainability. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 936-960, 1995b.
- SOUZA, M. T. S. de. Rumo à prática empresarial sustentável. *RAE Ambiental*, v. 33, n. 4, p. 40-52, 1993.
- SOUZA, M. T. S. de; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade ambiental: uma meta análise da produção brasileira em periódicos de administração. *RAC*, v. 17, n. 3, p. 368-396, 2013.
- SOUZA, S. A. de; REINERT, J. N.; SPROESSER, R. L. Pesquisa brasileira em administração: um meta-estudo em temáticas do período 2000-2009. In: ENEPQ, 2., 2009. *Anais...* 2009.
- TINKER, T. Metaphor or reification: are radical humanists really libertarian anarchists? *Journal of Management Studies*, v. 23, n. 4, p. 363-384, 1986.
- VERGARA, S. C. A hegemonia americana em estudos organizacionais. *RAP*, v. 35, n. 2, p. 63-77, 2001.
- VIEIRA, P. F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 33, p. 3-32, 1992.

VIOLA, E. J. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICA STUDIES ASSOCIATION, 21., Chicago, 1998.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3, 1987.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. *Cadernos EBAPE*, v. 10, n. 3, p. 470-491, 2012.

VIOLA, E. J.; VIEIRA, P. F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. *RAP*, v. 26, n. 4, p. 81-104, 1992.

WEICK, K. *Sensemaking in organizations*. London: Sage, 1979.

WERBACH, A. When sustainability means more than green. *McKinsey Quarterly*, v. 4, n. 2009, p. 74-9, 2009.

WHITEMAN, G.; COOPER, W. Ecological sensemaking. *Academy of Management Journal*, v. 54, n. 5, p. 889-911, 2011.

WHITEMAN, G.; WALKER, B.; PEREGO, P. 2013 Planetary boundaries: ecological foundations for corporate sustainability. *Journal of Management Studies*, v. 50, n. 2, p. 307-336, 2013.

WRIGHT, C.; NYBERG, D. Creative self-destruction: corporate responses to climate change as political myths. *Environmental Politics*, v. 23, n.2, p. 205-223, 2014.

WRIGHT, C.; NYBERG, D. Working with passion: emotionology, corporate environmentalism and climate change. *Human Relations*, v. 65, n. 12, p. 1.561-1.587, 2012.

WRIGHT, C. et al. Future imaginings: organizing in response to climate change. *Organization*, v. 20, n. 5, p. 647-658, 2013.

Submissão: 16/03/2016

Aprovação: 11/10/2017

POTENCIAL DISRUPTIVO? A HISTÓRIA DE UMA BIOTECNOLOGIA

Lorena Bezerra de Souza Matos*
Ana Sílvia Rocha Ipiranga**

Resumo

Nesta pesquisa, busca-se identificar e descrever historicamente o potencial disruptivo de uma biotecnologia vinculada a um laboratório de P&D da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio). Diferentes métodos foram utilizados, com base em uma perspectiva sociológica e com abordagem da análise de relatos e enredos históricos. Considerando as dimensões que fundamentam tecnologias disruptivas, argumenta-se que a biotecnologia justifica a sua potencialidade de disrupção ao articular construtos relacionados à dimensão do capacitador tecnológico. Observou-se que alguns fragmentos dos relatos transitam entre os construtos da dimensão inovação do modelo de gestão, sobretudo após a criação de uma *spin-off*. Contudo, os construtos que compõem essa dimensão são limitantes, assim como a ausência de relatos relacionados à dimensão sistema de valor comercial, obstando a realização de uma disrupção em todo o seu potencial. Entre as contribuições do artigo releva-se o uso da abordagem histórica no contexto da área da ciência & tecnologia.

Palavras-chave: Potencialidade de disrupção. Biotecnologia. História. Renorbio.

DISRUPTIVE POTENTIAL? THE STORY OF A BIOTECHNOLOGY

Abstract

This article aims to describe the disruptive potential from the history of biotechnology linked to an R&D laboratory of the Northeast Biotechnology Network (Renorbio). Different methods were used for the research, based on an analysis approach of historical tales. Considering the basic dimensions underlying the disruptive technologies it is argued that biotechnology justifies its potential disruption to articulate constructs related to the Technology Enabler dimension. On the other hand, it was observed that some fragments of biotechnology tales transiting between the constructs of disruptive dimension – Innovation Management Model, especially after the creation of a new spin-off. However, it is considered that these constructs that comprise the dimension Innovation Management Model are limiting, as well as the lack of tales related to System Commercial Value, hampering the realization of a break in its full potential. It seeks to contribute to theoretical construction in science & technology area, from a historical approach.

Keywords: Disruption potential. Biotechnology. History. Renorbio.

*Doutora em Administração de Empresas pela Escola de Administração de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. E-mail: lorenabmatos@gmail.com

**Doutora em Psicologia do Trabalho e da Organização pela Università degli Studi di Bologna (Itália). Professora do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: ana.silvia@pq.cnpq.br

Para Christensen (1997), empresas entrantes, muito embora apresentem uma performance inferior, podem ganhar mercado antes dominado por empresas existentes, ao romper com antigos modelos de negócio, remodelando assim as bases de competição existentes (ADNER, 2002; CHRISTENSEN, 1997; CHRISTENSEN; RAYNOR, 2003).

Nesse sentido, setores altamente baseados em ciência e “alta tecnologia”, como semicondutores, comunicação, internet e biotecnologia (HITT, 2005), oferecem reais oportunidades de inovação e de aumento de competitividade para países *latecomers*, uma vez que possibilitam a exploração de novas oportunidades de negócio, seja no preenchimento de espaço em um mercado novo, seja na conquista de fatias de mercado já consolidado, como é o caso das tecnologias disruptivas.

Desse modo, as tecnologias de ruptura em economias de industrialização recente, como o Brasil, caracterizadas pelo baixo grau de geração de inovações, infraestruturas tecnológicas e industriais precárias, distância dos principais mercados, além de universidades e centros de formação de conhecimento científico e tecnológico nem sempre bem equipados, ocupam lugar de destaque, ao oferecerem potencial de geração de valor e benefícios para a economia nacional.

Considerando essas discussões, o intuito desta pesquisa é contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem diferenciada na área da ciência & tecnologia (C&T), a partir da identificação e descrição histórica do potencial disruptivo de uma tecnologia da área da biotecnologia, por se tratar de um setor estratégico para o país, uma vez que impacta os principais setores da vida: saúde humana e animal, agricultura, meio ambiente, bioenergia e insumos (FUNDAÇÃO BIOMINAS, 2011).

Os estudos voltados à identificação de tecnologias de ruptura, bem como da apreciação de seu potencial de ruptura, são realizados usualmente baseados na coleta e análise de dados estatísticos e tendências de mercado, requerendo análises econômicas complexas.

Contudo, a historiografia do progresso tecnológico possibilita que sejam visualizados aspectos-chave para o entendimento e compreensão desse processo e, nesse contexto, uma tecnologia deve ser entendida como um processo social, resultante de complexas relações entre fatores e agentes influenciadores, sejam institucionais, econômicos ou tecnológicos (ROSENBERG, 2006).

Nessa linha de discussão, Rabinow (2002) desenvolveu uma pesquisa sobre a história da biotecnologia, partindo da invenção da Reação em Cadeia da Polimerase (*Polymerase Chain Reaction* – PCR) e das indústrias e instituições a ela associadas, invenção essa que transformou profundamente as práticas e os potenciais de biologia molecular ao identificar e manipular o material genético. Sobre o uso da história na análise das práticas científicas, Rabinow (2002, p. 126) defende que “o objeto do discurso histórico é a historicidade do discurso científico”. O autor problematiza esse posicionamento metodológico quando afirma que a ciência “é uma exploração da racionalidade em ação, [...] diversas ciências em ação somente existem em momentos históricos particulares: física não é biologia; a história natural do século XVIII não é a genética do final deste século” (RABINOW, 2002 p. 126).

No contexto da administração da ciência, tecnologia & inovação (C,T&I), alguns autores alertaram sobre a persistente negligência relativa à articulação da história nessa literatura. Em particular, citam-se os estudos de Godin (1998, 2006, 2008), nos quais o autor problematiza questões relacionadas aos processos tecnológicos e de inovação por meio do uso da abordagem histórica e de discussões genealógicas de conceitos. Nessa mesma linha, Hoholm e Araújo (2011), ao considerarem esses processos altamente contingentes, confusos e não lineares, propõem analisar as formas em que foram construídos por intermédio de métodos históricos e longitudinais, visando mapear os caminhos complexos e tortuosos dos processos inovadores e tecnológicos.

No Brasil, estudos articulando a abordagem da história vêm sendo desenvolvidos em diferentes áreas da Administração. No contexto dos Estudos Organizacionais

relevam-se os estudos de Vizeu (2010), Costa, Barros e Martins (2010), Barros (2014a) e Barros e Carrieri (2015), enfatizando a compreensão histórica do fenômeno organizacional e suas especificidades em diferentes setores. Outros estudos vêm sendo desenvolvidos especificamente no contexto da ciência e tecnologia (C&T), como os de Ipiranga (2010) e Ipiranga e Matos (2014).

Assim, esta pesquisa pretende contribuir para essa linha de estudos, ao abordar a literatura relativa a esses processos, com base em uma perspectiva sociológica, articulando ainda a abordagem histórica sobre tecnologias disruptivas. Nesse sentido, delimitou-se como objetivo deste estudo identificar e descrever historicamente o potencial disruptivo de uma biotecnologia denominada "Desenvolvimento de vacinas contra o vírus da dengue utilizando um sistema vegetal como biofábrica". Essa biotecnologia foi desenvolvida no laboratório de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de Bioquímica Humana da Universidade Estadual do Ceará (UECE), vinculado à Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio).

A Renorbio, rede do setor biotecnológico formada por instituições de ensino, laboratórios de P&D e empresas (aproximadamente 40 instituições), visa à consolidação de núcleos de excelência em biotecnologia na região Nordeste, bem como ao estabelecimento e estímulo da massa crítica de profissionais, com competência em biotecnologia e áreas afins, para executar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) de importância para o desenvolvimento do Nordeste (RENORBIO, 2013).

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (2014), a dengue pode afetar 390 milhões de pessoas/ano. Estudos apontam um custo médio de US\$ 1.500 por paciente com dengue e 18,9 dias de trabalho perdidos (OMS, 2014). No cenário nacional, o Brasil se encontra entre os 30 países mais endêmicos e, apenas no ano de 2013, o país gastou em ações de combate mais de R\$ 2 bilhões ao sofrer o maior surto da doença com aproximadamente 2 milhões de casos notificados (BRASIL, 2016).

Afora os impactos socioeconômicos nacionais e internacionais, a biotecnologia ainda vence a impossibilidade de se fabricar vacina contra a dengue usando métodos tradicionais, uma vez que a doença se manifesta em quatro sorotipos semelhantes, porém diferentes entre si (SCHMITZ et al., 2011). Assim, as pesquisas em biotecnologia têm como objetivo potencial combater os quatro sorotipos do vírus da dengue, incluindo o hemorrágico, representando uma tecnologia com potencial inovativo estratégico para o país.

Considera-se ainda que o setor nacional de vacinas é caracterizado por uma dependência do mercado externo. Além disso, os estudos sobre a atuação estatal e o setor nacional de vacinas são escassos, abordando questões relacionadas a uma concepção tradicional de saúde pública e não considerando questões de mercado e de competição. Assim, o estudo sobre os esforços e estruturação de espaços privados para a oferta de vacinas é um ponto que demanda reflexões sobre o campo nacional da saúde (FUNDAÇÃO BIOMINAS, 2011).

Nesse contexto, a questão guia que orienta a problemática da presente pesquisa foi: qual o potencial de ruptura da biotecnologia "Desenvolvimento de vacinas utilizando um sistema vegetal como biofábrica"?

Em função da natureza do problema, realizou-se uma pesquisa do tipo descritiva e com um viés histórico. Considerando especificamente o objeto deste estudo, qual seja, o potencial disruptivo de uma biotecnologia, Barnes, Bloor e Henry (1996) justificam o uso da perspectiva histórica ao enfatizarem como e por que a análise sociológica se torna um complemento essencial no processo de compreensão do conhecimento científico e, nesse contexto, sugerem os autores, o método principal deve se basear na apresentação de estudos de casos históricos.

Nas próximas seções serão articulados os conceitos e as principais dimensões envolvidas na compreensão das tecnologias disruptivas. Após, apresentam-se os procedimentos metodológicos, seguidos dos relatos e enredos da história da biotecnologia sob estudo. Na última seção estão as considerações finais do estudo.

As tecnologias e inovações disruptivas

O vocábulo “disrupção” remete à ideia de ruptura, rompimento, fratura. No campo da administração, o termo foi criado por Clayton M. Christensen, professor de *management* da Harvard Business School, nos Estados Unidos, em seu artigo “Disruptive technologies: catching the wave” (BOWER; CHRISTENSEN, 1995). Para o autor, uma tecnologia disruptiva seria uma estratégia de inovação de produto, processo/serviço e/ou modelo de gestão que consiga deslocar os líderes de mercado, ao conquistar um segmento ainda não alcançado em mercado já existente.

A teoria das tecnologias disruptivas esclarece o processo pelo qual empresas que miram margens de lucro menores oferecem produtos e serviços mais baratos, simples e eficientes, tornando-os acessíveis (*low-cost solutions*). A estratégia disruptiva faz com que produtos e serviços, que antes eram disponíveis apenas para consumidores dos segmentos mais altos dos mercados, passem a incluir diferentes faixas e novos consumidores, deslocando os *big players* de mercado.

Dimensões e construtos básicos dos processos de disrupção

Christensen, Grossman e Hwang (2009) apontam que o processo de disrupção é constituído por três dimensões principais que permitem que problemas fundamentais de um setor sejam tratados a menores escala, custo e capacidade humana do que o comumente exigido. A primeira dimensão é um *Capacitador tecnológico* (tecnologia sofisticada que tem por intuito simplificar). A segunda dimensão é uma *Inovação do modelo de gestão*, oferecendo aos consumidores soluções disponíveis e acessíveis. A terceira dimensão é o *Sistema de valor comercial*, formado por uma cadeia de valor inteiramente nova.

Um capacitador tecnológico permite que problemas básicos de um setor em específico sejam resolvidos com menores dispêndios de escala, custos e recursos humanos, sendo, portanto, a espinha dorsal dos modelos de gestão de disrupção (CHRISTENSEN; GROSSMAN; HWANG, 2009). Os autores citam a área da saúde como exemplo, mostrando que o setor está carregado de novas tecnologias, algumas dessas resultantes de anos de pesquisas e investimentos em laboratórios de P&D, outras licenciadas em todo ou em parte, e ainda há aquelas adaptadas de um setor produtivo distinto. Nesse sentido, vultosos gastos na área da saúde em economias desenvolvidas, bem como em economias em desenvolvimento, decorrem da incapacidade de diagnosticar com precisão doenças ou ainda se o tratamento é realizado tendo como base o método de tentativa e erro, e não as reais causas da doença, se genéticas, infecciosas ou mesmo desconhecidas.

Para Christensen (2012), após a identificação de um capacitador tecnológico, é necessário elaborar uma estratégia adequada para a sua comercialização, voltando-se assim os esforços para a análise do contexto organizacional. Nesse ponto, avalia-se o modelo de gestão mais estratégico, entre mudar os valores e a cultura da organização principal e/ou criar uma nova organização (CHRISTENSEN, 2012). Conforme o entendimento de Christensen, Grossman e Hwang (2009), um modelo de gestão é um sistema independente formado por quatro elementos principais: i) proposição de valor; ii) fórmula de lucro; iii) processos organizacionais, e; iv) recursos.

Para o autor, o ponto principal para um modelo de negócio é sua *proposição de valor* (*the value proposition*), ou seja, “um produto ou serviço que permita aos clientes visados dar conta da tarefa que tentam realizar de uma maneira mais eficiente, conveniente e acessível” (CHRISTENSEN; GROSSMAN; HWANG, 2009, p. 47). No entanto, para que as empresas consigam oferecer essa *proposição de valor* aos clientes, é necessário que os gestores utilizem a vasta gama de *recursos* (*resources*) da organização, como pessoas, instalações, aportes financeiros, produtos, equipamentos, treinamentos, estrutura de custos, padrões, entre outros.

A utilização dos *recursos* a fim de se obter uma *proposição de valor* somente é conseguida mediante os *processos organizacionais* (*processes*), no sentido de que

são as formas habituais de trabalho que determinam como os *recursos* deverão ser combinados. Como resultado dessa combinação resulta a *fórmula de lucro* (*profit formula*), definidora das margens de lucro, preços e os aportes necessários para custear a utilização de *recursos* e *processos* requeridos para a *proposição de valor*.

Ocorre que as empresas só podem oferecer ao mercado as *proposições de valor* que se adéquam aos *recursos*, *processos* e *fórmula de lucro* da organização, ou seja, os gestores só podem adotar novas tecnologias por meios que suportem o modelo de gestão dentro do qual operam (CHRISTENSEN; GROSSMAN; HWANG, 2009). Nesse sentido, os mesmos construtos principais que compõem um modelo de gestão podem ser limitantes para a realização disruptiva de uma tecnologia em todo o seu potencial.

Logo, uma gestão que não contemple a necessidade de mudanças, finda por acomodar-se às velhas estruturas estáveis, culminando assim em perda de vantagem competitiva. Para Henderson e Clark (1990), além do reconhecimento das mudanças a serem feitas, são necessárias sua construção e aplicação no contexto das diferentes dimensões organizacionais. Acontece que esse processo não é simples, uma vez que demanda tempo, recursos e processos de aprendizagem diferenciados, necessitando, portanto, de maestria e sensibilidade por parte dos gestores.

Nesse sentido, para Christensen (2012), organizações pequenas e independentes como *spin-offs* ou *startups* seriam apropriadas quando se confrontam com uma tecnologia disruptiva, uma vez que possuem uma forma de organização especialmente adaptada à rede de valor emergente na qual estas se inserem. Por *startup*, entende-se uma empresa nova, que lida com projetos inovadores de alto risco, envolvendo intensa atividade de P&D e que tem como principal objetivo a viabilização do desenvolvimento e/ou comercialização de uma tecnologia (DECLÉYN; BRAET, 2009). Por serem empresas emergentes, com baixo custo de manutenção, possuem alta flexibilidade e versatilidade, o que lhes permite uma movimentação estratégica em cenários de incerteza, pois, não há certeza de que ideias e/ou projetos obterão sucessos de mercados.

Assim, as *startups* figuram como uma estratégia para entrada nesses “oceanos azuis” (KIM; MAUBORGNE, 2005), uma vez que são empreendimentos com baixos custos iniciais, mas que possuem uma alta expectativa de crescimento e escala. Ser escalável, portanto, é a chave de uma *startup*, uma vez que seu crescimento não necessariamente altera seu modelo de negócio. Assim, ao se tornar escalável, gera-se uma empresa altamente lucrativa.

Por fim, a terceira dimensão de disrupção elencada pelos autores versa sobre um novo sistema de valor comercial, que consiste em uma cadeia de valor completamente distinta da precedente vinculada aos novos modelos de gestão então surgidos (CHRISTENSEN; GROSSMAN; HWANG, 2009).

Tomando como analogia um sistema de saúde, e conforme discutido por Christensen, Grossman e Hwang (2009), a fragmentação de um sistema de valor comercial é complexa, uma vez que requer a mobilização de vários atores conjuntamente, necessitando assim de um nível alto de integração entre médicos, hospitais, empresas, agências e ministérios. O ponto mais difícil é conseguir mover os líderes do sistema vigente, haja vista as muitas barreiras regulatórias que obstam o processo, podendo levar décadas para a transição.

Assim, se e quando uma curva de disrupção no mercado progredir a ponto de satisfazer o nível, bem como a natureza do desempenho tecnológico oferecido pelo outro sistema comercial, a tecnologia de disrupção poderá invadi-lo com velocidade surpreendente, alterando a configuração do sistema comercial então vigente (CHRISTENSEN, 2012).

Por fim, ressaltamos que as tecnologias de disrupção são analisadas, de modo geral, sob uma perspectiva econômica, mais técnica, deixando em segundo plano as microanálises baseadas em suas condições histórica e social, que podem revelar controvérsias e aspectos fundamentais subjacentes ao processo de disrupção. Assim, pretende-se analisar o potencial de uma específica tecnologia disruptiva no setor da biotecnologia, a partir de uma perspectiva sociológica com base nos seus fundamentos históricos. Para tanto, no item seguinte será apresentado e justificado o arcabouço metodológico.

Em função da natureza do problema outrora apresentado, realizou-se uma pesquisa do tipo descritiva e com um viés histórico, com abordagem predominantemente qualitativa. A inserção da perspectiva histórica na área da administração é constituída por múltiplos posicionamentos epistemológicos, contribuindo para o avanço da área, ao promover a geração de novas abordagens, noções e percepções mais amplas e reflexivas com relação aos objetos de estudo, inclusive no Brasil (COOKE, 1999; BOOTH; ROWLINSON, 2006; ÜSDIKEN; KIESER, 2004; VIZEU, 2010; BARROS; CARRIERI, 2015).

Considerando o objeto deste estudo, enfatiza-se que a historiografia de um processo tecnológico possibilita que sejam visualizados aspectos-chave para o seu entendimento e compreensão (ROSENBERG, 2006). Como afirma o autor: "A tecnologia deve ser entendida como um processo social. A história das invenções não é, decididamente, a história dos inventores", pelo contrário, o progresso tecnológico é o resultado de complexas relações entre fatores e agentes influenciadores desse processo, sejam institucionais, econômicos ou tecnológicos (ROSENBERG, 2006, p. 87).

Jones e Zeitlin (2007) também discutiram sobre o uso da pesquisa histórica na área dos negócios, enfatizando a importância do entendimento das mudanças no decorrer do tempo e iluminando não apenas a evolução dos sistemas administrativos, mas também as suas interações com seus contextos político, econômico e social.

Defende-se, portanto, a utilização da abordagem histórica para o presente estudo, uma vez que essa perspectiva pode contribuir para ampliar a compreensão de processos tecnológicos na área da C&T ao considerar as interações culturais e históricas entre organizações, redes industriais e setores econômicos (GODIN, 2006; HOHLM; ARAÚJO, 2011; IPIRANGA; MATOS, 2014).

Além da perspectiva histórica, seguindo orientações de Alvesson e Sandberg (2011), foram considerados os seguintes procedimentos para a consecução metodológica: no primeiro momento foi identificado um domínio da literatura desenvolvida na área da C&T no contexto da administração, com base em uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema. Nessa revisão, foram selecionados autores que abordaram o tema específico das tecnologias disruptivas, inclusive e a partir da perspectiva histórica enquanto método.

Em um segundo momento, foi escolhida uma disciplina – a biotecnologia – e uma situação – laboratórios científicos no Brasil – ligadas à Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO, 2013). Entre esses laboratórios se destacou o Laboratório de P&D de Bioquímica Humana que atualmente desenvolve a biotecnologia sob estudo denominada "Desenvolvimento de vacinas utilizando um sistema vegetal como biofábrica".

Como apontado por Croce (2004), uma narrativa só se torna histórica a partir da exposição crítica de documentos. Para a presente investigação, o *corpus* histórico documental foi composto por diferentes materiais, envolvendo o levantamento da documentação indireta e direta em uma base de dados de arquivos heterogêneos. Durante o período de 11 meses (março de 2012 a janeiro de 2013), foram ainda realizados procedimentos observacionais dentro do laboratório de P&D, assim como participações nas reuniões para definição do escopo da proteção da biotecnologia. Os registros desses momentos da pesquisa foram realizados em forma de anotações no diário de campo. Como sugerido por Spradley (1980, p. 69-72), foram realizadas notas nas formas de relatos condensados, relatos ampliados das impressões das entrevistas, protocolos sobre o trabalho de campo, notas sobre análises e interpretações imediatamente após o contato com o campo. Consideram-se ainda os seguintes documentos que fundamentaram a análise: relatórios de pesquisa, equipamentos, materiais e cadernos do laboratório de P&D, informações tecnológicas em boletins especializados, patentes e documentos institucionais da base de dados da Renorbio e da *spin-off* – Greenbean.

Em um segundo momento, como complemento à composição desse arquivo histórico documental, foi realizado um mapeamento das tecnologias no contexto mundial voltadas à área de vacinas por meio dos *softwares online* Questel Orbit e Silobreaker.

Segundo Barros (2014b), as mudanças provocadas pela *web* e pelas tecnologias de informação, como os aumentos da capacidade de armazenamento, da difusão de registros e da redução de custos, ocasionaram transformações na pesquisa com fontes históricas. As relações existentes na construção e na preservação de arquivos se alteram, permitindo-se novas formas de ver o que se considera pesquisa (GILL; ELDER, 2012). A utilização de arquivos de internet na pesquisa permitiu a elaboração de reflexões mais amplas sobre o objeto em estudo, possibilitando a caracterização de possíveis tendências disruptivas, bem como de suas dinâmicas sociais e econômicas.

Nesse sentido, e considerando a ideia de “laboratório extenso” (CALLON, 1989), foram ainda rastreadas as relações existentes entre os atores e instituições externas ao laboratório sob estudo, compondo assim um painel de atores-chave. Dessa forma, um conjunto de entrevistas em profundidade em diferentes momentos da pesquisa e com diferentes atores foi realizado, entre estes: a cientista-coordenadora do laboratório de P&D e a sua assistente de pesquisa. Enquanto instituições adjacentes e externas ao laboratório, foram envolvidas na pesquisa a Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará – Redenit/CE, sobretudo nas questões relacionadas ao processo de proteção e comercialização de tecnologias, e, assim, entrevistou-se o coordenador da Redenit. Foi também entrevistada a representante comercial da Greenbean, a *spin-off* ligada ao laboratório de P&D sob estudo e integrante da Renorbio. As entrevistas foram autorizadas para gravação, sendo posteriormente transcritas para a constituição e análise dos relatos e enredos.

O método histórico é um método narrativo que trata de uma dimensão mais subjetiva da realidade social (COOKE, 1999), cujo procedimento de análise se baseia em relatos e enredos que devem ser construídos com base nos objetivos da pesquisa e observando uma periodização no tempo. Nesse sentido, o *corpus* construído na pesquisa empírica foi analisado mediante o confronto com a base teórica relacionada aos construtos das três dimensões envolvidas no processo de ruptura. Assim, tais construtos foram identificados com base na codificação aberta (COFFEY; ATKINSON, 1996), após diversas leituras e revisões do material empírico organizado.

A apresentação dos resultados e discussões foi organizada na forma de relatos, observando-se as passagens históricas no período de tempo relacionado aos anos de 2004 – 2014, estando esse período caracterizado da seguinte forma: i) 2004–2010 – busca de soluções para o problema de saúde pública da dengue; ii) 2005–2012 – processo de patenteamento da biotecnologia; iii) 2010–2014 – criação da *spin-off* Greenbean e de sua rede de atores.

Contextualização da biotecnologia sob estudo

A biotecnologia, objeto desta pesquisa, delimita-se no contexto multidisciplinar da Imunologia, Biologia Molecular e Biotecnologia e foi desenvolvida no Laboratório de P&D de Bioquímica Humana integrante da Renorbio. A biotecnologia desenvolvida pela cientista bioquímica – coordenadora do laboratório de P&D – tem por finalidade a criação de vacina vegetal contra o vírus da dengue, produzida com proteínas recombinantes em modelo procarionte para os quatro sorotipos do vírus dengue, utilizando plantas como biofábricas de produção dessas proteínas. No processo de patenteamento, a tecnologia recebeu o título “Processo de produção de proteínas do vírus da dengue em plantas, e uso de proteínas na preparação de vacina contra a dengue” (GUEDES et al., 2011).

A biotecnologia estudada visa à preparação de vacinas contra a dengue, com a produção de proteínas do vírus da dengue utilizando sistemas vegetais como biofábrica. O uso de sistemas vegetais para a produção de vacinas tem se mostrado uma alternativa atrativa aos sistemas de produção tradicionais (GHARELO et al., 2016).

Os vírus da dengue (DEN) pertencem à família *Flaviviridae*, gênero *Flavivirus*, e ocorrem de quatro sorotipos antigenicamente relacionados, mas distintos entre si, DEN – 1, 2, 3, 4. Dentre as proteínas expressas pelo vírus dengue, a existente no envelope (E) é a única que provê anticorpos neutralizadores, ou seja, é o principal imunógeno para a neutralização do vírus, sendo também a única que permite a entrada

do vírus na célula do hospedeiro. Por essas razões, a proteína E tem sido extensamente estudada na área de biotecnologia (GUEDES et al., 2011).

Na tecnologia, conforme relatado pela cientista, a proteína E é obtida das folhas da *Vigna Unguiculata L* (feijão-de-corda), utilizadas como imunógenos protetores contra a dengue. Assim, para a obtenção dessas proteínas, foram utilizadas técnicas de biologia molecular nos vírus dengue e CPMV (*Cowpea Mosaic Virus*) – genoma do vírus da planta (mosaico *Caupi*), que apresenta altas taxas de desenvolvimento em seu hospedeiro natural.

Ao ser realizado o estudo histórico e prospectivo de vacinas contra a dengue mediante o *software* Questel Orbit, verificou-se que o uso de sistemas vegetais como biofábrica se mostra como uma técnica promissora ao proporcionar custo barato, simplicidade no processo de produção, produção em alta escala, além de ser uma técnica biologicamente segura (Notas de campo, pesquisa histórica e prospectiva no mercado de vacinas com o *software online* Questel Orbit). Nesse sentido, a tecnologia em estudo permite a inserção das sequências de DNA do vírus dengue para a produção de proteína do envelope do vírus dengue (proteína E), sem a necessidade de obtenção ou uso de plantas transgênicas.

Assim, a biotecnologia sob estudo visa, por meio do sequenciamento genético, isolar e clonar do fragmento referente ao domínio III da proteína E do vírus dengue peptídeos que foram inseridos no DNA do vírus do mosaico do caupi (CPMV) e inoculados em folhas de *Vigna Unguiculata* (feijão-de-corda), sete dias após a germinação. A planta é então mantida em casas de vegetação por aproximadamente 21 dias, até o surgimento dos sintomas característicos do vírus CPMV e, posteriormente, são extraídos peptídeos derivados da proteína E com características imunogênicas (Notas de campo, processo de fabricação, baseadas nas anotações dos cadernos de laboratório).

De acordo com a cientista-coordenadora responsável pelo desenvolvimento da biotecnologia, os resultados obtidos até o momento mostram que, em virtude dos altos títulos de anticorpos induzidos pelas proteínas recombinantes produzidas em plantas (proteína E), a proposta é viável e poderá abrir perspectivas para a produção de uma vacina eficaz e de baixo custo contra a dengue (Notas de campo e pesquisa documental).

Uma história da biotecnologia “Desenvolvimento de vacinas utilizando um sistema vegetal como biofábrica”: caracterizando a disrupção?

Conforme Clark e Rowlinson (2004), os estudos históricos são, em geral, cronológicos, apresentando um conjunto de narrativas organizadas em períodos distintos e tendo como base os objetivos do estudo. Para este estudo foi estabelecido o período de tempo entre os anos de 2004, marcando o início das atividades de P&D e processos de patenteamento relacionados à biotecnologia sob estudo, e o ano de 2014, momento em que se iniciam os preparativos para a organização da *spin-off* Greenbean e de sua rede de atores. Nesse período de 10 anos, entre 2004 e 2014, foram construídos os relatos e enredos que não necessariamente se seguem, mas, ao contrário, se sobrepõem e se confundem entre três períodos de tempo assim caracterizados: i) 2004–2010 – busca de soluções para o problema de saúde pública da dengue; ii) 2005–2012 – processo de patenteamento da biotecnologia sob estudo; iii) 2010–2014 – criação da *spin-off* Greenbean e de sua rede de atores.

Considerando as motivações que impulsionaram o desenvolvimento da biotecnologia sob estudo na busca de uma solução para o problema da dengue, constatou-se dos relatos da cientista que os exames clínicos comumente realizados (hematócrito e contagem de plaquetas) fornecem informações úteis, mas não comprovam o diagnóstico de dengue, pois a alteração das taxas sanguíneas pode estar atrelada a outras infecções (VARELLA, 2012). De acordo com as notas tomadas durante a pesquisa de campo, entendeu-se que o diagnóstico inicial da dengue ainda é probabilístico, partindo-se do exame físico do paciente e de seu histórico, bem como da exclusão

de outras doenças, como a doença meningocócica (meningite ou meningococemia) ou a leptospirose. Além disso, terapêuticas específicas para o tratamento da dengue ainda não estão disponíveis e o único meio de prevenir a doença até o momento é controlar o vetor (SCHMITZ et al., 2011).

Nesse sentido, a cientista-coordenadora do laboratório de P&D verificou uma lacuna no conhecimento relativa à necessidade de um diagnóstico precoce da dengue:

[...] nossas pesquisas são direcionadas para resolver o problema do diagnóstico precoce da dengue [...] é muito triste você ver as pessoas morrerem de dengue [...] por que ainda não conseguiram diagnosticar eficazmente a dengue? Então eu intuir que o campo de pesquisa da dengue era muito árido e que existia uma lacuna com relação ao desenvolvimento de pesquisa. O que eu percebi nesse momento é que a pesquisa da dengue era voltada para a clínica [...] e o Brasil não estava fazendo nada contra a dengue da maneira como eu via o problema. Então eu comecei experimentos para a produção de anticorpos para desenvolver uma técnica sorológica (Informação verbal).

De acordo com as informações conseguidas na pesquisa documental e confirmadas nas entrevistas, os primeiros projetos voltados ao estudo da dengue se iniciaram no ano de 2004 no Laboratório de P&D de Bioquímica Humana da UECE/Renorbio, quando a cientista, com base em seus conhecimentos nas áreas de Virologia, Imunologia e Biotecnologia, começou a refletir sobre como poderia desenvolver uma tecnologia, tipo vacina, que solucionasse o problema de saúde pública da dengue. No entanto, o laboratório carecia de recursos, assim, a cientista submeteu projetos para fundos de subvenção, além de conseguir parcerias com institutos e pesquisadores nacionais e internacionais (Notas de campo, pesquisa documental).

A impossibilidade de se fabricar vacina usando os métodos tradicionais decorre do fato de que a doença da dengue se manifesta em quatro sorotipos parecidos, porém diferentes (SCHMITZ, et al., 2011). Esse foi um dos problemas que impulsionou a cientista-coordenadora a refletir diferentemente sobre o problema da dengue: "Nessa época, eu pensei nessa ideia de fazer vacina usando vírus da planta, porque eu concluí através de estudos realizados em virologia e em imunologia que era praticamente impossível produzir vacina usando os métodos tradicionais" (Informação verbal).

Apesar de não se configurar o critério de novidade absoluta, tendo em vista já existir no mercado tecnologia semelhante de produção de vacinas utilizando sistemas vegetais (GHARELO, et al., 2016), ainda não havia vacinas produzidas com vegetais especificamente contra a dengue (Notas de campo, pesquisa prospectiva com o Questel Orbit).

Esses episódios históricos evidenciam que a tecnologia em estudo apresenta uma potencialidade viável, caracterizando um processo vantajoso de produção de vacina contra a dengue. Além disso, conforme relatado nos cadernos de campo, frente ao estado atual da técnica, a tecnologia da produção de vacinas utilizando sistemas vegetais oferece como diferenciais a diminuição considerável dos custos, a simplicidade na produção, a possível produção em alta escala, a redução de reações alérgicas típicas das vacinas desenvolvidas por meio dos métodos tradicionais, como, por exemplo, aquelas que utilizam organismos vivos e vírus atenuados e, por fim, a segurança biológica. Essas potencialidades identificadas na biotecnologia sob estudo se adéquam, portanto, ao conceito proposto por Christensen, Grossman e Hwang (2009) acerca das características das tecnologias disruptivas. Sobre o diferencial da vacina desenvolvida, a cientista-coordenadora relata:

[...] Com a produção de vírus de planta é possível desenvolver uma vacina pra dengue via oral, sem adjuvante por uma via natural, não é agressiva, por ser uma vacina fitoterápica produzida em planta. Ela não tem efeito colateral, não tem proteínas tóxicas, quer seja na folha de feijão, quer seja na folha de boldo. É uma vacina que usa uma tecnologia simples, mas, altamente avançada, então por que não apostar nessa vacina? (Informação verbal).

Por ser produzida utilizando um sistema vegetal como biofábrica, a referida vacina possui um alto grau de pureza, diminuindo os custos de produção (GHARELO et al., 2016). Ainda, por ser uma tecnologia limpa, a pesquisa foi reconhecida como

uma das cem tecnologias de destaque para a criação de uma economia verde no século 21 pelo *Bright green book – Livro verde do século 21* (BRIGHT, 2013). De acordo com a cientista, uma única planta (*Vigna Unguiculata*) pode gerar inúmeras doses de vacina, além disso, seu custo de produção é aproximadamente 75% mais barato do que o preço do principal concorrente, isso considerando o valor de produção da proteína necessária para a vacina contra a dengue. Nesse sentido, infere-se sobre as possibilidades para a formulação e o fomento de políticas públicas na área da saúde voltadas para a prevenção da dengue, haja vista os altos gastos governamentais com o tratamento da doença. No ano de 2013, o Brasil gastou R\$ 2 bilhões com a doença, e sofreu o maior surto com aproximadamente dois milhões de casos notificados (BRASIL, 2016).

A partir desse intervalo de tempo, coincidindo com o patenteamento da biotecnologia sob estudo em 2011, a análise dos relatos e dos documentos históricos evidenciaram que o investimento nessa biotecnologia de produção de vacinas utilizando sistemas vegetais articula construtos importantes que se deslocam entre a primeira dimensão – capacitador tecnológico (tecnologia sofisticada que tem por intuito simplificar), uma vez que se inferem potencialidades economicamente viáveis, simples, sustentáveis, que possam vir a proporcionar maior acessibilidade à saúde ao contribuir para uma medicina de precisão no caso da dengue (CHRISTENSEN; GROSSMAN; HWANG, 2009).

Em um segundo momento da pesquisa, e considerando os procedimentos de codificação aberta (COFFEY; ATKINSON, 1996) realizados nos documentos que compuseram o *corpus* histórico, algumas passagens foram evidenciadas, envolvendo o período de tempo entre os anos de 2011 e 2014 e caracterizando os processos de negociação do patenteamento da biotecnologia, da criação da *spin-off* Greenbean e das tentativas de organizar uma rede de atores.

Após o depósito do pedido de patente em 2011, processo que permite a definição da invenção e negociação da identidade tecnológica da biotecnologia, houve grande repercussão na imprensa, despertando o interesse da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A Fiocruz, que, à época, estava prestes a fechar uma parceria de seis bilhões de reais com uma instituição de pesquisa de Israel (Franhauber – Chemical Process Software) para o desenvolvimento de uma vacina contra a dengue, entrou em contato com a cientista, visando melhor conhecer a biotecnologia sob estudo. Diante disso e durante esse período, acompanhou-se a negociação com a Fiocruz sobre as questões relacionadas à realização dos testes clínicos e comercialização da biotecnologia, haja vista essa instituição possuir uma importante infraestrutura para esses fins (Notas de campo).

Considerando o caráter tácito e o longo prazo de maturidade dos projetos em biotecnologia (HARPUM, 2010), nota-se aqui uma questão relacionada ao maior obstáculo a ser vencido, qual seja, a implementação de ferramentas eficazes de gestão que auxiliem o lançamento da P&D no mercado. Verificou-se das entrevistas com a cientista e com o coordenador da Redenit que, para a comercialização da biotecnologia, tornou-se importante a constituição de uma rede com a busca de novas alianças institucionais, com o intuito de facilitar a realização dos testes clínicos, tendo em vista a comercialização da biotecnologia.

Esses eventos acerca da ampliação da rede com a entrada de novos atores, como a Redenit, a Fiocruz e outros possíveis mercados na arena das negociações, coadunam com alguns dos construtos que caracterizam a segunda dimensão de ruptura elencada pelos autores que versam sobre inovação do modelo de gestão. Para Christensen (2012), após a identificação de um capacitador tecnológico, é necessário que seja elaborada uma estratégia adequada para a sua comercialização, voltando-se assim os esforços para a análise do contexto organizacional. Nesse ponto, avalia-se o modelo de gestão mais estratégico, entre os quais o autor cita a criação de uma nova organização (CHRISTENSEN, 2012).

Contudo, os relatos evidenciaram alguns desafios e dificuldades, pois, até o final desta pesquisa em 2014, e corroborando os construtos acerca da segunda dimensão dos processos disruptivos relacionada ao modelo de gestão (CHRISTENSEN, 2012),

as negociações com a Fiocruz ainda estavam em processo, sobretudo em relação à necessidade da realização dos testes clínicos, sendo esta uma das exigências mais dispendiosas para que uma nova tecnologia consiga chegar ao atual estágio da vacina sob estudo (Entrevistas com o coordenador da Redenit).

Infere-se, portanto, que o laboratório de P&D da Renorbio ainda não reuniu alianças estratégicas – científicas, econômicas e políticas – suficientes para a concretização dos testes clínicos e, conseqüentemente, concretizar a produção da vacina em escala comercial.

No entanto, no último período de tempo em análise entre os anos de 2010–2014, observou-se dos enredos que esforços estão sendo envidados para a ampliação da rede, com o envolvimento de novas instituições, como o Governo do estado, visando à reforma do laboratório de P&D da Renorbio, sendo essa uma das condições para a ativação da participação da Fiocruz e, conseqüentemente, inovar no modelo de gestão então vigente (CHRISTENSEN, 2012).

Apesar dos desafios, relata-se que as negociações envolvendo a cientista em parceria com a Redenit/CE resultaram no desenvolvimento de diferentes estratégias para a comercialização de kits de biotecnologia diferenciados, possibilitando a exploração de novas oportunidades de negócio. Assim, foi discutida a criação de uma *spin-off* – a Greenbean – com o objetivo de gerar condições futuras, bem como para a facilitação de que outros procedimentos em biotecnologia, desenvolvidos pelo laboratório de P&D da Renorbio, cheguem ao mercado, diminuindo o *gap* entre a pesquisa desenvolvida nos institutos científicos e sua aplicação nos setores produtivos. Enfim, no ano de 2013 foi definitivamente criada uma nova empresa do tipo *spin-off*, a Greenbean, instalada na incubadora de empresas da UECE, atuando nas áreas de biotecnologia, imunologia, microbiologia, bioquímica e biologia molecular. A Greenbean possui tecnologia para a produção de proteínas transientes recombinantes para o desenvolvimento de kits de diagnósticos, bem como desenvolve alimentos funcionais para atender aos mercados humano e animal (GREENBEAN, 2013).

Atualmente, a Greenbean é uma *spin-off* registrada, funcionando na incubadora da UECE, com atuação experimental e sendo preparada estrategicamente para uma futura produção em escala comercial. Para isso, estão sendo articuladas novas parcerias na ampliação dessa rede emergente com instituições de fomento e outros investidores do setor para garantir o aporte financeiro (Relatos da representante comercial da Greenbean).

Conforme anteriormente discutido, constata-se que as estratégias de formação e ampliação dessa rede institucional de suporte ao desenvolvimento, com o intuito de comercialização da biotecnologia, continuam sendo articuladas, alinhando-se à proposta de Christensen (1997) no que se refere à dimensão da inovação no modelo de gestão, ante uma tecnologia potencialmente disruptiva. Além disso, esses relatos relacionados com a criação da Greenbean e a entrada de novos atores estão de acordo com a compreensão dos processos tecnológicos enquanto processos sociais, resultantes de complexas redes de relações entre diferentes agentes influenciadores, sejam institucionais, econômicos ou tecnológicos (RABINOW, 2002; GODIN, 2008; IPIRANGA, 2010; HOHOLM; ARAÚJO, 2011).

Esses relatos se coadunam com as colocações de Christensen (2012), quando enfatiza que as empresas pequenas e independentes (tipo as *spin-offs*) seriam apropriadas quando se confronta com uma tecnologia disruptiva, uma vez que possuem uma forma de organização especialmente dedicada a uma futura adaptação à rede de valor que poderá emergir. Além de Christensen (1997), a criação da *spin-off* Greenbean vem ao encontro das discussões colocadas por Rose (2012), ao fazer referência à “economia da vitalidade”, evidenciando que os atores anteriores, como as grandes corporações farmacêuticas, transformaram-se como resultado de suas relações com a ciência, surgindo nesse processo novos atores, como as empresas emergentes tipo *spin-off* de biotecnologia.

Por outro lado e apesar dessas colocações, no que se refere à terceira dimensão disruptiva elencada por Christensen, Grossman e Hwang (2009) – novo sistema de valor

comercial –, e com base nos relatos prospectivos (SILOBREAKER, 2013), verificou-se que o sistema comercial da área de vacinas é constituído por grandes empresas farmacêuticas que formam uma estrutura oligopólica de alto nível de competição e concorrência, com gastos de P&D e volume de vendas na cifra de bilhões de dólares anuais. Atualmente, as seis principais empresas que dominam mundialmente o setor são: Novartis, Sanofi Pasteur, Merck, Roche, Sandoz, Lilly e Glaxo (GREENBEAN, 2013).

No caso da dengue, as tentativas de produção estão espalhadas pelo mundo, envolvendo iniciativas das instituições de saúde, da gigante farmacêutica Sanofi Pasteur AS, bem como de P&D no Brasil, Estados Unidos, Japão, Índia, Tailândia e Filipinas (SILOBREAKER, 2013). Acontece que muitas dessas tentativas de produção de vacinas partem do vírus atenuado, estando em fase de testes, com a ocorrência de testes fracassados e efeitos colaterais, como mostrado no artigo do *Medical News Today* (EARLY-STAGE, 2013).

Portanto, no panorama nacional e internacional, há a distribuição de vacinas mais tradicionais de baixo custo, e as modernas com um custo mais elevado, sendo, portanto, mais restritas. De acordo com a representante comercial da Greenbean, “a capacidade competitiva dos produtores nacionais se mostra baixa, em comparação com os competidores internacionais”. Esses relatos indicam a ausência de evidências dos construtos relacionados à dimensão sistema de valor comercial, obstando a realização disruptiva da tecnologia sob estudo em todo o seu potencial.

Essa última dimensão consiste na organização de uma cadeia de valor vinculada aos modelos de gestão existentes e/ou emergentes. Os relatos descrevem as dificuldades de negociações com as grandes e mesmo pequenas corporações do setor farmacêutico, corroborando que o ponto mais difícil é conseguir mover os atores líderes, alterando a configuração do sistema comercial então vigente (CHRISTENSEN, 2012).

Enfim, os relatos e enredos históricos produzidos no decorrer desse período de tempo, 2004–2014, acerca da biotecnologia sob estudo indicam que essa tecnologia reúne características que enfatizam, sobretudo, os construtos disruptivos da dimensão capacitador tecnológico. Por outro lado, observou-se ainda do estudo histórico que algumas características do desenvolvimento da biotecnologia transitam entre alguns construtos da dimensão disruptiva inovação do modelo de gestão, ao oferecer potenciais soluções que podem vir a caracterizar disponibilidade e acessibilidade, sobretudo com a criação de uma nova empresa do tipo *spin-off* e pela ampliação de uma rede reunindo diferentes atores, proporcionando um valor (*the value proposition*) em termos de produtos e serviços (CHRISTENSEN, 2012; DECLEYN; BRAET, 2009; KIM; MAUBORGNE, 2005).

Contudo, considera-se que os construtos principais que compõem a dimensão inovação do modelo de gestão são ainda limitantes para a realização de uma disrupção em todo o seu potencial, uma vez que não foi evidenciada uma ampla alocação de recursos (*resources*) e dos processos organizacionais (*processes*) para a organização de uma significativa rede de valor, envolvendo diferentes atores, materiais, instalações, aportes financeiros e estrutura de custos (*profit formula*), produtos, equipamentos, treinamentos, padrões, que identificasse essa potencialidade disruptiva em sua plenitude (CHRISTENSEN; GROSSMAN; HWANG, 2009).

Conclusão

Esta pesquisa buscou assinalar como profícuo o uso dos pressupostos metodológicos da análise histórica no que se refere ao estudo do potencial disruptivo de tecnologias, tendo como intuito responder à questão: qual o potencial disruptivo da biotecnologia “Desenvolvimento de vacinas utilizando um sistema vegetal como biofábrica”? Essa biotecnologia foi produzida no Laboratório de P&D de Bioquímica Humana da Universidade Estadual do Ceará, integrado à Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio).

Para Christensen, Grossman e Hwang (2009), o processo de disrupção é constituído por três dimensões principais que possibilitam que problemas fundamentais

de um setor sejam tratados a menores escala, custo e capacidade humana do que o comumente exigido: *capacitador tecnológico*, *modelo de gestão* e *sistema de valor comercial*. Nessa linha, investigou-se a história do potencial disruptivo da biotecnologia, tendo como base as evidências dos construtos que caracterizam essas dimensões.

Utilizando a história enquanto método, os relatos e enredos construídos consideraram o período de 10 anos, envolvendo os anos de 2004 a 2014, transitando entre três períodos de tempo assim caracterizados: i) 2004–2010 – busca de soluções para o problema de saúde pública da dengue; ii) 2005–2012 – processos de patenteamento da biotecnologia sob estudo; iii) 2010–2014 – criação da *spin-off* Greenbean e de sua rede de atores.

Como resultados, e considerando os construtos básicos que fundamentam as tecnologias disruptivas, argumenta-se que a biotecnologia sob estudo justifica a sua potencialidade de disrupção ao articular os construtos relacionados à dimensão do *capacitador tecnológico*.

Diferentes e diversos episódios históricos confirmaram essa evidência quando enfatizaram as características da biotecnologia em estudo ao utilizar um sistema vegetal como biofábrica. Esse tipo de tecnologia da produção de vacinas utilizando sistemas vegetais oferece como diferenciais a diminuição considerável dos custos, a simplicidade na produção, a possível produção em alta escala e a segurança biológica com a redução de reações alérgicas (GHARELO et al., 2016). Concluiu-se, portanto, que essas potencialidades identificadas na biotecnologia se adéquam ao conceito proposto por Christensen, Grossman e Hwang (2009) acerca das características das tecnologias disruptivas e, em particular, aos construtos relativos à primeira dimensão do capacitador tecnológico.

Por outro lado, observou-se que alguns fragmentos dos relatos históricos da biotecnologia transitaram entre os construtos da dimensão disruptiva *inovação do modelo de gestão*, sobretudo após a criação de uma nova empresa do tipo *spin-off* – a Greenbean – que possibilitou o desenvolvimento de diferentes estratégias para a comercialização de kits de biotecnologia diferenciados e a exploração de novas oportunidades de negócio.

Contudo, considerou-se que esses construtos evidenciados na pesquisa que compõem a dimensão *inovação do modelo de gestão* são limitantes. Os fragmentos relacionados a essas lacunas foram evidenciados na análise dos processos de criação de uma rede, envolvendo diferentes atores, além da Redenit e da Fiocruz, que visavam a realização dos testes clínicos da biotecnologia. Nesse ponto, refletiu-se sobre a necessidade de ampliação e consolidação dessa rede de relações entre atores e agentes influenciadores, sejam institucionais, econômicos ou tecnológicos. Inferiu-se que essas ações possibilitariam que a Greenbean ultrapassasse a sua atuação experimental e concretizasse a produção escalar da biotecnologia, diminuindo, conseqüentemente, o *gap* entre a pesquisa desenvolvida nos institutos científicos de P&D e a sua aplicação nos setores produtivos.

Por fim, observou-se da análise histórica a ausência de evidências dos construtos relacionados à dimensão *sistema de valor comercial*, obstando a realização de uma ruptura em todo o seu potencial. Essas evidências indicaram os grandes desafios em organizar uma cadeia de valor, envolvendo as pequenas e grandes corporações do setor farmacêutico, no sentido de alterar a configuração do sistema comercial então vigente.

Como contribuição deste estudo, releva-se a discussão teórica e metodológica acerca dos processos tecnológicos disruptivos com a utilização da abordagem histórica enquanto método. Enfatiza-se, portanto, a relevância do uso da abordagem histórica no estudo de práticas científicas, ao iluminar os entrecruzados caminhos entre a “versão oficial” da história escrita nos variados tipos de documentos tecnológicos, a versão “não oficial” relatada pelos atores envolvidos e as “histórias” acerca da utilização efetiva das tecnologias. Conforme evidenciado, os relatos contidos nos relatórios “oficiais” que são elaborados de objetos tecnológicos (tipo as patentes, por exemplo) têm petrificado o processo da ciência e tornaram-se armas nos arsenais da indústria baseada na ciência (BOWKER, 1992). Nesse sentido, os estudos históricos

que focalizam os caminhos tortuosos que esses atores e objetos perfizeram, tornam-se fundamentais na produção e socialização desse conhecimento embutido nas práticas e tecnologias produzidas nos laboratórios científicos de redes acadêmicas e/ou nos departamentos de P&D de empresas.

Acentua-se ainda que a inserção da perspectiva histórica na administração contribui para o avanço da área, uma vez que promove maior reflexividade na geração interdisciplinar de novas abordagens e novos olhares, relacionados a diferentes objetos de estudo, entre os quais as práticas científicas e os processos tecnológicos e de inovação.

Sobre tudo o que se expôs, espera-se que novas pesquisas possam aprofundar a análise realizada nesta investigação, utilizando, por exemplo, a abordagem da teoria ator-rede (TAR) (*actor network theory* – ANT) para o estudo da *spin-off* e do organizar da sua rede sociotécnica, focalizando os obstáculos e desafios das translações de uma tecnologia até a sua comercialização no mercado, concluindo, assim, o processo de inovação.

A análise dos processos tecnológicos no setor de biotecnologia, principalmente no que se refere às inovações disruptivas em economias *latecomers*, é um tema que ainda está longe de ser esgotado. Sendo assim, esta pesquisa representa um esforço inicial de construção de uma agenda de pesquisa para esses temas, utilizando abordagens teóricas interdisciplinares com ênfase na historiografia da ciência, tecnologia & inovação (C,T&I).

Referências

- ADNER, R. When are technologies disruptive? A demand-based view of the emergence of competition. *Strategic Management Journal*, p. 667-688, 2002.
- ALVESSON, M.; SANDBERG, J. Generating research questions through problematization. *Academy of Management Review*, v. 36, n. 2, p. 247-271, 2011.
- BARNES, B.; BLOOR, D.; HENRY, J. *Scientific knowledge. A sociological analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- BARROS, A. Os arquivos e o “arquivo” (e vice-versa): temas para os estudos organizacionais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 38., 2014, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro, 2014a.
- BARROS, A. Uma narrativa sobre os cursos superiores em Administração da FACE/UFMG: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, mar. 2014b.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. *RAE*, v. 55, n. 2, p. 151-161, mar./abr. 2015.
- BOOTH, C.; ROWLINSON, M. Management and organizational history: prospects. *Management & Organizational History*, v. 1, n. 1, p. 5-30, 2006.
- BOWER, J. L.; CHRISTENSEN, C. M. Disruptive technologies: catching the wave. *Harvard Business Review*, v. 73, n. 1, p. 45-53, 1995.
- BOWKER, G. What’s in a patent? In: BIJKER, W. E.; LAW, J. *Shaping technology building society*. Studies in sociotechnical change. Massachusetts Institute of Technology, 1992. p. 53-74.
- BRASIL. Ministérios da Saúde. *Dengue*. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/dengue>>. Acesso em: 9 ago. 2016.
- BRIGHT Green Book. *Vacina contra a dengue produzida do feijão*. 2013. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/87290526/Bright-Green-Book-2011>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

- CALLON, M. *Introduction in la science et ses réseaux: genèse et circulation des faites scientifique*. Paris: La Découverte; Unesco, 1989. p. 7-33.
- CHRISTENSEN, C. M. *Dilema da inovação: quando as novas tecnologias levam empresas ao fracasso*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.
- CHRISTENSEN, C. M. *The innovator's dilemma: when new technologies cause great firms to fail*. Cambridge, MA: Harvard Business School Press, 1997.
- CHRISTENSEN, C. M.; GROSSMAN, J.; HWANG, J. *The innovator's prescription: a disruptive solution for health care*. New York: McGraw-Hill, 2009.
- CHRISTENSEN, C. M.; RAYNOR, M. E. *The innovator's solution*. Harvard: Business School Press, 2003.
- CLARK, P.; ROWLINSON, M. *Time and narrative history: chattering historical narratives*. Denver: Academy of Management Meeting; Organization and Management History Division, Aug. 2004.
- COFFEY, A.; ATKINSON, P. *Making sense of qualitative data*. London: Sage, 1996.
- COOKE, B. Writing the left out of management theory: the historiography of the management of change. *Organization*, v. 6, n. 1, p. 81-105, 1999.
- COSTA, A. S. M. da; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul./set. 2010.
- CROCE, B. História e crônica. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- DECLEYN, S.; BRAET, J. Research valorization through spin-off ventures: integration of existing concepts and typologies. *World Review of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, v. 5, n. 4, p. 325-352, 2009.
- EARLY-STAGE Trial of Nih-Developed Candidate Dengue Vaccine Shows Promise. *Medical News Today*, 25 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.medicalnewstoday.com/releases/255346.php>>. Acesso em: fev. 2014.
- FUNDAÇÃO BIOMINAS. *Estudo de empresas de biotecnologia do Brasil*. Belo Horizonte: Fundação Biominas, 2011.
- GHARELO, R. S. et al. Production of therapeutic proteins through plant tissue and cell culture. *BioSci. Biotech*, v. 5, n. 1, p. 93-104, 2016.
- GILL, F; ELDER, C. Data and archives: the internet as site and subject. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 15, n. 4, p. 271-279, July 2012.
- GODIN, B. Innovation: the history of a category. *Project on the Intellectual History of Innovation*, Working Paper, Canadá: Montreal, n. 1, 2008.
- GODIN, B. The linear model of innovation: the historical construction of an analytical framework. *Science, Technology and Human Values*, v. 31, n. 6, p. 639-667, 2006.
- GODIN, B. Writing performative history: the new 'New Atlantis'. *Social Studies of Science*, v. 28, n. 3, p. 465-483, 1998.
- GREENBEAN Biotechnology. *Apresentação institucional*. Fortaleza, 2013. 1 CDROM.
- GUEDES, M. I. F. et al. *Processo de produção de proteínas do vírus da dengue em plantas, e uso de proteínas na preparação de vacina contra a dengue*. Pedido de patente: PI 1100532-7 A2, 16 fev. 2011, 2 out. 2012.
- HARPUM, P. (Ed.) *Portfolio, program, and project management in the pharmaceutical and biotechnology industries*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

- HENDERSON, R. M.; CLARK, K. B. Architectural innovation: the reconfiguration of existing product technologies and the failure of established firms. *Administrative Science Quarterly*, v. 35, n. 1, p. 9-30, 1990.
- HITT, M. A. Empreendedorismo e inovação corporativa. In: HITT, M. A. *Administração estratégica*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. p. 520-547.
- HOHOLM, T.; ARAÚJO, L. Studying innovation processes in real-time: the promises and challenges of ethnography. *Industrial Marketing Management*, v. 40, n. 6, p. 933-939, 2011.
- IPIRANGA, A. Uma discussão sobre a cultura científica da biotecnologia: as relações da academia com a ciência industrial e o governo. *REGE – Revista de Gestão da USP*, v. 17, p. 371-385, 2010.
- IPIRANGA, A. S. R.; MATOS, L. B. S. As práticas científicas em um laboratório de biotecnologia: uma discussão sob a ótica da teoria ator rede. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 8., 2014, Gramado. *Anais...* Gramado, 2014.
- JONES, G.; ZEITLIN, J. *The Oxford handbook of business history*. UK: Oxford University Press, 2007.
- KIM, W. C.; MAUBORGNE, R. *A estratégia do oceano azul*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. *World Health Day 2014: small bite, big threat*. Disponível em: <<http://www.who.int/campaigns/world-health-day/2014/en/>>. Acesso em: set. 2013.
- RABINOW, P. *Making PCR. A story of biotechnology*. Chicago: The University Chicago Press, 2002.
- RENORBIO. Rede Nordeste de Biotecnologia. *Desenvolvido por Renorbio (2005-2010)*, 2013.
- ROSE, N. *Políticas de la vida*. Biomedicina, poder y subjetividad em el siglo XXI. La Plata: Unipe Editorial Universitaria, 2012.
- ROSENBERG, N. *Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- SCHMITZ, J. et al. Next generation dengue vaccines: a review of candidates in preclinical development. *US National Library of Medicine – National Institutes of Health*, v. 29, n. 42, p. 7276-84, 23 set. 2011. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21781998>>. Acesso em: 8 ago. 2016.
- SILOBREAKER. *Brazil dengue vaccine*. 2013. Disponível em: <<https://www.silobreaker.com/>>. Acesso em: 26 mar 2018.
- SPRADLEY, J. P. *The ethnographic interview*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.
- ÜSDIKEN, B.; KIESER, A. Introduction: history in organization studies. *Business History*, v. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.
- VARELLA, D. *Dengue: quadro clínico, diagnóstico e tratamento*. 2012. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/wiki-saude/dengue-quadro-clinico-diagnostico-e-tratamento/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *RAE (Impresso)*, v. 50, p. 36-46, 2010.

Submissão: 07/04/2016

Aprovação: 28/09/2016

CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE HISTÓRIA ORAL EM ESTUDOS SOBRE GESTÃO

Nathália de Fátima Joaquim*
Alexandre de Pádua Carrieri**

Resumo

Este artigo tem por objetivo lançar luz sobre as possibilidades de aproximação entre a história oral e outras formas de se pensar a gestão. O pano de fundo para tais reflexões são as memórias e histórias de colonos do Projeto de Irrigação Bebedouro, situado na zona rural de Petrolina, em Pernambuco. O desenvolvimento de um projeto de história oral envolve alguns passos importantes e que demandam reflexão para que possam fazer sentido para a pesquisa, mas, essencialmente, para o narrador. Diante disso, propõem-se aqui alguns pontos para fomentar tais reflexões no que tange ao momento do encontro e os cuidados que o pesquisador precisa ter na construção da pesquisa. Depois, apresenta-se uma proposta de transformação do oral em escrito, que é um momento importante em que o pesquisador precisa colocar toda a emoção, ditos e não ditos, de forma escrita, o que também demanda um esforço e constitui a substância que será analisada e devolvida ao narrador. E é nesse último momento que o narrador precisa validar se aquilo que foi transformado em escrito reflete o que foi dito. Uma pesquisa de história oral é construída por várias mãos e contribui para a reflexão sobre como a gestão se [re]constrói.

Palavras-chave: História oral. Devolução das entrevistas. [Re]encontro. Transformar oral em escrito.

CONSTRUCTION AND DEVELOPMENT OF AN ORAL HISTORY PROJECT IN MANAGEMENT STUDIES

Abstract

The purpose of this article is to shed light on how to approach oral history and other ways of thinking about management. The backdrop for these reflections are the memories and stories of settlers Bebedouro Irrigation Project, located in the countryside of Petrolina, in Pernambuco. The development of an oral history project involves some important steps that demand reflection so that they can make sense for the research, but essentially for the narrator. Therefore, we propose here some points to encourage such reflections to the terms of the meeting the time and care that the researcher needs to have at this time of the research building. Then we present a proposal for transformation of oral in writing, which is an important moment researcher needs to put all the excitement, said and unsaid, in written form, which also demands an effort and is the substance to be analyzed and returned to the narrator. And this is the last moment that the narrator needs to validate that what has turned into writing reflects what was said by him. An oral history research is built by many hands and contributes to reflection on how the management is [re]build.

Keywords: Oral history. Return of interviews. [Re]encounter. Turning oral in writing.

*Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras.
E-mail: nathalia.joaquim@dae.ufla.br

**Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do NEOS. E-mail: alexandre@face.ufmg.br

A história oral surgiu em 1947, nos Estados Unidos, e chegou ao Brasil na década de 1970 (GARNICA, 1998). Com isso, a oralidade passou a ser tida como uma fonte da história, uma vez que até então apenas os documentos eram tidos como fontes “oficiais”. Além disso, outras fontes como a fotografia, caricatura, carta, diário, e até mesmo o depoimento oral, eram/são tidos como fontes de “baixo valor histórico” (GOMES; SANTANA, 2010, p. 4). Porém, Portelli (1997a) chama a atenção para o receio da comunidade intelectual (nesse caso, a italiana) com a história oral, pois, caso a oralidade fosse tida como uma fonte da história, a escrita e, conseqüentemente, a racionalidade, poderiam perder seu posto soberano dentre as demais fontes. Embora Portelli (1997a) tenha se referido à comunidade intelectual italiana, esse fenômeno foi percebido na comunidade acadêmica como um todo, uma vez que a escrita ainda é tida como documento e, por isso, superior à oralidade.

Partindo disso, é importante pontuar que a história oral possui algumas particularidades. Por colocar no centro as fontes orais, ela também valoriza as narrativas e, com isso, os eventos se tornam secundários em relação aos significados, uma vez que as fontes orais carregam em si a subjetividade do expositor. Além disso, não há fontes orais falsas, até mesmo afirmações tidas como erradas podem estar psicologicamente certas, pois guardam em si a construção narrativa do sujeito. Isso porque a memória não é um depósito passivo de fatos, mas sim um campo em [re]construção de significações do passado a partir do tempo presente. Outro ponto a ser considerado é que a entrevista de história oral é construída por narrador e pesquisador, de modo que aquilo que é perguntado tem interferência naquilo que é [não] dito, ou seja, não há um sujeito único, mas sim uma construção múltipla sob diversos pontos de vista (PORTELLI, 1997a).

Diante de tais particularidades, Garnica (1998) afirma que a história oral é tida como um recurso para se compreender a vida social sob um olhar histórico. Porém, não há consenso se ela seria uma técnica, uma disciplina ou uma metodologia. Cabe ressaltar que esse debate não se enquadra nos objetivos deste trabalho, mas é importante pontuar que, aqueles que defendem que a história oral seria uma técnica, afirmam que ela se resume a um conjunto de procedimentos técnicos que envolvem a utilização de gravadores para a conservação do conteúdo gravado, mas não há fundamentação filosófica do ponto de vista teórico ou procedimentos que possam qualificá-la como metodologia. Por outro lado, há aqueles que consideram que a história oral traz consigo procedimentos metodológicos e conceitos próprios, constituindo-se não só como um conjunto de técnicas ou uma teoria desvinculada de suas práticas. Por fim, existem os que acreditam que ela apenas sistematiza procedimentos de execução de uma pesquisa, funcionando como um elo entre teoria e prática.

Dito isso, destaca-se que este artigo tem por objetivo lançar luz sobre a história oral e suas contribuições para o campo de estudos organizacionais. Cabe ressaltar que existem diversos manuais de história oral e muitos pesquisadores que vêm discutindo e aplicando a história oral em suas pesquisas (ALBERTI, 2004; FERREIRA; AMADO, 1996; FERREIRA; FERNANDES; ALBERTI, 2000; GARNICA, 1998; MORAES, 1994; VISCARDI; DELGADO, 2006), porém, optou-se por construir as reflexões deste artigo com base no desenvolvimento de um projeto de história oral, inspirado nas proposições de Meihy (1996, 2010) e Meihy e Holanda (2007).

Meihy (2011) afirma que a história oral não é um mero registro, algo nostálgico ou neutro, pelo contrário, trata-se de uma provocação intencional e, portanto, um ato político. Tendo por base essa essência, cabe destacar que a escolha por seguir as proposições desses autores se dá em virtude de algumas particularidades apresentadas por eles ao desenvolverem suas propostas de como conduzir uma pesquisa de história oral. Dentre tais particularidades, destaca-se aqui a exigência de um projeto de história oral que deve ser elaborado com o intuito de direcionar o pesquisador durante a condução dos encontros, o processo de transformação do oral em escrito e a necessidade de devolução social das entrevistas feitas.

Esses são pontos em que as propostas de Meihy (1996, 2010) e Meihy e Holanda (2007) diferem das propostas de outros pesquisadores que trabalham com a história oral. Ao tratar da transformação do oral em escrito, o autor aponta para os cuidados que se deve ter, pois são dois códigos de linguagem distintos. Para chegar mais próximo do que foi dito, ele sugere o processo de transcrição, no qual cabe ao pesquisador a construção de um texto ficcional que abarque tudo o que foi dito pelo narrador, mas também os não ditos, como gestos e, até mesmo, os silêncios.

Porém, o autor chama a atenção para o fato de ter que haver a validação desse texto ficcional por parte do narrador, que precisa reconhecer a sua história ali. Tal validação é o meio para que não haja uma ficcionalidade despropositada e que não tenha relação com o depoimento do narrador/emissor.

Outro ponto que merece destaque e que justifica essa escolha pelos direcionamentos de Meihy (1996, 2010) e Meihy e Holanda (2007) diz respeito à última fase proposta pelo autor para a conclusão de um projeto de história oral: a devolução social das entrevistas. Segundo Meihy (2011, p. 163), "sem destino social, coletivo, per se, o resultado das entrevistas não alça voos além de mais um documento solto. Daí a premissa justificadora do elo político intelectual: história oral quando, de quem, como e por quê", o que também faz desse tipo de projeto um discurso político.

Diante disso, o intuito deste trabalho reside no questionamento ontológico e epistemológico do pensamento dominante que rege as pesquisas na área de administração, nesse caso, o funcionalismo sociológico, que limita e deslegitima os múltiplos olhares sobre fenômenos socialmente construídos (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Ao reduzir as organizações a estruturas estáticas e passíveis de características humanas – ainda que de forma metafórica –, de forma positivista, reduz-se fenômenos sociais a leis universais, regularidade e relações de causa e efeito entre os múltiplos fenômenos que compõem o mundo social, ou seja, reduz-se toda a capacidade de reflexão a uma busca pelo *one best way*, proposto e defendido por Taylor (1990). Esse olhar dominante, além de se reproduzir no campo acadêmico, também se torna regra na prática cotidiana dos gestores nas organizações (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010). E tal reprodução acontece não só pela perpetuação da ideia de que as organizações são estáticas e compostas por padrões regulares de comportamento, mas também porque paira sobre elas a pretensa sugestão de que a gestão é a-histórica e que, portanto, deve acontecer de maneira padronizada independentemente do contexto histórico, social e político no qual se insere. Para questionar tal visão, propõe-se analisar as formas de gestão sob outro olhar, de modo a se levar em conta não só as organizações formais, mas também os cotidianos e as histórias que influenciam as práticas de gestão. Para discutir sobre tais apontamentos, serão utilizadas, como pano de fundo, as memórias e histórias de colonos do Projeto de Irrigação Bebedouro, situado na zona rural de Petrolina, em Pernambuco, no Vale do São Francisco.

Em termos de contextualização, é importante ressaltar que o Projeto de Irrigação Bebedouro, conhecido por Projeto Bebedouro, foi escolhido como lócus para o desenvolvimento deste trabalho por ser um dos primeiros projetos públicos de irrigação do Brasil e o pioneiro do Vale do São Francisco (ALBUQUERQUE; CÂNDIDO, 2011; BARROS, 2007; COÊLHO NETO, 2010; CORREIA et al., 1999; FRANCA, 2008; ORTEGA; SOBEL, 2010; POSSÍDIO, 1997). Ele foi instalado na cidade de Petrolina em 1968, porém, os estudos sobre a viabilidade de implementação desse projeto nessa região começaram em 1961. O projeto começou com apenas 130 hectares (ha), distribuídos em 16 lotes (SILVA, 2001). Atualmente, é composto por sete agrovilas¹ espalhadas por 1.060 ha (BRASIL, 1991), divididos entre, aproximadamente, 180 parcelas de terras [denominadas lotes] que tinham entre 4,5 e 14,5 hectares (VILELA, 1991), 52 quilômetros de estradas interligando essas parcelas de terras às agrovilas (ARAUJO; BRESSAN, 1992), uma adutora e canais de irrigação [principal e

¹ *Agrovilas são pequenas vilas nas quais os colonos residem; "cabia ao poder público disponibilizar a área a ser ocupada pelos colonos e empresas, equipando o local com toda infraestrutura necessária à instalação dos irrigantes nos lotes" (RAMOS, 2013, p. 71).*

secundários], que levavam água para os lotes por meio do sistema de irrigação por gravidade e áreas de sequeiro, ou seja, não irrigadas, que dependem da água da chuva para produzir.

Nesse sentido, o projeto de história oral proposto foi a [re]construção histórica das secas sofridas e da *secura* trazida pela irrigação no Vale do São Francisco, com base nas memórias e histórias vivenciadas no Projeto Bebedouro. O processo de escolha dos narradores foi construído em etapas. Para compreender as transformações pelas quais os colonos do Projeto Bebedouro passaram em sua vida e seu trabalho, foram eleitos, como narradores, os colonos pioneiros. Como o projeto iniciou-se com 16 lotes, o intuito foi encontrar os donos desses lotes. Mas para chegar até eles foi preciso utilizar o método “bola de neve” (BERNARD, 2005; GIL, 1995; GRAY; WILLIAMSON; KARP, 2007), no qual a seleção dos sujeitos é construída no decorrer do processo de pesquisa por meio de indicações dos próprios sujeitos entrevistados.

A escolha pela história oral se deu em virtude de o cotidiano ser um terreno bastante fértil para se conhecer e analisar a [re]construção das histórias, por meio das memórias e também das práticas sociais vividas no passado e no presente. Nesse sentido, aponta-se a história oral também como uma alternativa aos estudos de caso, método comumente usado nos artigos da área de estudos organizacionais e utilizado de forma até mesmo banal na área (MARIZ et al., 2005). Isso porque, com o desenvolvimento desse projeto de história oral, foi possível [re]pensar e refletir sobre os passos que o compõem e seus desdobramentos para a pesquisa, o que pode contribuir para o desenvolvimento de pesquisas na área de estudos organizacionais que tenham por objetivo aprofundar suas análises sobre determinada realidade socialmente construída e vivenciada.

História oral e os estudos organizacionais

A aproximação entre história e administração não é algo recente, porém, ela ainda não avançou de modo a contribuir com seu potencial ontológico, epistemológico e metodológico, como apontam Costa, Barros e Martins (2010). Na literatura, tanto nacional quanto internacional, a visão dominante é a de que a história deve ser utilizada em caráter complementar à administração, com o intuito de analisar trajetórias de empresas e não de pessoas.

Em âmbito internacional, Costa, Barros e Martins (2010) afirmam que um dos principais canais de discussão sobre a temática é o Management History Division (MHD), um fórum da Academy of Management. O intuito desse fórum é oportunizar a pesquisa e o debate sobre a construção de conceitos e práticas de gestão, bem como o papel histórico dos gestores. Em sentido amplo, pode-se afirmar que a história oral vem sendo dialogada sob a perspectiva do “*business history*”, porém não foram encontrados registros que tratem da história oral nas organizações. Segundo Barros e Carrieri (2015), essa é também uma vertente que vem se consolidando no Brasil, o que abre possibilidades para a construção de outros olhares na área.

No Brasil, existem muitos pesquisadores que vêm construindo suas reflexões baseados no diálogo entre administração/gestão e história. Em uma busca rápida pelo termo “história” na Scientific Periodicals Eletronic Library (SPELL), foi possível encontrar 137 trabalhos que trazem no título o referido termo. Grande parte desses trabalhos usa a história em caráter linear e cronológico, de modo a traduzir uma verdade única e como se história fosse sinônimo de passado e o presente uma repetição do passado.

Especificamente em relação à história oral, nessa mesma base de dados foram encontrados 35 registros que trazem o termo no resumo do trabalho e apenas seis registros que o contém no título, sendo que um deles refere-se a uma resenha de um livro intitulado *Getúlio, uma história oral*, e outro está diretamente relacionado à área de turismo.

Nos quatro artigos (COSTA; MACHADO; VIEIRA, 2007; FEUERSCHÜTTE; GODOI, 2008; FREITAS; TEIXEIRA, 2014; GOMES; SANTANA, 2010) que trazem a história oral no título, o que se percebe é que a maior parte dos autores afirma ter conduzido

uma pesquisa de história oral, porém, uma análise mais detida sobre a metodologia apresentada por eles demonstra algumas fragilidades. Talvez, a principal delas esteja relacionada à redução da história oral a algo passível de apreensão, de modo a “coisificá-la”, ou seja, ela ainda é objetivada como um mero método, capaz de apreender o passado por meio da objetivação da vida vivida, quando deveria ser um meio reflexivo de se perceber o processo de [des]construção da história que acontece no tempo presente, a partir das enunciações de tradições inventadas (HOBSBAWM; RANGER, 1984).

É importante observar que ainda existem muitos estudos que consideram a história como mais um elemento da pesquisa e deixam de considerar aspectos que transcendem a prerrogativa de universalismo e presentismo (VIZEU, 2010). Para Barros e Carrieri (2015), o uso [e abuso] mais comum da história nos estudos da área de administração se alicerça em uma perspectiva que considera o passado como algo a ser descoberto, que guarda em si uma verdade apreensível no confronto com fatos históricos. Tal perspectiva ainda se apoia na visão da história empresarial, que é considerada a primeira tentativa de aproximação entre administração e história (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Porém, esses autores apontam para uma reconfiguração das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na área. Para eles, vem ocorrendo um movimento na área de estudos sobre gestão de afastamento de uma visão meramente suplementar, que vê a história como algo acessório, para uma abordagem integracionista. Nessa perspectiva, reconhece-se que o passado interfere e atua no presente, e a análise histórica contribui no processo de compreensão do contexto atual.

Para tanto, a história oral é utilizada aqui para que, enquanto método ou técnica de pesquisa, possa contribuir para se [re]pensar os estudos sobre a gestão sob a ótica do sujeito, deslocando o olhar para a margem e colocando no centro das discussões as vivências dos narradores, afinal, nem a história e nem o cotidiano podem ser apreendidos, mas sim narrados e interpretados em meio a discursos. E é com base nesse contexto que se propõe o desenvolvimento do presente trabalho, com o intuito de se analisar o processo de construção de um projeto de história oral sob a ótica de Meihy (1996, 2010) e Meihy e Holanda (2007).

Para construir e desenvolver esta pesquisa e lançar reflexões sobre a história oral, foram utilizadas como base as histórias e memórias dos colonos pioneiros do Projeto Bebedouro. Parte-se da ideia de que o cotidiano (CERTEAU, 1994) pode ser um lugar de memória e que as memórias são construídas na cotidianidade. Além disso, considera-se o trabalho cotidiano e também o lugar de trabalho fontes inesgotáveis de produção de memórias. Isso por que as memórias são construídas e aperfeiçoadas pelos sujeitos em seu cotidiano; e as lembranças reconstruídas por meio das histórias por eles narradas podem dizer muito sobre essas pessoas e sobre esse espaço de interação social. Por isso, o exercício de memorização baseado nas experiências individuais é muito importante para compreender as transformações e reproduções sociais vividas e experimentadas por esses colonos. Assim, as histórias de vidas traduzidas em escolhas narrativas foram o fio condutor para esse processo de compreensão das memórias e histórias construídas no cotidiano desses sujeitos comuns (MARTINS, 2008).

Cabe ressaltar aqui que não se tem a pretensão de reduzir a história oral a um método. Ela é aqui considerada, como propõe Meihy (1996), um conjunto de técnicas e procedimentos que envolvem e envolveram a elaboração de um projeto, que foi utilizado como um norte para o planejamento e desenvolvimento da pesquisa, as entrevistas, o processo de transformar o oral em escrito e a devolução do trabalho para os entrevistados. E é na elaboração e desenvolvimento desse projeto que se centram as discussões, reflexões e análises propostas neste artigo.

Meihy (1996) afirmava que existiam três modalidades de história oral: 1) história oral de vida, na qual o entrevistado constrói uma narrativa sobre as suas experiências pessoais; 2) história oral temática, em que o narrador emite a sua opinião sobre um evento ou assunto específico e predefinido; e, 3) tradição oral que, embora implique em entrevistas com narradores vivos, se fundamenta em questões do passado

longínquo, na manutenção de mitos e tradições que são transmitidas de geração em geração. Porém, em 2010, o autor sugere uma quarta modalidade: 4) a história oral testemunhal, fundamentalmente relacionada às questões traumáticas, ou seja, os narradores são escolhidos por terem vivido [ou estar vivendo] dramas em suas vidas ou relações sociais (MEIHY, 2010).

Como o pano de fundo para a discussão aqui proposta é marcado pelo sofrimento da seca, essa última modalidade foi um dos caminhos escolhidos para arquitetar a presente pesquisa, por corroborar com Portelli (1997b, p. 15), que considera a história oral “ciência e arte do indivíduo”. Essa escolha também está arraigada ao processo de construção de um trabalho de história oral, uma vez que esta tem por base “aprofundá-los [os processos históricos], em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e memórias individuais e ainda [...] o impacto que estas tiveram na vida de cada uma”. E, nesse ponto, a história oral constitui-se como importante meio para se compreender as experiências que são vividas, narradas, memorizadas e lembradas. Afinal, como afirma Thompson (1998, p. 44), a história oral “traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”, o que dá a noção de pertencimento ao sujeito. Assim, sob a perspectiva de Santos (1998), o lugar se apresenta como um testemunho do passado e os sujeitos testemunham, com a memória, o presente construído.

Desse modo, além das entrevistas de história oral de vida, também as conversas, experiências, observações, anotações de campo, as emoções e as narrativas construídas, não somente sobre as histórias de vida, mas também sobre a história da irrigação e do Projeto Bebedouro, compõem este quadro que foi pintado com o auxílio das mãos dos colonos.

Os encontros, o lembrar e o esquecer: as teias da história oral

Como discutido até aqui, esta pesquisa está baseada nas histórias de vida. E para desenvolvê-la foi preciso construir um projeto, no qual estava prevista uma comunidade de destino, que eram os traumas causados pela seca naqueles que sobreviveram a ela. Segundo Meihy e Holanda (2007, p. 52), é “a partir de uma postura comum de um passado filtrado pelo trauma coletivo [que] se formariam uma comunidade de destino que seria matéria de registro e verificação da história oral”. Diante disso, o trauma que une os narradores são as secas periódicas, ou seja, a comunidade de destino são os sertanejos que passam [ou passaram] por essas secas. Os autores ainda afirmam que é impossível tratar a comunidade de destino como um bloco único e indivisível, por isso propõem que haja uma divisão dessa comunidade em parcelas menores, as quais eles chamam de colônias. Para eles, “a ‘colônia’² visa a organizar a condução do estudo fazendo-o viável” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 53).

Nesse sentido, a colônia de interesse neste estudo são os agricultores do Projeto Bebedouro, denominados colonos. E, por fim, as redes, que são uma subdivisão formada pelas pessoas que serão entrevistadas, por critérios específicos de pertencimento ao grupo ou por discursos conflitantes, são os colonos pioneiros (MEIHY; HOLANDA, 2007). Segmentar o grupo maior foi uma estratégia para identificar os sentidos de cada subgrupo que compõe essa comunidade, pois seria no mínimo ingênuo acreditar que todos os envolvidos têm ou tiveram as mesmas motivações para ser ou ter sido colono do Projeto Bebedouro. Porém, cabe ressaltar que, em determinados trabalhos, faz-se necessário valer-se de redes de suporte para tecer as análises, uma vez que sujeitos que não pertencem à colônia podem ser importantes para se compreender o contexto social, político e/ou econômico no qual a rede ou colônia está inserida.

² Colônia é um termo utilizado na história oral para designar um [sub]grupo que está inserido na comunidade, que é mais ampla, e é marcada por relações de gênero, classe, gerações, entre outras (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Assim, definidas a comunidade de destino, a colônia e as redes, o próximo passo foi encontrar os sujeitos da pesquisa. Então, com base nos relatos coletados, foi possível encontrar alguns pioneiros que ainda moravam no Projeto Bebedouro. E, tendo por base os critérios definidos no projeto de história oral, que foi elaborado como norte para a pesquisa, deu-se início o processo das entrevistas. Dentre os pioneiros, as entrevistas começaram com dois colonos que moravam no Bebedouro, mas eles se lembraram apenas dos que ainda moravam no projeto. Ao procurar pelo terceiro colono que também residia no local, foi possível conhecer mais alguns pioneiros, pois a esposa desse colono, no movimento de lembrança e esquecimento, conseguiu se lembrar de 12 dos 16 pioneiros, e sabia o paradeiro de quase todos eles: três ainda residiam no Projeto Bebedouro; dois moravam em Nova Descoberta³; quatro já haviam falecido; um havia se mudado para São Paulo e nunca mais tiveram notícias dele; tinha um baiano que vendeu o lote e ela não sabia por onde andava; e um que morava em Petrolina. Sobre este, não havia nenhuma informação a não ser que ele morava em uma cidade com aproximadamente 300 mil habitantes.

As memórias nem sempre trazem informações completas, mas trazem uma riqueza imensurável. Cabe ressaltar aqui que não há uma só memória, mas sim uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas (PORTELLI, 2005). E, nesse processo de lembranças e esquecimentos, alguns foram estrategicamente esquecidos e outros carinhosamente lembrados. Ao conversar com os pioneiros de quem ela se lembrou, foi possível elaborar a lista com os 16 nomes, e destes já havia sido possível entrevistar seis colonos, uma viúva e um filho que sucedeu o pai na gestão do lote, totalizando oito colonos pioneiros. Mas faltava aquele colono que morava em Petrolina. E dele só se sabia o primeiro nome e que ele era conhecido pelo diminutivo do nome. Como a vida e a pesquisa é feita de encontros, na última semana de campo, ao conversar com um funcionário da Embrapa, foi possível localizar o último colono pioneiro.

No momento do encontro, vários aspectos podem ser determinantes para o lembrar ou para o esquecer. A empatia que se estabelece entre as partes pode definir o envolvimento que o enunciador terá com suas memórias e como irá traduzi-las em histórias. O fato de a pesquisadora não fazer parte do ciclo de convivência dos entrevistados fez com que muitos deles ficassem um pouco mais ariscos e os relatos comesçassem de forma superficial. Ao perceber isso, a estratégia adotada foi deixar claro para eles o que de fato era aquela entrevista e tentar aproximá-la de uma conversa informal. Então, para cada um dos entrevistados, antes que o gravador fosse ligado, era explicado de forma clara o que era a pesquisa, qual o interesse em saber das histórias deles e como aquelas história poderiam contribuir para que mais pessoas pudessem entender o fenômeno da irrigação no Projeto Bebedouro.

Nos primeiros instantes, era preciso estabelecer um contato de confiança com o entrevistado, e esse é um ponto importante para todo o processo de entrevista. Como a maior parte [senão todos] dos entrevistados era analfabeta, a apresentação de documentos não significava muita coisa para eles. Então, a estratégia adotada foi partilhar com cada um deles histórias de vida da própria pesquisadora. E, a partir disso, houve uma construção de uma atmosfera de confiança e cumplicidade que fez com que eles se sentissem à vontade para contar as suas histórias. É claro que alguns se sentiram mais confortáveis e outros menos, mas, à medida que as entrevistas foram acontecendo, o clima de cumplicidade e proximidade foi aumentando e a riqueza das narrativas também.

A empatia que se estabelece no momento do encontro pode ser crucial para o desenvolvimento de um projeto de história oral, isso porque, como afirma Portelli (2001), a história oral é um processo dialógico que é construído tanto pelo enunciador quanto pelo pesquisador que irá interpretar e apresentar o material construído a partir do encontro. Diante disso, cabe aqui destacar que as experiências divididas

3 Vilarejo construído por trabalhadores temporários que prestavam serviços nos lotes do Projeto Bebedouro, logo que foi inaugurado. Fica localizado às margens do projeto.

nesse momento podem impactar diretamente no desenvolvimento de toda a pesquisa, pois é com base naquilo que é enunciado pelo entrevistado que o pesquisador irá ouvir, interpretar e escrever sobre as percepções e vivências do outro. Na sequência, o pesquisador precisa ter sensibilidade para transformar o oral em escrito, mas de modo a preservar o máximo possível aquilo que foi enunciado pelo narrador. Nesse sentido, na próxima seção, propõem-se algumas reflexões sobre essa importante e difícil fase de desenvolvimento do projeto de história oral.

Transformando o oral em escrito

Depois de coletadas as entrevistas, com o auxílio de um gravador, chegou o momento de transformar o oral em escrito. Mas, como afirmam Rovai e Evangelista (2010), o gravador é um recurso limitado para que se consiga captar tanta vida que é dividida e experimentada no momento do encontro, com toda a emoção que permeia a fala daquele que narra sua história e de quem a ouve. Conforme Bulgacov e Vizeu (2011), a emoção é um elemento importante a ser considerado em pesquisas em organizações, pois supera a falácia do pesquisador neutro e realista.

Diante disso, transcrever as entrevistas tal qual gravadas, palavra por palavra, não significa colocar no papel toda a experiência vivida naquele momento. Inclusive, não é uma pretensão desta pesquisa apontar para uma forma de traduzir o código oral para o código escrito preservando a essência do primeiro. Afinal, são códigos distintos e com finalidades distintas. Trata-se apenas de fomentar algumas reflexões para que se possa contribuir para o desenvolvimento da história oral enquanto um meio para se apontar para uma possibilidade de se traduzir expressões, falas e gestos em códigos da linguagem escrita.

Então, ressalta-se que aqui interessa não só a linguagem expressa por palavras, mas também aquela linguagem não textual que é possível encontrar no contexto, ou seja, no lugar de onde este discurso é proferido. Porém, embora se saiba que é preciso “transformar” em palavras o dito e também o não dito, assim como Meihy (1991), não se defende aqui que algo que foi narrado possa ser “traduzido” exatamente como aconteceu. Ao “transformar” a fala em escrita, não há como não interferir e modificar a fala do narrador. Por esse motivo, defende-se que não é possível fazer uma transcrição ou tradução do que é falado, então, para tentar manter no escrito maior proximidade com o que foi dito, propõe-se uma ampliação da transcrição tradicional, que levará em conta também os aspectos velados, não ditos e, também, a linguagem não verbal.

Para Meihy e Holanda (2007), uma forma de amenizar a dificuldade que há nessa transformação do oral para o escrito seria a transcrição. Esse termo foi tomado emprestado por Meihy (1991) do poeta Haroldo de Campos, que propõe a percepção dos silêncios, “não ditos”, interditos e lacunas que estão presentes na oralidade no momento de tradução para o código escrito. Meihy (1991) define transcrição como uma teatralização daquilo que foi dito, de modo a recriar a aura do momento da entrevista e proporcionar ao leitor as sensações provocadas pelo encontro. A ideia é que a narrativa se transforme em um novo texto, algo ficcional e legítimo aos olhos do narrador.

Como afirma Caldas (1999), a transcrição é uma ação criativa, por meio da qual se estabelece e se constrói uma relação entre sujeito e objeto, documento e pesquisador ou narrador e ouvinte, relações estas que resultam em uma ficcionalidade viva, sendo o indefinido sua condição de existência. Assim, ao transcriar uma entrevista, o pesquisador pode [e deve] suprimir o jogo de perguntas e respostas e propor um texto único, corrido e de fácil leitura. Para trazer para o texto a emoção, a atmosfera e o ritmo da fala na experiência do encontro, é preciso modificar e reordenar, permitir que determinada fala apareça [mesmo quando não dita] e remontar essa aura que permeia a narrativa de modo que o leitor também experimente essa narrativa. Afinal, como afirma Caldas (1999), o texto transcrito não é o trabalho final dos discursos, mas sim uma visão de mundo, de como a realidade é construída, compreendida e modificada. Cabe ressaltar que o texto final jamais será um reflexo da entrevista, pois ele jamais teria sido pronunciado pelo narrador. Porém, cada palavra ali escrita

precisa representar a essência da narrativa, para que cada palavra ali disposta pertença a esse narrador. Esse texto, literal e fictício, deve ser para aquele que narrou a sua história no papel, que ele mesmo escolheu e elegeu como representante daquilo que ele viveu (CALDAS, 1999).

Patai (2010) faz uma espécie de transcrição [embora não utilize o termo] em que ela propõe manter o ritmo da fala, e o resultado é uma narrativa em versos. Segundo a autora, ao transcrever suas entrevistas ela teve dificuldades em “conservar o sentido, o tom, o estilo e o sabor do original”, e para tentar contornar isso cortou, reorganizou e deu forma ao material coletado (PATAI, 2010, p. 42). Com isso, a autora acredita ser possível compreender como o narrador constrói, por meio do discurso, a imagem de si, como um personagem de si mesmo, que é o protagonista da sua história. Neste trabalho, no momento de transformar o oral em escrito, optou-se por seguir esses elementos norteadores, a fim de reconstruir histórias, emoções, sensações e ritmos que fossem legítimos aos olhos dos narradores. Para tentar alcançar tal objetivo, buscou-se fazer uma transcrição em que as falas dos narradores fossem transformadas em cordel, com o intuito de preservar a musicalidade e o ritmo do sotaque dos sertanejos. A seguir, será apresentado um pequeno trecho para que se possa discutir como tal processo foi feito.

Mais aí quando eles víro a produção da gente
Todo mundo quiria lote
Aí a SUVALE de 100 [inscritos] tirava 30
Esculhêno [quem tinha] mão de obra [na] família
Qué dizê
Um pai de família que tinha
Família grande
(Sêu Zê, colono)

A estrofe anterior foi construída com base na fala de Sêu Zê, sobre como foram feitas as seleções dos colonos depois que os pioneiros conseguiram uma boa produção nas terras do Projeto Bebedouro. Utilizou-se como inspiração o cordel para tentar preservar a musicalidade do sotaque nordestino e evitou-se a utilização de marcas de pontuação ortográfica, pois tais marcadores não aparecem na oralidade, apenas no ritmo da pronúncia. Assim, buscou-se apresentar as narrativas em estrofes cadenciadas pela própria fala do entrevistado e também pela métrica do cordel. Além disso, os não ditos ou aquilo que não foi falado aparecem entre colchetes na estrofe.

Acredita-se que, dessa forma, seja possível preservar elementos da oralidade, uma vez que pela transcrição pode-se trazer para a linguagem escrita os gestos e os não ditos vivenciados no encontro e que também compõem o discurso do narrador. Afinal, na história oral, o narrador é a essência do projeto, o que implica em um jogo de poder no qual o uso da entrevista não depende apenas do diretor do projeto, mas fundamentalmente da permissão do entrevistado sobre aquilo que ele quer que apareça ou não.

O encontro com o narrador é envolvido por outras dimensões além da fala, e tais dimensões não perpassam a fala e os gestos apenas no momento da entrevista, mas em todos os encontros posteriores. Ele abarca não só os sons compreensíveis pelo código da linguagem, mas também outros sons próprios da oralidade e também risos, gestos e olhares. Durante o encontro, Benjamin (1986, p. 220) afirma que é preciso observar e compreender “a alma, o olho e a mão [...]. Interagindo, eles definem uma prática”. A prática do encontro.

Em todos os encontros com os colonos do Projeto Bebedouro, o contexto além da fala era extremamente rico. Por mais incrível que possa parecer, a impressão que dava era a de que eles voltavam a se sentir sujeitos de sua própria história e viam que tinham algo que despertava interesse em outra pessoa. Muitas vezes eles falaram frases do tipo: “o que a senhora quer saber de um burro véio⁴ que nem eu?”;

⁴ Os termos “véio” e “véia” são utilizados no sentido de sem importância, sem valor. Pelo teor das narrativas, o termo era usado porque eles se sentiam colonos véios, porque ninguém nunca havia estado lá para ouvir as histórias deles.

“mas porque você interessou pela história da gente? Ninguém vem aqui saber o que a gente pensa não... Eles nem sabe o que a gente pensa!”; “Eu não tenho nada de interessante pra falar não... Minha vida é esse lote véio”; “Gente nova não gosta de ouvi os mais véio não, mas a senhora é diferente”.

Durante a realização das entrevistas, foi possível perceber que os narradores que contaram suas histórias traziam em suas falas marcas e cicatrizes que eram traduzidas em gestos, silêncios e, por vezes, lágrimas. Ao ouvi-los, foi possível observar que falar sobre essas histórias era algo importante para eles, mas para muitos era uma experiência inédita. Pelas falas de muitos deles, nem mesmo os filhos ou os netos já haviam parado para ouvir o que tinham para contar. Quando perceberam que aquilo que eles falavam era importante para outra pessoa, isso fez com que eles se orgulhassem de suas histórias de sofrimento, superação e resiliência. Ao final de cada encontro, eles eram avisados de que no futuro haveria um momento em que eles teriam um retorno sobre as entrevistas. Mas eles pareciam não acreditar. Muitos disseram que já haviam participado de outras pesquisas, mas que ninguém voltava. Foi a partir dessa experiência e de tais relatos que, na prática, foi possível entender a importância da devolução das entrevistas, o que Meihy (1996) deixa claro ao pontuar que em um projeto de história oral existe a necessidade da devolução que, em última instância, revela um compromisso com o narrador.

No entanto, ao desenvolver um projeto de história oral, é importante ter em mente que pesquisadores diferentes e sujeitos de pesquisa diferentes demandarão um desenvolvimento de projeto também diferente. Não se trata aqui de diminuir a importância dos manuais de história oral, mas sim de abrir uma discussão sobre a universalização de técnicas para o desenvolvimento de uma pesquisa de história oral. Cabe aqui refletir se existe uma só forma de desenvolver esse tipo de pesquisa. Com o desenrolar deste trabalho, o que se pode afirmar é que os manuais são fundamentais para nortear o processo de construção de um projeto e apontar caminhos para seu desenvolvimento, porém, não há possibilidade de que todo projeto de história oral que segue o manual proposto por Meihy (1996) será igual porque o pesquisador seguiu o caminho proposto pelo autor. Há flores e espinhos pelo caminho e cada um irá observar flores e espinhos diferentes, afinal, é o olhar do pesquisador que molda o trabalho.

Além disso, a situação encontrada e vivenciada pode ser diferente daquela prevista nos manuais de história oral. O desenvolvimento deste trabalho com os sertanejos do Projeto Bebedouro, por exemplo, fez com que a devolução, apresentada por Meihy (1996), não fizesse sentido para os narradores. Eles eram [quase todos] [semi]analfabetos, por isso, considerou-se mais prudente não fazer a leitura das entrevistas para eles, porque essa leitura seria mais um filtro da pesquisadora. Ao invés das leituras, optou-se por construir outra forma de devolução. Esse processo será apresentado no próximo tópico.

○ processo de devolução das entrevistas: o [re]encontro

Ao final das entrevistas, houve um momento de afastamento entre a pesquisadora e o campo. Era o período de inverno da pesquisa, em que foi necessário um recolhimento para se aproximar dos dados e das histórias ouvidas e vividas. Foi um período de afastamento, mas, ao mesmo tempo, de imersão, pois foi nesse recolhimento que as histórias foram reconstruídas em linguagem escrita. Esse foi um dos momentos mais importantes da pesquisa, pois foi aí que muitas das emoções vividas no calor dos encontros passaram a fazer ainda mais sentido. Como aponta Camargo (1999), a emoção faz parte das primeiras manifestações psíquicas e, por isso, é a primeira forma de comunicação e acontece antes mesmo da linguagem. Nesse sentido, ciência, emoção e comoção passaram a habitar e transitar em um mesmo espaço. Era preciso pensar na devolução de toda essa vida vivida e partilhada. Mas como fazê-lo? Como já citado, a leitura de um texto [extenso] para sertanejos [semi]analfabetos ou “com pôca leitura” como eles se definiram, não fazia muito sentido e, por isso,

não parecia ser a melhor alternativa. Então, foi preciso abandonar a prescrição e aventurar-se por outras formas de se construir essa devolução. Foi nesse momento que o processo da devolução se desenhou como fundamental para a pesquisa, para a pesquisadora e para os narradores.

Duas coisas eram certas: a necessidade de devolução das entrevistas e a construção de outra forma que não fosse a leitura do texto final produzido. Era preciso encontrar uma alternativa para levar a eles um retorno da pesquisa (MEIHY, 1996). Desse modo, foi preciso construir uma forma de retorno [ou devolução] que atendesse às expectativas deles e que também cumprisse com o que prevê e sugere esse conjunto de técnicas, denominado história oral.

Com o intuito de fomentar lembranças, foi solicitado a cada um dos narradores que separassem fotografias deles, das famílias e do Projeto Bebedouro. Mas eles não possuíam registros, disseram que “câmera fotográfica era um luxo e que pobre não tirava retrato, só em batizado e casamento e um só”, como um deles relatou. Então, como eles não possuíam esses registros, uma forma de levar uma contrapartida para eles seria conseguir algumas imagens e “lembranças” do tempo que viveram e transformaram a paisagem do Projeto Bebedouro. Então, foram feitos contatos com diversos órgãos em busca de registros fotográficos sobre o lugar. Foram contatados a Embrapa, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (Codevasf), Rádio São Francisco, que é a rádio mais antiga de Petrolina e de grande importância política, Museu do Sertão, Secretaria da Cultura, Secretaria da Irrigação, mas só foram encontradas imagens do projeto na Codevasf. Eles permitiram a reprodução das imagens e, em meio a tantos registros, foi possível encontrar, além de imagens da construção do Projeto Bebedouro e do lugar, diversas fotografias das pessoas que viviam e vivem ali. Muitos dos narradores estavam nessas imagens.

De posse delas e com as histórias “em mãos”, foi produzido, de forma amadora, um pequeno vídeo em que a história social do Projeto Bebedouro foi reconstruída, com base em recortes dos fragmentos da história que estavam presentes e eram recorrentes nas falas dos colonos. Para ilustrar essas histórias, que deram corpo a uma história reconstruída pelo olhar da pesquisadora, tais imagens eram exibidas enquanto a pesquisadora as narrava. Estava pronta a devolução das entrevistas, sob uma forma que eles teriam mais acesso do que a simples leitura das transcrições. Porém, por se tratar de pessoas com pouco acesso não somente à leitura, mas também a aparelhos de DVD (Disco Digital Versátil), para que essa devolução se tornasse ainda mais acessível, além do vídeo, foi entregue a cada um dos colonos um livreto com as imagens antigas e recentes do Projeto Bebedouro e do cotidiano deles. E com algumas frases que remontavam as histórias por eles narradas.

Para entregar esse encarte, todos os narradores foram convidados para um café da manhã, preparado pela pesquisadora, em uma sala na Estação Experimental da Embrapa Semiárido, situada nas dependências do projeto. Para que os colonos pudessem ir até a Estação Experimental, dadas as dificuldades de locomoção trazidas pelo avanço da idade e pela falta de acesso aos meios de transporte, foi solicitada à chefia do transporte da Embrapa que disponibilizasse um veículo utilitário com motorista para que fosse possível buscar cada um deles em casa e levá-los para o café da manhã no último dia de campo.

Aqui cabe uma reflexão importante. Esse movimento de ouvir e depois de um tempo voltar para mostrar o resultado dos encontros foi algo gratificante. Ao final de cada uma das entrevistas, os colonos eram avisados que um tempo depois haveria esse momento de apresentar para eles o que seria feito com a história que eles haviam contado. Mas essa responsabilidade do pesquisador, de voltar ao entrevistado ou ao local que lhe abriu as portas para que a pesquisa fosse realizada, tem sido cada vez mais banalizada o que, indiretamente, fecha as portas àqueles que virão depois solicitar dados para novas pesquisas. É importante que, independentemente de ser uma pesquisa de história oral ou que utilize qualquer metodologia de pesquisa, os pesquisadores abracem essa responsabilidade para que não sejam feitas pesquisas que ficarão restritas ao mundo acadêmico. A pesquisa só faz sentido se ela oportuniza

a mudança social, se traz alguma contribuição ou capacidade de reflexão para aqueles que participaram e mostraram suas mazelas e virtudes.

Feita essa reflexão, destaca-se que ela é fruto da reação dos entrevistados que, quando foram chamados nas portas de suas casas para adentrar em um carro com o símbolo da Embrapa, ficaram surpresos e admirados. Embora a sede da Embrapa esteja a apenas cinco quilômetros de distância da entrada e existir uma Estação Experimental no interior do projeto, não há nenhum contato entre os colonos e os pesquisadores da Embrapa. E, talvez por isso, o símbolo da empresa na porta do veículo em que eles iriam entrar tenha causado tamanha comoção e orgulho.

Nessa hora, não era apenas a pesquisadora que voltava para a devolução das entrevistas e que os levaria para um “evento”, era a Embrapa também [embora o único auxílio que a Embrapa tenha dado tenha sido o transporte]. Para participar do “evento”, eles não saíram dos limites do projeto, era apenas um café da manhã. Mas eles se vestiram com a sua melhor roupa. As senhoras estavam todas com suas bolsas. Para eles, era um evento comemorativo como há muito tempo eles não tinham. E o motivo dessa comemoração era apenas um: comemorar a vida de cada um deles. A seguir estão representados os dois momentos que compuseram a devolução das entrevistas: a exibição do filme e entrega do livreto e o café da manhã compartilhado.



Figura 1 – Exibição do vídeo para os colonos.

Fonte: Os autores



Figura 2 – Café da manhã com os colonos.

Fonte: Os autores

Em uma visão de quem participou desse processo, o que aconteceu ali foi uma experiência de resgate da dignidade. Eles perceberam a sua importância. Ao final do café, todos com os olhos mareados, agradeceram. Um senhor, chorando, perguntou (anotações de campo, 18 dez. 2012):

– “Óie, a senhora precisava fazer tudo isso?”

Eu perguntei:

– “Isso o quê, sêu Zé?”

– “Isso de trazê a gente aqui, amostrá pra gente essa história bunita que a senhora fez... Dá a gente esse filme... E ainda esse livro tão bonito?”

Com um nó na garganta, respondi:

– “Isso não fui eu que fiz não sêu Zé, foi cada um de vocês que fizeram! Vocês me deram esse tesouro e eu não podia guardar ele só pra mim. Eu tinha que dividir com vocês! Muito obrigada por tudo isso que vocês me deram!”

Ele completou:

– “Óie, isso que a senhora fez foi muito bunito! Nem se a gente agradecer a senhora e pedir pra Deus dar em dobro, ainda vai ser pôco!”

Não aguentei. Mais uma vez as lágrimas correram em meu rosto.

E eles entraram na van. Voltaram para suas casas com o livrinho nas mãos e comentando uns com outros das histórias que viveram juntos. Relembrando, revivendo, mas acima de tudo: vivendo. Cabe ressaltar que as emoções conduziram não só o olhar da pesquisadora, mas também todo o processo de [re]encontro com os narradores, que também foram tomados por suas emoções. O processo de escolha de quais emoções iriam direcionar suas falas também foi fundamental para que se construísse esse tipo de trabalho e resultados e não outros. Assim como colocam Bulgacov e Vizeu (2011), a emoção não está dissociada da razão e, por mais que ela possa ser vista como algo ruim, do ponto de vista tradicional da pesquisa pretensamente neutra, ela é fundamental no processo de escolha narrativa e na construção do conhecimento. Com base nas experiências vividas e registradas em campo, na próxima seção, serão apresentadas as reflexões que compõem as considerações finais.

Considerações finais

O pano de fundo para o desenvolvimento deste projeto de história oral foi a gestão construída no cotidiano, mas ele poderia ser aplicado a muitos outros temas de pesquisa que abarcam os estudos organizacionais, por isso, abre-se aqui possibilidades de se olhar a gestão e as organizações sob outra ótica, menos prescritiva e mais reflexiva. Assim, ao partir da perspectiva de que a história é algo dinâmico, que se [re]constrói no tempo presente e que o passado não é sinônimo de história, torna-se possível compreender as práticas de gestão e os conceitos de gestão que são tidos como “verdades” no campo organizacional.

É importante pontuar que esta pesquisa traz importantes contribuições teóricas e metodológicas para o campo de estudos organizacionais. Do ponto de vista teórico, cabe destacar que a história oral pode ser uma grande aliada para os estudos organizacionais, uma vez que a gestão que acontece no tempo presente é um reflexo de práticas adotadas e perpetuadas desde o passado. Além disso, o desenvolvimento de um projeto de história oral pode contribuir para que se construa uma relação dinâmica entre narrador e pesquisador, o que trará reflexões mais profundas sobre a gestão e as formas de gestão que estão para além do *mainstream*. Afinal, a gestão também é feita de encontros, e é baseada neles que ela se desenha. O lembrar e o esquecer fazem parte do sentido atribuído por cada sujeito às suas práticas e, consequentemente, ao seu processo de construção da gestão que está imbricada em seu cotidiano.

Cabe também destacar que a história e, especificamente, a história oral, podem contribuir para o campo de estudos organizacionais ao lançar luz sobre a [re] construção dinâmica do presente a partir do passado, denunciando que não há uma “história organizacional”, mas sim histórias que se misturam, que se conectam, que se silenciam e que se reproduzem no cotidiano, o qual, aliás, pode ser vários. Não é possível conceber as ciências sociais com base em um só olhar, objetivista, pautado nos preceitos das ciências naturais, por isso, não se deve tomar a realidade como algo dado, com fatores controláveis e observáveis de maneira unilateral, mas sim construído por atores sociais e políticos, de maneira não estática. Afinal, a história não é algo suplementar ou integracionista. Ela é, em si, fonte inesgotável de conhecimento sobre fenômenos e práticas cotidianos que impactam nas formas de gestão.

Outro ponto a se destacar é que os estudos da área de administração muitas vezes são feitos de um lugar a-histórico, como se a história não influenciasse na [re] construção do passado e do presente. Como se as práticas de gestão adotadas no tempo presente não guardassem um caráter ideológico perpetuado ao longo do tempo. Ao trazer para essa discussão os pressupostos teóricos da história oral, lança-se também um olhar sobre o espaço organizacional que é dividido e disputado, e não um só ambiente vivenciado harmoniosamente por todos os envolvidos sob um único contexto. É importante ressaltar ainda que também para o pesquisador o contexto é diverso e ele analisa o outro, com o seu olhar, que guarda particularidades e diferenças.

Baseando-se em reflexões provocadas por Kieser (1994) e por meio do desenvolvimento deste projeto de história oral, pode-se pontuar que as práticas e

comportamentos são reflexos de processos históricos vividos e reproduzidos no tempo presente, por meio da dominação cultural, pretensamente naturalizado no contexto organizacional e social. Além disso, os problemas identificados no campo das organizações, assim como as soluções apontadas, são construções pautadas pela ideologia e o pesquisador, tal qual o gestor é um ser político e, portanto, não neutro. E, diante disso, a história é um importante aliado no processo de análise das estruturas organizacionais vigentes, pois oportuniza o entendimento de que elas não são fruto do meio, algo regido por uma lei universal, mas sim reflexos de disputas do passado, de relações de poder e resistência.

Além disso, a história oral traz contribuições sob a perspectiva metodológica. Ao propor reflexões acerca do desenvolvimento de um projeto de história oral, o intuito foi discutir também aspectos que podem contribuir para os estudos organizacionais, uma vez que amplia para a área as fontes, as formas de coleta e análise de dados, o que impacta diretamente na possibilidade de se superar a forma tradicional de aproximação entre história e administração. Isso porque, ao tomar as narrativas como fontes tão importantes quanto os documentos, abrem-se as portas para questionar a "história oficial", aquela contida nos registros escritos e que exclui todos os outros registros, especialmente os da memória. E, diante disso, a história oral pode ser um campo bastante fértil para o desenvolvimento de pesquisas na área dos estudos organizacionais, deslocando a centralidade das discussões objetivistas para o processo de constituição social das organizações tradicionais ou não.

Ainda sobre as contribuições para a prática metodológica em estudos organizacionais, propõe-se algumas reflexões ao final deste trabalho. A primeira delas diz respeito ao papel do pesquisador nesse processo. É importante destacar que, embora o narrador seja o protagonista, o pesquisador também possui uma importância considerável, uma vez que, em um trabalho de história oral, pinta-se um quadro a muitas mãos. Como aponta Meihy (2011, p. 162), é um processo de "co/labor/ação, ato de trabalhar juntos para a caracterização de tensões comuns".

Durante o processo de transformação do oral em escrito, cabe ao pesquisador construir um texto fictício, que possivelmente não foi dito na íntegra pelo narrador, mas no qual o narrador reconhece a sua história. Esse processo, que beira a arte, faz com que narrador e entrevistador dividam o papel principal nesse encontro dinâmico. E essa é uma importante contribuição para os estudos organizacionais no sentido de ampliar a transcrição tradicional.

Outro ponto que merece destaque é o encontro em si. Para que haja reciprocidade e riqueza nos relatos, o entrevistador precisa construir com o narrador uma relação de confiança e empatia. Isso pode fazer toda a diferença na condução dos trabalhos. Destaca-se que para conseguir transformar a desconfiança em cumplicidade, houve um processo de transformação pessoal, experimentado tanto pela pesquisadora quanto pelos narradores. O fato de a pesquisadora ter uma aparência diferente [branquinha, como os narradores diziam], uma origem geográfica diferente [a mineira], pronúncia e linguajar diferentes [sotaque e formas de expressão], fez com que o primeiro contato fosse sim de estranhamento, para ambas as partes. Até o interesse em ouvir histórias "véias" de "véios" "sem histórias" foi motivo de desconfiança. Mas ao realizar este trabalho, foi possível embarcar em memórias que trouxeram consciência crítica para todos os envolvidos; ao dividir histórias, surge a possibilidade de reconstruir a sua própria história.

É importante ressaltar que o processo da devolução é um dos passos mais relevantes na execução do projeto de história oral. Mas ele só faz sentido se acontece a partir das necessidades e possibilidades de absorção do narrador. Com esta experiência, algumas reflexões podem contribuir para que o processo de devolução seja mais efetivo. A primeira delas é que a devolução deve ter como premissa o entendimento do narrador, ou seja, de nada adianta uma devolução que não faça sentido para aquele que é o principal interessado. Assim, cabe ao pesquisador ser mais ousado e não se ater exclusivamente àquilo que está definido nos manuais. Além disso, é importante pontuar que esse processo de devolução se faz necessário, ainda que não seja um projeto de história oral, pois, a partir dessa experiência, é possível construir espaços

de transformação social com os envolvidos, de modo a oportunizar a eles reflexões sobre suas práticas, no âmbito das organizações, por exemplo.

Nesse sentido, a devolução, em casos como esse, em que o projeto mexe muito com as emoções dos narradores, não precisa ser meramente técnica. Talvez, o seu ponto fundamental seja a transformação social por meio da inspiração e comoção que o ver e ouvir a sua história contada pode causar no sujeito. Assim, ao final desta experiência, talvez seja ousado pontuar isso, mas a devolução precisa ser encarada para além do formalismo da técnica de pesquisa. Essa fase da pesquisa é mais um [re] encontro que transforma olhares e formas de se ver e viver a vida narrada, experimentada, sonhada e transformada pelas lembranças e esquecimentos nossos de cada dia.

Referências

- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- ALBUQUERQUE, G. C. A.; CÂNDIDO, G. A. Experiências de formação de capital social e políticas públicas de desenvolvimento territorial no Vale do Submédio São Francisco. *Reunir*, v. 1, n. 1. p. 83-100, maio/ago. 2011.
- ARAÚJO, J. L. P.; BRESSAN, M. Caracterização socioeconômica dos parceiros do projeto de irrigação de Bebedouro, Petrolina, PE. *Boletim de Pesquisa*, Embrapa-CPATSA, n. 46, dez. 1992.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 151-161, mar./abr. 2015.
- BARROS, E. R. *Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento*. 2007. 365 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2007.
- BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BERNARD, H. R. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approach*. 4. ed. Lanham: AltaMira, 2005.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. *Inventário dos Projetos de Irrigação*. 2. ed. Brasília, 1991.
- BULGACOV, Y. L. M.; VIZEU, F. A positividade da emoção na prática da pesquisa social em organizações. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, ed. especial, p. 488-504, jul. 2011.
- CALDAS, A. L. Transcrição em história oral. *Revista do Núcleo de Estudos em História Oral*, São Paulo, n. 1, p. 75, nov. 1999.
- CAMARGO, D. Emoção, primeira forma de comunicação. *IntAÇÃO*, Curitiba, v. 3, p. 9-20, jan./dez. 1999.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COELHO NETO, A. S. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 15, n. 876, jun. 2010.
- CORREIA, R. C. et al. Fatores que diferenciam os resultados econômicos dos colonos: o caso do Perímetro Irrigado de Bebedouro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu, PR. *Anais.. Foz do Iguaçu: SOBER*, 1999.

- COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 288-299, jul./set. 2010.
- COSTA, C. R. F.; MACHADO, H. V.; VIEIRA, F. G. D. Comportamento empreendedor na exploração de oportunidades: história oral sobre o caso de uma indústria do setor alimentício. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 5, n. 10, p. 75-95, jul./dez. 2007.
- FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fio Cruz; Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FEUERSCHÜTTE, S. G.; GODOI, C. K. Competências de empreendedores hoteleiros: um estudo a partir da metodologia da história oral. *Turismo – Visão e Ação*, v. 10, n. 1, p. 39-55, jan./abr. 2008.
- FRANCA, C. *A imagem do Vale: reestruturação agrícola e mudança social*. Petrolina: Editora e Gráfica Franciscana, 2008.
- FREITAS, R. V.; TEIXEIRA, R. M. Empreendedorismo sustentável e a identificação de oportunidades: história oral de empreendedores de negócios sustentáveis. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 122-141, jan./mar. 2014.
- GARNICA, A. V. M. O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da história. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 5, n. 1, p. 27-35, 1998.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-18, mar. 2010.
- GRAY, P. S.; WILLIAMSON, J. B.; KARP, D. A. *The research imagination: an introduction to qualitative and quantitative methods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KIESER, A. Why organization theory needs historical analyses? *Organization Science*, v. 5, n. 4, p. 608-620, 1994.
- MARIZ, L. A. et al. O reinado dos estudos de caso na teoria das organizações: imprecisões e alternativas. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-14, jul. 2005.
- MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MEIHY, J. C. S. B. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.
- MEIHY, J. C. S. B. História oral: a interlocução necessária com Daphne Patai. *Oralidades*, ano 5, n. 10, jul./dez. 2011.
- MEIHY, J. C. S. B. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: entrevista. *Revista História Agora*, n. 9, 2010.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

- MORAES, M. (Org.). *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- ORTEGA, A. C.; SOBEL, T. F. Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos Perímetros Irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). *Planejamento e políticas públicas*, n. 35, p. 87-118, jul./dez. 2010.
- PATAI, D. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PORTELLI, A. História oral como gênero. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 22, jun. 2001.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana, 24 de junho de 1944): mito e político, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997a.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, p. 13-49, 1997b.
- POSSÍDIO, E. L. Petrolina – um sertão verde. *Documentos*, Embrapa-CPATSA, n. 82, p. 1-6, fev. 1997.
- RAMOS, S. F. Uso do território no Vale do São Francisco: sistema técnico agrícola da fruticultura irrigada. *GEOUSP, Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 34, p. 62-81, 2013.
- ROVAI, M. G. O.; EVANGELISTA, M. B. Da fala à escrita: processos e procedimentos em busca da construção narrativa. *História Agora*, v. 9, p. 1-18, 2010.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.
- SILVA, P. C. G. *Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. 2001. 245 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2001.
- TAYLOR, F. W. *Princípios de administração científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- VILELA, S. L. O. *Águas públicas/riquezas privadas: a política de irrigação para o Vale do São Francisco – Bebedouro e Nilo Coelho*. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1991.
- VISCARDI, C. M. R.; DELGADO, L. N. *História oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 1, p. 3.747, 2010.

Submissão: 18/04/2016

Aprovação: 18/04/2017

A INFLUÊNCIA DA RECESSÃO ECONÔMICA NA
INTENÇÃO DE EMPREENDER: UMA ANÁLISE
CROSS-COUNTRY BASEADA NA CRISE DO SUBPRIME

Tarciane Roldão*
Danilo Soares Monte-Mor**
Neyla Tardin***

Resumo

A literatura, embora aponte variáveis que incluem a falta de segurança pública, o desemprego, a corrupção e o nível de escolaridade como fatores que influenciam a intenção empreendedora, não investiga o efeito de tais variáveis mediante a relação endógena existente entre crescimento econômico e intenção de empreender. O objetivo deste estudo é verificar se a recessão econômica influencia a intenção de empreender, bem como o efeito de tais variáveis na intenção empreendedora. A amostra foi composta por 60.234 indivíduos de 37 países no ano de 2009. Nossos resultados apresentam evidências que, controlando-se por risco, os indivíduos se dizem mais propícios à atividade empreendedora em cenários com mais recessões econômicas. Tal resultado sugere que os indivíduos buscam na crise econômica oportunidades de negócios que podem estar sendo motivadas, possivelmente, pelo empreendedorismo por necessidade. Tais evidências indicam que pesquisas sobre intenção empreendedora devem considerar a situação econômica do ambiente analisado.

Palavras-chave: Intenção empreendedora. Recessão econômica. Determinantes do empreendedorismo. Risco.

THE INFLUENCE OF ECONOMIC RECESSIONS ON
THE ENTREPRENEURIAL INTENT: A CROSS-COUNTRY
ANALYSIS OF THE SUBPRIME CRISES

Abstract

The literature, although point variables including lack of public safety, unemployment, corruption and the level of education as factors that influence the increase of entrepreneurial intention, does not investigate the effect of such variables through the existence of the endogenous relationship between economic growth and entrepreneurial intention. The objective of this study is to verify whether the economic recession influences entrepreneurial intention. The sample consisted of 60 234 individuals from 37 countries in 2009. Our results show that in scenarios with major economic downturns, people say they are more conducive to engage in entrepreneurial activities. Such result suggests that individuals seek in the economic crisis for business opportunities that may be motivated, possibly, by entrepreneurship by necessity. These evidences indicate that research on entrepreneurial intention should consider the economic situation of the analyzed environment.

Keywords: Entrepreneurial intention. Economic recession. Entrepreneurial determinants. Risk.

*Mestre em Administração pela Fucape Business School. E-mail: tarcianeroldao@gmail.com

**Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape Business School. E-mail: danilo@fucape.br

***Doutoranda em Finanças, Administração e Contabilidade pela Fucape Business School. E-mail: neyla@fucape.br

Nas últimas décadas tem crescido a relevância dada ao indivíduo empreendedor quanto ao seu papel na atual conjuntura de mercado (BIRD, 1988; COSTA; MAINARDES, 2013). Isso porque o empreendedorismo é um dos fatores citados na literatura como variável motivadora do crescimento econômico (WONG; HO; AUTIO, 2005; VAN STEL; CARREE; THURIK, 2005). Van Stel, Carree e Thurik (2005), por exemplo, argumentam que o empreendedorismo, além de induzir a inovação de produtos e processos, propicia o aumento da concorrência, produtividade e do nível de empregos, fatores todos catalizadores do aquecimento da economia.

Embora aborde teórico e empiricamente os efeitos do empreendedorismo no crescimento econômico (VAN STEL; CARREE; THURIK, 2005; WONG; HO; AUTIO, 2005), a literatura não tem investigado a relação endógena existente entre crescimento econômico e a intenção empreendedora. Um dos motivos que impedem que tal relação endógena tenha sido explorada encontra-se no *design* das pesquisas empíricas, que estão baseadas em sua maior parte em estudos *in-country* com dados em *cross-section*, os quais não permitem analisar o efeito que a recessão econômica possui na intenção dos indivíduos empreenderem.

Ao passo que o empreendedorismo propicia o aquecimento da economia, uma economia em recessão tem potencial de mitigar investimentos e diminuir a intenção empreendedora, uma vez que períodos de recessão estão associados a uma maior incerteza, alta volatilidade do mercado e impedem a obtenção de retornos a baixos riscos (SEPÚLVEDA; BONILLA, 2011).

Foi o que aconteceu, por exemplo, em 2008, com a crise financeira que se iniciou a partir da falta de liquidez de títulos de alto risco (conhecido como *subprime*) do setor imobiliário nos Estados Unidos. Silber (2010) constata que a desaceleração da economia ocasionou, em 2009, crescimentos de PIBs (Produto Interno Bruto) baixos ou negativos, o que sugere mudanças estruturais na economia de diversos países. Essa crise gerou desconforto em todo o mercado mundial, desencadeando uma onda de desconfiança por parte tanto de investidores quanto de consumidores (ALBERTON; MOLETTA; MARCON, 2011). O objetivo deste estudo é clarificar essa relação endógena ao verificar se a recessão econômica influencia a intenção empreendedora.

Este estudo tem um caráter *cross-country* e utiliza dados secundários referentes ao ano de 2009 (período pós-crise econômica mundial) de 37 países, incluindo países sul-americanos, norte-americanos, europeus, asiáticos e africanos. Além da recessão econômica, foram utilizados ainda outros fatores apontados pela literatura como determinantes da intenção de empreender, dentre os quais se destacam a falta de segurança pública (SOARES, 2006), o desemprego (SANTOS, 2006), a corrupção (COSTA; MAINARDES, 2013) e o nível de escolaridade (WANG; WONG, 2004).

As variáveis intenção empreendedora e nível de escolaridade foram obtidas por meio do *Global Entrepreneurship Monitor* – Inquérito da População Adulta (GEM, 2009). Informações sobre a falta de segurança pública, o desemprego e o crescimento econômico foram obtidas com os Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial – WDI (WORLD BANK, 2009). Dados referentes à corrupção foram obtidos por meio da Transparência Internacional (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2009).

Para controlar pelo risco foram utilizadas variáveis como *proxies* de regulamentação de entrada (procedimentos, tempo, custos e capital mínimo para abertura de um negócio), bem como *proxies* de aversão ao risco (SEPÚLVEDA; BONILLA, 2011; MISOCZKY; OLIVEIRA, 2016). Além disso, variáveis como renda, gênero e idade foram utilizadas para controlar por efeitos demográficos. Todas as análises foram conduzidas por meio de regressões *probit*.

Em geral, nossos resultados apresentam evidências de que em cenários de estagnação econômica os indivíduos ficam mais propícios à atividade empreendedora na medida em que se aumenta a intensidade da recessão econômica. Isso sugere que os indivíduos buscam na crise econômica oportunidades de negócios que podem estar sendo motivadas, possivelmente, pelo empreendedorismo por necessidade.

Esta pesquisa contribui para políticas públicas ao sugerir que políticas voltadas para o crescimento econômico de longo prazo devem ser adotadas para que sejam incentivados investimentos promissores e com potencial para contribuir com o aquecimento da economia (ERNEST; SAMUEL; AWUAH, 2013). Especificamente, os resultados chamam a atenção pelo fato de que, no contexto de estagnação econômica, o empreendedorismo pode estar se dando por questões de necessidade e associado a negócios informais, que em geral operam em pequenas escalas, lastreados por atividades que geram pouco valor agregado e que têm uma perspectiva de curto prazo mais acentuada. Nesse caso, é possível que a crise, ao restringir o leque de escolhas, motive os indivíduos a adotarem medidas empreendedoras como forma apenas de atenuar dificuldades de curto prazo geradas pela crise (ARRIGHETTI et al., 2016).

Autores como Klapper e Love (2011) mostram que durante a crise a quantidade e a qualidade das oportunidades de negócios ficam piores, o que se reflete em uma menor taxa de abertura de empresas devidamente legalizadas. Arrighetti et al. (2016) argumentam que, na medida em que cresce o desemprego e diminuem-se as oportunidades de mercado, as pessoas são impelidas a se decidirem por uma alternativa *second best*, ou seja, em concentrar mais esforços no autoemprego por necessidade como alternativa ao desemprego.

Nesse contexto, embora sob uma perspectiva de curto prazo, políticas de transferência de recursos, por exemplo, podem amenizar as externalidades geradas pela crise; e a expansão e alocação ineficiente dos recursos públicos em cenários de estagnação podem reduzir a produtividade do setor privado e apenas atenuar uma condição de curto prazo (CÂNDIDO JUNIOR, 2001). Nesse caso, políticas públicas de médio e longo prazo devem ser trabalhadas para que se possa fomentar investimentos sustentáveis, com geração de integração social e incentivos contínuos a atividades empreendedoras.

Desenvolvimento das hipóteses

Intenção empreendedora

A literatura de intenção empreendedora trata da complexidade que envolve a decisão de abertura de um novo negócio ao discutir as incertezas, os riscos, o planejamento e a motivação associados a esse processo (KUHL et al., 2016). Schumpeter (1934), em seu livro *Theory of economic development*, foi um dos primeiros a consolidar a discussão na qual o desenvolvimento passa a ser entendido como um processo dinâmico que altera o *status quo* da economia, atribuindo-se ao empreendedor a responsabilidade de promover tais alterações (NUNES, 2016).

De acordo com Schumpeter (1934), as mudanças no equilíbrio ocorrem a partir de recursivas interações entre os agentes da economia que, entre sucessos e fracassos, promovem a inserção de inovações em um processo denominado criação destrutiva (HÉBERT; LINK, 2006). O empreendedor, nesse contexto, assume papel estratégico ao identificar oportunidades de mercado e promover alterações tanto em períodos de crescimento da economia quanto de estagnação (KUHL et al., 2016).

Dada a dinâmica de desenvolvimento da economia, faz-se necessário o reconhecimento dos fatores que interferem no processo de inovação via intenção de empreender, uma vez que o empreendedorismo, além de induzir a inovação de produtos e processos, propicia o aumento da concorrência, produtividade e do nível de empregos, fatores todos catalizadores do aquecimento da economia (VAN STEL; CARREE; THURIK, 2005; FREZZATI et al., 2015).

Para Fitzsimmons e Douglas (2011) e Audretsch (2012), a intenção de empreender advém da conveniência e da percepção de viabilidade, ou seja, o indivíduo cria a expectativa de que a abertura do negócio é economicamente viável e a associa a um desejo individual. Costa e Mainardes (2013) acrescentam que esses dois fatores podem interagir mutuamente sobre a intenção de empreender. Se o indivíduo acredita que abrir um negócio não é economicamente viável, a sua conveniência ou o desejo de

empreender diminui na mesma proporção. Por outro lado, se o indivíduo não deseja abrir um negócio, a viabilidade econômica da empresa em questão nem é analisada.

Julien (2007) argumenta que o contexto social e cultural em que o indivíduo se encontra reflete diretamente na sua intenção de empreender. Isso por que, quando o empreendedor tem conhecimento das peculiaridades (concorrência, crenças, leis, comportamentos individuais e sociais e a política) de uma região, a complexidade do mercado que se deseja explorar é reduzida e o investidor passa a ter mais cautela nas estratégias e decisões a serem tomadas. Nesse contexto, Borini e Grisi (2009) lembram que o indivíduo que busca as informações necessárias para iniciar uma empresa o faz por desejar um negócio mais planejado, o que tem potencial para conferir mais dinamismo na antecipação de possíveis riscos associados, o que reduz o nível de incerteza do investimento.

A intenção de empreender, para Ajzen (1991), é explicada pela Teoria do Comportamento Planejado, que contempla fatores como as atitudes e os traços de personalidade dos indivíduos. Essa teoria sinaliza que há uma relação entre a intenção de empreender e o comportamento do indivíduo, porém, esse comportamento só é considerado se for de controle voluntário e consciente, ou seja, se a decisão tomada for exclusivamente e unicamente do indivíduo. No entanto, quanto maior a motivação do indivíduo, maior será o seu esforço em realizar o comportamento previsto (AJZEN, 1991). Neste trabalho, os fatores motivacionais estão associados a fatores macros relacionados à política, economia e educação.

Crescimento econômico e a intenção de empreender

Van Stel, Carree e Thurik (2005) argumentam que o progresso econômico de um país advém, dentre outros fatores, da atividade empreendedora. Segundo os autores, são os empreendedores que introduzem inovações de produtos e de processos e participam ativamente do processo de aumento da produtividade, da concorrência e da geração de empregos. Wong, Ho e Autio (2005), na mesma linha de pensamento, acreditam que os indivíduos que planejam abrir um novo negócio trazem consigo muitas inovações tecnológicas e boas ideias de empresas já existentes no mercado, que contribuem com novas técnicas, melhor gestão dos recursos, uma produção mais diversificada e maior competitividade, instituindo, portanto, toda uma sistemática a favor do crescimento econômico.

O crescimento da economia é passível quando o país se encontra em uma situação financeira equilibrada, mas, às vezes, o controle dessa economia está acima da capacidade do país. Foi o que aconteceu em 2008 com a crise financeira que se iniciou a partir da falta de liquidez de títulos de segunda linha (de alto risco – conhecido como *subprime*) do setor imobiliário nos Estados Unidos. Essa crise gerou desconforto em todo o mercado mundial, desencadeando uma onda de desconfiança na economia de grandes proporções, desnordeando investidores e consumidores (ALBERTON; MOLETTA; MARCON, 2011).

Dessa forma, Silber (2010) descreveu que a crise de 2008 potencializou a queda nos preços das ações, provocou o fechamento de bancos e de outras instituições, acarretou em uma rápida redução no consumo e aumentou as taxas de desemprego e a inflação de diversos países. Como consequência dessa dinâmica, Silber (2010) constata que a desaceleração na macroeconomia ocasionou aos países, em 2009, crescimentos de PIBs baixos ou negativos, demonstrando que essa crise financeira provocou mudanças estruturais nos países que buscavam crescer e se equilibrar novamente na economia mundial. Tais resultados sugerem a existência de uma relação endógena entre crescimento econômico e intenção empreendedora: ao passo que o empreendedorismo eleva os índices de crescimento econômico, regiões em franca expansão econômica abrem caminhos para o empreendedorismo. Dessa forma, espera-se que recessões muito intensas, ao orientarem-se no sentido da criação de cenários menos propícios ao empreendimento, diminuam a probabilidade dos indivíduos empreenderem.

Hipótese 1 – Quanto maior a recessão econômica, menor a probabilidade dos indivíduos terem a intenção de empreender.

A literatura que investiga o crescimento econômico apresenta resultados empíricos alinhados ao papel do empreendedor no desempenho econômico do país. Alguns autores evidenciam que países com elevado capital social são mais desenvolvidos economicamente que países com baixo grau de capital social (PUTNAM, 1995; MIDGLEY; TANG, 2001). Nessa perspectiva, o desenvolvimento econômico, ao permear a integração e o fortalecimento das relações sociais, propicia um ambiente para o desenvolvimento do empreendedorismo por meio de investimentos em atividades produtivas (PUTNAM, 1995).

Sob uma perspectiva pública, por exemplo, Ellery Junior e Gomes (2014) apresentam evidências de que a expansão e alocação ineficiente dos recursos públicos em cenários de estagnação reduz a produtividade do setor privado e mitiga a intenção empreendedora. Nesse caso, os efeitos das transferências de recursos, embora no curto prazo aumentem o consumo, no médio e longo prazo não são sustentáveis por não gerarem integração social e incentivos ao empreendedorismo (CÂNDIDO JUNIOR, 2001).

Em arcabouços que analisam a relação entre crescimento econômico e características de contratos, a relação entre crescimento da economia e atividade empreendedora fica ainda suscetível a fatores de risco como regulamentação de entrada e direitos de propriedade (SEPÚLVEDA; BONILLA, 2011). Nesse caso, em cenários de estagnação econômica, a regulamentação e fatores que mitiguem o risco do investimento se tornam essenciais à promoção do empreendedorismo (LA PORTA et al., 1997, 1998).

Falta de segurança pública e a intenção de empreender

A violência é uma crescente ameaça aos centros urbanos e tem desafiado a capacidade do governo, que se mostra cada vez mais ineficiente no controle dos crimes. Uma das medidas que tem se mostrado mais eficaz se refere à criação de políticas sociais efetivas no que tange à educação e à geração de empregos para que uma melhor condição de vida no âmbito social diminua no longo prazo os índices de criminalidade (FREY; CZAJKOWSKI JUNIOR, 2005).

A segurança pública, conforme Bislev (2004), é a função essencial do Estado e necessária para garantir à sociedade a devida proteção de seus cidadãos, beneficiando-os com um ambiente de ordem e bem-estar social. Com a redução da criminalidade, verifica-se a criação de ambientes mais propícios a receberem investimentos, o que aumenta potencialmente a intenção empreendedora (SOARES, 2006).

Moura (2010) acredita que cenários considerados violentos se tornam desinteressantes para empreendedores que visam participar do progresso econômico. Ernest, Samuel e Awuah (2013) complementam que o medo da criminalidade pode ser um dos obstáculos que impede o indivíduo de abrir um negócio. Nessa mesma linha, Fatoki (2010) argumenta que o governo deve buscar parcerias eficientes que tragam resultados rápidos para a sociedade se libertar da criminalidade, pois a falta de uma segurança pública ativa dificulta a formação de novos negócios, e a crescente criminalidade gera um caos social para a região, retardando o desenvolvimento do mercado. Com base nesses argumentos, são propostas as seguintes hipóteses:

Hipótese 2 – A falta de segurança pública tem impacto negativo na intenção empreendedora.

Hipótese 2.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais negativo será o impacto da falta de segurança pública na intenção de empreender.

Desemprego e a intenção de empreender

Para Santos (2006), a intenção de empreender é apresentada, muitas vezes, como necessária para a sobrevivência do indivíduo desempregado. A falta de emprego no mercado é um processo de fato existente e inevitável, criando no indivíduo

desempregado um mecanismo de adaptação à nova realidade e o induzindo a abrir um novo negócio para garantir o seu sustento. Moraes e Júdice (2008) acrescentam que o indivíduo desempregado precisa se reinventar diante dessa perversa realidade, pois dificilmente este irá se recolocar no mercado na mesma atividade profissional anterior, dessa forma, ele precisa se preparar para agir de forma mais ativa e se dedicar a um novo negócio em busca de futuras oportunidades.

Nos países menos desenvolvidos, o desemprego pode ser originado pelo baixo nível de capacitação dos seus habitantes, já que as empresas existentes e as que vão iniciar no mercado buscam cada vez mais profissionais competentes para acompanhar a competitiva evolução do mercado. Dessa forma, cria-se um descompasso entre as características do trabalhador e as exigências mínimas da oferta de trabalho, ocasionando o desemprego, muitas vezes duradouro. Para reduzir esse desequilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho, seria necessário estabelecer serviços de apoio eficientes, direcionados exclusivamente para o mercado de trabalho, dinamizando e intermediando o funcionamento da busca por um novo emprego e oferecendo, assim, o devido apoio ao trabalhador que se encontra momentaneamente desempregado, mas que busca novos desafios (CHAHAD, 2003).

Almeida et al. (2013) entendem que a relação entre o desemprego e a criação de novas empresas pode ser vista como positiva, pois quanto maior o desemprego maior será o estímulo para se criar novas empresas, considerando-se nesse contexto o desemprego como forma catalisadora da intenção de empreender. Esses resultados, entretanto, se referem à relação individual entre o indivíduo e sua intenção de empreender, e não a uma relação macroeconômica entre o nível de desemprego de um país e a intenção empreendedora de um determinado indivíduo.

Em uma perspectiva macroeconômica, Ritsila e Tervo (2002) relatam que o desemprego pode se relacionar de forma negativa com o empreendedorismo, uma vez que em períodos de recessão econômica a probabilidade de sobrevivência da empresa a ser aberta é baixa, já que o indivíduo se depara com maiores riscos e menores perspectivas de crescimento. Com base em tais argumentos, as seguintes hipóteses são propostas:

Hipótese 3 – O desemprego do país afeta negativamente a intenção empreendedora.

Hipótese 3.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais negativo será o impacto do desemprego do país na intenção de indivíduos empreenderem.

Corrupção e a intenção de empreender

A corrupção em um país, para Costa e Mainardes (2013), refere-se a comportamentos duvidosos de pessoas que usufruem do cargo de funcionário do governo para infringirem os interesses públicos. Neste trabalho, a corrupção é vista como um ato de enfraquecimento na relação de confiabilidade entre o governo e os indivíduos que desejam empreender, o que promove um ambiente repleto de incertezas e de riscos, dificultando o investimento e o crescimento econômico, além de elevar os custos de transação, que, consequentemente, reduzirão as receitas e o retorno dos investimentos privados.

Dessa forma, Estrin, Korosteleva e Mickiewicz (2013) acreditam que a corrupção se dissemina em um ambiente e rapidamente se torna uma norma social informal. As empresas já existentes no mercado conseguem sobreviver a tal fato por estarem adaptadas a esse ambiente de corrupção, mas aqueles que ainda vão iniciar alguma atividade econômica não possuem a devida experiência para reduzirem os efeitos negativos das práticas ilícitas. Portanto, um ambiente com maior corrupção é considerado mais desestimulante para os indivíduos que têm a intenção de empreender.

A corrupção, para Borini e Grisi (2009), é qualquer ato ilegal que venha a beneficiar um agente e uma instituição, e tal ato se torna existente a partir do momento em que o agente público se aproveita de uma relação com o agente privado

para auferir rendimentos extras por meio de privilégios. Considerando-se a elevada competitividade na arena dos negócios, a própria cultura empresarial, ao se deparar com práticas levianas que se tornaram corriqueiras nas empresas, conduz o indivíduo a participar da corrupção como estratégia de sobrevivência dele na empresa e da empresa no mercado.

Faria (2011) observa que a violação de leis para obtenção de ganhos privados gera consequências negativas para toda a sociedade, por elevar a percepção de que é impossível combater a corrupção e por dificultar as possíveis práticas comerciais justas, no que concerne às oportunidades, aos incentivos e aos custos igualitários a todos os envolvidos.

Diante dessa conjuntura, em período de recessão, acredita-se que a corrupção seja um obstáculo ainda maior, por aumentar as incertezas e os riscos, diminuindo as oportunidades de mercado e desestimulando os investimentos. Logo, foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 4 – A corrupção afeta negativamente a intenção empreendedora.

Hipótese 4.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais negativo será o impacto da corrupção na intenção de empreender.

Nível de escolaridade e a intenção de empreender

A formação escolar de um indivíduo, quando voltada para o empreendedorismo, tende a influenciá-lo a abrir o seu próprio negócio, promovendo uma maior clareza da realidade econômica. A educação formal auxilia o empreendedor a catalisar as oportunidades existentes para um melhor planejamento profissional e a compreender melhor que os riscos em qualquer negócio são possíveis, o que requer o uso da criatividade e do conhecimento técnico para a geração de soluções, visando à continuidade dos negócios (SCHMIDT; BOHNENBERGER, 2008).

Para Wang e Wong (2004), muitos estudantes deixam de realizar o sonho de operar o seu próprio negócio por não estarem preparados e por não deterem o devido conhecimento para assumirem riscos de uma empresa, tendo como elemento impeditivo para o empreendedorismo o baixo nível de conhecimento ou de escolaridade. Para tanto, os decisores políticos devem atentar para o desenvolvimento de formas de estímulo a uma educação empreendedora, sem deixar de considerar as particularidades do contexto econômico de seu país. Regiões com grandes corporações que oferecem carreiras lucrativas e altos salários, ou países com muitos entaves burocráticos para abertura de uma empresa, fazem com que o empreendedorismo se torne pouco atrativo para esses estudantes (WANG; WONG, 2004).

No entanto, o conhecimento de um indivíduo baseado na educação formal e nas experiências no mercado de trabalho, para Fontenelle, Moura e Leocadio (2011), é um elemento essencial do processo de desenvolvimento de uma nação, pois esse conhecimento aumenta significativamente as competências e as habilidades do indivíduo que se propõe a empreender. Kristiansen e Indarti (2004) corroboram essa ideia ao revelar que a formação educacional é proeminente para o indivíduo que pretende abrir um negócio e que busca a prosperidade no mercado.

Desse modo, em período de recessão, espera-se que o nível de escolaridade tenha uma associação ainda maior com a intenção de empreender, pois o conhecimento traz maior confiança, competência e clareza dos fatos ao indivíduo, possibilitando a geração de soluções de forma a aproveitar as mais restritas oportunidades existentes no cenário econômico. Assim, foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 5 – O nível de escolaridade afeta positivamente a intenção empreendedora.

Hipótese 5.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais positivo será o impacto do nível de escolaridade na intenção de empreender.

Procedimentos de seleção de amostra e variáveis de interesse

Este estudo tem uma abordagem quantitativa, descritiva e transversal, com a utilização de dados secundários. Quantitativa, pois procurou quantificar os dados, aplicando as análises estatísticas. Descritiva, por detalhar as influências do crescimento econômico, da falta de segurança pública, do desemprego, da corrupção e do nível de escolaridade na intenção do indivíduo de empreender. Transversal, pois os dados foram coletados no ano de 2009. Os dados coletados para esta pesquisa foram secundários, pois já tinham sido coletados anteriormente para outros fins de pesquisa, por instituições renomadas (MALHOTRA, 2006). Para testar as hipóteses propostas, foram utilizados dados do ano pós-crise econômica mundial (2009) de 37 países com base em quatro fontes: Global Entrepreneurship Monitor (GEM), World Bank (WDI), Transparency International e Doing Business Database.

Nesta pesquisa, a variável dependente é a intenção do empreendedor individual (*entrepreneurial intention*). A pergunta de pesquisa referente à variável dependente é se um indivíduo tem interesse em abrir um novo negócio nos próximos três anos. As respostas a essa pergunta são codificadas como variável binária, assumindo o valor 1 (um) para as respostas individuais afirmativas e 0 (zero) em caso contrário. Quanto às variáveis independentes deste estudo, elas são: crescimento econômico, falta de segurança pública, desemprego e corrupção (analisadas por país) e nível de escolaridade (analisada por indivíduo).

As informações sobre a intenção empreendedora foram obtidas da série de dados do GEM (2009), que fez o levantamento da população adulta, considerando indivíduos entre 18 a 64 anos de idade, no ano de 2009, localizados em áreas urbanas e rurais. O GEM (2009) pesquisou 183.074 pessoas em 53 países, porém, para este estudo, foram excluídos os países com dados ausentes nas variáveis de interesse. Portanto, a amostra foi composta por 60.234 indivíduos, em 37 países.

A segurança pública, para o WDI (WORLD BANK, 2009), é uma medida de percepção quanto aos homicídios intencionais (*intentional homicides*), obtida de uma pesquisa realizada a cada cem mil pessoas pela Justiça Criminal e pelo Sistema de Saúde Pública. Portanto, foi considerado como homicídio intencional a morte de um indivíduo como resultado da intenção de matar de outro indivíduo.

O desemprego foi analisado por meio dos dados disponíveis pelo WDI (WORLD BANK, 2009). Refere-se ao indivíduo que se encontra temporariamente sem emprego, mas que está disponível para o trabalho e à procura de uma nova ocupação.

Já a corrupção dos países foi analisada com base no Índice de Percepção da Corrupção (IPC), obtido no Transparency International (2009). O IPC se baseia nas opiniões de especialistas e reflete a percepção desses formadores de opinião sobre a corrupção no setor público e na política dos países. É uma medida utilizada para mensurar o nível de corrupção dos países, no setor público. O IPC variou numa escala de 0 a 10, sendo 0 (zero) para os países percebidos como altamente corruptos e 10 (dez) para os países percebidos com baixos níveis de corrupção.

Para o nível de escolaridade, foram utilizados os dados do GEM (2009). Essa variável binária assume: valor 0 (zero) para os indivíduos com nível escolar entre pré-escola e secundário; e valor 1 (um) para indivíduos com nível escolar entre ensino não superior/pós-secundário e ensino superior.

Para o crescimento econômico foram utilizados os dados do WDI (WORLD BANK, 2009) referentes ao crescimento do PIB de cada país. Para que fosse possível identificar o nível de recessão de cada país, foi estimado um AR_1 por país com dados do PIB entre 1989 a 2008, os quais foram colocados ao mesmo nível de preço:

$$PIB_t = \beta_0 + \beta_1 * PIB_{t-1} + \varepsilon_t$$

(\widehat{PIB}_t). Com base nos coeficientes obtidos, aferiu-se o PIB estimado, ou PIB de tendência (\widehat{PIB}_t). Com o PIB estimado, definiu-se o Ciclo Econômico como medida indicativa da intensidade da recessão (crescimento) de cada país:

$$\text{Ciclo Econômico} = \frac{PIB_t - \widehat{PIB}_t}{\widehat{PIB}_t} \quad (1)$$

Vale ressaltar que o PIB de todos os países analisados estava abaixo do PIB estimado, o que se justifica pela situação de crise econômica.

Além da *proxy* descrita pela equação 1, buscou-se informações sobre a previsão de crescimento das economias em 2009 para os países estudados (feitas tanto em 2007 quanto em 2008). Para tanto, utilizou-se as *real gdp forecasts* presentes na base de dados da OECD. Embora os resultados referentes ao efeito da recessão na intenção de empreender tenham sido qualitativamente semelhantes, perderam-se muitas observações pela falta de disponibilidade das previsões de crescimento dos PIBs reais para todos os países da amostra. Nesse caso, por motivos de exposição, optou-se por apresentar apenas os resultados associados à *proxy* apresentada na equação 1.

Variáveis de controle

Para que fosse possível controlar por características do indivíduo que podem afetar a intenção empreendedora, foram utilizadas características demográficas ao nível do indivíduo (KRISTIANSEN; INDARTI, 2004; NASCIMENTO et al., 2011) e outras variáveis como *proxies* de regulamentação de entrada como controles para risco. Tais fatores, segundo Ardagna e Lusardi (2008), podem beneficiar ou dificultar a atividade empreendedora. Também foram utilizadas *dummies* de país ($d_{\text{país}}$) para que fosse possível controlar por características constantes e não observáveis de cada país.

As variáveis de controle ao nível do indivíduo foram obtidas no GEM: a idade, medida em anos; o sexo, assumindo 0 (zero) para gênero masculino e 1 (um) para feminino; e a renda familiar média do indivíduo, uma variável binária que assume o valor 1(um) quando a renda do indivíduo pertence ao terceiro tercil de renda de seu país e 0 (zero) para os demais indivíduos.

Dentre as variáveis de controle ao nível de país encontra-se a aversão ao risco, obtida no GEM (2009) e que informa o percentual dos indivíduos de um país que tem medo do fracasso, impedindo-os de começar um negócio. No Doing Business Database (2009), base de dados do The World Bank, foram obtidos os dados das *proxies* de regulamentação de entrada para os indivíduos que desejam abrir um negócio, sendo elas: a variável procedimentos, que se refere à quantidade de transações que o fundador tem com terceiros para efetivar a abertura da sua empresa; a variável tempo, que indica quantos dias corridos o indivíduo precisa para obter o registro de sua empresa; a variável custos, que considera todas as taxas oficiais exigidas por lei para a abertura da empresa e que é apresentada como um percentual da renda per capita da economia do país; e a variável capital mínimo, que é o valor que o indivíduo precisa desembolsar para integralizar ao capital social da empresa (essa quantia é normalmente especificada no código comercial e foi apresentada como um percentual da renda per capita da economia de cada país).

Modelo

A fim de identificar o efeito que a recessão econômica e os demais fatores analisados possuem na probabilidade de um indivíduo empreender, utilizou-se o modelo *Probit*:

$$\text{Int.Emp.} = \beta_0 + \beta_1 \text{ Ciclo Econ.} + \sum_{i=1}^4 \beta_i X_i + \sum_{i=1}^4 \beta_{4+i} X_i \cdot \text{Ciclo Econ.} + \text{Controles} + \varepsilon$$

em que X_1 representa a falta de segurança do país; X_2 o nível de desemprego do país; X_3 o nível de corrupção do país; e X_4 o nível de escolaridade do indivíduo.

Tal como em Zhang, Duysters e Cloodt (2014), na estimação do modelo, utilizou-se efeitos marginais com base na média, os quais ignoram os efeitos nas caudas da distribuição. Com base em tais estimativas, serão feitas inferências acerca do efeito médio da intensidade da recessão e demais variáveis na probabilidade dos indivíduos empreenderem.

Os sinais esperados do modelo a partir das hipóteses formuladas seguem apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Sinais esperados do modelo utilizado a partir das hipóteses formuladas.

Hipóteses	Sinal esperado
Hipótese 1 – Quanto maior a recessão econômica, menor a probabilidade dos indivíduos terem a intenção de empreender.	$\beta_1 < 0$
Hipótese 2 – A falta de segurança pública tem impacto negativo na intenção empreendedora. Hipótese 2.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais negativo será o impacto da falta de segurança pública na intenção de empreender.	$\beta_2 < 0$ $\beta_6 < 0$
Hipótese 3 – O desemprego do país afeta negativamente a intenção empreendedora. Hipótese 3.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais negativo será o impacto do desemprego do país na intenção dos indivíduos empreenderem.	$\beta_3 < 0$ $\beta_7 < 0$
Hipótese 4 – A corrupção afeta negativamente a intenção empreendedora. Hipótese 4.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais negativo será o impacto da corrupção na intenção de empreender.	$\beta_4 < 0$ $\beta_8 < 0$
Hipótese 5 – O nível de escolaridade afeta positivamente a intenção empreendedora. Hipótese 5.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais positivo será o impacto do nível de escolaridade na intenção de empreender.	$\beta_5 > 0$ $\beta_9 > 0$

Fonte: Os autores.

Estadística descritiva

Os resultados a seguir procuram analisar dois países com maior e menor intenção empreendedora. Na Tabela 1 é possível verificar que a Colômbia foi o país com maior percentual médio de indivíduos com intenção de empreender, ou seja, 75% dos indivíduos colombianos têm a intenção de iniciar um novo negócio nos próximos três anos. Em média, 48% são mulheres; 40% desses indivíduos estão no nível escolar entre ensino não superior/pós-secundário e ensino superior; 47% são de alta renda e, em média, tinham a idade de 37 anos. Constatou-se que a corrupção na Colômbia é relativamente alta, com um índice de percepção da corrupção de 3,7, além de ter uma média de 34,65 homicídios a cada cem mil habitantes e possuir ainda 12% de desempregados. Porém, a Colômbia teve um crescimento no PIB de 1,7%, diferentemente da maioria dos países, que tiveram um decréscimo no PIB em 2009, como consequência da crise econômica mundial de 2008.

Em contrapartida, a Espanha foi o país com menor percentual médio de intenção empreendedora, ou seja, apenas 5% têm a intenção de empreender nos próximos três anos, levando-se em consideração todas as variáveis do modelo. Em média, 46% são mulheres; 46% desses indivíduos estão no nível escolar entre ensino não superior/pós-secundário e ensino superior; 49% são de alta renda; e, em média, esses indivíduos tinham a idade de 43 anos. Constatou-se que a Espanha é um país com um índice de percepção da corrupção de 6,1, ou seja, a corrupção na Espanha é considerada relativamente controlada. O país tem ainda uma média de 0,87 homicídios a cada cem mil habitantes e de 18% de desempregados, e teve um decréscimo no PIB em 2009 de 3,8%, ressaltando o período de recessão do pós-crise mundial.

Os resultados do modelo proposto, entretanto, não levam em consideração os dados da Colômbia, uma vez que ela apresenta informações muito discrepantes com relação à intenção empreendedora comparada à dos demais países.

Tabela 1 – Estatística descritiva com as médias das variáveis (por país) em 2009.

Foram apresentadas as médias dos dados de 37 países para o ano de 2009, por ser um ano de pós-crise econômica. Dados estes que foram obtidos em quatro fontes: Global Entrepreneurship Monitor (GEM), World Bank (WDI), Transparency International e Doing Business Database.

Países	N. obs.	Intenção empr.	Sexo fem.	Nível de escol.	Renda	Idade	Corrup.	Segur. Pública.	Desem.	Cres. PIB	Ciclo econ.	Av. ao risco	Proced.	Temp	Custos	Cap. Min.
1 - Argentina	776	0,36	0,57	0,34	0,39	44,72	2,90	3,39	8,60	0,1	,96	37	14	30,5	9	12,4
2 - Bósnia Herz.	726	0,36	0,45	0,15	0,48	41,95	3,00	1,78	24,10	-2,9	1,39	32	12	69	30,8	36,3
3 - Bélgica	1494	0,13	0,48	0,41	0,51	43,29	7,10	1,74	7,90	-2,8	2,03	28	3	4	5,2	19,9
4 - Brasil	1351	0,27	0,51	0,09	0,57	36,60	3,70	21,75	8,30	-0,3	1,12	31	16	147	8,2	0,0
5 - Chile	3005	0,51	0,52	0,29	0,44	42,24	6,70	3,72	9,70	-1,0	1,32	23	9	40	7,5	0,0
6 - Colômbia	1513	0,75	0,48	0,40	0,47	37,68	3,70	34,65	12,00	1,7	0,47	30	9	34	14,9	0,0
7 - Alemanha	2138	0,14	0,45	0,50	0,36	42,13	8,00	0,86	7,70	-5,1	1,139	37	9	17,5	5,6	42,2
8 - Dinamarca	752	0,07	0,49	0,53	0,37	45,30	9,30	0,85	6,00	-3,0	5,33	37	4	6	0,0	40,1
9 - R. Dominicana	1072	0,38	0,49	0,29	0,53	37,55	3,00	24,24	14,90	3,5	2,77	27	8	20	19,4	0,0
10 - Equador	1357	0,41	0,51	0,10	0,46	38,09	2,20	18,41	6,50	0,6	0,79	35	14	65	35,3	6,3
11 - Espanha	14291	0,05	0,46	0,46	0,49	43,89	6,10	0,87	18,00	-3,8	2,95	45	10	61	14,9	13,1
12 - Finlândia	704	0,11	0,46	0,45	0,40	42,25	8,90	2,27	8,20	-8,5	1,08	26	3	14	1,0	7,4
13 - Grécia	932	0,22	0,42	0,42	0,52	42,62	3,80	1,26	9,50	-3,1	5,46	45	15	19	22,5	19,6
14 - Hong Kong	352	0,18	0,50	0,32	0,43	39,32	8,20	0,67	4,30	-2,5	1,75	37	5	11	2,0	0,0
15 - Croácia	846	0,14	0,48	0,28	0,35	46,52	4,10	1,11	9,10	-6,9	9,10	35	8	22,5	10,1	33,3
16 - Hungria	1134	0,15	0,47	0,31	0,41	38,99	5,10	1,39	10,00	-6,8	2,79	33	4	5	8,4	10,8
17 - Israel	761	0,25	0,53	0,47	0,35	40,96	6,10	2,15	7,50	1,2	0,63	37	5	19	4,4	0,0
18 - Islândia	970	0,27	0,47	0,54	0,43	43,71	8,70	0,32	7,20	-6,6	10,02	36	5	5	2,6	13,6
19 - Itália	449	0,08	0,45	0,22	0,59	43,24	4,30	0,98	7,80	-5,5	28,18	39	6	10	18,5	9,7
20 - Jamaica	899	0,35	0,48	0,09	0,41	40,07	3,00	61,59	11,40	-4,4	9,87	24	6	8	7,9	0,0
21 - Japão	686	0,10	0,46	0,56	0,36	44,44	7,70	0,40	5,00	-5,5	1,72	50	8	22	7,5	0,0
22 - Coreia	515	0,43	0,30	0,55	0,36	42,46	5,50	2,86	3,60	0,7	0,89	23	10	17	16,9	268,9
23 - Letônia	793	0,20	0,51	0,36	0,43	40,03	4,50	4,78	17,10	-18,0	0,75	40	5	15,5	2,3	16,9
24 - Holanda	1056	0,10	0,48	0,23	0,54	51,48	8,90	1,08	3,40	-3,7	8,05	29	6	8	5,9	51,7
25 - Noruega	891	0,16	0,42	0,52	0,37	48,35	8,60	0,60	3,20	-1,6	2,81	25	5	6	2,1	21,0
26 - Panamá	1053	0,23	0,54	0,20	0,45	39,52	3,40	23,63	6,60	4,0	0,19	26	6	12	11,5	0,0
27 - Peru	1130	0,41	0,49	0,22	0,51	36,04	3,70	10,32	6,30	1,0	0,69	32	10	66,5	24,4	0,0
28 - Romênia	615	0,07	0,52	0,21	0,29	50,77	3,80	1,95	6,90	-6,8	0,71	53	5	9	3,5	11
29 - Rússia	255	0,08	0,45	0,87	0,55	39,60	2,20	11,15	8,40	-7,8	0,39	52	8	29	2,9	2,2
30 - Eslovênia	924	0,18	0,52	0,39	0,68	41,79	6,60	0,64	5,90	-7,9	2,66	30	5	19	0,1	46,8
31 - Suíça	783	0,15	0,54	0,36	0,52	50,42	9,00	0,67	4,10	-1,9	4,56	29	6	18	2,1	27,6
32 - Reino Unido	10662	0,07	0,55	0,42	0,44	49,08	7,70	1,17	7,70	-5,2	2,17	32	6	10,5	0,8	0,0
33 - Estados Unidos	1946	0,13	0,46	0,65	0,39	52,82	7,50	5,00	9,30	-2,8	8,84	27	6	5	0,7	0,0
34 - Uruguai	946	0,35	0,47	0,18	0,40	42,56	6,70	6,76	7,30	2,4	0,14	29	11	43	43,5	0,0
35 - Venezuela	339	0,35	0,59	0,26	0,36	39,94	1,90	49,04	7,80	-3,2	2,29	26	16	141	26,8	0,0
36 - Jêmen	1291	0,40	0,50	0,04	0,39	33,22	2,10	4,24	14,60	4,1	0,13	65	7	13	93,0	0,0
37 - Sérvia	1022	0,30	0,46	0,26	0,50	47,27	3,50	1,47	16,60	-3,5	1,64	28	11	23	7,6	6,9
38 - África do Sul	1318	0,19	0,50	0,07	0,55	36,88	4,70	33,84	23,70	-1,5	8,32	31	6	22	6,0	0,0

(N = 60.234)

Fonte: Os autores.

Como forma de comparar as diferenças entre os indivíduos com e sem a intenção de empreender, apresenta-se na Tabela 2 as médias dos indivíduos da amostra analisada com e sem intenção de abrir um novo negócio. Nota-se que o número de indivíduos sem intenção de empreender é muito maior que o número de indivíduos com intenção de empreender. Dessa forma, observamos que uma boa parte dos indivíduos tem aversão a se arriscar em um novo empreendimento. Observou-se que os indivíduos com intenção de empreender são em média mais jovens que os indivíduos sem intenção. Percebeu-se que, em média, as mulheres se dizem menos interessadas em empreender e que a renda dos indivíduos com intenção de empreender é maior do que a renda dos indivíduos sem intenção.

Tabela 2 – Estatística descritiva com as médias dos indivíduos analisados.

Demonstra as médias dos indivíduos da amostra analisada, para compararmos os indivíduos que têm e os que não têm a intenção de empreender.

Variáveis	Indivíduos SEM a intenção de empreender N. observações: 49.711		Indivíduos COM a intenção de empreender N. observações: 10.523	
	Média	Desvio P.	Média	Desvio P.
Idade	45,39	14,40	37,23	12,70
Sexo	0,51	0,49	0,42	0,49
Renda	0,44	0,49	0,50	0,50
Aversão ao risco	36,21	8,38	33,04	9,86
Procedimentos	7,99	2,90	8,69	3,27
Tempo	32,33	29,16	34,52	31,86
Custos	10,47	13,46	16,11	20,53
Capital Mín.	12,43	23,73	13,68	39,71
Crescim. PIB	-3,65	3,06	-1,99	3,74
Falta de Seg.	4,63	9,77	8,71	13,21
Desemprego	11,34	5,40	10,35	4,88
Corrupção	6,23	1,82	5,32	2,11
N. escolaridade	0,38	0,48	0,34	0,47
Ciclo econôm.	3,55	3,62	2,85	3,43

(N = 60.234)
Fonte: Os autores.

Resultados

O modelo de regressão *probit* adotado nesta pesquisa permitiu a mensuração do aumento da probabilidade na intenção empreendedora associada a cada uma das características, recessão econômica, falta de segurança, desemprego, corrupção e nível de escolaridade. Pino (2007) afirma que a estimação feita por esse modelo não apresenta uma interpretação direta dos coeficientes, por se tratar de um modelo não linear. Sendo assim, é necessário quantificar o efeito marginal para facilitar a interpretação do impacto de cada variável na probabilidade de um indivíduo ter a intenção empreendedora.

Os Painéis A e B da Tabela 3 revelam os resultados da estimativa dos efeitos marginais do modelo de regressão *probit*, relacionando-o com as variáveis de controle (idade, sexo, renda, aversão ao risco, procedimentos, tempo, custos e capital mínimo). No Painel B da Tabela 3 são acrescentadas as interações das variáveis independentes com o ciclo econômico. Nas próximas subseções, será feita a discussão dos resultados acerca de cada uma das hipóteses propostas.

Tabela 3 – Resultados dos efeitos marginais.

Esta tabela apresenta os resultados marginais acerca da estimação do modelo:

$$\text{Int.Emp.} = \beta_0 + \beta_1 \text{ Ciclo Econ.} + \sum_{i=1}^4 \beta_i X_i + \sum_{i=1}^4 \beta_{4+i} X_i \cdot \text{Ciclo Econ.} + \text{Controles} + \varepsilon$$

em que: X1 = falta de segurança; X2 = desemprego; X3 = corrupção; X4 = nível escolaridade. As definições das variáveis seguem apresentadas na Tabela 2. O Painei A apresenta os resultados marginais para o modelo sem interação. O Painei B apresenta os resultados marginais para o modelo com interação. Como variáveis de controle, foram utilizadas características demográficas e medidas de aversão ao risco e variáveis de regulamentação de entrada. O efeito marginal representa a magnitude do impacto de cada variável independente na probabilidade de o indivíduo empreender.

Painei A – Resultados dos efeitos marginais do modelo sem interação, com e sem as variáveis de controle.

Variáveis	Modelo sem controle			Modelo com controle		
	COEF.	DESV. P	P> Z	COEF.	DESV. P	P> Z
Ciclo econômico	-0,0050	0,0005	0,000***	0,0114	0,0027	0,000***
Falta de segurança	0,0018	0,0002	0,000***	-0,0026	0,0023	0,262
Desemprego	-0,0090	0,0003	0,000***	0,0058	0,0038	0,126
Corrupção	-0,0326	0,0010	0,000***	0,0036	0,0082	0,658
Nível de escolaridade	0,0164	0,0033	0,000***	0,0275	0,0033	0,000***
Idade				-0,0043	0,0001	0,000***
Sexo				-0,0509	0,0028	0,000***
Renda				0,0212	0,0030	0,000***
Aversão ao risco				-0,0021	0,0019	0,266
Procedimentos				0,0233	0,0080	0,004***
Tempo				0,0003	0,0015	0,862
Custos				0,0029	0,0004	0,000***
Capital mínimo				0,0026	0,0004	0,000***

Painei B – Resultados dos efeitos marginais do modelo com interação, com e sem as variáveis de controle.

Variáveis	Modelo com interação sem controle			Modelo com interação com controle		
	COEF.	DESV.P	P> Z	COEF.	DESV.P	P> Z
Ciclo econômico	-0,0216	0,0028	0,000***	0,0381	0,0021	0,066*
Falta de segurança	0,0002	0,0003	0,511	-0,0060	0,0040	0,133
Desemprego	-0,0079	0,0006	0,000***	-0,0109	0,0041	0,008***
Corrupção	-0,0422	0,0014	0,000***	-0,0378	0,0135	0,005***
Nível de escolaridade	0,0078	0,0048	0,107	0,0267	0,0044	0,000***
Falta de segurança *Ciclo econômico	0,0003	0,0000	0,000***	0,0035	0,0017	0,037**
Desemprego *Ciclo econômico	-0,0004	0,0001	0,011**	-0,0046	0,0024	0,061*
Corrupção *Ciclo econômico	0,0029	0,0003	0,000***	-0,0010	0,0011	0,358
Nível de escolaridade *Ciclo econômico	0,0025	0,0011	0,022**	-0,0001	0,0009	0,918
Idade				-0,0043	0,0001	0,000***
Sexo				-0,0510	0,0028	0,000***
Renda				0,0211	0,0029	0,000***
Aversão ao risco				-0,0074	0,0023	0,001***
Procedimentos				0,0371	0,0089	0,000***
Tempo				-0,0048	0,0015	0,001***
Custos				0,0034	0,0004	0,000***
Capital mínimo				0,0017	0,0007	0,017**

Significância: * p < 0,10; ** p < 0,05%; *** p < 0,01.

Fonte: Os autores.

Efeitos da recessão econômica na intenção de empreender

No Painel B da Tabela 3, ao considerarmos os resultados do modelo com interação e com as variáveis de controle, a estimativa apontou que em cenários com maiores recessões econômicas os indivíduos se dizem mais propícios à atividade empreendedora, o que rejeita a Hipótese 1 e contraria os argumentos trazidos por Van Stel, Carree e Thurik (2005) e Wong, Ho e Autio (2005).

Nesse caso, os resultados obtidos mostram que maiores recessões econômicas elevam em 3,81% a intenção de empreender. Isso sugere que os indivíduos buscam na crise econômica oportunidades de negócios que podem estar sendo motivadas, possivelmente, pelo empreendedorismo por necessidade.

Efeitos da falta de segurança pública na intenção de empreender

No Painel B da Tabela 3, considerando o modelo com controle e com interação, nota-se que a variável falta de segurança pública em média não está associada à intenção de empreender, o que rejeita a Hipótese 2.

Além disso, os resultados da interação do Painel B da Tabela 3 revelam que, para aumentos da recessão, o impacto da falta de segurança pública na intenção de empreender torna-se positivo, o que também rejeita a Hipótese 2.1 e contraria a literatura de Soares (2006), Fatoki (2010), Moura (2010) e Ernest, Samuel e Awuah (2013).

Soares (2006) verifica que altos índices de criminalidade afastam a instalação de empresas ao criarem um ambiente desfavorável para os negócios. Nossos resultados evidenciam, entretanto, que em períodos de recessão econômica a probabilidade de um indivíduo empreender aumenta em ambientes com altos índices de criminalidade. Tais resultados ampliam os resultados de Soares (2006), Fatoki (2010), Moura (2010) e Ernest, Samuel e Awuah (2013), ao apresentar evidências de que em períodos de recessão a intenção de empreender é estimulada ainda mais quando em ambientes com altos índices de criminalidade, o que reforça nossos achados sobre empreendedorismo por necessidade e sugere que nem sempre a criminalidade é percebida como um entrave à intenção empreendedora.

Efeitos do desemprego do país na intenção de empreender

O Painel B da Tabela 3 mostra que, considerando o modelo com controle e com interação, quanto maior o desemprego do país, menor a probabilidade do indivíduo empreender, o que confirma a Hipótese 3. O Painel B da Tabela 3 mostra ainda que, quanto maior a recessão, mais negativo será o impacto do desemprego na intenção de empreender, o que confirma a Hipótese 3.1.

A confirmação das Hipóteses 3 e 3.1 podem ser explicadas pela abordagem de Ritsila e Tervo (2002), ao relatarem que o desemprego pode se relacionar de forma negativa com o empreendedorismo, uma vez que em períodos de recessão econômica a probabilidade de sobrevivência da empresa a ser aberta é baixa, já que o indivíduo se depara com maiores riscos e menores perspectivas de crescimento.

Efeitos da corrupção na intenção de empreender

O Painel B da Tabela 3 mostra que, considerando o modelo com controle e com interação, quanto maior a percepção de corrupção em um país, menor a probabilidade de o indivíduo ter a intenção de empreender, o que vai ao encontro da abordagem de Costa e Mainardes (2013), Estrin, Korosteleva e Mickiewicz (2013), Borini e Grisi (2009) e Faria (2011) e confirma a Hipótese 4. Os resultados ainda mostram que esse efeito não é sensível à intensidade da recessão econômica, o que rejeita a Hipótese 4.1.

Efeitos do nível de escolaridade na intenção de empreender

Nota-se que, no Painel B da Tabela 3, considerando o modelo com controle e com interação, quanto maior o nível escolar do indivíduo, maior será a probabilidade de ele ter a intenção de empreender, o que suporta a Hipótese 5 e vai ao encontro da literatura descrita em Schmidt e Bohnenberger (2008), Wang e Wong (2004), Fontenelle, Moura e Leocádio (2011) e Kristiansen e Indarti (2004). Os resultados apontam ainda que esse efeito não é sensível à intensidade da recessão econômica, o que rejeita a Hipótese 5.1.

Considerações gerais

Em resumo, nossos resultados apresentam evidências de que em cenários de estagnação econômica os indivíduos ficam mais propícios à atividade empreendedora na medida em que se aumenta a intensidade da recessão econômica. Isso sugere que os indivíduos buscam na crise econômica oportunidades de negócios que podem estar sendo motivadas, possivelmente, pelo empreendedorismo por necessidade.

No contexto de empreendedorismo por necessidade, observa-se que negócios informais em geral operam em pequenas escalas e lastreados por atividades que geram pouco valor agregado e que têm uma perspectiva de curto prazo mais acentuada. Nesse caso, é possível que a crise, ao restringir o leque de escolhas, motive os indivíduos a adotarem medidas empreendedoras como forma de atenuar dificuldades de curto prazo geradas pela crise (ARRIGHETTI et al., 2016).

Durante a crise, autores como Klapper e Love (2011) mostram que a quantidade e a qualidade das oportunidades de negócios ficam piores, o que se reflete em uma menor taxa de abertura de novas empresas. Tais autores evidenciam que tais efeitos são ainda mais sensíveis tendo em vista que se aumenta a recessão da economia, o que potencializa o aumento do desemprego. Arrighetti et al. (2016) argumentam que, na medida em que aumenta-se o desemprego e diminuem-se as oportunidades de mercado, as pessoas são impelidas a se decidirem por uma alternativa *second best*, ou seja, em concentrar mais esforços no autoemprego como alternativa ao desemprego. Autores como Wennekens et al. (2005) suportam esse ponto de vista ao verificarem a existência de uma relação em formato de U com relação ao nível de crescimento econômico e a necessidade de empreender.

Em contextos de estagnação econômica, em conjunto com a diminuição das oportunidades no mercado, outros estudos suportam o aumento da criminalidade (CAI; SHAN, 2009). Embora estudos como o de Soares (2006) verifiquem que altos índices de criminalidade afastam a instalação de empresas ao criarem um ambiente desfavorável para os negócios, nossos resultados evidenciam que em períodos de recessão econômica a probabilidade de um indivíduo empreender aumenta em ambientes com altos índices de criminalidade. Tal resultado amplia os resultados de Soares (2006), Fatoki (2010), Moura (2010), Ernest, Samuel e Awuah (2013), ao apresentar evidências de que em períodos de recessão a intenção de empreender pode aumentar ainda que se aumentem os índices de criminalidade. Tais evidências reforçam nossos achados sobre empreendedorismo por necessidade e sugere que nem sempre a criminalidade é um entrave à intenção empreendedora.

Os resultados apresentados seguem sumarizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Sumário dos resultados para cada uma das hipóteses analisadas.

Hipóteses	Resultado
Hipótese 1 – Quanto maior a recessão econômica, menor a probabilidade dos indivíduos terem a intenção de empreender.	Rejeitada
Hipótese 2 – A falta de segurança pública tem impacto negativo na intenção empreendedora. Hipótese 2.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais negativo será o impacto da falta de segurança pública na intenção de empreender.	Rejeitada Rejeitada
Hipótese 3 – O desemprego do país afeta negativamente a intenção empreendedora. Hipótese 3.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais negativo será o impacto do desemprego do país na intenção de empreender.	Não rejeitada Não rejeitada
Hipótese 4 – A corrupção afeta negativamente a intenção empreendedora. Hipótese 4.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais negativo será o impacto da corrupção na intenção de empreender.	Não rejeitada Rejeitada
Hipótese 5 – O nível de escolaridade afeta positivamente a intenção empreendedora. Hipótese 5.1 – Quanto maior a recessão econômica, mais positivo será o impacto do nível de escolaridade na intenção de empreender.	Não rejeitada Rejeitada

Fonte: Os autores.

Conclusão

O objetivo deste estudo foi verificar se a recessão econômica influencia a intenção de empreender dos indivíduos, bem como o efeito dos principais determinantes apontados pela literatura. Em resumo, nossos resultados apresentam evidências de que os indivíduos se dizem mais propícios à atividade empreendedora em cenários com mais recessões econômicas. Isso sugere que os indivíduos buscam na crise econômica oportunidades de negócios que podem estar sendo motivadas, possivelmente, pelo empreendedorismo por necessidade. Dessa forma, ao considerar a situação econômica do ambiente objeto, a pesquisa amplia os resultados associados à intenção empreendedora.

Esta pesquisa contribui para políticas públicas voltadas ao crescimento econômico via aumento da intenção empreendedora. O indivíduo que busca a concepção de novas empresas tem um papel altamente positivo para a economia da região em que atua, por gerar riquezas, por melhorar a distribuição de renda e até mesmo por auxiliar o governo como provedor de empregos, por meio de iniciativas promissoras para o constante desenvolvimento social e crescimento econômico (ERNEST; SAMUEL; AWUAH, 2013).

Os resultados, entretanto, ao chamarem a atenção para o empreendedorismo por necessidade, se alinham ao debate de ações públicas voltadas à atenuação dos efeitos das crises. Isso porque se observa que negócios informais que nascem em períodos de crise em geral operam em pequenas escalas e têm uma perspectiva de curto prazo mais acentuada. Nesse caso, é possível que a crise, ao restringir o leque de escolhas, motive os indivíduos a adotarem medidas empreendedoras como forma apenas de atenuar dificuldades de curto prazo geradas pela crise (ARRIGHETTI et al., 2016).

Nesse contexto, embora sob uma perspectiva de curto prazo, políticas de transferência de recursos, por exemplo, podem amenizar as externalidades geradas pela crise; e a expansão e alocação ineficiente dos recursos públicos em cenários de estagnação podem reduzir a produtividade do setor privado e apenas atenuar uma condição de curto prazo. Nesse caso, políticas públicas de médio e longo prazo devem ser trabalhadas para que se possa fomentar investimentos sustentáveis, com geração de integração social e incentivos contínuos a atividades empreendedoras.

Referências

- AJZEN, I. The theory of planned behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991.
- ALBERTON, A.; MOLETTA, A. M. C.; MARCON, R. Os níveis diferenciados de governança corporativa blindam as firmas contra crises financeiras? Uma análise da crise financeira de 2008. *Pensar Contábil*, v. 13, n. 51, 2011.
- ALMEIDA, J. et al. G. Desemprego e empreendedorismo: da ambiguidade da relação conceitual à eficácia das práticas de intervenção social. *Plural*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2013.
- ARDAGNA, S.; LUSARDI, A. *Explaining international differences in entrepreneurship: the role of individual characteristics and regulatory constraints*. National Bureau of Economic Research, 2008.
- ARRIGHETTI, A. et al. Entrepreneurial intention in the time of crisis: a field study. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, v. 22, n. 6, p.835-859, 2016.
- AUDRETSCH, D. Entrepreneurship research. *Management Decision*, v. 50, n. 5, p. 755-764, 2012.
- BIRD, B. Implementing entrepreneurial ideas: the case for intention. *Academy of Management Review*, v. 13, n. 3, p. 442-453, 1988.
- BISLEV, S. Globalization, state transformation, and public security. *International Political Science Review*, v. 25, n. 3, p. 281-296, 2004.
- BORINI, F. M.; GRISI, F. C. A corrupção no ambiente de negócios: survey com as micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, v. 44, n. 2, 2009.
- CAI, F.; CHAN, K. W. The global economic crisis and unemployment in China. *Eurasian Geography and Economics*, v. 50, n. 5, p. 513-531, 2009.
- CÂNDIDO JUNIOR, J. O. *Os gastos públicos no Brasil são produtivos?* Brasília: Ipea, 2001. (Texto para discussão, n. 781).
- CHAHAD, J. P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 3-4, p. 205-217, 2003.
- COSTA, L.; MAINARDES, E. W. The role of corruption and risk aversion on entrepreneurial intentions. In: GLOBAL INNOVATION AND KNOWLEDGE ACADEMY (GIKA), 2., 2013, Valencia (Espanha). *Anais...* Valencia: GIKA, 2013.
- ELLERY JUNIOR, R.; GOMES, V. Política fiscal, choques de oferta e a expansão econômica de 2003-2007. *Brazilian Business Review*, v. 11, n. 3, p. 56-80, maio/jun. 2014.
- ERNEST, K.; SAMUEL, Y. A.; AWUAH, J. B. An assessment of entrepreneurship intention among Sunyani Polytechnic Marketing students. *International Review of Management and Marketing*, v. 3, n. 1, p. 37-49, 2013.

- ESTRIN, S.; KOROSTELEVA, J.; MICKIEWICZ, T. Which institutions encourage entrepreneurial growth aspirations?. *Journal of Business Venturing*, v. 28, n. 4, p. 564-580, 2013.
- FARIA, A. de O. *Governança no combate à corrupção: a formação de um regime*. 2011.
- FATOKI, O. O. Graduate entrepreneurial intention in South Africa: motivations and obstacles. *International Journal of Business and Management*, v. 5, n. 9, p. 87, 2010.
- FITZSIMMONS, J. R.; DOUGLAS, E. J. Interaction between feasibility and desirability in the formation of entrepreneurial intentions. *Journal of Business Venturing*, v. 26, n. 4, p. 431-440, 2011.
- FONTANELE, R.; MOURA, H. J.; LEOCADIO, A. L. Capital humano, empreendedorismo e desenvolvimento: evidências empíricas do município do Ceará. *Revista de Administração da Mackenzie*, v. 12, n. 5, p. 182-208, 2011.
- FREZATTI, F. et al. Estrutura de artefatos de controle gerencial no processo de inovação: existe associação com o perfil estratégico? *Brazilian Business Review*, v. 12, n. 1, p. 129-156, 2015.
- FREY, K.; CZAJKOWSKI JUNIOR, S. O município e a segurança pública: o potencial da governança democrática urbana. *Revista de Administração Pública*, v. 39, n. 2, p. 297-326, 2005.
- GEM. Global Entrepreneurship Monitor. *Adult population survey*. 2009. Disponível em: <www.gemconsortium.org>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- HÉBERT, R. F.; LINK, A. N. The entrepreneur as innovator. *Journal of Technology Transfer*, v. 31, p. 589-597, 2006.
- JULIEN, P.-A. *A theory of local entrepreneurship in the knowledge economy*. Edward Elgar Publishing, 2007.
- KLAPPER, L.; LOVE, I. The impact of the financial crisis on new firm registration. *Economics Letters*, v. 113, n. 1, p. 1-4, 2011.
- KRISTIANSEN, S.; INDARTI, N. Entrepreneurial intention among Indonesian and Norwegian students. *Journal of Enterprising Culture*, v. 12, n. 1, p. 55-78, 2004.
- KUHL, M. R. et al. Colaboração para inovação e desempenho sustentável: evidências da relação na indústria eletroeletrônica. *Brazilian Business Review*, v. 13, n. 3, p. 1-25, 2016.
- LA PORTA, R. et al. Legal determinants of external finance. *Journal of Finance*, v. 52, p. 1.131-1.150, 1997.
- LA PORTA, R. et al. Law and finance. *Journal of Political Economy*, v. 106, p. 1.113-1.155, 1998.
- MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MIDGLEY, J.; TANG, K.-L. Social policy, economic growth and developmental welfare. *International Journal of Social Welfare*, v. 10, n. 4, p. 244-252, 2001.
- MISOCZKY, M. C.; OLIVEIRA, C. M. Urban entrepreneurialism in Fifa World Cup host cities: the case of Porto Alegre. *Organizações & Sociedade*, v. 23, n. 79, p. 624-645, out./dez. 2016.
- MORAES, M. C. P.; JÚDICE, J. Empreendedorismo, ética e responsabilidade social para micro e pequenas empresas: crescer com foco social. *Revista de Ciências Gerenciais*, v. 12, n. 16, p. 121-136, 2008.
- MOURA, L. S. M. O princípio da dignidade humana e o pensamento complexo. *Revista do UNI-RN*, v. 9, n. 1/2, p. 13, 2010.

- NASCIMENTO, T. C. et al. A metodologia de Kristiansen e Indarti para identificar intenção empreendedora em estudantes de ensino superior: comparando resultados obtidos na Noruega, Indonésia e Alagoas. *Revista de Negócios*, v. 15, n. 3, p. 67-86, 2011.
- NUNES, L. B. Schumpeter's entrepreneurs in the 20th century: The Tucker automobile. *Technological Forecasting & Social Change*, v. 12, p. 14-20, 2016.
- PINO, F. A. Modelos de decisão binários: uma revisão. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 43-57, jan./jun. 2007.
- PUTNAM, R. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.
- RITSILA, J.; TERNO, H. R. Effects on unemployment on new firm formation: micro-level panel data evidence from Finland. *Small Business Economics*, v. 19, n. 1, p. 31-40, 2002.
- SANTOS, G. P. G. dos. Qualificação profissional para o empreendedorismo: uma alternativa ao desemprego? *Revista de Políticas Públicas*, v. 10, n. 1, p. 113-138, 2006.
- SCHMIDT, S.; BOHNENBERGER, M. C. A efetividade das ações para promover o empreendedorismo: o caso da Feevale. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 14, n. 1, p. 187-213, 2008.
- SCHUMPETER, J. *The theory of economic development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.
- SEPÚLVEDA, J. P.; BONILLA, C. The attitude toward the risk of entrepreneurial activity: evidence from Chile. *Academia, Revista Latinoamericana de Administración*, v. 46, p. 72-80, 2011.
- SILBER, S. D. A economia mundial após a crise financeira de 2007 e 2008. *Revista USP*, n. 85, p. 82-93, 2010.
- SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos avançados*, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption perception index*. 2009. Disponível em: <www.transparency.de/documents/cpi/index.html>. Acesso em: 22 mar. 2013.
- VAN STEL, A.; CARREE, M.; THURIK, R. The effect of entrepreneurial activity on national economic growth. *Small business economics*, v. 24, n. 3, p. 311-321, 2005.
- WANG, C. K.; WONG, P.-K. Entrepreneurial interest of university students in Singapore. *Technovation*, v. 24, n. 2, p. 163-172, 2004.
- WENNEKERS, S. et al. Nascent entrepreneurship and the level of economic development. *Small business economics*, v. 24, n. 3, p. 293-309, 2005.
- WONG, P. K.; HO, Y. P.; AUTIO, E. Entrepreneurship, innovation and economic growth: evidence from GEM data. *Small Business Economics*, v. 24, n. 3, p. 335-350, 2005.
- WORLD BANK. *World development indicators – WDI*. 2009. Disponível em: <data.worldbank.org>. Acesso em: 22 mar. 2013.
- ZHANG, Y.; DUYSTERS, G. M.; CLOODT, M. M. A. H. The role of entrepreneurship education as a predictor of university students' entrepreneurial intention. *International Entrepreneurship and Management Journal*, v. 10, n. 3, p. 623-641, 2014.

Submissão: 03/06/2016
Aprovação: 14/03/2017

O&S O&S O&S O&S O&S O&S NORMAS PARA SUBMISSÃO E PUBLICAÇÃO

O texto deve:

Ser uma contribuição original e inédita, não tendo sido publicado em outros periódicos e livros. Exceto para textos convidados pela O&S.

Não estar em processo de avaliação em outra publicação nacional ou internacional.

Estar dentro do escopo da revista.

Ser assinado por no máximo quatro autores.

Não conter qualquer informação sobre os autores, comentários de revisão ou outra forma de identificação de autoria na submissão e rodadas de revisões.

Ser redigido utilizando os editores de texto de maior difusão, com espaço 1,5 entre linhas, fonte Times New Roman tamanho 12, não exceder a 25 páginas (incluindo todos os elementos como figuras, quadros, tabelas e referências). As citações e referências do texto devem obedecer às normas da ABNT.

Ser redigido em Português, Inglês ou Espanhol. Independentemente da língua, o texto deve conter os seguintes elementos em Português e Inglês: título; resumo de até 15 linhas ou 150 palavras; palavras-chave, no mínimo três e no máximo cinco.

Ser submetido somente pelo sistema *online* da revista – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER), disponível no site da revista (<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes>).

Os metadados dos autores e do texto devem ser incluídos no formulário *online* de submissão.

Estar livre de plágio ou autoplágio.

O(s) autor(es) deve(m)

Estar ciente de que autores ou coautores com artigos aceitos em *desk review* somente poderão submeter outro trabalho após 12 meses da data da última submissão.

Estar ciente de que o trabalho será publicado apenas quando autores ou coautores não tiverem publicado no mesmo ano.

Estar ciente de que o trabalho de autores ou coautores de mesma instituição e localidade será publicado se a quantidade de trabalhos publicados em um ano com autores e coautores nessas condições não exceda 15% do total, de modo a não configurar concentração.

Estar ciente de que o trabalho com autores ou coautores do Conselho Editorial e da Universidade Federal da Bahia será publicado apenas se: esses autores e coautores não participem do processo de avaliação; a quantidade de trabalhos publicados em um ano com autores e coautores nessas condições não exceda 15% do total, de modo a não configurar endogenia.

Estar ciente de que não deve ter como autor ou coautor membros da equipe editorial executiva, incluindo editores de números especiais.

Estar ciente de que, ao ser submetido, o artigo deve passar primeiro por *desk review*, podendo ser recusado de imediato ou encaminhado para o processo de avaliação.

Estar ciente de que, caso o artigo passe por *desk review*, ele será designado sem identificação dos autores, de maneira a permitir a "avaliação cega" para no mínimo dois avaliadores com domínio sobre o conteúdo do tema (avaliação por pares).

Estar ciente de que, ao ser avaliado, o texto pode receber críticas e sugestões em várias rodadas de revisão. Ao final desse processo, o texto ainda pode ser recusado ou aceito para publicação.

Estar ciente de que os autores devem concordar com os seguintes termos relativos aos direitos autorais: (a) autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista *Organizações e Sociedade* (O&S) e à Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA) o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho; (b) autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (p. ex., publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nessa revista; (c) autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho *online* (p. ex., em repositórios institucionais ou na sua página pessoal).

Revista Organizações & Sociedade, O&S

Site: <http://www.revistaoes.ufba.br>

E-mail: revistaoes@ufba.br

Telefone: 55 71 3283 7344

Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, UFBA,
3. andar, sala 31 (I),
Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Vale do Canela,
CEP 40110-903, Salvador - Bahia - Brasil

Versão Online

Organizações & Sociedade (O&S)

ISSN (*Online*) 1984-9230

Rupturas, continuidades e gradualismo nas políticas
de petróleo no Brasil: 1995 a 2010

Beni Trojicz

Maria Rita Loureiro

A reflexividade intensiva na aprendizagem organizacional: uma
autoetnografia de práticas em uma organização educacional

Eduardo Paes Barreto Davel

Cybele Amado de Oliveira

Os papéis da sociedade civil como protagonista no processo de
promoção do consumo sustentável: uma análise baseada na
percepção de especialistas brasileiros

Verônica Macário de Oliveira

Carla Regina Pasa Gómez

Suzanne Érica Nóbrega Correia

A análise etnometodológica do turismo como prática numa
orla marítima no Nordeste brasileiro

Erica Dayane Chaves Cavalcante

Marcelo de Souza Bispo

Do ecoambientalismo à sustentabilidade: notas críticas sobre a relação
organização-natureza nos estudos organizacionais

Fábio Freitas Schilling Marquesan

Marina Dantas de Figueiredo

Potencial disruptivo? A história de uma biotecnologia

Lorena Bezerra de Souza Matos

Ana Silvia Rocha Ipiranga

Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral
em estudos sobre gestão

Nathália de Fátima Joaquim

Alexandre de Pádua Carrieri

A influência da recessão econômica na intenção de empreender:
uma análise *cross-country* baseada na crise do *subprime*

Tarciane Roldão

Danilo Soares Monte-Mor

Neyla Tardin

